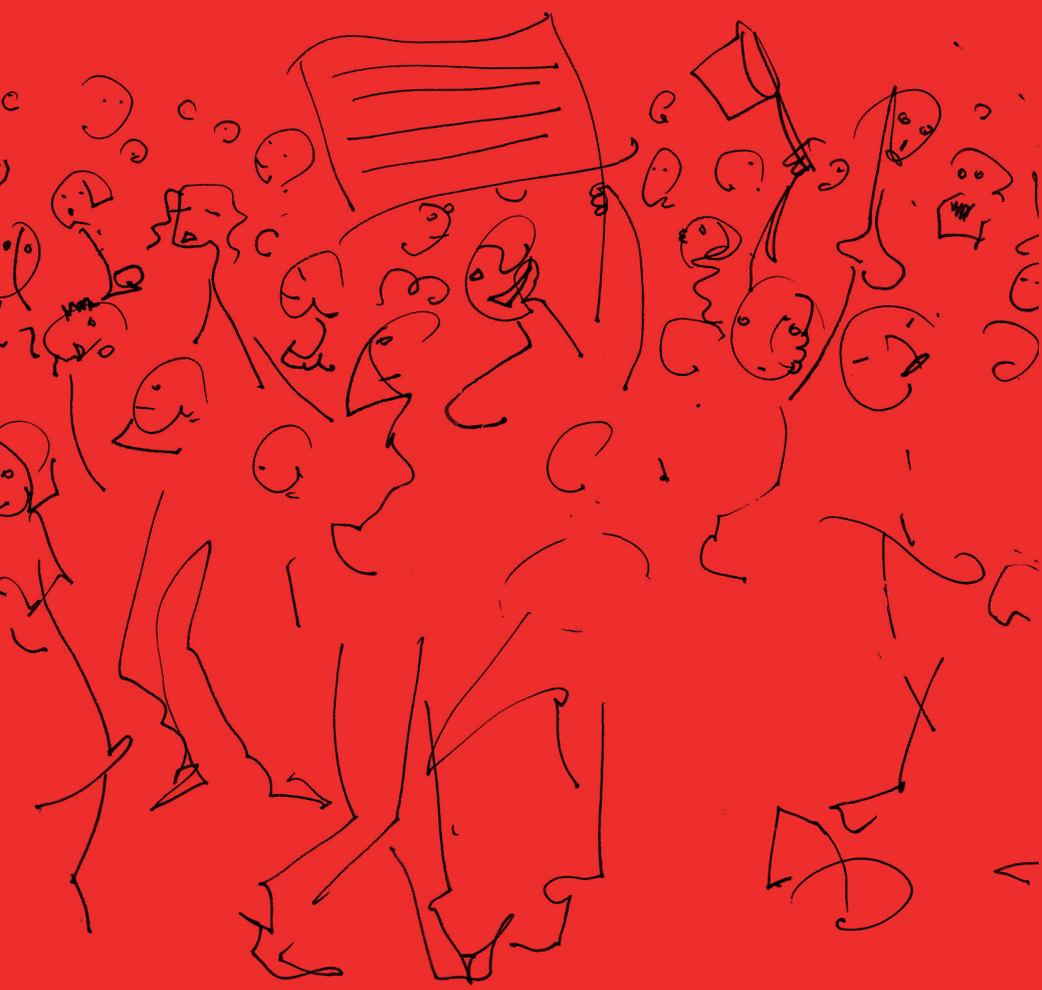


Coordenação: Eduardo Surian Matias, Fernanda Caldas Giorgi,
Antonio Fernando Megale Lopes e Sarah Cecília Raulino Coly



Cuidadania

Construir coletivamente o igual no diferente



Cidadania : construir coletivamente o igual no diferente / coordenação Antonio Fernando Megale Lopes ... [et al.]. -- 1. ed. -- Brasília, DF : LBS Advogados, 2021.

Outros coordenadores : Fernanda Caldas Giorgi, Sarah Cecília Raulino Coly, Eduardo Surian Matias. ISBN 978-65-996236-0-8

1. Cidadania 2. COVID-19 - Pandemia 3. Direitos humanos 4. Feminismo 5. Inclusão social 6. LGBT - Siglas 7. Racismo I. Lopes, Antonio Fernando Megale. II. Giorgi, Fernanda Caldas. III. Coly, Sarah Cecília Raulino. IV. Matias, Eduardo Surian.

21-85458

CDD-302.0981

Revisão: Bete Masini

Ilustrações: Ermenegildo Munhoz Junior

Projeto gráfico e diagramação: Juliana Taborda

ISBN: 978-65-996236-0-8

CDL



9 786599 623608

Coordenação: Eduardo Surian, Fernanda Giorgi,
Antonio Megale e Sarah Coly

Cuidadania

Construir coletivamente o igual no diferente

Índice

Apresentação

Cuidadania e subordinação, palavras de compromisso 10
- *Carol Proner*

Manifesto LBS Advogados 14

Prefácio

Devagar também é tempo - *Fernanda Giorgi* 17

Introdução

De quem acredita que outro mundo é possível - *Fernanda Giorgi e Antonio Megale* 21

Não andamos sós

Nossos caminhos - *Iêda Leal* 25

Quantas vidas cabem numa roda de conversa?

Retrato musicado - *Ariane Elisa Gottardo Emke e Matheus Cunha Girelli* 28

Nós acima de tudo e com todes - *Fernanda Teodora S. Carvalho* 30

R-e-c-o-m-e-ç-a-r - *Gabriela Rocha Gomes, Josias Pedro da Silva, Marco Aurélio de Carvalho Rocha, Sandriele Fernandes dos Reis* 32

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor” - *Luara Borges Dias* 35

Um conto escrito com um lápis azul - *Maria Gabriela Vicente Henrique de Melo, Kevin Giratto Henrique* 38

Descobri que as formigas gritam - *Raquel Bartholo* 42

Tempos sombrios e a flor - *Beatriz Fernandes Macedo* 45

Sobre poder ser - *Sarah Cecília Raulino Coly* 47

Trilhando os caminhos da diversidade

- Temos uns aos outros** - *Gabriela Rocha Gomes, Josias Pedro da Silva, Marco Aurélio de Carvalho Rocha, Sandriete Fernandes dos Reis, Sarah Cecília Raulino Coly* 51
- Espaço digno para todos: a inclusão como direito e dever social** - *Franciele Carvalho da Silva, Jéssica Carneiro Rodrigues, Pedro Henrique Madeiro dos Santos* 59
- Breve Manual Anticapacitista para usar já** - *Franciele Carvalho da Silva, Jéssica Carneiro Rodrigues, Pedro Henrique Madeiro dos Santos* 64
- Um diálogo fora do armário** - *Raquel Bartholo, Kevin Giratto* 72
75
- Diversidade e inclusão: não se limite a levantar a bandeira do arco-íris durante o mês de junho** - *Antonio Fernando Megale Lopes, Eduardo Henrique Marques Soares* 87
- Cartas de aquilombamento** - *Sarah Cecília Raulino Coly, Ariane Elisa Gottardo Emke, Maria Gabriela Vicente Henrique de Melo*

Encontros pela vida

Cuidar verbo coletivo

- Cidadania** - *Álvaro Klein* 97
- A palavra e seus dizeres** - *Bete Masini* 99
- O princípio de tudo...** - *Júlia Lenzi Silva* 101
- A era é digital** - *Rachel Weber* 105
- Integração on-line** - *Rosa Maria Campos* 109

Os números da inclusão

- Educação em Economia como ferramenta de Cidadania** - *Ana Cristina Pereira das Neves* 113
- Relações entre o Programa Bolsa Família e a educação: a frequência escolar é suficiente para o enfrentamento da reprodução da pobreza?** - *André Pires* 118
- O Brasil no enfrentamento da pandemia: da esperança ao remorso** - *Guilherme Mello* 123
- Como o Brasil gasta?** - *Luciana Grassano Melo* 129

Nutrindo mudanças

- Coletivo Mulheres Advogadas do Mundo do Trabalho: a escuta que empodera mulheres** - *Adriana L. S. Lamounier Rodrigues, Luciane Toss* 132

Amamentação e cidadania - <i>Cristina Bertoni Machado</i>	135
Eu, tu, eles... Saúde emocional, saúde relacional e formação de identidade - <i>Nielse Maluf</i>	140
Leve - <i>Máira Rodrigues</i>	148
No woman, no cry - <i>Paulo Roberto Alves da Silva</i>	149

O (re)existir dos povos originários

A demarcação de terras indígenas e o PL n° 490 - Seus apensos e o substitutivo do relator - <i>Deborah Duprat</i>	152
Filhas da ventania - <i>Yamani Kandara Ywa Mirin'dju</i>	157

Haja armário

Um abraço em Suzy: o abandono vivido por travestis nas prisões - <i>Gustavo Passos</i>	161
Vivências fora da norma - <i>Lara Machado Luedmann</i>	164
Liberdade de expressão ou o direito de discriminar e disseminar o ódio? - <i>Paulo Tavares Mariante</i>	168
O real sentido de uma sociedade plural - <i>Tatiana Moreira Rossini de Oliveira</i>	170

Aprenda o meu nome

PCD: chame-nos pelo nosso nome - Uma questão de autoafirmação e de cidadania - <i>Meirivone Aragão</i>	177
Vamos ser anticapacitistas? - <i>Patricia Almeida</i>	180

Política para quê?

Contribuições de Hannah Arendt para pensar o fenômeno do Bolsonarismo - <i>André Duarte</i>	186
Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo - <i>Marilena Chauí</i>	191
Reconstruir o SUS: tarefa indispensável para um novo Brasil - <i>Pedro Tourinho</i>	197

Forasteiras da humanidade

A mulher negra e seu status: o sujeito do outro, do outro - <i>Amanda Silva de Moraes</i>	204
---	-----

Ninguém dessa lista morreu só uma vez - <i>Gabriela de Almeida Pereira</i>	208
Maio de mortes - <i>Maíra de Deus Brito</i>	213
Do quarto de despejo à sala de visitas na pandemia: agência e resistência da categoria doméstica na campanha por direitos #CuidaDeQuemTeCuida- <i>Raquel Santana</i>	217

O ser humano e o trabalho como eixos de um mundo digno

A urgência da Economia Solidária na agenda sindical - <i>Almir dos Santos Alves, Martinho da Conceição</i>	223
Novo Pacto Laboral - <i>Christian Ingo Lenz Dunker</i>	231
A desumanização do trabalho e a realidade brasileira - <i>Denis Maracci Gimenez</i>	238
Tudo tudo que nós tem é nós - <i>Ludmila Costhek Abílio</i>	244
Paradoxos do Direito e do sindicato: da tragédia à esperança - <i>Márcio Túlio Viana</i>	247
Reposicionamento estratégico: de Trabalho para Direitos Humanos - <i>Moacir de Miranda Oliveira Júnior, Diego Bonaldo Coelho, Ney Nakazato Miyahira</i>	252
A organização coletiva dos trabalhadores e as plataformas digitais - <i>Renan Bernardi Kalil</i>	258
Políticas antidemocráticas e direito do trabalho de exceção - <i>Renata Queiroz Dutra</i>	263

Do lado de lá da pandemia

Muito além de advogar - <i>Eduardo Surian</i>	268
Dupla falta! - <i>Fernando José Hirsch</i>	273
O que vou contar - <i>Gláucia Alves da Costa</i>	277
Eu, sujeito! Nós, coletivos. - <i>José Eymard Loguercio</i>	279
Construindo Futuros - <i>Luciana Lucena Baptista Barretto</i>	284
Cotidiano - <i>Nilo Beiro</i>	288

Posfácio

Posfácio: futuro - <i>Antonio Fernando Megale Lopes</i>	290
---	-----

Apresentação

Cidadania e subordinação, palavras de compromisso

Carol Proner

Doutora em Direitos Humanos, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Diretora do Máster em Direitos Humanos Interculturalidade e Desenvolvimento da UPO/Sevilha.

Em uma das conferências da escritora argentina Denise Najmonivich,¹ ela explica o valor da mirada complexa a partir do feminismo e põe em relevo a noção da ecologia dos saberes e dos cuidados fazendo uso da expressão “cidadania”, vocábulo sonoro que também dá título ao projeto que respalda a presente obra coletiva.

Outra palavra bastante útil e que tem sido usada pelas feministas para interconectar as noções de classe, de raça e de sexo é o neologismo “subordinação”, expressão que tem a vantagem de destacar o prefixo “subor”, algo que parece lógico, mas pouco evidente no pensamento feminista clássico. Eis a importância de sublinhar a subordinação conectada aos processos de discriminação e remarcar as relações de poder e de sujeição que operam no patriarcalismo capitalista para além da discriminação entre iguais abstratos.

Durante o processo de formação acadêmico-jurídica, poucos livros me marcaram tanto quanto o de Clarisse Pinkola, “Mulheres que correm com lobos”, obra que se tornou um eterno *best seller* desde que foi lançada na década de 70. Eu o tenho sempre próximo, como um amuleto, embora não sei bem se de sorte ou de azar. Em claves mais científicas, nem sempre é fácil encarar em nossas vidas cotidianas o “predador natural” de que fala a psicóloga junguiana. Nem sempre é agradável identificar e enfrentar essa força coercitiva que se instala

¹ Denise Najmanovich. *Cidadanía en la ciudadanía para revitalizar la vida ha transitado diversos territorios del saber y las prácticas colectivas y llevando nutrientes del pensar entre unos y otros. Sus aportes comprenden temáticas relacionadas con la epistemología, el pensamiento complejo, la salud, la educación, la convivencialidad, la subjetividad y el lazo social, la ética del cuidado y la ciudadanía.*

nas mentes, nas atitudes e na racionalidade das relações humanas, esse predador normalmente invisível, disfarçado e que, uma vez reconhecido, precisa ser combatido para que possamos seguir adiante com dignidade.

Diante do predador da psique humana, que se impõe como natural e que se revela nas múltiplas dimensões do patriarcalismo, Clarisse Pinkola recorre aos mitos das mulheres selvagens e ao recurso do autoconhecimento como forma de superação e de emancipação feminina.

Em um texto referência para a Escola de Sevilha,² Joaquín Herrera Flores também destacou a naturalização do predador natural da psique e foi além. Conectou a superação das mulheres que correm com lobos à cólera de Virginia Woolf, à rebeldia de Gloria Anzaldúa³ como formas de expressar as “overlapping oppressions”, as dimensões sobrepostas da opressão que sofrem diferentemente as mulheres a partir de determinada situação, posição e hierarquia subordinada no quadro dos processos de divisão social, sexual e racial do trabalho.

O fundamental, destacou Herrera Flores a partir das lições do feminismo antipatriarcalista, é a necessidade de especificar o termo desigualdade a partir da “superposição de opressões”, o que torna inconcebível que se possa falar de uma desigualdade universal e homogênea.

Eis porque parcela importante do pensamento feminista supera o marco da escola analítica que respalda o direito antidiscriminatório, por exemplo, tão celebrado na sistemática do direito anglo-saxão. Ainda que as normas de que trata o direito antidiscriminatório perfaçam importante instrumento de garantias previsto em declarações, em tratados e em cartas constitucionais, são normalmente insuficientes para explicar as relações de opressão associadas aos processos discriminatórios.

Em outras palavras, não é suficiente tratar o tema da discriminação na chave igualdade/discriminação, como propõem os fundadores do pensamento universalista dos direitos humanos. É preciso ir além e compreender o problema a partir das práticas culturais e então identificar que, concomitante aos processos discriminatórios ou inigualitários, atuam estruturas jurídico-normativas de subordinação e de opressão.

2 Herrera Flores, Joaquín. De *Casa de Muñecas* al *Cyborg*: Nuevas Metáforas para una Crítica Materialista del Patriarcalismo. Revista Crítica Jurídica, n.23, Ciudad de México, 2002.

3 De Gloria Anzaldúa ver su hermoso texto *Borderlands/La Frontera. The New Mestiza* (Aunt Lute, San Francisco, 1987).

Não é um problema da teoria do direito, portanto, mas das práticas sociais, da necessidade concreta de perceber a desigualdade relacionada com a superposição de opressões em processos dinâmicos e não estáticos ou homogêneos. A desigualdade passa a ser percebida não de forma quantitativa, mas qualitativa, considerada a partir da diversidade de contextos e de situações com potencial de intensificar a opressão aos coletivos mais desfavorecidos.

Mais do que apontar limites de teorias, trata-se de reconhecer a contribuição do pensamento feminista que denuncia as capas de opressão, no sentido de Gloria Anzaldúa e de muitas outras pensadoras que identificaram as opressões superpostas para além de uma visão abstrata e insuficiente da desigualdade de gênero.

“Cidadania” também contém, na força afetiva da expressão, o dever de compromisso com o reconhecimento das reais causas da discriminação em cada contexto: o dever de evitar os falsos universalismos, que dissimulam soluções que acabam por adiar a resistência aos processos de opressão.

Reconhecer, em cada sistema social – econômico, político, nas relações da sociedade civil –, as estruturas institucionais aneladas e não segmentadas, seus agentes, a posição/disposição na dinâmica das relações de poder. É um compromisso inadiável da ecologia dos saberes que parte, como nos ensina Boaventura de Sousa Santos, do confronto com a monocultura da ciência moderna, do patriarcalismo e dos valores dominantes e desafia o reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos em interações sustentáveis e dinâmicas.⁴

Esse compromisso nos permitirá superar a tendência que nos leva a cair em mistificações da realidade dentro do próprio feminismo, como a que insistem ser o gênero o único determinante do destino das mulheres.

Como desafia a feminista espanhola Ana Rubio,⁵ o compromisso último deve nos levar a estabelecer um novo pacto constituinte que permita a superação da divisão social, sexual, racial do trabalho e a superação das velhas e das novas formas de colonização e de imperialismo que excluem a maioria da população do acesso aos bens necessários a uma vida digna.

4 De Sousa Santos, B., *Crítica de la Razón Indolente. Contra el desperdicio de la experiencia*, Desclée de Brouwer, Bilbao, 2003.

5 Ana María Rubio Castro. El feminismo de la diferenciales argumento de una igualdad compleja. Revista de estudios políticos, n. 70, 1990, ISSN 0048-7694.

Não é outro o propósito do manifesto idealizado pela LBS Advogados e que valorizou a formação de grupos temáticos que incluem o enfrentamento de enclaves sociais estruturais como a questão da diversidade.

Mesmo com as transformações no mundo do trabalho, permanece ativo o propósito capitalista de precarizar e recolonizar as relações sociais de produção e, livre de resistência significativa, fazê-lo sem assumir qualquer compromisso democrático ou de concessão de direitos de qualquer natureza. Conforme reconhece o Manifesto da LBS, o conflito capital/trabalho persistirá e o trabalho permanecerá como eixo central da vida social, psíquica, econômica e cultural das pessoas. Mais do que nunca, será fundamental a contribuição das mulheres e dos homens comprometidos com um pensamento complexo e capaz de reconhecer as relações de poder e de “subordinação” a partir da nova configuração do capitalismo pós-democrático.

Manifesto

LBS Advogados

CAMINHOS

“(…) um método de agir que é tão astuto
Com jeitinho alcança tudo, tudo, tudo
É só se entregar, é só te seguir, é capitular
Capitu
A ressaca dos mares
A sereia do sul
Captando os olhares
Nosso totem tabu
A mulher em milhares
Capitu
De um lado vem você com seu jeitinho
Hábil, hábil, hábil... e pronto!
Me conquista com seu dom.”

Luiz Tatit

FUTURO - O momento atual, num mundo em transição, com incertezas, indefinições e mudanças radicais, demanda posicionamento claro. Para a LBS, são essenciais algumas questões:

1. O escritório foi criado e prosperou sobre a base histórica do Direito do Trabalho. As relações de trabalho estão passando por transformações importantes diante das novas tecnologias e decorrentes das próprias alterações no modo de produção capitalista, o que tem repercutido: na precarização das relações laborais; na concentração da renda e da riqueza em mãos de poucos; no aumento das desigualdades; na persistência das discriminações e na destruição do meio ambiente.

2. O conflito capital *versus* trabalho persistirá, seja qual for a forma de relação constituída, uma vez que o trabalho (ainda que não a relação de emprego) permanece como eixo central da vida social, psíquica, econômica e cultural das pessoas. O conhecimento vivenciado ao longo dos anos é vital para descobrirmos novas formas de enfrentar essa realidade, buscando identificar problemas, desafios e conflitos emergentes que a LBS pode - e deve - ajudar a solucionar.

3. O trabalho, ao se assumir como dimensão fundante do ser humano em ser social, torna-se vetor estruturante da integridade da pessoa humana, em suas múltiplas relações e direitos que devem ser defendidos, ampliados e garantidos, tanto individual, quanto coletivamente. Todo aquele que vive do seu trabalho, independentemente da forma jurídica, tem direito a uma vida digna e decente e a um futuro menos desigual, que seja mais solidário, com respeito às culturas, às diferenças e ao meio ambiente.

4. Compete-nos realizar esforços e nos empenhar para ajustar o foco de nossa organização. Um desafio que não será solucionado de maneira automática ou inercial: depende de dedicação, de entrega, de paixão e de profissionalismo. São esses os fatores aos quais precisamos nos arraigar, para:

a. partindo de nossa missão e de nossos valores, combinados com o mundo do trabalho (que é formal, informal, relacional, via plataforma ou manifestado em qualquer outra forma), construir um novo enfrentamento e valores;

b. utilizar nossos conhecimentos e experiências com objetivo de mediar, de conciliar e de arbitrar a favor das relações individuais e coletivas dignas e justas;

c. nos preparar a um ofício jurídico em que o conhecimento não se encontra apenas no vocabulário rebuscado e peticionário da escrita legal, mas precisa ser dialogado socialmente, manifestado, disseminado e argumentado;

d. não sermos apenas tecnocratas do Direito, mas ativos, participativos e inseridos socialmente, com a nossa capacidade de relacionamento sendo um de nossos diferenciais;

e. que toda solução e discussão de problemas trabalhistas e de suas esferas de direitos, da pessoa ou dos coletivos, necessariamente, passe por nós;

f. estabelecer diálogos que estejam além das nossas habituais fronteiras do conhecimento jurídico trabalhista. Não é suficiente sermos advogados e advogadas constitucionalistas, civilistas ou trabalhista. Faz-se imprescindível sermos defensores e defensoras de diretos! Permitir-nos transitar por outras áreas acadêmicas e pela nossa realidade social, com desenvolvimento de competências que nos ajudem a interpretar o mundo à nossa volta em toda a sua complexidade;

g. que, com essa nova perspectiva, a pessoa humana e seus direitos,

além do foco trabalhista, sejam percebidos pelas suas relações de identidades, com as situações que envolvam mulheres, negros, indígenas, LGBTI+, migrantes, refugiados, pessoas com deficiência e demais pessoas vulnerabilizadas, assumidas como causas de clientes que serão defendidas pela LBS;

h. que o conhecimento geral e a formação sólida, combinados com a capacidade de avaliação de riscos e a visão estratégica na defesa dos direitos da pessoa e dos coletivos, nos tornem advogadas e advogados do futuro, para o futuro da LBS.

5. No passado, conversávamos sobre um escritório com várias sedes, as quais demandavam ajustes para que, realmente, se integrassem em um só escritório. Esse movimento, apesar de ser preocupação constante em todos esses anos pós-2013, permanece como desafio. É fundamental para o futuro da LBS que ela efetivamente seja única, igual, não importando a quantidade de sedes ou de fronteiras que tenhamos. Os procedimentos, os objetivos, as práticas e as formulações devem ser harmônicas e uniformes entre as unidades, para todos.

6. A sequência futura nos reserva um papel em que a centralização de coordenações cabe ser diferenciada. Deveremos ter especialistas, propiciando os desdobramentos do item 1 acima, mas também coordenações voltadas para o papel de gestão e de negócios, olhando de forma efetiva e estratégica os movimentos e os momentos das carteiras de clientes, distanciando-se da mera burocracia gerencial.

PRESENTE - Estar aberto a qualificar-se, a discutir, a vivenciar a crítica de forma construtiva, sem defensivas ou dogmas. Ter mobilidade, ter presença e ter liderança. Ter empatia e envolver-se, verdadeiramente, com os direitos e as garantias que nos fazem profissionais militantes.

Para não ser “mais ou menos”, o desafio é ser por inteiro, íntegro! Nosso *Ethos* se constrói essencialmente fundado nas experiências, mas sempre com o desafio de olhar e de enfrentar, corajosamente, o medo do desconhecido.

A gente chega lá!

Dezembro de 2019.

Prefácio

Devagar também é tempo

Fernanda Caldas Giorgi

Sócia da LBS Advogados, Diretora do Instituto Lavoro e membro da Rede Lado. Especialista em Direitos Humanos do Trabalho e Direito Transnacional do Trabalho pela Universidad de Castilla-La Mancha.

Crise. Preço da passagem. Gente na rua. Desemprego. Rolezinho da exclusão. Preço da gasolina. Misoginia. Reformas polêmicas. Violência. Releituras para o arrocho de direitos. Pedaladas fiscais. Cartas de amor são ridículas. Ponte para o passado. Pato. Impedimento. Golpe. Primeiramente, fora. Recato. Justiça injusta. Teto de gastos. Terceirização. Deforma trabalhista. Meritocracia. Frustração e ódio. Pós-verdade. Medo daquilo que é diferente. Haja armário. Ele não. Desconstrução do Estado. Desarticulação de políticas públicas. Destruição da natureza. Desumanização. Arma. Morte.

O país do futuro, depois de esboçar uma virada na sua crise de viralata com a conciliação de 2003, degringolou.

Perplexidades à parte, em dezembro de 2019, o escritório publicou um Manifesto sobre sua percepção das mudanças no mundo do trabalho e em todo o seu sistema protetivo. Em essência, o texto defende uma espécie de ecologia do trabalho, em que os seres humanos devem estar no centro do sistema para viver com dignidade e direitos, independentemente do nome que se queira dar para as relações humanas e produtivas.

O Manifesto é um marco para fora e, principalmente, para dentro do escritório. Não só passou a orientar a execução de seus serviços, mas também a forma de organizar o trabalho do dia a dia. Criaram-se grupos temáticos para estudar, refletir e elaborar, incluindo questões sociais estruturantes como, por exemplo, aquelas relativas à diversidade: Mulheres, Antirracismo, LGBTI+ e Inclua (pessoas com deficiência).

O grupo de mulheres, em particular, definiu três linhas de ação: criação de espaço interno de acolhimento e reflexão; formação técnica

e prática; desenvolvimento de ações jurídicas concretas. A primeira linha de ação concretizou-se por meio do **Projeto Cuidadania**, cujo nome é resultado da fusão das palavras *cuidado* e *cidadania*. A proposta é despertar a consciência cidadã de todas as mulheres que integram o escritório, todas mesmo, por meio de dinâmicas lúdicas e conversas sobre datas que celebram a luta por direitos sociais.

Com a chegada da pandemia e do distanciamento social, muitos monstros emergiram. Nos dias em que a Terra deveria ter parado, absurdos sucessivos ocorreram no Brasil. Dentro e fora dos corpos. Dentro e fora das casas. Dentro e fora das escolas. Do comércio. Do Planalto Central.

No clima de “não sei, só sei que foi assim”, o escritório fechou. Por segurança, a partir de 13 de março de 2020, todas as pessoas deveriam trabalhar desde suas casas. Precisa de cadeira? Leve. Precisa de computador, segunda tela, caneta? Leve. Quem não pudesse trabalhar remotamente, ficaria em casa também. Mesas abandonadas com pertences pessoais; xícaras de café à espera da segunda-feira que não chegou nunca; poeira; correspondência acumulada; uma vida que não volta mais.

Mais do que nunca o bordão “ninguém solta a mão de ninguém” ecoava nas pessoas. Condições materiais, psíquicas e familiares distintas repercutiram de maneira diferente no enfrentamento da pandemia, claro. Apesar disso, em comum, a necessidade do encontro. Afinal, nossa existência só faz sentido na troca humana.

Várias atividades foram desenvolvidas para suprir a carência de contato. Refletindo sobre todas essas iniciativas, é possível dizer que vários espaços de cidadania foram criados dentro do escritório, com diferentes matizes. Houve **Encontros LBS** para discutir temas relacionados ao mundo do trabalho num formato de palestra; **Integração Cultural** para compartilhar gostos musicais, cinematográficos, artísticos e gastronômicos; roda de conversa de mães; atividades para promover bem-estar físico e psicológico e até **Laboratório de Linguagem Escrita Alinhavos Linguísticos** porque a luta e a labuta se fazem com palavras.

Na gangorra da sobrevivência, o **Projeto Cuidadania** só pôde estreiar em 8 de março de 2021, com o tema **O futuro é feminino**. Fruto de construção coletiva, com a criação de uma lista de músicas e um vídeo que enche de orgulho as mulheres que o conceberam e realizaram, o primeiro encontro foi mediado pela professora de teatro Lucélia Freire e pelas irmãs cantoras e autoras Paula e Julia Ferrari. Em abril,

Quem cuida de quem cuida da gente, com Lucélia Freire e Raquel Santana. Em maio, **Mãe também trabalha**, com Cris Machado e Kakau Gusmão. Em junho, **Diversas, mas não dispersas**, com Maíra Rodrigues e Melissa Cassimiro. Em julho, **Gritemos: sou porque somos**, com Aline Fernandes e Iêda Leal. Em agosto, **Nossa voz, nossa liberdade**, com Maíra Rodrigues e Jandha Siqueira.

Logo se identificou que a Cidadania era um espaço de aquilombamento das mulheres do escritório. Um lugar para ser e sentir sem culpa nem julgamentos. Um lugar para dividir as penas e multiplicar sorrisos. Um lugar para resgatar nossa história e dar sentido a ela. Um lugar para mostrar a própria vulnerabilidade e ser acolhida. Um lugar para aprender, errar, pensar, trocar e repensar. Um lugar para todas aquelas que tivessem prontidão para se aproximar e se transformar.

A força desse projeto, que começou na imaginação de uma e se realiza na atitude de várias, ressoou no encontro de julho. A propósito do Dia da Mulher Negra, Latina e Caribenha, ouvimos a professora, sindicalista e militante do movimento negro Iêda Leal refletir sobre ancestralidade, sobre poder transformador da palavra e potência do coletivo. O encantamento da conversa culminou quando ela, comentando sobre o nosso projeto e sobre o trabalho do escritório como um todo, resgatou a lembrança de fim de ano enviada em 2019 (mote *Vidas negras importam*) e a descreveu como uma “caixinha de cidadania”. Nesse momento, surgiu a ideia de registrar em um livro o projeto e todas as outras experiências similares que vivenciamos, para distribuir junto com a caixinha de 2021.

No início, erámos poucas. Curiosas e maravilhadas ao reverenciar as mulheres que desbravaram os caminhos que nos permitem viver a cidadania. Intensas para fazer a nossa parte e, assim, estreitar laços e sonhos. Em agosto, triplicamos de número. Falantes e confiantes ao ocupar nosso lugar no mundo. No ano que vem, oxalá, sejamos mais, pois essa experiência há de se multiplicar em cada caixinha. Devagar, entre devaneios e resistências, entre ousadias e atrevimentos, entre fracassos e decepções, continuaremos a construir uma nova realidade. Juntas. A realidade humana, feminina, inclusiva, acolhedora e justa que queremos.

Afinal, como dizia Antonieta de Barros - mulher, preta, jornalista, fundadora e diretora do jornal *A Semana* (1922-1927) e primeira deputada estadual negra do Brasil -, quem resiste está na batalha por acreditar que outro mundo é possível e, principalmente, por acreditar que nós podemos fazer a diferença. Pode até demorar, mas que importa? Devagar também é tempo. E, hoje em dia, dilatar o tempo é

ato revolucionário! Que transforma pela sabedoria da contemplação, pela aceitação de nossa vulnerabilidade; pela humildade de curvar-nos à natureza; pela valorização do trabalho sublime de reproduzir a vida; pelo acolhimento; pela subversão não violenta da ordem que nos oprime.

Brasília, 21 de setembro de 2021.

Introdução

De quem acredita que outro mundo é possível

“Quem estará nas trincheiras ao teu lado?
- E isso importa?
- Mais do que a própria guerra.”

Ernest Hemingway

Sonhos, projetos, realizações e conquistas nunca são individuais. São construções coletivas. São resultado da conjunção de condições materiais - como saúde, tempo para contemplar, autonomia para pensar, liberdade para criticar, confiança para falar - e oportunidades. São a culminância de vivências, histórias de luta e acúmulo de saberes. São mola propulsora de um ciclo virtuoso que sempre se renova na imaginação e na alma das pessoas que experimentam sonhar e criar uma existência digna e inclusiva.

O projeto *Cuidania* e todas as suas variantes, como construção humana que são, foram realizadas por muitas pessoas. Pessoas que escolheram viver plenamente, fazendo de sua existência e de seu ofício um instrumento de luta por uma sociedade justa. Este livro, que serve de registro histórico dessa caminhada e (por que não?) de semente, também foi escrito coletivamente. Um coletivo reunido por afetos e convicções, que busca alinhar existências e resistências.

O primeiro capítulo, **Não andamos sós**, foi escrito pela Professora Lêda Leal e reflete a identidade desse coletivo, o papel da ancestralidade e a força motriz que advém do encontro nas trincheiras. O segundo capítulo, **Quantas vidas cabem numa roda de conversa?**, também conta com a participação da querida professora, que foi entrevistada por jovens mulheres e homens integrantes do escritório. A prosa, que

se estendeu por uma tarde, contemplou temas como violência política contra mulheres negras e grupos ativistas; educação inclusiva; papel do movimento sindical e das políticas afirmativas; letramento racial e seletividade do sistema penal. Os artigos contidos nesse capítulo expressam variadas percepções dessa conversa.

O terceiro capítulo, **Trilhando os caminhos da diversidade**, foi escrito por integrantes do escritório com o objetivo de narrar sua vivência nos grupos de diversidade criados a partir do Manifesto LBS. Contém, ainda, duas pequenas cartilhas.

O quarto capítulo, **Encontros pela vida**, foi generosamente escrito por pessoas que estão nas trincheiras ao nosso lado e compartilharam algum espaço de cidadania. Há nove subcapítulos que versam sobre:

- **Cuidar verbo coletivo** - a importância do cuidado e a potência do coletivo;
- **Os números da inclusão** - a economia como fator de inclusão social e cidadania;
- **Nutrindo mudanças** - experiências que buscam e promovem transformação social;
- **O (re)existir dos povos originários** - a opressão e resistência dos povos indígenas;
- **Haja armário** - vivências de quem existe fora do padrão imposto como “normal”;
- **Aprenda o meu nome** - o poder das palavras para humanizar ou excluir as pessoas com deficiência;
- **Política para quê?** - pílulas para compreender (ou pelo menos tentar) os fenômenos sociais e políticos que vivemos na atualidade;
- **Forasteiras da humanidade** - o papel de subalternidade (ou sub-humanidade) atribuído às mulheres negras e as consequências concretas disso em seus corpos;
- **O ser humano e o trabalho como eixos de um mundo digno** - reflexões sobre estruturas sociais alternativas para construir um sistema de relações inclusivo e justo.

O quinto e último capítulo, **Do lado de lá da pandemia**, contém diferentes percepções sobre a crise sanitária mundial e seus multifacetados impactos sobre os corpos, as vidas e as relações sociais.

Que os pensamentos, os afetos e as vivências aqui reunidos sejam convite para quem tiver acesso a essa compilação de *cidadanias*. Convite para sonhar e para, coletivamente, transformar a realidade.

Convite para sorrir ao reconhecer uns nos outros a companhia que importa mais do que a própria luta.

Brasília, 13 de outubro de 2021.

Fernanda Giorgi e Antonio Megale



**Não
andamos sós**

Nossos caminhos

Iêda Leal

Graduada em Pedagogia/PUC GO, Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Salgado de Oliveira. Ativista do Movimento Negro e do Movimento Sindical. Atualmente, Secretária de Combate ao Racismo da CNTÉ, Secretária de Comunicação da CUT GO, Conselheira do Conselho Estadual de Educação de Goiás/CEE-GO. Coordenadora do Centro de Referência Negra Lélia Gonzáles; Coordenadora Nacional do MNU - Movimento Negro Unificado.

Na conversa que tive com o pessoal da LBS Advogados, tive a exata sensação de estar junto com pessoas que queriam cuidar da cidade. Esse é o significado para mim! Cuidar da cidade. Cuidar de vidas para mim é o melhor significado deste trabalho.

E acho que isso é o resultado da compreensão que vocês têm de um mundo plural; um mundo em que trilharemos caminhos para esperar mais nossa luta! Para continuar a luta dos nossos antepassados. Luta de quem já está presente com uma idade mais avançada e vocês, jovens, esperneando, dando sentido para o princípio mais fundante das relações entre os seres, que é o respeito, que garante a dignidade humana.

Então, esse entrelaçamento do interesse de vocês tem o objetivo de tecer conhecimento e envolvimento no mundo do trabalho e na defesa certa das pessoas. Percebi que vocês, essa equipe, transpira diuturnamente respeito individual a cada história que se apresenta.

Não há, em momento algum, possibilidade de vocês terem um outro olhar que não seja o olhar coletivo para mulheres e homens, para a população LGBTIA+, para as pessoas com deficiência, para os jovens e para os mais velhos, para negros e negras... São esses olhares múltiplos que garantirão sustância às nossas lutas.

Estou convencida e muito emocionada. Tudo isso me deixou, absolutamente, mais envolvida com nossa luta. A conversa que tive com vocês me deu mais vontade de continuar minha caminhada, a qual nunca foi solitária; caminhada coletiva de combate ao racismo na sociedade por meio das histórias das minhas filhas, das histórias dos meus alunos e de minhas alunas e das histórias que escuto de todos e de todas que encorajam sobremaneira e definitivamente me impulsionam a continuar a minha caminhada.

Sei que vocês continuarão a caminhada por meio dos passos de vocês. É envolvente, concreto e mágico! Essa caminhada de cada um significa que a luta de Zumbi dos Palmares, de Luíza Bairros, de Lélia Gonzáles, de Carolina Maria de Jesus e de muitos outros que não estão conosco aqui e de outros que estão conosco nos ajudando a reorganizar o mundo a partir da percepção da cidadania, ou melhor, da Cidadania, não é uma luta vã. Esse nome é especial para todos nós.

Para finalizar, fica o trecho da música *O Bem*, de Arlindo Cruz¹

... Se a luz do sol não para de brilhar
Se ainda existe noite e luar
O mal não pode superar
Quem tem fé pra rezar diz amém
E ver que todo mundo é capaz
De ter um mundo só de amor e paz
Quando faz só o bem
Quando só faz o bem...



Convida a todos para o momento de reflexões e debates

Dia 28 de julho, quarta-feira

Horário: 17:00, pelo Zoom



Grupos de trabalho
Cidadania e
Combate ao Racismo



Professora Ieda Leal
Ativista do movimento
negro e sindical

JULHO
Gritemos: sou porque somos!

¹ <https://www.youtube.com/watch?v=kixYoZXu2xY>

**Quantas
vidas cabem
numa roda de
conversa?**

Retrato musicado

Ariane Elisa Gottardo Emke
Matheus Cunha Girelli



Imagine todas as pessoas
Imagine all the people

Partilhando todo o mundo
Sharing all the world

Você pode dizer que sou um sonhador
You may say, I'm a dreamer

Mas eu não sou o único
But I'm not the only one

Pensem nas crianças, mudas, telepáticas
Pensem nas meninas, cegas, inexas
Pensem nas mulheres, rotas alteradas
Pensem nas feridas, como rosas cálidas

[...] é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta

De uma gente que ri quando deve chorar

E não vive, apenas aguenta
Mas é preciso ter força,
é preciso ter raça

É preciso ter gana sempre

Quem traz no corpo a marca, [...]

Mistura a dor e a alegria



É um mundo cão
Pra nóiz perder não é opção, certo?
De onde o vento faz a curva
Brotá o papo reto
'Num deixo quieto
Não tem como deixar quieto
A meta é deixar sem chão quem
Riu de nóiz sem teto



Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Eu pergunto a você
Onde vai se esconder
Da enorme euforia



O "post" é voz que vos libertará.
Descendentes tantos insurgirão.
A arma, o réu, o véu que cairá.
Cravos e Tulipas bombardeiam,
Um jardim novo se levantará.
O Jasmim urge do solo sem medo.

Os poderosos podem
matar uma, duas, 100 rosas,
mas jamais poderão deter
a chegada da primavera!

Ariane Elisa Gottardo Emke, advogada da LBS advogados
Matheus Cunha Girelli, advogado da LBS advogados

“

Colagem inspirada na roda de conversa com a Professora Ieda Leal, realizada no dia 16/8/2021, em que reafirmamos os valores do escritório e o nosso Manifesto, debatendo temas relevantes à pessoa humana e a seus direitos, ampliando nosso foco jurídico para uma nova perspectiva na defesa das mulheres, dos negros, dos indígenas, da comunidade LGBTI+, dos migrantes, dos refugiados, das pessoas com deficiência e dos demais vulneráveis.

Reafirmamos a luta por meio da cultura, utilizando trechos de músicas conhecidas:

"Imagine", Composição: Yoko Ono / John Lennon

"Rosa de Hiroshima", Composição: Gerson Conrad / Vinícius de Moraes

"Maria, Maria", Composição: Fernando Brant / Milton Nascimento

"AmarElo", Composição: Felipe Vassão / DJ Duh / Emicida / Belchior

"Apesar de Você", Composição: Chico Buarque

"Amanhã... Será?", Composição: Daniel Santiago / Fernando Anitelli / Gustavo Anitelli.

”

Nós acima de tudo e com todes

Fernanda Teodora S. Carvalho

Formada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC e Pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho e Previdenciário pela mesma instituição. Advogada da LBS Advogados.

Esse escrever textos em primeira pessoa me incomoda, pois, tudo que está ali rascunhado no papel pode um dia já ter sido dito ou escrito por alguém. E com uma qualidade incomparavelmente superior. Daí me questiono a necessidade de imprimir as ideias, um pouco tortas, e o pensamento rápido, em sequência gostosa de ser lida, e que dê vazão a alguma sensação, ou sentimento repisado, aprisionado na cabeça do leitor. Furto uns minutinhos de quem se propôs a pensar nessas letras soltas. E não peço perdão, nem licença, pelo crime cometido. Não há poesia sem pecado.

Assim, já advirto a quem me lê: esse texto, crônica, ou qual seja o nome que deseje apelidá-lo, não busca trazer nenhuma conclusão (ainda que breve) sobre quaisquer dos assuntos aqui derramados. Em tempos de certezas muito absolutas e de dogmas que são intransponíveis, a dúvida é um privilégio que gosto de perseguir, e não soa nada vaidosa. Bom, depois dessa introdução (ou seria uma justificativa?) - entendam como quiserem - posso, enfim, começar a dizer a que vim.

Pois bem.

Tive o prazer de poder ouvir, pelo que me pareceu uma tarde inteira, alguns breves relatos e experiências da vida de uma mulher admirável. Inconvencional, à sua maneira, mas que carrega uma potência e uma propriedade no viver, que é estranhamente familiar a todes nós. Iêda. A simbologia de seu nome carrega o que todos, em algum momento, desejam ou já desejaram a respeito das mulheres: *sejam doces, favos de mel, reflitam ternura, encantamento (...)*! Quantas qualidades lindas, desejáveis! Mas elas nos protegem? Ou nos tornam mais vulneráveis?

As palavras contadas sobre o seu caminho de professora, mulher preta, militante, sindicalista e alma inquieta trazem apreensão. E gritam. Como gritam! As perguntas lançadas nas histórias reveladas questionam, se unem a um coro de um milhão de vozes: quantas horas, dias, meses, anos, décadas irão se passar e ainda teremos que continuar a repetir, como cucos quebrados, as mesmas coisas? Exigir os mesmos direitos (*básicos*)? Afinal, não disseram vocês e nos fizeram

crer que somos iguais? Não éramos iguais? Ou nunca fomos iguais? Decidam-se, decidam-se!

As perguntas pairam pesadas no ar... Há respostas para elas? Talvez, mas essa jornada de dar alento a essas angústias soltas não se trilha sem o *nós*. Estamos construindo. E esse trabalho, de alvenaria, é árduo. Envolve demolir tudo aquilo que já está ali, posto, para construir alguma coisa nova, diferente, melhor. É preciso respirar fôlego novo. Na sua fala, também existe alento, coragem! Reunião de almas, Ubuntu. A mesma sensação de dançar com os pés descalços em roda do fogo, numa noite de primavera. A lenha estalando suas faíscas; a chama vermelha transformando a matéria; vagalumes dividindo o seu brilho fugaz com as estrelas. Sorrisos. Todos os presentes, inteiramente tomados pelo sentimento de contemplação. É como entender a infinitude do horizonte, depois de uma caminhada exaustiva, que sabemos estar nos aproximando do fim...

Quiseram (e ainda querem) nos oferecer alguma perspectiva partida e torta sobre o futuro, mas não nos convidaram para escrevê-la. Como pode? Até hoje tratam como invisível a história que mora nos lugares coletivos. O ser humano é uma criatura que se esconde atrás de aparências. No entanto, digo que, para enxergar a história oculta, verdadeira, plena de emoção, mergulhada dentro do bichinho cotidiano, que permeia a vida da gente, é preciso ir além das placas, dos nomes das ruas, que festejam os homens ricos que tiveram pouca ou nenhuma participação na nossa vida.

E esse motivo para viver, essa *liberdade* desejada (e conquistada diariamente) estão impressos nas pedras do calçamento, nos olhares das senhoras que atravessam a rua... Na benção da santinha, no café preto, no ônibus cheio que atravessa a cidade. Somos livres, ao aceitar as migalhas do sol como recompensa? Somos livres quando nos tiram os direitos e dizem que é pelo "*bem comum*"? Somos livres, quando não conseguimos nos achar e habitar os mesmos lugares, sem sermos fuzilados por olhares punitivos, cobertos de uma vergonha que não nos pertence?

Assim nos criaram. Mas reparem: apesar de tudo isso, dizem que só as pedras não mudam! E quem inventou esse ditado está errado, posto que as pedras (também) sofrem com a ação do tempo. E assim viveremos para testemunhar: o quadrado virar redondo; o não aceito tornar-se aceito. O certinho tornar-se amarrotado, virar do avesso e o riso reprimido poder ser gargalhado, em alto e bom som, para quem quiser ouvir. Lêda, obrigada pelas breves lições, que nos comunicaram, em gestos e em prática, que é tempo de *nós*. Acima de tudo. E com todes.



R-e-c-o-m-e-ç-a-r

Gabriela Rocha Gomes

Formada em Direito pela Universidade Católica de Brasília.

Advogada da LBS Advogados.

Josias Pedro da Silva

Formado em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo.

Advogado da LBS Advogados.

Marco Aurélio de Carvalho Rocha

Formado em Direito pelo Centro Universitário de Brasília.

Assistente jurídico da LBS Advogados.

Sandrielle Fernandes dos Reis

Formada em Direito pela Universidade Católica de Brasília.

Advogada da LBS Advogados.

“Recomeçar. Gritar. Falar. Encorajar a outra!”

Essas foram as palavras que Iêda Leal utilizou respondendo a primeira pergunta de um encontro que foi preparado, sonhado, vivido e sentido por cada um de nós.

Existem pessoas que são marcantes. Que marcam tudo o que tocam, produzem e desenvolvem. Iêda Leal é essa pessoa. É difícil não se sentir tocado por seu domínio da palavra, do discurso e por sua sensibilidade com o mundo a sua volta.

Filha de Maria e Moacir, mulher negra, mãe e avó, Iêda tem o dom de cativar a todos com a palavra, mas não somente isso: ela sempre se propõe a ir adiante, a fazer mais, porque sabe da transversalidade da luta que precisamos travar para fazer desse mundo um lugar melhor para todos.

O resultado desse encontro?

Depois de ouvi-la e, parafraseando o verso da canção “Triunfo” do Emicida e do Criolo, nós afirmamos: “*Temos uma missão, somos porta voz de quem nunca foi ouvido*”.

Iêda sempre repete que a palavra é um instrumento de luta.

Por outro lado, percebemos que a sociedade tem uma escuta seletiva, determinando quem são os que devem falar e ser ouvidos, e impondo o completo silenciamento de tantos outros, tendo como métricas para isso o gênero, a cor da pele, a orientação sexual, a religião e a ideologia.

Palavra. Luta. Escuta. Silêncio. Violência. Preconceito. Perseguição. Genocídio. Morte...

Outra vida, outro fim, mesma dor.

Recomeçar?

Sim! R-E-C-O-M-E-Ç-A-R!

“Alguém está sofrendo, nós precisamos ajudar”.

Essa foi outra frase dita por ela ao longo do encontro e traduz que o recomeço só é possível se estivermos juntos, nos enxergarmos como resistência e, principalmente, enxergamos o outro.

Recomeçar!

Por nós, por aqueles que não mais respiram, por aqueles que não sabem por onde começar e por aqueles que ainda virão.

Sabemos que não é fácil e que a dor, muitas vezes, se apresenta como um mal invencível. Sabemos que cada um carrega uma infinidade de cicatrizes, de marcas e de sofrimentos. Sabemos que tem muita gente que vai continuar tentando fazer de nós objetos inanimados, sem voz, sem valor e sem vida.

Entretanto, sabemos que a vida é um dom imensurável e continuaremos, a todo custo, lutando e resistindo para que todos tenham condições igualitárias de, verdadeiramente, vivê-la!

Em março de 2018, em um pronunciamento sobre o Dia Internacional da Mulher, na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, Marielle

Franco disse que “As rosas da resistência nascem no asfalto”. Nós, humildemente, concordamos com Marielle.

Até que chegou o dia em que o asfalto, as praças, os teatros, o plenário, o contato, o abraço, os beijos, o toque e o aperto de mãos não estavam mais acessíveis e liberados como antes - pelo menos para aqueles que se importam.

Medida dura, mas necessária para proteger a vida.

A partir de então, percebemos que criamos a habilidade de nos fazermos resistência, mesmo que ela não tenha nascido e ganhado força no asfalto. E é claro que desejamos voltar para o asfalto e também para todo o resto. Mas não conseguimos aguardar o retorno às ruas para começar a GRITAR!

Gritar pela saúde, pela educação, por igualdade, por respeito, pelo direito de escolha, pelo direito de amar e de sermos amados, pelo direito de conquistar tudo aquilo que sonhamos. Gritar pela vida de todas e todos!

No dia 16 de agosto de 2021, realizamos nosso encontro e percebemos que as rosas da resistência (e os cravos, as folhas, os frutos e as frutas, os galhos e todos os que quiserem ser parte dessa luta) podem nascer, além do asfalto, em um ambiente virtual, em uma sala cheia de gente de todo o canto, de todo jeito, de todas as cores e sabores. De gente que quer fazer o certo; fazer o bem.

“Temos uma missão, somos porta voz de quem nunca foi ouvido”.

E estaremos sempre aqui por você. Seremos a voz de cada uma e de cada um que foi marginalizado por um sistema opressor que insiste em privilegiar a elite branca, masculina e heterossexual.

Para você que lê este texto e que assim como nós faz parte de uma “minoridade” (mesmo estando em maior número), nós prometemos sempre FALAR e escutar com todo amor e solidariedade que existem em nossos corações, na esperança de conseguir, de alguma forma, ajudar.

A depender da situação, até cochicharemos bem baixinho, somente entre nós, em nosso pequeno quilombo, como nos ensinou Iêda, para assim ENCORAJAR cada pessoa de que juntos podemos fazer a diferença.

Silenciaram Marielle... Silenciaram tantas outras. Mas o grito dela (e de outros tantos) ainda ecoa na luta de cada um de nós.

Para aqueles que querem nos calar e silenciar as lutas que representamos, um aviso: Nós gritaremos. Nós continuaremos lutando e resistiremos!

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”

Paulo Freire

*Luara Borges Dias
Formada em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto.
Advogada da LBS Advogados.*

No ano do centenário de Paulo Freire, a cada fala de Iêda Leal, para mim, transparecia seu papel perante a sociedade. Educar foi a atividade que escolheu para sua vida. Quando conversamos, a liberdade se fez presente.

Iêda educa porque ama a liberdade.

A luta caminha com ela desde antes de seu nascimento. Sua fala honra os antepassados e orienta para o futuro.

Como quem conta um caso, revelou-nos que sua mãe, desde a infância, contava a história sobre como ela e outros empregados de uma família mineira se organizavam para almoçar antes dos patrões, mesmo com ordem em sentido contrário. **Não queriam trabalhar com fome.** Esse sentimento os unia e os estimulava a se organizar.

Também contou que seu pai se formou advogado quando ela ainda criança, momento em que a vida mudou. Iêda e os irmãos praticavam esportes. O pai estimulava as idas ao cinema e a leitura. Escondida, Iêda desafiava.

Queria ler *Tereza Batista Cansada de Guerra*.

A coincidência foi no mínimo curiosa, pois também eu teria tentado, sem alcançar a idade para tanto, pegar livros do Jorge Amado na Biblioteca Municipal de minha cidade quando mais nova. Para Iêda, Amado estava na prateleira mais alta. Para mim, estava em uma sala apartada da Biblioteca, no andar de cima, guardada pela bibliotecária. Era a sala onde eu mais queria entrar, mas precisava aguardar até completar 16 anos. Então li *Capitães da Areia*.

A luta por justiça, por igualdade e por educação foram lar para Iêda desde pequena.

Iêda diz que sente que não podia ser outra coisa senão professora. Me faltam palavras nessa hora, pois, de fato, não saberia como agradecer a ela e a cada uma das fortes professoras que transformaram a minha

vida e provavelmente a de muitos de vocês que agora estão lendo.

E eu não me cinjo, de modo algum, ao conteúdo das cartilhas.

Iêda é assim, uma professora daquelas que mais impactam as nossas vidas para que nunca mais esqueçamos.

Ela é um pouco como a dona Elza, da 1ª série, que ensinou a ler e a escrever com muito rigor. Dona Elza não aceitava ser chamada de tia em sala de aula. Ela tinha muito orgulho em ser professora para que a chamassem de qualquer outro modo.

Iêda é um pouco como a professora Cida, que, na 4ª série, nos contou para que serviam as janelinhas na porta da sala. Ela não suportava ver os policiais do PROERD passando e olhando para dentro por aquele vidro. Ela ainda sofria as cicatrizes da Ditadura. Uma das professoras mais importantes da minha vida, foi a primeira que me apoiou politicamente, nas eleições para representante da escola.

É um pouco como a Paola, que, na 7ª série, interrompeu a aula para informar que não aceitaria piadas homofóbicas naquele lugar, substituindo a aula planejada por uma longa história pela luta LGBTQIA+.

É como a professora Maria Isabel, de todo o colegial, que nos exigia muito mais que decorar os livros. Você não se sairia bem em uma prova da Maria Isabel se não analisasse muito criticamente o que havia acabado de ler. Maria Isabel já tinha a idade bem avançada e eu penso que não devia ser nada fácil lidar com toda a revolta daqueles que não aceitavam que uma senhora com menos de um metro e meio de altura pudesse criticar o conteúdo das apostilas, dizendo claramente quem havia financiado esse ou outro material que tínhamos em nossas mãos.

É um pouco como se o Torrano falasse, mostrando a uma sala de cursinho composta pela elite da cidade como as políticas sociais do governo PT oxigenavam as faculdades por meio da ampliação do acesso à educação. Chamava a Dilma de Dilminha, como se aquela fosse a mulher mais especial de sua vida (e com esse amor eu me identificava grandemente, afinal, aquela mulher realizou meu sonho de criança: ela foi a primeira mulher a alcançar a Presidência nesse país). Muitos alunos não gostavam da felicidade que ele esbanjava por saber que àquela época o acesso à universidade era um pouco mais plural que nos anos anteriores. Eu o adorava e me alegrava junto.

A fala de Iêda também se alinha com a de meu professor Benedito Cerezzo, um dos professores que eu mais admirava durante a faculdade. O primeiro a me alertar sobre termos racistas com os quais até então

não me preocupava. O primeiro a me alertar de modo expresso sobre a necessidade de ser antirracista. O primeiro a me apresentar o *Direito Achado na Rua*. O primeiro a me apresentar o exercício do Direito tal como o vejo hoje, tal como nós, da LBS, o vemos.

Iêda também traz um pouco da Fabiana, também da faculdade, que, nos primeiros dias de aula, botou todo mundo em roda, tal como fizemos no dia 16 de agosto de 2021, para falar sobre cotas. Se, no primeiro dia de aula, apenas três alunos em uma sala com 50 pessoas eram a favor de cotas, as aulas de Fabiana foram o suficiente para sairmos da faculdade melhores, assim eu penso, já que, ao fim do curso, a esmagadora maioria da sala tinha muito mais consciência sobre a necessidade das cotas para o acesso à universidade e sobre a diferença de igualdade formal e material. A maioria saiu das aulas de Fabiana respeitando, apoiando, trabalhando e fazendo parte dos movimentos sociais organizados; todos muito conscientes da importância de tais movimentos para a sociedade brasileira.

Iêda também traz consigo a luta da professora de minha avó, que se dedicou tanto a tentar alfabetizá-la já adulta.

Iêda agora faz parte do rol dessas professoras e professores dos quais é impossível que me esqueça, pois foram imprescindíveis no processo de me tornar quem sou. Ao ouvir Iêda, ferveu em mim a lembrança, a gratidão, o carinho e o amor que sinto por todas e por todas aquelas que são os pilares da nossa formação.

Iêda fala e sua fala é plural; sua fala é coletiva; tem o conteúdo da luta das mulheres, dos negros, das trabalhadoras, dos trabalhadores, das professoras, dos professores, das sindicalistas. Tem, na sua fala, o conteúdo da luta da sua família, **tem o conteúdo da nossa luta** e da de tantos outros brasileiros.

Iêda fala e, com sua fala, falam também a dona Elza, a Cida, a Paola, a Maria Isabel, o Cerezzo, a Fabiana. Também falam a Mariette, a Marielle, a Lélia Gonzales, a Conceição Evaristo, o Paulo Freire, o Emicida, o Movimento Negro Unificado, a CUT. Falam sua mãe, seu pai, suas filhas e seus netos. Iêda fala e, em sua fala, também fala por nós.

Iêda fala e conosco falam os sentimentos inaudíveis da latente emoção de se estar diante de uma professora de alma, que nos ensina no dito e no não dito; que nos ensina simplesmente com sua presença e com sua essência.

Iêda não anda só.

E essa é a razão de ser do Cuidadania: “tudo, tudo que nós tem é nós.”

Um conto escrito com um lápis azul

Maria Gabriela Vicente Henrique de Melo
Assistente jurídica da LBS Advogados.

Kevin Giratto Henrique
Advogado da LBS Advogados.

Era uma vez, como é em todas as vezes, uma menininha, como muitas das protagonistas de histórias infantis, com sonhos, como tantas outras. Essa, da história que conto, era uma menina que sonhava em descobrir coisas novas; mudar o mundo; transformar as coisas. Nada era impossível, mas, muitas vezes, o mundo a fazia pensar que sim. Disseram-lhe que o único caminho para alcançar seus sonhos e ser a pessoa que ela queria ser era ir para a escola.

Essa menina, bastante sonhadora, tinha um segredo: um lápis azul!

O lápis azul era bastante bonito. Suas bordas eram arredondadas e ele tinha cerca de quatorze centímetros de comprimento. Ele nunca soube de onde veio, como se tornou lápis e o porquê sua cor era a azul, e isso o incomodava um pouco. O que ele sabia é que, muito antes, ele era madeira, mas, pelas adversidades, era um lápis. Durante muito tempo, ficou preso dentro de uma caixa de plástico com outros amigos, de outras cores, sem que nenhuma criança quisesse levá-lo para a casa. A situação somente mudou quando a dona da papelaria decidiu vender lápis avulsos.

E foi no verão de 2018, enquanto a menina sonhadora passeava pela rua, lápis avulsos; escolha a cor que mais combina com você”. Sem pensar duas vezes, a menina correu para loja e escolheu aquele lápis azul.

Depois daquele dia, a menina nunca mais largou o lápis azul. Todos os desenhos, as cartas, os poemas e os contos eram escritos pela menina sonhadora com o lápis azul. Aquele lápis parecia dar voz ao que a menina sentia por dentro.

Pela experiência com o lápis, a menininha estava empolgada com a ida à escola; sonhou com um lugar que lhe ensinaria tantas coisas boas; que lhe incentivaria a sonhar e a tornaria capaz de construir um mundo como sempre quis. Chegado o dia de conhecer a escola, ela não poderia estar mais maravilhada!

Só que tinha um problema: essa escola não ensinava a sonhar; não incentivava a transformação. Por grande que fosse em tamanho e por maior que fossem sua fama e reconhecimento, era uma escola pequena. Pequena em ideias, porque ensinava seus alunos a serem todos iguais; ensinava a decorar e a aplicar o conhecimento sempre de um mesmo jeito; moldava seus alunos como se fossem bonequinhos. Não havia sonhos, nem pensamentos próprios...

E como se não bastasse, na nova escola, não podia levar seu lápis azul, pois lá só eram aceitos lápis vermelhos. A história chegava a ser curiosa, pois os alunos podiam utilizar canetas, livros, cadernos e borrachas de todas as cores, mas lápis não. Lápis tinham que ser vermelhos!

Como consequência, a menina murchou; perdeu sua cor; deixou seus sonhos de lado e teve que seguir o que era mandado, para se encaixar da forma que a escola queria, mas não da forma que ela sonhou.

Porém, em 16 de agosto de 2021, a menina teve a oportunidade de conversar com uma professora que não fazia parte do mundo daquela escola; uma professora que tinha os mesmos anseios que ela e que muito falava sobre o poder de mudança em cada um; sobre a importância de ter ideais firmes; de usar o conhecimento para a transformação e de unir forças para atingir esses objetivos. Junto a ela, naquele encontro, participaram outros colegas e o próprio lápis azul.

E por meio de um ambiente bastante acolhedor, puderam ouvir da professora algumas palavras e histórias que os fizeram refletir também sobre a necessidade de um lugar igualitário, em que os mais necessitados parassem de ser oprimidos. Compreenderam o papel de cada um nessa luta diária e constante.

Naquele dia, a menina percebeu, então, que talvez não estivesse tão errada em seus sonhos de antes, que talvez o problema não fosse ela, mas a forma como a ensinaram a pensar. Uma chama surgiu - ela não só estava certa, como também não estava só. Não apenas a professora acreditava nas mesmas coisas que ela, mas também as outras crianças que ali estavam.

Em consequência, poder lembrar de todos os seus sonhos a fez refletir sobre como poderia mudar a vida das pessoas, tornando o mundo um lugar melhor. A partir daquela conversa com a professora, ficou claro para a menina que o seu ideal nunca deveria ter sido deixado de lado e que podemos, ao longo de nossas vidas, contribuir sim para um mundo mais justo e igualitário.

Mais do que isso, percebendo a necessidade de agradecer a experiência

com seu lápis azul, compreendeu que aquilo havia sido válido para lhe ensinar tudo o que sabe e os seus grandiosos sonhos não poderiam ficar restritos à instrumentalização daquele objeto. A verdadeira cor era aquela que estava dentro dela!

Assim, a menininha entendeu: o conhecimento é importante, mas ele não é tudo. Não basta saber mil curiosidades; decorar livros e colecionar diplomas. Isso não será nada se esse conhecimento for aplicado da mesma maneira sempre. Naquela escola em que estava não havia críticas ou posicionamentos individuais, apenas muitos repetidores daquilo que queriam que fosse repetido e isso de nada valia. Com a professora e todas aquelas outras crianças com quem compartilhou a tarde, ela relembrou seus sonhos e reafirmou sua vontade. Voltaria para a escola com um propósito: utilizar tudo o que aprendesse para transformar.

Contudo, ela também entendeu que não iria conseguir sozinha, o sonho que é seu é também de muitos, por mais que alguns mais fortes ainda insistam em manter tudo como está. A menina sozinha é apenas uma menininha com seu lápis, mas com os outros, todos juntos, não apenas com lápis, mas cada um com seu instrumento de construção, são capazes de mudar.

De mesmo modo, aquele encontro com a professora possibilitou ao lápis um imenso aprendizado. Aquela angústia sobre não saber de onde veio e o porquê era lápis não existia mais. O lápis azul conseguiu compreender quão importante foi para a menininha e, mais do que isso, como serviu de instrumento capaz de possibilitar sonhos.

Os sonhos que, muitas vezes, parecem uma utopia não passam do justo, do correto e do melhor para todos. É que, às vezes, assim como os sonhos, a igualdade parece tão distante, mas não deveria ser assim; não deveria ser utópico acreditar no correto ou no justo. E o lápis, na condição de instrumento, pode e deve reiterar diariamente a necessidade de que esses sonhos sejam alcançados.

O lápis azul, extremamente grato pela experiência com a menininha, compreendeu que poderia ajudar todos aqueles que pensam em transformar o mundo em lugar melhor. Servir de instrumento pode contribuir para um bem maior, ajudando os mais vulneráveis e necessitados na luta pela igualdade.

A palavra - que, tantas vezes, é utilizada para manter tudo como está; um mundo sem cor e homogêneo, sem respeito à diferença - é a força de cada um para fazer a sua mudança. A todo tempo, vão nos ensinar a apenas repetir, porque ter opinião própria é perigoso aos poucos

que disfrutam do padrão atual. É fácil desanimar quando você parece diferente num mundo de iguais, mas qual o mal em ser diferente? É a diversidade que nos identifica; o diferente deve ser celebrado.

O aprendizado pode ser usado para concretizar os sonhos!

No fim das contas, esse conto não é só uma ficção fantástica. É a história de muitos; é a história dos autores desse texto. Entramos na faculdade de Direito com o sonho de promovermos a justiça e de sermos instrumento da transformação que era o nosso sonho. Escutamos desde o primeiro dia que fazer Direito não é fazer justiça; fomos ensinados a seguir a letra da lei; leis que protegem poucos e não a maioria. Por mais que os ideais sejam firmes, tantas vezes parece difícil; tantas vezes é fácil se duvidar. Duvidar de algo básico! A justiça se coloca como algo tão essencial, mas tão difícil de atingir. O básico parece se confundir com a utopia.

Crescemos para ver injustiças em toda esquina e o mundo, a hegemonia querem nos ensinar que somos impotentes; que nada podemos fazer para mudar a situação. A consciência de impotência mantém a hegemonia e beneficia poucos, mas não é real. Se hoje a atividade judiciária se tornou a escola, pequena em ideias, cheia de egos e beneficiando poucos, faz-se necessário relembrar todos os dias de nossos sonhos e de como o instrumento que temos em mãos, seja ele um lápis azul ou qualquer outro, pode nos possibilitar atingir nossos sonhos.

Agradecemos, Professora Iêda, pelo encontro do dia 16 de agosto.

Somos todos meninas à procura de um lápis azul.

Descobri que as formigas gritam

Raquel Bartholo
Advogada da LBS Advogados

“É preciso ter esperança. Mas tem de ser esperança do verbo esperar. Por que tem gente que tem esperança do verbo esperar. Esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. “Ah, eu espero que melhore, que funcione, que resolva”. Já esperar é ir atrás, é se juntar, é não desistir. É ser capaz de recusar aquilo que apodrece a nossa capacidade de integridade e a nossa fé ativa nas obras. Esperança é a capacidade de olhar e reagir àquilo que parece não ter saída. Por isso, é muito diferente de esperar; temos mesmo é de esperarçar.”

Paulo Freire

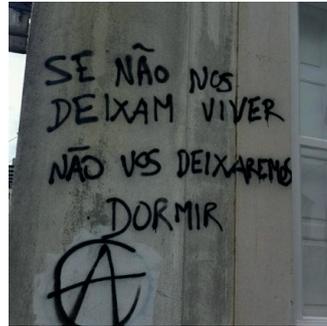
Eu sempre conto que, embora tenha me encontrado na profissão, nunca tinha me imaginado como advogada, sempre achei a performance do sistema de justiça muito careta e a organização das instituições muito engessadas. Acreditava que as possibilidades de mudança a partir do Direito eram poucas e que a verdadeira transformação viria das ruas, não dos palácios.

Mas tem vezes que a gente escolhe a profissão e outras em que a profissão escolhe a gente.

“No hay camino, se hace camino al andar”, lembra poeta espanhol Antonio Machado aos caminhantes. Foi percorrendo e construindo minhas estradas que descobri que gostava dos substantivos no infinitivo; que a minha mania de fazer perguntas incômodas tinha essa potência de provocar rebuliços, de me levar a caminhos antes não explorados e que é possível esperarçar mesmo seguindo a liturgia.

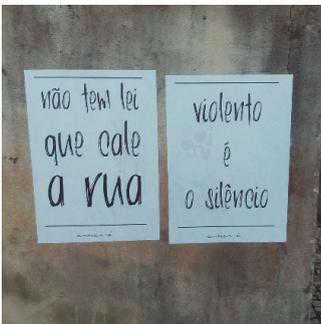


Talvez tenha sido pelo afronte que comecei a trilhar esta estrada – “*Vocês vão ter que me engolir, vocês vão ter que me escutar*” – mas encontrei tantas pessoas tão parecidas comigo no meu caminhar, pessoas que insistem em esperar apesar dos pesares, que tenho convicção de que não peguei um desvio porque sabia que essa estrada me levaria a um bom lugar.

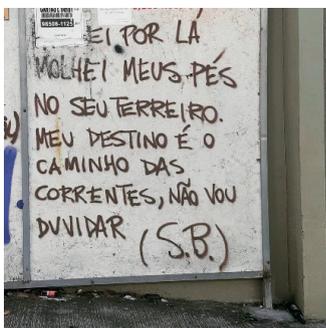


Vivemos tempos sombrios, de crise sanitária, política e social; tempos em que o esperar (que não é do verbo esperar) é cada vez mais urgente e necessário; tempos que doem nas almas revolucionárias, já que parece mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo.

Por outro lado, é muito bom caminhar ao lado de pessoas que, embora trabalhem com as leis, assim como eu, entendem que “*a única forma que pode ser norma é nenhuma regra ter, é nunca fazer nada que o mestre mandar, sempre desobedecer, nunca reverenciar*”, como dizia Belchior. O caminho da esperança é penoso, envolto pela neblina. Não tenho certeza dos percalços que encontrarei, mas ele é o único que não me permite esmorecer; que garante que sempre terei com quem compartilhar minhas feridas e que, quando a bala comer, mano, terei escudo. Afinal, como lembra Emicida, “*quem tem um amigo tem tudo*”.



Eu tenho um mantra, que descobri nas paredes pixadas de uma das ocupações em que estive, e que repito diariamente: reconhecer a insignificância do nosso trabalho de formiga e ter calma e ainda assim fazer estrago na roça. “*Pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não assanha o formigueiro*”, entoam os cantos da rua. Perdida nas ruas de Montevidéu, mais uma mensagem deixada nas paredes me lembrava que “*las hormigas gritan*”.



Somos pequenas como as formigas, mas a esperança coordenada é capaz de mudar o mundo e é isso que me move a estar deste lado da tribuna.

O trabalho de formiguinha segue diário: reforçamos nossas trincheiras; fazemos perguntas desconfortáveis; nos permitimos sorrir; lutamos para sobreviver e absolutamente não nos afastamos do propósito de defender a democracia e a justiça social. A nossa maior vitória é saber que ainda amanhecemos, afinal, como disse o poeta Mario Benedetti “*De vez en cuando es bueno ser consciente de que hoy de que ahora estamos fabricando las nostalgias que descongelarán algún futuro*”.



Tempos sombrios e a flor

Beatriz Fernandes Macedo
Assistente Jurídica da LBS Advogados

Carta aberta para aqueles que têm a ousadia de lutar e a coragem para resistir!

Brasil 2021: vivemos diante de um caos que reflete o (des)governo - pandemia, *fake news*, racismo, homofobia, capacitismo, machismo, desmatamento, genocídio, milícia, desequilíbrio entre os três poderes, movimentos antidemocráticos, falta de comida no prato, aumento de desemprego, sistema de saúde em estado crítico, falta de leito de UTI, 580 mil mortes - e contando -, aumento da pobreza, aumento do gás, da luz, da gasolina.

Aqueles que desacreditam do caos são os mesmos que estão, dia após dia, dentro de uma bolha social, reproduzindo e mugindo para todos os cantos. Nesse momento, tais pessoas deixaram de ser humanas, pois deixaram de sentir que o outro tem dores e que todas as dores são legítimas.

A desqualificação da dor surge como um dos maiores problemas da atualidade, pois, à medida que há a perda da capacidade de compreensão e tampouco do buscar entender o sentimento do outro, ficamos sujeitos e submissos ao que nossa história de violência às minorias plantou e hoje estamos colhendo.

Por isso, embora haja cansaço por terem nos emudecidos por anos, suportando dores emocionais e físicas, é necessário incomodar. Continuemos a fazer balbúrdia, a bater panela, a gritar, a protestar e a manifestar. Pode ser que funcione minimamente somente para dizer “eu existo”, mas é exatamente por isso que não podemos parar. E temos que nos agarrar àqueles que, embora tenham lutas diferentes da minha, precisam de ajuda para gritar.

É importante lembrar que sempre renasce uma flor em meio ao caos!

Assim, apesar de todo o caos, passar por ele se torna mais fácil quando temos pessoas que estão ao nosso lado, para dar, além do apoio em questões profissionais, o devido fortalecimento na representatividade: a LBS é um escritório de advocacia da diversidade e eu, como minoria, aqui posso ser quem sou.

A roda de conversa com a professora Iêda Leal coroou os diversos encontros que fizemos durante a pandemia. Fez com que nos sentíssemos juntos, tomando aquele café da tarde; discutindo; trocando ideias e sempre aprendendo sobre questões que vão do viés jurídico às questões sociais.

Fazer parte da LBS não é somente trabalhar, mas é se sentir incluída e representada.

Sobre poder ser

Sarah Cecília Raulino Coly

Possui graduação em Direito pelo UniCEUB - Centro Universitário de Brasília. Pós-graduada na Fundação Escola Superior do MPDFT. Especialista em Direito do Trabalho Transnacional pela Universidade de Castilla-la Mancha, Espanha. Mestranda em Direito das Relações Sociais e Trabalhistas no Centro Universitário UDF. Integra a AATDF desde 2018. Sócia da LBS Advogados.

Quando pequena, achava que o meu nome, com todo seu peso, me definia. Me chamo Sarah Cecília Raulino Coly. Sou filha de Ana Maria Raulino de Medeiros e David Coly. Minha origem remete a Mossoró, no Rio Grande do Norte, e ao vilarejo de Soutou, no sul do Senegal. Sou da etnia Diolá e meus ancestrais são reis e rainhas.

Outro dia contei em voz alta como me senti quando estive no Senegal pela primeira vez.

Naquele país de população majoritariamente preta, me senti, finalmente, em casa. Talvez você, homem, branco, heterossexual que esteja lendo esse texto tenha certa dificuldade de imaginar essa sensação, mas se eu fechar os olhos, aqui e agora, consigo me lembrar de como era bom saber (e ver) que somos tantos.

Naquele ambiente em que eu me via *comum*, pequenos privilégios cotidianos me davam conforto: ali, eu não precisava me preocupar em escovar os cabelos no minuto em que eu os molhava, não precisava me empenhar tanto para deixá-los com aparência lisa, porque, afinal, os cabelos das outras garotas e mulheres eram todos crespos, exatamente iguais aos meus e não causaria escândalo para ninguém o fato de eles serem assim. No Senegal, eu não precisava me preocupar em estar excessivamente bem vestida para frequentar determinados ambientes, porque minha presença negra não chamava tanta atenção, pelo contrário. Se em Brasília, minha cidade natal, eu sempre fui a única menina negra da classe, no Senegal achava incrível que o colégio Marista fosse frequentado por meninas e meninos pretos como eu.

Naquela primeira viagem, ainda menina, não tinha a dimensão de que, enquanto ex-colônia francesa, o Senegal, assim como o Brasil, é atravessado por diversos sistemas de opressão, dentre eles o racial, ainda que meus olhos de criança não fossem capazes de reconhecer. Tal qual no Brasil, aos poucos, fui percebendo então que, também no Senegal, muitos dos pequenos prazeres diários de vida eram,

em verdade, privilégios dos colonizadores (brancos) conterrâneos de Amélie Poulain. Com a lente de óculo que possuo hoje, vejo que aquela sensação de chegar em casa quando estive pela primeira vez no Senegal, concretamente representou a sensação (falsa) de um ambiente desprovido de racismo.

Os anos, no entanto, foram servindo para que cada vez mais, por meio do ganho de consciência, eu fosse me despidendo de mim mesma, abandonando a definição que acreditava que meu nome me impunha.

Faz parte da minha trajetória reconhecer que, a despeito da minha descendência africana, que me constitui enquanto sujeito, meu reconhecimento e minha subjetividade de mulher negra ainda vêm sendo forjados com golpes duros da vida, mas por meio de toques suaves na alma.¹

Sou parte de África, mais que isso, ela é grande parte de mim. Mas, para me descobrir mulher preta, foi (e tem sido) preciso ser. Afinal, como tantas mulheres pretas, “não me descobri negra, fui acusada de sê-la”.²

Somos todos racistas, assim um dia escrevemos³. Porém, se é difícil se reconhecer racista, também é estranha a sensação de perceber o quanto flertei com a branquitude.

Não me martirizo, tampouco teço julgamentos. Ao longo do caminho, venho aprendendo a ser generosa, sobretudo comigo mesma e grata por me permitir ser.

Na tradição Diolá, acredita-se que o bem se faz de maneira anônima, de forma que uma vez feito, o agradecimento dele decorrente não cabe em uma única palavra direcionada a um único indivíduo.

O agradecimento é maior, dirigido a tudo aquilo que nos rege. Muito mais do que isso, para os Diolás, o agradecimento também é concreto e, assim, deve voltar para o mundo em formato de ação.

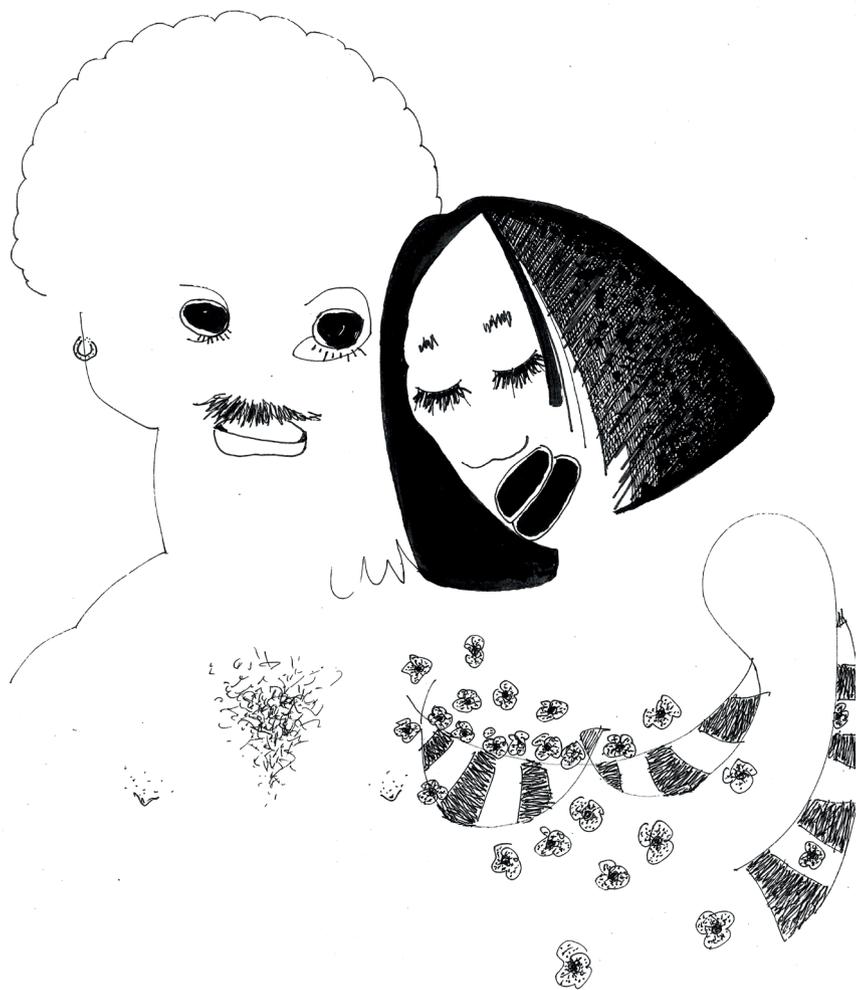
Assim, sigo cumprindo a tradição. Meu nome já não me define, cada vez mais estou despida e assim seguirei fazendo. Ser me define. E na Cuidadania, posso ser.

1 “Se a gente cresce com golpes duros da vida, também podemos crescer com toques suaves na alma”. Cora Coralina.

2 Joice Berth.

3 <https://www.lbs.adv.br/artigo/somos-todos-racistas-e-preciso-reconhecer>

**Trilhando os
caminhos da
diversidade**



LBS

Antirracismo

Temos uns aos outros

Grupo LBS Antirracista

Gabriela Rocha Gomes
Formada em Direito pela Universidade Católica de Brasília.
Advogada da LBS Advogados.

Josias Pedro da Silva
Formado em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo.
Advogado da LBS Advogados.

Marco Aurélio de Carvalho Rocha
Formado em Direito pelo Centro Universitário de Brasília.
Assistente jurídico da LBS Advogados.

Sandrielle Fernandes dos Reis
Formada em Direito pela Universidade Católica de Brasília.
Advogada da LBS Advogados.

Sarah Cecília Raulino Coly
Sócia da LBS Advogados.

Meus amigos, os últimos dias não têm sido fáceis, porque, se não bastasse vivermos em um país extremamente opressor, preconceituoso e conservador, que perpetua suas estruturas de apagamento social das “minorias!”, ainda nos deparamos com uma pandemia mundial causada pelo coronavírus, pela qual fomos assolados pela ansiedade, pela dor, pela desesperança e pela morte de entes queridos.

Porém, de alguma forma, esbarramos com a nossa humanidade e com as nossas fraquezas e vulnerabilidades; aprendemos a nos relacionar de formas diferentes e a encontrar lugares seguros para nos aquilombarmos. (Possivelmente, não é a primeira vez que você se depara com esse termo, mas acreditamos firmemente que ele faz todo sentido!)

Para nós do Grupo LBS Antirracismo, o termo *aquilombamento* significa encontrar a sua voz, a sua identidade e a sua força por meio da troca de experiências coletivas, de modo a compreendermos que **“Tudo que nós tem é nós”**². E, para além disso, percebemos que nós temos um LADO.

1 Conceito filosófico.

2 *Principia* (part. Fabiana Cozza, Pastor Henrique Vieira e Pastoras do Rosário) – Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h8gotN_Na28

Acreditamos que estamos em constante construção e queremos nos apresentar a você, querido leitor, querida leitora.

Tudo começou quando cada um de nós teve a oportunidade de unir os seus interesses de viver em uma sociedade plural, livre, democrática, justa e nos comprometemos em nos esforçarmos para contribuir para essa finalidade saindo da nossa zona de conforto. Entendemos que estamos em um lugar extremamente privilegiado, pois encontramos suporte para que a nossa voz seja reverberada e, por isso, reconhecemos ainda mais a relevância desse compêndio de textos.

Entendemos que fazemos parte de uma construção realmente importante. Desconhecíamos, até então, organizações empresariais que estivessem atentas e preocupadas com a realidade social, especialmente de grupos marginalizados.

Quanto aos grupos de trabalho internos do escritório, em dezembro de 2019, inflamados pelo convite do manifesto da LBS Advogados para sermos “inteiros e íntegros” como defensores e defensoras de direitos, passamos a trabalhar internamente em pequenos grupos que visam ampliar o olhar dos profissionais para além do jurídicos.

Alguns grupos de trabalho foram planejados, enquanto outros tiveram uma formação mais orgânica, como é o caso do GT LBS Antirracismo.

Isso porque o nosso GT surgiu especificamente quando nos reunimos para realizarmos a campanha “*Não é só coisa de preto*”, em comemoração ao dia 20 de novembro de 2020. Naquele momento, já contávamos com a coordenação da Sarah Coly e tínhamos como componentes a Gabriela Rocha, o Josias Pedro, o Marco Carvalho, a Sandrielle Reis e a Danielle Almada.

Durante as reuniões, utilizamos as nossas vivências, nossos traumas, nossos medos e nossas esperanças para criar uma campanha que fosse capaz de impactar e de conscientizar as pessoas de que a estrutura vigente não representa o projeto de nação na qual esperamos viver. Não é aceitável que corpos negros sejam objetificados, que vidas negras sejam apagadas pela violência policial e que suas vozes nunca sejam ouvidas.

Temos muito para falar e, por isso, queremos fazer um breve relato do que o GT LBS Antirracismo significa para cada um de nós.

Gabriela Rocha Gomes

Orgulho-me em dizer que levei toda minha ancestralidade e a minha família comigo para os bancos da universidade. Meus pais não fizeram faculdade; somos de origem humilde; eu e meus quatro irmãos sempre estudamos em escola pública, mas, apesar de todas as dificuldades, nunca nos faltou nada. Ainda assim, sei que falta muito para muita gente; sei que sou a exceção desse sistema e ninguém precisou me contar isso... A gente percebe nos olhares, no trato, nas palavras que há lugares em que as pessoas estranham (e até mesmo não desejam) a presença de um negro ou de uma negra, mas eu tenho muita esperança de que um dia isso irá mudar.

Ingressei no ensino superior por meio do Prouni, bolsa de 100% com a nota do ENEM e, ainda durante a graduação, comecei o estágio na LBS. Quando cheguei ao escritório, estava preparada para enfrentar alguns olhares mais hostis, afinal, isso quase sempre acontecia. Mas não aconteceu! Pelo contrário! Encontrei acolhimento e pessoas que acreditavam (e ainda acreditam em mim); pessoas que me deram a oportunidade de crescer e que literalmente investiram em mim - e aqui destaco que essas pessoas não são somente de nosso GT LBS Antirracismo.

Novamente, me vejo como a exceção, porque sei que a maior parte das meninas e das mulheres que têm a cor da pele igual a minha não têm oportunidade de estudar e muito menos de trabalhar em um local como o que eu trabalho.

Falando especificadamente sobre o GT, embora ele seja recente, não consigo mais imaginar como seria a minha atuação como advogada, mas também a minha vivência como pessoa sem a existência do grupo, que, para mim, transcende a finalidade profissional. Não dá para descrever com palavras tudo o que vivenciamos, aprendemos, trocamos e produzimos no grupo. Por isso, vou tentar traduzir essa experiência em um desejo: espero que mais gente possa viver o que eu vivo! Estamos longe de ser o ideal, mas reconhecemos isso e escolhemos dar as mãos na esperança de, pouco a pouco, mudar essa realidade. Sonho com o dia em que a exceção se tornará regra e sei que conquistaremos isso juntos (ainda bem que estamos juntos).

Josias Pedro da Silva

Nascido e criado na periferia paulistana, sendo o primeiro de cinco irmãos a conquistar um diploma de ensino superior, sempre vi,

na educação, na arte e na cultura, os instrumentos capazes de transformar a realidade.

Integrar esse grupo de trabalho tem sido muito especial, por vários motivos, dentre eles o próprio aprendizado.

Minha primeira percepção é a de que faço parte de uma construção realmente importante.

Além disso, o sentimento de acolhimento e de reconhecimento encontrado nos demais integrantes do grupo me fez dar ainda mais importância ao trabalho.

Ao longo desse ano, pude conhecer e reconhecer muito sobre mim mesmo como pessoa negra e periférica e refletir sobre meu papel no mundo e em contato com pessoas experientes nos temas.

Marco Aurélio de Carvalho Rocha

Sou um brasileiro, neto de um borracheiro e candango com muito orgulho. Ingressei na LBS pelo processo seletivo de estágio em 2019 para atuar na área trabalhista em Brasília. Alguns meses depois, fui remanejado para a equipe que atua com os Tribunais Superiores da Justiça do Trabalho. Felizmente, fui efetivado em 2021 e, atualmente, sou assistente jurídico na equipe de Tribunais Superiores e integrante do GT LBS Antirracismo.

Muito recentemente, ainda no primeiro semestre de 2021, me tornei bacharel em Direito por uma universidade particular de Brasília. Felizmente, meu pai, homem negro, sendo o primogênito de 7 irmãos que dividiam, com os pais, uma quitinete de 30 metros quadrados na W3 norte, desde muito novo sempre teve um senso de responsabilidade muito grande e, por meio dos estudos, nadando contra o destino que a sociedade já havia pré-estabelecido para ele, conseguiu mudar a sua realidade e a de seus irmãos mais novos e pôde me conceder uma qualidade de vida bem melhor da que teve. Por isso, desde o ensino fundamental sempre estudei em escolas particulares frequentadas por crianças e jovens de classe média - não muito raramente, era o único negro em sala. O único que ouvia “piadas” sobre o seu próprio cabelo, sobre a sua própria pele, sobre a sua própria raça. Ao chegar à faculdade, isso foi ainda mais latente. Durante todo o curso, raramente eu não era o único negro em sala. Professores universitários negros? Tive apenas um.

Por estar sempre em um meio extremamente branco, meu contato com a luta antirracista foi ínfimo. Eu queria me movimentar, mas me

sentia distante, como, por exemplo, quem ama as artes, mas é forçado a calcular por ter poucos amigos artistas. É difícil e até doloroso explicar esse esbranquiçamento forçado que a sociedade por diversas vezes nos impõe.

Por isso, eu digo para todos os meus familiares e amigos, com o peito cheio de orgulho, que a LBS Advogados, principalmente devido à criação do GT LBS Antirracismo, foi um divisor de águas na minha vida. Muito mais que um ambiente profissional, a LBS se mostrou um ambiente em que eu pude, posso e permaneço evoluindo constantemente a minha consciência social como homem negro e, principalmente, como disse a professora Iêda, em nossa roda de conversa, a minha humanidade.

Sandrielle Fernandes dos Reis

Desde muito nova, sempre me imaginei acabando com a pobreza e com a desigualdade do mundo. Não entendia muito bem como havia pessoas desabrigadas, pedindo esmolas e nem por que muitas mulheres eram agredidas dentro de suas próprias casas, ou por que há tanta intolerância com aqueles que não se enquadram dentro da caixinha eurocêntrica conservadora replicada no Brasil.

Com o tempo, fui percebendo que a sociedade foi se estruturando de modo a aniquilar os grupos que são chamados de “minorias”, por meio do apagamento das histórias dessas pessoas, sendo certo que o genocídio e o encarceramento da população negra são reais.

Pessoalmente, sou extremamente privilegiada, pois mesmo vindo de família bastante humilde, tive muitas oportunidades que me trouxeram até aqui. Por muitas vezes, tive que fazer um esforço para me lembrar quem eu sou e quem eu quero ser, pois as estruturas sociais tendem a nos moldar e a tirar de nós as nossas identidades.

Uma vez ouvi: “Nossa, Sandri, você é a negra mais branca que eu conheço”. E, pasmem, isso era um elogio!

Vejam o quanto é importante ajudarmos as pessoas que estão ao nosso redor a nos respeitarem de forma integral.

Durante a faculdade e em minha vida adulta, comecei a me descobrir negra e a me sentir muito orgulhosa das minhas características físicas. Ora, minha melanina, meu cabelo crespo, meus lábios e meu nariz “de coxinha” são presentes da minha ancestralidade e serão repassados aos meus futuros descendentes.

Seguramente, posso afirmar que fazer parte da LBS e das vivências aqui experimentadas foram primordiais no meu processo de autoconhecimento. Quer saber mais? Estamos só no início;, queremos que a nossa voz, a nossa história e o nosso desejo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária sejam reverberados nos quatro cantos desse mundo!

E falando em instantes, nós, do GT Antirracismo da LBS, queremos compartilhar com você algumas das ações que nos marcaram:

1. Campanha *Não é só coisa de preto* - sequência de vídeos que foram roteirizados e produzidos por todos os integrantes do GT e, em seguida, compartilhados nas redes sociais do escritório, com os seguintes temas: “O que é racismo estrutural?”; “Racismo Recreativo”; “O que é lugar de fala”; “O que é o mito da democracia racial?” e “Objetificação do Corpo Negro”. Foram vídeos curtos e que tratavam de temas importantíssimos para a luta antirracista. Não viu e se interessou? Esses vídeos são públicos! Depois dê um pulo no Instagram do escritório (@lbs.advogados) e, na aba “vídeos”, procure pelos vídeos da série “Vidas Negras Importam!”. Você não irá se arrepender!
2. 8º encontro de 2020 com o Professor Adilson José Moreira e 2º encontro de 2021 com a Jornalista Gabriela de Almeida Pereira, que deram uma verdadeira aula a todos os membros do escritório, podendo, de fato, acender no coração de todos, a chama da resistência antirracista. O professor Adilson nos brindou com sua aula sobre Direito antidiscriminatório, versando sobre o tema “Covid-19, racismo e desigualdades - O vírus atinge todas as pessoas igualmente?” e a Jornalista Gabriela de Almeida falou sobre “Marielle Vive! Lutas e desafios três anos após seu assassinato no cenário de fake news”.
3. 7º Encontro LBS de 2021: “A mulher negra e seu Status: o sujeito do outro, do outro”. Nesse bate-papo, em que contamos com a presença da Secretária Nacional de Combate ao Racismo da CUT Brasil, Anatalina Lourenço, da Psicóloga Amanda de Moraes (UnB) e da Jornalista Maíra de Deus (Mestranda pela UnB), realizado em comemoração ao Dia da Mulher Negra Latina Americana e Caribenha, tínhamos o objetivo de ouvir as experiências de mulheres negras em lugares de representatividade. Ouvimos algumas frases que ficaram marcadas nos nossos corações e mentes, sendo que duas delas merecem destaque neste relato. A primeira foi: “*Nós subiremos (fazendo menção aos espaços de representatividade) e levaremos outras mulheres conosco*”, da

Anatalina, e a segunda: *“Tudo que fazemos é um ato político, sendo assim, resistir é um ato político”*, da Maíra.

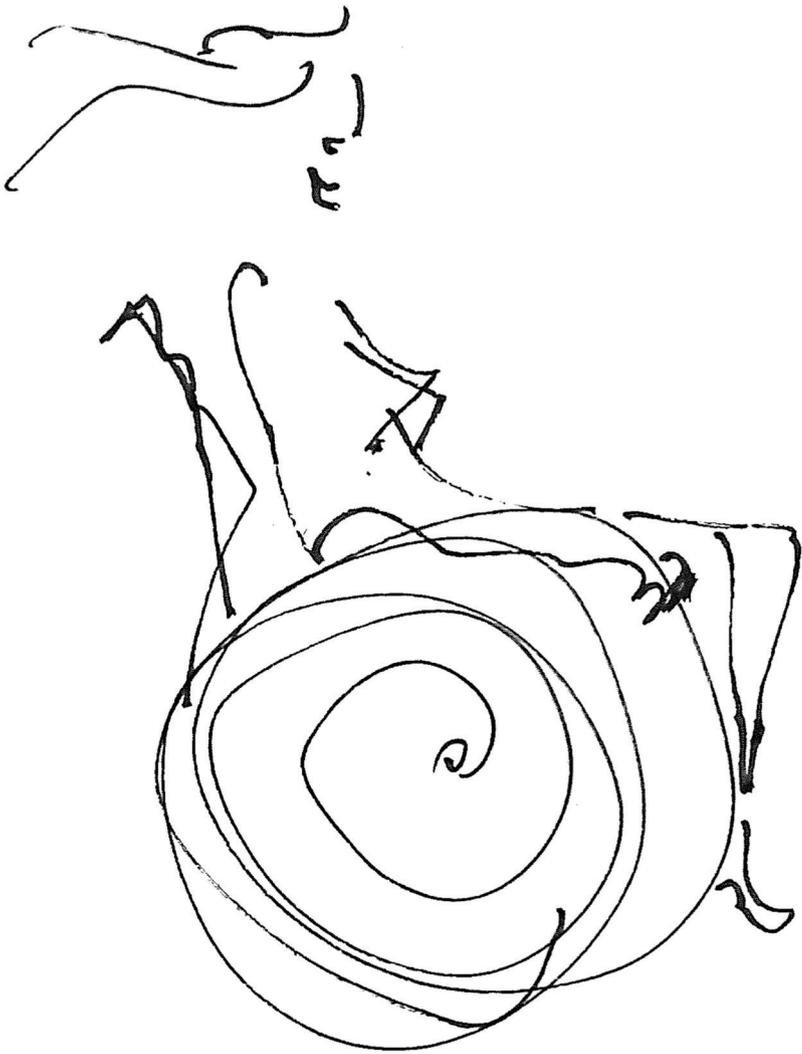
A cada nova reunião, somos provocados pela liderança, encabeçada pela Sarah Coly, a pensar em ações que promovam o debate e a reflexão social a respeito das necessidades da população negra.

Quanto ao nosso método de trabalho, passamos a seguir o calendário de lutas da população negra, trabalhando nas datas mais importantes em artigos, em palestras e em encontros que reforcem as ideias e a importância do compromisso genuíno com a luta de classe, de raça e de gênero.

Nesse breve tempo de existência do GT, temos intensificado os nossos trabalhos, à medida que percebemos que o óbvio para mim pode não ser para o outro e, por isso, falamos e escrevemos para sermos, de fato, compreendidos.

Nós nos reconhecemos e nos completamos no GT: Marco com seu espírito decidido e destemido, que está sempre pronto para defender os outros e as causas que acredita e representa; Gabriela com a sua alma e doçura de poetisa, sempre atenta aos detalhes e engajada em tornar as nossas ações mais diretas e compreensíveis ao nosso público; Josias com sua alegria, companheirismo, parceiragem e história; Danielle com sua força, sua experiência, sua verdade, seu grito e seu choro - escutá-la sempre me emociona e me inspira; Sandrielle com toda a sua beleza que não se resume à questão estética (apesar de ela ser toda linda), mas a tudo o que ela faz e toca, conseguindo sempre ser tão genuína e real, e se fazendo sempre disponível para todos nós; Sarah como uma leoa, que reúne em si todo o amor e toda a força que lhes são próprios, conseguindo tocar a todos; levando consigo a verdade (mesmo que ela incomode); nos impulsionando a sermos melhores e a nunca desistir.

Nosso desejo é que possamos ter sempre um olhar cuidadoso para o ser humano, independentemente das especificidades de cada um, principalmente nessa nação, marcadamente, racista, sexista e homofóbica. Queremos estar preparados para os desafios que essa empreitada nos reserva, sempre em defesa dos menos favorecidos, que ainda não encontraram suas próprias vozes.



LBS Inclua

Espaço digno para todos: a inclusão como direito e dever social

Grupo LBS Inclua

Franciele Carvalho da Silva

Pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho e Previdenciário pela Unita, Pós-graduada em Direito Constitucional Aplicado pela Unicamp e Pós-graduada em Derechos Humanos Laborales y Derechos Transnacional pela Universidad de Castilla-La Mancha. Advogada da LBS Advogados.

Jéssica Carneiro Rodrigues

Formada em Direito pela Universidade Católica de Brasília e Pós-graduando em Direito Material e Processual do Trabalho, e Direito Civil e Empresarial pela faculdade Damásio Educacional. Advogada da LBS Advogados.

Pedro Henrique Madeiro dos Santos

Formado em Direito pela Universidade Católica de Brasília e Pós-graduando em Direito e Processo Previdenciário pela Escola Brasileira de Direito - EBRADI. Advogado da LBS Advogados.

Evidências arqueológicas revelam que, há mais de cinco mil anos, no antigo Egito, a pessoa com deficiência estava integrada às diferentes e hierarquizadas classes sociais, sendo um ensinamento moral respeitar as diferenças.

O Egito, inclusive, foi por muito tempo conhecido como a Terra dos Cegos, porque seu povo era constantemente acometido de infecções nos olhos que resultavam em cegueira.

Conforme revela a Estela Votiva da XIX Dinastia originária de Memphis, que pode ser vista no Museu Ny Carlsberg Glyptotek, em Copenhagen, na Antiguidade, a pessoa com deficiência física, tal como o Porteiro de Roma de um dos templos de deuses egípcios, exercia normalmente suas atividades.

Ilustrando, a placa de calcário traz a representação de uma pessoa com deficiência física, entregando uma oferenda à deusa Astarte, da mitologia fenícia, a qual, segundo os médicos especialistas, retrata a poliomielite. Pessoas com nanismo se destacaram nas artes, como retratado nesta escultura do “Músico anão”, que está no Oriental Institute Chicago, sendo dignos, à época, de honrarias e de funerais.



Mas a história mudou, sobretudo diante da “evolução” do homem e dos conflitos de territorialidade e de poder, em que as pessoas com deficiência eram consideradas incapazes de lutar em guerras e de defender seus povos, iniciando, assim, um longo período de atrocidades desumanas, além de um discurso de indignidade e de redução à vergonha, que insiste em ser reproduzido até os dias atuais.

Platão, no livro “A República”¹, e Aristóteles, no livro “A Política”², trataram do planejamento das cidades gregas determinando que as pessoas nascidas “disformes” deveriam ser eliminadas por exposição, por abandono ou serem atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas chamada Taygetos, na Grécia.

Em Roma, as leis da Antiguidade também não eram favoráveis às pessoas que nasciam com deficiência. Aos pais era permitido matar as crianças, existindo inúmeros relatos de abandono no Rio Tibre ou em outros lugares sagrados. Os sobreviventes eram explorados nas

1 Livro IV, 460 c - Pegarão então os filhos dos homens superiores, e levá-los-ão para o aprisco, para junto de amas que moram à parte num bairro da cidade; os dos homens inferiores, e qualquer dos outros que seja disforme, escondê-los-ão num lugar interdito e oculto, como convém.

2 Livro VII, Capítulo XIV, 1335 b - Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes das cidades impedem o abandono de recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida (a legalidade ou ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não sensação e vida). (GUGEL: 2007, p. 63)

idades ou passavam a fazer parte de circos para o entretenimento dos mais ricos.

Ironicamente, as mesmas guerras dos valentes e fortes, que estabeleceram o estigma da fraqueza, da incapacidade e da inutilidade, trouxeram à realidade a deficiência adquirida, em que legiões de soldados retornavam com amputações das batalhas.

Na Idade Média, marcada por condições precárias de vida e de saúde das pessoas, a população ignorante encarava o nascimento de pessoas com deficiência como castigo de Deus, percepção que só passou a ser discutida, e mudada, a partir da Idade Moderna, no século XIV, em que nascem novas ideias e grandes transformações humanitárias e que se reconhece a responsabilidade coletiva e a necessidade de medidas de assistência e de proteção voltadas para os grupos minoritários e marginalizados.

Após a Segunda Guerra Mundial, o crescimento do Estado de Bem-Estar Social nos países europeus levou ao crescimento da preocupação com assistência e com qualidade do tratamento da população de modo geral, incluindo as pessoas com deficiência.

A partir de então, estamos em lento desenvolvimento de uma era de equidade, de conquista de direitos e de inclusão, quebrando estigmas injustos e desumanos que pairaram obscuramente sobre a humanidade por muitos séculos, em esforço mundial, mas diretamente dependente do individual, de substituir o tratamento caridoso à institucionalização das medidas assistencialistas e do reconhecimento das pessoas com deficiência como os cidadãos de direito que são e sempre deveriam ter sido.

Embora tenhamos avançado - e ainda que se pareça absurdo e medieval -, a efetiva correção e ampliação de direitos é insuficiente, e, não raramente, precisamos fortalecer vozes diante de retrocessos sociais inadmissíveis no século XXI, os quais insistem em desumanizar a pessoa com deficiência e mantê-la à margem da sociedade, em segregação.

Falas recentes como as do Ministro da Educação do atual governo em que se considera a inclusão de crianças com deficiência como obstáculo para a educação brasileira são completamente dissociadas desse mundo novo em evolução de oportunidades justas de existência, que esperançosa e arduamente estamos construindo.

Esse discurso, além de capacitista - que é a expressão utilizada para nomear o preconceito contra a pessoa com deficiência -, é criminoso,

pois viola diretamente a proteção constitucional ao direito social à educação, assim como os fundamentos do Estado Democrático de Direito, da cidadania e da dignidade da pessoa humana, a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão. Isto é, uma legislação nacional e internacional que vem evoluindo ao longo de muitos anos e às custas de muito esforço.

Então, ainda é importante falar sobre inclusão. É urgente falar sobre educação nas escolas, considerando que é, nesse ambiente, que as novas gerações florescem e que a diversidade se naturaliza, como bem nos ensinou a professora Iêda, no compartilhamento de suas experiências pessoais e profissional, que ilustraram a importância da diversidade não apenas para o aluno com deficiência, mas para os sem deficiência, suas famílias e a sociedade com um todo, conectado, que se alimenta da igualdade de oportunidade como processo de evolução humana.

Explicamos que “inclusivismo” é o termo utilizado para o projeto pedagógico de inclusão da criança com deficiência em uma sala de alunos sem deficiência e que, comprovadamente, promove uma série de benefícios acadêmicos e sociais.

Aos alunos com deficiência, há resultados concretos de melhor desempenho em linguagem e em matemática, taxas mais elevadas do número de conclusão do ensino médio, redução de incidentes comportamentais, ganhos na socialização e na construção de relações mais positivas, as quais nutrem as sensações vitais de pertencimento, de aceitação, de capacidade, de protagonismo e de relevância nos espaços em que frequentam.

Ao contrário de conclusões lançadas sem qualquer embasamento pelo Ministério da Educação, exceto pelo critério do puro e ultrapassado preconceito, estudos conduzidos por pesquisadores da Universidade de Manchester³, na Inglaterra, baseados na pesquisa de 26 análises compartilhadas pelos Estados Unidos, Austrália, Canadá e pela Irlanda, descobriram que grande parte (81%) dos alunos sem deficiência que estavam na mesma sala de aula de estudantes com deficiência não sofreu prejuízo (58% dos estudos) ou até obtiveram efeitos positivos (23% dos estudos) sobre o seu desenvolvimento acadêmico.

Os pesquisadores notaram que os professores utilizaram estratégias e técnicas de ensino que responderam às necessidades de uma diversidade de alunos e que as diferenças entre as escolas eram muito

³ Kalamouka, Farrell, Dyson & Kaplan, 2007.

maiores do que as diferenças entre as salas de aula inclusivas e as não inclusivas dentro de cada escola. Logo, o nível geral de qualidade de instrução em uma escola tem papel mais importante na definição do desempenho de alunos sem deficiência do que a questão se eles foram escolarizados ao lado de crianças com deficiência.

Como bem apontado pela Iêda, há, de fato, dificuldades estruturais e de formação que impedem, mas não inviabilizam, a adoção desse sistema pedagógico e que, mesmo diante desses desafios, a inclusão continua sendo a forma mais efetiva de se ensinar e de se aprender que ser diferente é natural e pode nos conduzir ao extraordinário.

Outro estudo aprofundado das escolas inclusivas em Boston, em Massachusetts (EUA), demonstra que escolas podem, ao mesmo tempo, ser inclusivas e ter alto desempenho e que, quando as escolas fazem da inclusão parte de sua missão, os professores trabalham em conjunto para elevar o desempenho dos alunos por meio de uma constante melhora no seu ensino, apoiando as necessidades individuais de aprendizagem de cada um deles.

O convívio favorece o desenvolvimento intelectual e socioemocional dos alunos com e sem deficiência, além de nutrir a valorização da empatia, da diversidade e funcionar como estratégia importante de combate ao preconceito. Todos aprendem. Todos ganham. Todos geram valor e impacto.

A inclusão é um direito e um dever social, individual e coletivo, de valorização da diversidade em todos os aspectos da vida humana. Incluir é construir um futuro em que haja espaço para todos.

Breve Manual Anticapacitista para usar já

Grupo Inclua

Franciele Carvalho da Silva

Pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho e Previdenciário pela Unita, Pós-graduada em Direito Constitucional Aplicado pela Unicamp e Pós-graduada em Derechos Humanos Laborales y Derechos Transnacional pela Universidad de Castilla-La Mancha. Advogada da LBS Advogados.

Jéssica Carneiro Rodrigues

Formada em Direito pela Universidade Católica de Brasília e Pós-graduada em Direito Material e Processual do Trabalho, e Direito Civil e Empresarial pela faculdade Damásio Educacional. Advogada da LBS Advogados.

Pedro Henrique Madeiro dos Santos

Formado em Direito pela Universidade Católica de Brasília e Pós-graduando em Direito e Processo Previdenciário pela Escola Brasileira de Direito - EBRADI. Advogado da LBS Advogados.

Introdução

Você certamente já ouviu falar sobre homofobia, racismo, machismo e sobre sexismo. Os termos com o sufixo *ismo* nos parecem óbvios e de fácil associação, seja pela terminologia ou pelo amplo debate proporcionado, sobretudo, pelas redes sociais. Mas e capacitismo, você conhece?

O termo se relaciona com o preconceito de concluir pela incapacidade de determinada pessoa. É o preconceito que parte do pressuposto de que ter alguma deficiência significa não ser normal e, necessariamente, em pré-julgamento, que a capacidade para os muitos aspectos da vida é limitada e inferiorizada.

Muitos se referem às pessoas com deficiência como “especiais”, ingenuamente, sem intenção de promover segregação. Mas essa forma de tratamento, assim como as muitas outras que veremos adiante, também é uma forma inadequada de tratamento, já que ser alguém especial, presume-se que não se é “normal”.

Provavelmente, você se verá como uma pessoa capacitista que não sabia sê-la. Mas não se preocupe, porque este pequeno manual foi feito justamente para ajudar a identificar o preconceito, que há muito segregava e diminuiu, bem como te iniciar nessa luta de ser anticapacitista.

1. O capacitismo e a deficiência

Nos termos da Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, pautado na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, proclamada pela ONU em 2006, deficiência é:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Para a senadora Mara Gabrili (PSDB-SP), que foi relatora da Lei Brasileira de Inclusão na Câmara dos Deputados, o capacitismo ocorre por causa da construção social de um “corpo padrão”, sendo importante e urgente que a sociedade brasileira debata o julgamento negativo e a postura de que “muitos ainda subestimam a capacidade de uma pessoa em função de uma deficiência. O capacitismo define erroneamente a pessoa pela sua deficiência. Mas a pessoa é muito mais do que aquele impedimento físico, sensorial, intelectual ou mental, que adquiriu ao longo da vida ou nasceu com ele.”

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 (revistos em 2018), 6,7% da população brasileira têm algum tipo de deficiência. Isto é, cerca de 14 milhões de brasileiros. É muita gente!

Portanto, estamos falando de uma parcela considerável da população que, infelizmente, precisa, além de adaptar suas rotinas à deficiência durante toda a vida, combater diariamente o preconceito pelo simples fato de serem quem são, fora do “padrão” imposto pela sociedade como “normal”, passando pela desgastante necessidade de provar a todo momento que são capazes e autônomas.

2. Tipos de capacitismo

Ok, entendi o que é capacitismo e quem o sofre. Você deve estar se perguntando, então, como o capacitismo ocorre na prática, não é?

O capacitismo se apresenta de várias formas.

A atribuição automática de incapacidade é a subestimação da capacidade intelectual e física da pessoa exclusivamente por ser deficiente. Um exemplo para se ficar atento é oferecer ajuda ao ver uma pessoa com deficiência executando uma atividade normal e “auxiliar” com a cadeira de rodas sem ser solicitado. É necessário prestar muita atenção e perceber, de fato, a diferença entre necessidade de apoio e invasão de um espaço que pode invalidar a autonomia.

A exclusão em uma sociedade que segrega o diferente. No decorrer dos anos, várias políticas de integração avançaram em âmbito nacional e internacional. A educação inclusiva é um bom exemplo de combate ao preconceito e de introduzir, desde cedo, a naturalização do diferente. A exclusão começa nas escolas. Na família. Nos núcleos comunitários. Então, certifique-se de que faz a sua parte na sua comunidade, integrando e fortalecendo a participação de todos.

A infantilização que ignora que pessoas com deficiências crescem e se desenvolvem como qualquer outro ser humano. Então, ao mantermos a infantilização, mesmo que a fase infantil já tenha se completado, sobretudo em deficiências de natureza neural, como os autistas e suas estereotípias, é uma forma de capacitismo.¹ Uma estereotípia não é uma característica maternal, mas motora e/ou verbal e, portanto, inerente aos autistas e às demais pessoas com deficiência/transtornos do neurodesenvolvimento.

A falta de acessibilidade que consiste nas dificuldades de acesso ao meio físico, oriundas das barreiras que impossibilitam as pessoas com deficiência de exercerem as suas atividades independentemente. Aqui, vão desde as vias e os locais públicos de livre circulação sem sinalização visual e sonora, calçamento, rampas e espaço, embarreirando o direito constitucionalmente de ir e vir livremente, até a falta de empregabilidade por ausência de acessibilidade nos postos de trabalho.

Temos, ainda, o capacitismo apresentado sob a ótica de que toda deficiência é, conseqüentemente, uma doença e, por isso, as pessoas com deficiência estariam em constante estado de busca por uma cura e por uma validação. Sabe o clássico exemplo de superação? Você certamente já viu algum vídeo no qual uma pessoa com deficiência executa determinada atividade normal do seu dia a dia ou ainda que seja algo relevante dadas suas condições limitantes, mas que geram comentários do tipo comparativo negativo como “se ela consegue, você também pode.” Convenhamos, ninguém precisa naturalizar o sofrimento alheio para se motivar, não é?

Esse discurso acaba por diminuir a luta anticapacitista ao normalizar o sofrimento e a falta de oportunidades e de acessibilidade para que as pessoas com deficiência exerçam sua cidadania com independência. Ninguém é exemplo de superação por ter tido que se esforçar 2, 3, 4, 5 vezes mais que você para chegar a determinado lugar. Isso é preconceito e segregação.

Somando tudo isso, chega-se à exclusão. Uma pessoa com deficiência que não consegue sair de casa por falta de acessibilidade pública é excluída. Uma pessoa com deficiência que não consegue um emprego, porque a empresa não tem um local adequado é excluída. Uma pessoa com deficiência que é inferiorizada por suas estereotípias ou limitações físicas, ao ponto de não conseguir exercer suas habilidades é excluída. Uma pessoa com deficiência que é impossibilitada de amar e ser amada é excluída.

Portanto, reflitamos: a mudança começa na forma de tratar as pessoas, reconhecendo que elas são pessoas comuns, com limitações, mas igualmente dignas de autonomia.

3. A comunicação e o preconceito

Nossa linguagem é repleta de expressões preconceituosas e, na maior parte das vezes, reproduzimos frases que desumanizam as pessoas com deficiência. Como consequência, a naturalização dos conteúdos capacitistas torna-se sistêmica, mas cabe a nós contribuímos para a disseminação do que possa ser ofensivo ou desagregador.

No topo das expressões que devem sair já do seu vocabulário estão aquelas que atribuem um diagnóstico ou característica física de forma pejorativa e reproduz a ideia de que pessoas com deficiência são incapazes.

Frases como “NÓS NÃO TEMOS PERNAS PARA FAZER ISSO”,

“VOCÊ É RETARDADO?”, “ESTÁ SURDO?”, “ESTÁ CEGO?”, “PARA DE FINGIR DEMÊNCIA”, “QUE MANCADA”, “HOJE TÔ MUITO AUTISTA”, “NEM VEM DAR UMA DE JOÃO SEM BRAÇO”, “MAIS PERDIDO DO QUE CEGO EM TIROTEIO” devem ser substituídas por “NÓS NÃO TEMOS EQUIPE PARA ISSO”, “NÃO SEJA SEM NOÇÃO” e “MAIS PERDIDO DO QUE QUEM NÃO PROCURA”.

Fácil e respeitoso, não é?

Colocar as pessoas com deficiência como exemplo de superação, como explicamos acima, é capacitismo, já que a deficiência não é algo a ser superado e sim respeitado. A mesma sociedade que atribui o heroísmo ou o aguerrilhamento à pessoa com deficiência é a que impõe barreiras físicas e sociais.

Portanto, retire já do vocabulário a frase “VOCÊ É UM EXEMPLO DE SUPERAÇÃO” como elogio por algum feito, simples ou extraordinário, e troque por “AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SÃO DIVERSAS E SUAS INDIVIDUALIDADES DEVEM SER RESPEITADAS” e “PARABÉNS POR SER INCRÍVEL”.

Sim, nós sabemos que, muitas vezes, alguns comentários são feitos sem nenhuma intenção de ferir alguém, mas não devemos procurar a cura para o que não tem que ser curado. Então, não diga que “TENHO UM AMIGO QUE PODE TE CURAR”, pois o assistencialismo também é uma forma de capacitismo.

4. Para se informar e entreter

Felizmente, estamos acompanhando uma crescente de conteúdos feitos por e para pessoas com deficiência. Isso, inclusive, é resultado da ampliação dos espaços diversos, plurais e dinâmicos, em que todas as vozes são ouvidas e todas as histórias são contadas.

Para se informar, fizemos uma seleção de livros, de séries, de filmes e de influenciadores para acompanhar nas redes sociais.

Um clássico do cinema internacional: *Forrest Gump* (1994). Conta a história de Forrest Gump, que tem deficiência múltipla (física e intelectual) e que se torna astro do futebol americano, sargento; vai lutar no Vietnã e, de quebra, tem um romance de suspirar.

Um clássico do cinema nacional: *Hoje eu quero voltar sozinho* (2014). Conta a história de um adolescente cego que tenta lidar com a mãe superprotetora ao mesmo tempo em que busca sua independência em um tradicional colégio do Rio de Janeiro. Com algumas dificuldades

de aceitação pela turma, encontra apoio em um estudante novo na cidade e novos sentimentos começam a surgir entre os dois. É um filme com muitas pautas de diversidade que foca na importância de construir relações com respeito, com apoio e com diálogo.

Um clássico sobre acessibilidade: *Intocáveis* (2011). Conta a história de um milionário que, após sofrer um grave acidente, fica tetraplégico. Ao precisar contratar um acompanhante, sua história cruza com a de um jovem de baixa renda e sem nenhuma experiência na função de cuidador. O percurso trilhado pelos dois é de aprendizagem mútua.

Uma produção emocionante de *streaming*: *Milagre na cela 7* (2019). Conta a história de um pai que sofre de deficiência intelectual e é separado de sua filha ao ser acusado de um crime que não cometeu.

Uma série de *streaming* para maratonar: *Atypical* (2016). Conta a história de um adolescente com autismo em busca de uma namorada e entrando na faculdade. São muitos desafios e a estrutura familiar é um diferencial no desenvolvimento incomum, mas muito divertido do protagonista.

Para ler, indicamos *Caminhando em Silêncio*, uma obra para conhecer o contexto da deficiência no nosso país que passa pelos indígenas, pelos jesuítas, pela escravidão, pelo Império, pelo surgimento da medicina brasileira, pela República e por momentos da educação especial, chegando à consciência e aos movimentos políticos e de defesa da autonomia a partir de 1981. É interessante, também, pelo foco da temática “deficiência” na brasilidade das nossas lendas, de nossa literatura e das artes em geral.

Ainda Sou Eu - Memórias é um livro sobre vitórias e derrotas. Christopher Reeve, o mundialmente conhecido Super-Homem, sofreu um acidente que mudou toda a sua vida em 1995. Ele era ativo esportista com uma carreira brilhante e se viu preso à cadeira de rodas com mobilidade reduzida. A força e a perseverança são os destaques dessa autobiografia.

Por fim, *Feliz ano velho* é o primeiro livro de Marcelo Rubens Paiva. Aos vinte anos, ele sobe em uma pedra e mergulha numa lagoa imitando o Tio Patinhas. Mas a lagoa é rasa; colide uma vértebra e perde os movimentos do corpo. O livro relata as mudanças irreversíveis na vida do garoto a partir do acidente. O texto expressa a irreverência e a determinação da juventude, mesmo na adversidade.

Como produtores de conteúdo, indicamos acompanhar as redes sociais de @ivanbaronn, @marianatorquato, @victordimarco,

@le_guilherme, todos produtores de conteúdos didáticos e necessários sobre capacitismo e como combatê-lo no dia a dia.

A mudança é coletiva, mas começa por você. Sejamos todos anticapacitistas e construtores de uma sociedade cada vez mais consciente, justa, que respeita e que aprende com as diferenças.

Referências

<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/o-que-e-capacitismo-e-por-que-todos-deveriam-saber/>

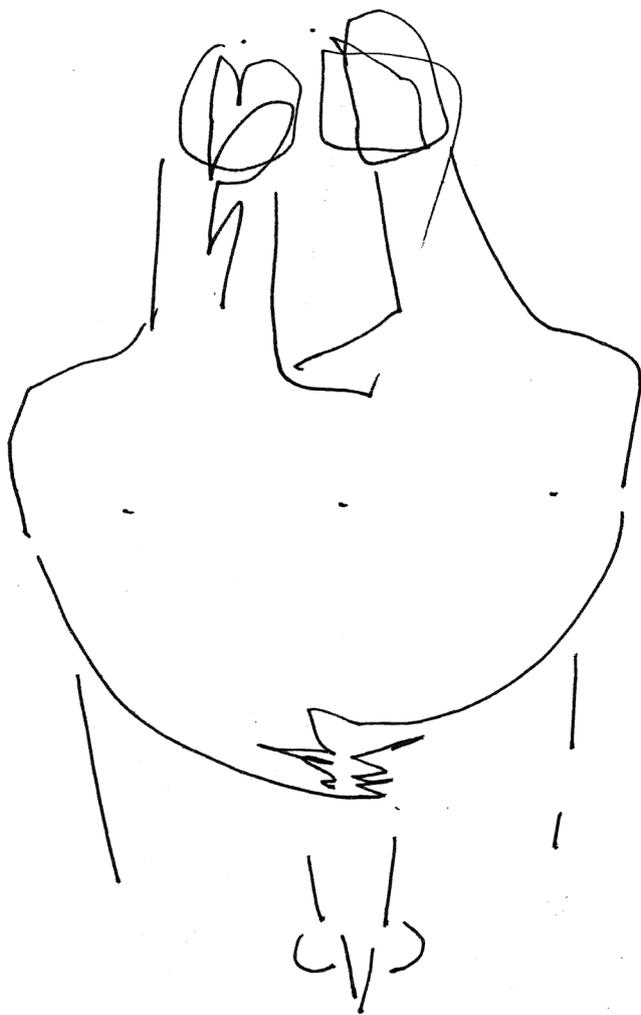
<https://talentoinclusivo.com.br/emprego/o-que-significa-o-capacitismo-para-pessoas-com-deficiencia/>

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/11/capacitismo-subestimar-e-excluir-pessoas-com-deficiencia-tem-nome>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

<https://fundacaotelefoncavivo.org.br/noticias/o-que-e-o-capacitismo-e-como-ele-se-apresenta-na-sociedade/>

<https://www.grupoconduzir.com.br/o-que-sao-estereotipias-2/>



LBS LGBTI+

Um diálogo fora do armário

*Raquel Bartholo
Advogada da LBS Advogados.*

*Kevin Giratto
Advogado da LBS Advogados.*

Eu me lembro da primeira vez que escutei a frase “o pessoal é político” e como ela passou a reverberar na construção da minha identidade como sujeito político. Eu ainda era adolescente, dessas que tinha mania de questionar tudo e com uma atração incrível pelos temas considerados “tabus”.

Quanto à minha sexualidade, o armário nunca me serviu bem, mas a grande verdade é que também nunca me senti completamente confortável fora dele. Estar fora do armário, estar visível, é também estar constantemente empenhada em me traduzir, em explicar os porquês, em justificar as razões de estar fora da norma. Foi essa demanda de tradução que me aproximou dos estudos feministas e de gênero, afinal, as relações sociais são sempre dialógicas; não há existência que se justifique por si mesma.

Eu já não me recordo perfeitamente quando comecei a me inteirar nesse tema, mas lembro que meus relacionamentos durante a escola pouco ou nada contribuíram para compreensão sobre alguns estereótipos sociais e preconceitos em face de determinados indivíduos.

Já quanto ao armário, é bastante curioso de se pensar como essa figura apresenta conotações e significados diversos entre todos nós, principalmente, integrantes da comunidade LGBT.

De maneira um tanto quanto diferente, o ambiente do armário sempre me caiu bem. Na verdade, lá dentro, ao longo de toda minha adolescência, segurei fortemente as portas pelas maçanetas internas com a certeza de que aquele lugar me permitiria alcançar meus sonhos.

Mesmo fora dele, vejo como é grande a variedade de roupas que podemos vestir lá dentro. Dentre elas, até mesmo as daquelas identidades que nunca nos pertenceram. E foi só com 19 anos, quando decidi abrir as portas e dar um passo para fora dele que comecei a entender o significado da verdadeira luta LGBT, começando a atuar como verdadeiro ser político, integrante do movimento como um todo.

As nossas siglas, o que significaram para você ao longo dessa experiência? Porque, para mim, voltando à constatação de que o pessoal é político, compreendi muito cedo também que, a partir do meu entendimento como mulher bissexual, esses marcadores de identidade/opressão passariam a me acompanhar para sempre. Ao revés do que disse o governador do Rio Grande Sul quando afirmou ser “um governador gay, e não um gay governador”, entendo que serei sempre uma mulher cis bissexual advogada, nessa ordem, já que os marcadores de gênero e sexualidade me acompanhavam antes da minha titulação.

Acredito que o desafio sempre foi entender para transformar, mais do que simplesmente ser. Ser uma pessoa LGBT é diferente de politizar a própria existência como pessoa LGBT. E política nunca é movimento individual, mas coletivo.

Mais do que um ser político, viver neste país assumindo quem somos é um ato de coragem. E com certeza levaremos esses indicadores para o resto de nossas vidas, porque eles são o retrato do que passamos, do que somos e do que enfrentamos diariamente.

Quanto a isso, lembro-me de quando decidi sair do armário. Abri as portas com a certeza de que ultrapassaria tudo e todos que quisessem me violentar, mas, quando enfrentei a primeira cena de preconceito, não reagi. Chorei; não consegui me defender. Doe demais.

Porém, mesmo aqui fora, suscetível a tudo isso, vejo que o armário não me cabe mais. Não pela comodidade, mas pela consciência de que preciso unir minha voz aos meus companheiros em face às opressões. Aliás, cá entre nós, se assumir e integrar a luta da comunidade são coisas um tanto quanto diferente, pelo que vemos por aí.

Sim, o armário da falsa performance de heterossexualidade já não me cabe há mais de década, assim como, sem qualquer pretensão de “jogar o bebê fora junto com a água suja do banho”, os estudos feministas e de gênero não mais me parecem tão úteis para traduzir a complexidade política da minha existência como mulher bissexual.

Talvez seja essa a razão da minha dificuldade em falar sobre o “ser LGBT” em primeira pessoa. Não nego que existir LGBT é fator de resistência, mas o entendimento dessa existência como fato político ultrapassa as inúmeras individualidades para se estabelecer como questão coletiva. Fosse uma mera questão individual, seguiria apenas gostando de meninos e de meninas e absolutamente essa não seria uma questão que mereceria um capítulo de livro, mas, como questão coletiva, a luta é para que o imperfeito participe apenas do passado.

A politização do “ser LGBT” é necessária para que, no futuro, como você sempre pontua muito bem, a gente não precise mais estar discutindo quais letras devem compor a sigla. Compartilho contigo esse anseio de que a imperfeição de ser “o outro” deixe de me acompanhar.

A bem da verdade é que, se em pleno século XXI, a população ainda persegue os LGBTs, atribuindo a esses violência física ou verbal; isso é expressão de que as coisas vão mal.

É expressão de que o conceito de supremacia hétero ainda existe; é expressão de que o preconceito continua forte e a luta não pode parar.

Sempre digo aos meus companheiros, seja nas discussões dentro da universidade, no trabalho ou mesmo nas mesas dos bares afora: não podemos nos esquecer das lutas que nos fizeram chegar até aqui. Foram elas que nos ajudaram a conquistar o mínimo de satisfação e de direitos. E, Raquel, apesar de bastante cansados, ainda precisamos nos dispor a debater sobre esse cenário.

São essas as razões que, mesmo que não encontremos respostas para todos os nossos anseios, questionamentos e inquietações, sou muito agradecida por encontrar você e outras companheiras e companheiros de luta nessa estrada; por poder politizar as nossas existências e reconhecer as nossas diversidades. Entre nós, sinto que revelo mais do que traduzo quem sou e essa cumplicidade ainda vai mudar o mundo.

Eu acho, Kevin, que talvez o caminho seja demonstrar que é a heterossexualidade que precisa de tradução, não as incontáveis formas de (r)existir fora dela. Tenho a convicção de que, se começarmos a olhar para a norma heterossexual; se passarmos a questioná-la como construção e não como fato, o fardo da tradução passará a ser carregado por quem realmente deve suportá-lo.

E parafraseando - e complementando - uma parte de um poema de Toquinho e Vinícius de Moraes: a coisa mais divina, que há no mundo, é viver cada segundo, como nunca mais, sendo quem somos...

Um diálogo entre Raquel Bartholo e Kevin Giratto

Essa poderia ser uma das conversas que temos nos nossos encontros do Grupo de Trabalho LGBTI+ da LBS. É uma tradução não fictícia do que construímos. Além de discutirmos as questões jurídicas e políticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero, nos (re)conhecemos e nos fortalecemos na luta pela emancipação de todas, todos e todes. Desejamos que todos possam revelar quem são, inclusive quem não está nas letras que compõem a sigla. A heterossexualidade normativa te veste bem?

Diversidade e inclusão: não se limite a levantar a bandeira do arco-íris durante o mês de junho

Antonio Fernando Megale Lopes

Sócio da LBS Advogados e membro do Instituto Lavoro.

Formado pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade de Coimbra e Especialista em Direitos Humanos do Trabalho e Direito Transnacional do Trabalho pela Universidad de Castilla-La Mancha.

Eduardo Henrique Marques Soares

Sócio da LBS Advogados e membro do Instituto Lavoro.

Formado pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Especialista em Direitos Humanos do Trabalho e Direito Transnacional do Trabalho pela Universidade de Castilla-La Mancha. Mestre em Emprego, Relações Laborais e Diálogo Social na Europa pela Universidade de Castilla-La Mancha.

Anualmente, quando chega o mês de junho, o mundo se “transforma”, com a comemoração do Dia Internacional do Orgulho LGBTI+. Para quem não sabe, o mês não foi escolhido de forma aleatória, fazendo referência à revolta de Stonewall, que aconteceu em Nova York no dia 28 de junho de 1969, quando grupos de gays, cansados da violência policial, reuniram-se por vários dias no bar “Stonewall Inn”, para reivindicar melhores condições de vida. O que começou como uma revolta contra a opressão policial tornou-se um dos principais movimentos de luta pelos direitos LGBTI+.

Durante os dias de junho, redes sociais, programas de televisão e propagandas comerciais trazem mensagens de aceitação e de respeito, fazendo uso da bandeira do arco-íris para simbolizar a diversidade. O mundo parece perfeito, mas sabemos que a realidade é outra, especialmente no atual cenário político-social em que vivemos, infestado de discursos opressores.

Passado o mês de junho, a sociedade volta “à normalidade” e a pauta de reivindicações da população LGBTI+ é deixada de lado. Ou seja, as falas de ódio se potencializam.

Vivemos em uma sociedade bastante conservadora e cheia de tabus e de preconceitos. O Brasil segue sendo o país que mais mata gays e transexuais no mundo. A criminalização não impediu que pessoas sigam atacando e matando gays e lésbicas, cenário que se agrava

quando tratamos da população transexual, colocada à beira de um grande abismo social.

O mercado de trabalho também se mostra avesso à diversidade. As mesmas empresas que levantam bandeiras durante o mês de junho fecham suas portas para quem é LGBTI+.

No Brasil, não há dúvidas de que ser LGBTI+ se traduz em luta diária por direitos: direito à vida, à saúde e à liberdade. Luta diária também por identidade e pelo direito de amar. É justamente por isso que chamamos você a refletir sobre uma sociedade mais igualitária e diversa.

Não podemos ignorar que alguns avanços têm acontecido. Eles, infelizmente, ainda não são suficientes para diminuir a desigualdade de oportunidades para a população LGBTI+ em relação àqueles que fazem parte da família tradicional brasileira.

Algumas empresas têm realizado processos seletivos para contratação de gays, de lésbicas e de transexuais. A atitude é importante, mas não diminuirá as barreiras existentes se não tivermos consciência de que diversidade não é sinônimo de inclusão.

Ou seja, não basta contratar uma pessoa LGBTI+ apenas para cumprir cotas. É necessário mudar a cultura das pessoas; promover debates e permitir que elas sejam inseridas e se sintam parte do grupo. É, portanto, necessário garantir que todos tenham espaço nos ambientes de ensino e de trabalho, com efetiva igualdade de oportunidades.

A orientação sexual das pessoas precisa ser respeitada e não pode servir como meio de discriminação. No atual momento, não basta não ser LGBTIfóbico. Devemos ser, todos, anti-LGBTIfóbicos.

LGBTI+

O que cada letra representa?

Antes de tudo, é importante entender a pluralidade que todas essas letras representam e que a construção da sigla é um movimento político e histórico, de modo que vemos diferentes siglas sendo utilizadas dependendo do contexto. Cada letra traduz variadas identidades de gênero e expressões da sexualidade humana, que devem ser compreendidas e, mais importante, respeitadas.

Antes, focou-se muito na população gay, refletindo um fator histórico sobre o protagonismo masculino, mesmo em questões relacionadas à identidade de gênero e à orientação sexual. No início das organizações

políticas do movimento, a sigla utilizada era GLS, englobando gays, lésbicas e simpatizantes. A sigla caiu em desuso, não só por não representar a diversidade da comunidade, como também por incluir os “simpatizantes”, que, embora sejam importantes na luta, não devem ser entendidos como protagonistas.

Com o avanço dos debates e aprofundamento das discussões sobre as minorias sexuais na agenda pública, a sigla foi sofrendo transformações, de forma a ser mais representativa e englobar identidades e sexualidades invisíveis, que possuem pautas específicas, caso das pessoas bissexuais e trans, que não eram nominadas pelo GLS. A primeira alteração veio com a mudança da sigla para GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transexuais). Pouco tempo depois, na 1ª Conferência Nacional GLBT no Brasil, pela pressão feita por mulheres que sofriam desigualdade de gênero e invisibilidade dentro do movimento, passou-se a utilizar a sigla LGBT.

Esse breve histórico é importante para entender as razões pelas quais hoje encontramos diversas siglas para se referir à comunidade. São escolhas políticas, pautadas em debates realizados dentro da comunidade e que refletem os avanços e, por vezes, divergências do movimento.

Atualmente, no Brasil, a sigla mais utilizada é a LGBTI+. A primeira parte da sigla (LGB) diz respeito à orientação sexual, às preferências sexuais das pessoas. O “T” diz respeito à identidade de gênero. O “I” à característica biológica e o “+” denota a diversidade das formas de existir e expressar a sexualidade e a identidade de gênero, que não estão necessariamente abarcadas nas letras anteriores.

Trocando em miúdos:

O “L” é de lésbica, que é toda a mulher que tem atração afetiva e/ou sexual por outra mulher.

O “G” é de gay, que é todo o homem que tem atração afetiva e/ou sexual por outro homem.

O “B” é de bissexual, que é toda a pessoa que tem atração afetiva e/ou sexual por pessoas, independente do gênero.

O “T” é um termo guarda-chuva, que engloba transexuais, travestis e transgêneros. As pessoas trans são aquelas que não se identificam com o gênero a elas atribuído no momento do nascimento. Muitas passam por processos de transição de gênero, adequando a expressão corporal à sua identidade de gênero. Pessoas não-binárias (que não se identificam nem como homens, nem como mulheres) também fazem

parte da sigla. Ao revés de pessoas trans, aquelas que se identificam com o gênero atribuído no momento do nascimento são pessoas cisgêneras.

O “I” é de intersexo, representando aquelas pessoas que biologicamente não se enquadram nas noções típicas de sexo feminino ou masculino. Antigamente, eram chamadas de “hermafroditas”, mas o termo é estigmatizante e intersexo passou a ser a expressão utilizada. É importante registrar que tal qual pessoas não-intersexo, a identidade de gênero, a expressão de gênero e a orientação sexual variam de pessoa para pessoa, de forma que pessoas intersexo podem ser heterossexuais, por exemplo. A inclusão na sigla é importante para dar visibilidade a pessoas colocadas à margem da sociedade, muitas vezes submetidas a cirurgias de mutilação genital ainda crianças, tentando “adequar” a sexualidade aos padrões binários impostos pela sociedade.

O “+” alcança todas as demais expressões e identidades de gênero que não se enquadram na norma binária, heterossexual cisgênera. Muitos defendem a inclusão das letras “Q” e “A”, que têm a ver com pessoas “queer” e “assexuais”. A expressão “queer” é relativa àqueles que não se identificam com os padrões da heteronormatividade, transitando entre os gêneros, sem rótulos. Pessoas assexuais são aquelas que não sentem atração sexual por outras pessoas, independentemente de gênero.

Há grande debate sobre a inclusão, ou não, dessas outras letras na sigla, assim como de diversas outras que surgem, referindo-se a características mais específicas de sexualidade ou de identidade de gênero. A sigla hoje mais utilizada é derivada de uma escolha política, que denota coletivos com pautas organizadas e que possuem demandas específicas. Para não excluir ninguém, é sempre bom lembrar que uma sopa de letrinhas nunca será capaz de traduzir as inúmeras formas de existir e resistir fora da norma binária, cisgênera e heterossexual.

Preconceito, comunicação e estigmas

Como já dito, ainda vivemos em uma sociedade bastante preconceituosa e a linguagem utilizada segue refletindo tal condição.

Tudo começa com o uso da expressão *homossexualismo*. O sufixo “ismo” significa doença. Não é doença ser LGBTI+. Inclusive, ela já foi retirada, em 1990, da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde pela Organização Mundial de Saúde. O correto, portanto, é dizer homossexualidade. Não há cura,

pois não se trata de doença. Não há tratamento, quando muito para o preconceito.

Outro problema grave é considerar que ser LGBTI+ seria uma opção. Não é uma escolha. As pessoas nascem LGBTI+. Você pode escolher sua profissão, sua religião e seus amigos, mas não escolher quem você é. Nasce-se assim e ponto.

Também se destaca a incorreta conexão de pessoas LGBTI+ com as infecções sexualmente transmissíveis, a exemplo do HIV/AIDS. O estigma e a discriminação são problemas diários da população LGBTI+, que ainda é considerada como “grupo de risco”. Por muitos anos, uma pessoa LGBTI+ não pôde doar sangue, pois sua orientação sexual sempre foi ligada a doenças e à promiscuidade. Os números mais recentes indicam que a transmissão do vírus do HIV não escolhe cara ou orientação. É cada vez maior o número de heterossexuais infectados. Quebrar tal estigma é essencial para promover uma educação sexual para todos, sem distinções e tabus. Isso, todavia, não descarta a necessidade de fomentar políticas públicas de saúde em favor da comunidade LGBTI+, notadamente a população trans.

Apesar de muitos não compactuarem com atitudes preconceituosas, acabam fazendo uso de expressões que diminuem a luta da comunidade LGBTI+. São frases que parecem inofensivas, mas que se concretizam em LGBTIfobia, fomentando o discurso de ódio dos cidadãos de bem e do atual governo.

Frases como “Eu não concordo, mas respeito”, “Eu tenho até amigos que são, mas eu não gosto”, “Tudo bem ser lésbica, mas precisa parecer um homem?”, “Nossa, você é tão bonita, parece mesmo uma mulher”, “Não contratei ela não, parecia meio sapatão”, “É só uma fase, uma hora você decide do que gosta”, “É errado, mas eu convivo. Eles lá e eu aqui” são exemplos da intolerância ainda enraizada em nossa sociedade. Precisamos parar de utilizá-las. Repetimos, no atual momento, não basta não ser LGBTIfóbico. Devemos ser, todos, anti-LGBTIfóbicos.

Não é só uma fase. Não é doença. Não adianta respeitar, mas querer distância e que isso não aconteça dentro de sua família. Você está sendo LGBTIfóbico.

Para se informar e entreter

Convidamos você a acessar nossas redes sociais e assistir aos vídeos que produzimos sobre Orgulho e LGBTIfobia. Não apenas durante o mês do orgulho, mas mensalmente temos disponibilizado publicações

para tratar de assuntos importantes para a população LGBTI+.

Aqui, também apresentamos algumas dicas de livros, filmes, documentários e séries essenciais para entender e debater a diversidade e a inclusão.

Livros

- “Devassos no Paraíso” de João Silvério Trevisan. Conta a história da homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade. Em pesquisa profunda sobre resistência e marginalização da população LGBTI+, Trevisan nos lembra das lutas passadas para a construção de estratégias de resistência futuras.
- “Eu sou uma lésbica” de Cassandra Rios. Primeira escritora a vender um milhão de cópias, também carrega o título de escritora mais censurada da ditadura militar. Na obra, ela retrata a história de uma mulher lésbica e como a sexualidade a atravessou em diferentes momentos de sua vida. A história se passa nas décadas de 60 e 70 do Brasil.
- “Viagem solitária” de João W. Nery. Trata-se de uma autobiografia, contando a história do primeiro homem transexual a realizar a cirurgia de redesignação sexual que se tem registro no país. O autor conta de forma sensível como foi a construção de sua identidade no contexto da ditadura militar.
- “História do Movimento LGBT no Brasil” de James N. Green, Marcio Caetano, Marisa Fernandes e Renan Quinalha. O livro busca reconstruir alguns temas e momentos privilegiados da história de quatro décadas do movimento LGBTI+ no Brasil contemporâneo, atentando para a diversidade de sua composição e de perspectivas no interior do movimento.
- “O fim do armário: lésbicas, gays, bissexuais e trans no século XXI” de Bruno Bimbi. Traz uma série de histórias que traduz inúmeras iniciativas homofóbicas, dando-se nomes aos bois, não escapando políticos, pastores evangélicos, setores da imprensa e da opinião pública, artistas e apresentadores de televisão.
- “We have Always been here” de Samra Habib. Nascida no Paquistão, Samra é fotógrafa, escritora e ativista. O livro conta seu crescimento como pessoa *queer* dentro de uma família muçulmana e que chegou ao Canadá como refugiada. Ainda não disponível em português.

Filmes e documentários

- “Priscila, a rainha do deserto”. Um clássico, de 1994, que conta a história de dois artistas *drag queens* e de uma mulher trans que viajam pelo deserto para apresentarem suas performances.
- “Transamerica”. O filme conta a história de Bree Osbourne, uma transexual de Los Angeles, que economiza o quanto pode para fazer a sua última operação de redesignação de gênero. No meio do processo, ela é surpreendida pela chegada de Toby, um jovem preso em Nova York que está à procura do pai.
- “Clube de Compras Dallas”. Nos anos 1980, um vaqueiro machista descobre ser soropositivo em uma época em que a doença ainda era tratada vulgarmente como “câncer gay”. Na luta por sobrevivência, ele desenvolve uma amizade com uma travesti e funda um clube para distribuição de medicamentos.
- “Hoje eu quero voltar sozinho”. Filme brasileiro que conta a história de Leonardo, adolescente cego que busca independência enquanto convive com sua mãe superprotetora e suas limitações. Quando um novo aluno chega à escola de Leonardo, ele também tem que lidar com a descoberta de sua sexualidade.
- “A garota dinamarquesa”. Conta a história de Lili Elbe, uma das primeiras mulheres transgênero a passar pela cirurgia de redesignação sexual nos anos 20. Lili vivia com sua esposa dinamarquesa Gerda e se entendeu como trans após posar para uma pintura.
- “O segredo de Brokeback Mountain”. Filme que retrata a história de dois *cowboys* que se conhecem em um trabalho e realizam uma descoberta. Por semanas, eles vivem um romance isolados até cada um seguir seu caminho ao final do trabalho, com ideias distintas para o futuro.
- “Milk - a voz da igualdade”. Conta a história de Harvey Milk, o primeiro político abertamente gay dos Estados Unidos. Disposto a enfrentar a violência e o preconceito da época, busca direitos iguais e oportunidades para todos, sem discriminação sexual.
- “Moonlight”. Vencedor do Oscar de melhor filme em 2017, ele mostra a jornada de autoconhecimento do garoto Chiron. A busca por uma identidade em um contexto de violência e marginalização está intrinsecamente ligada à descoberta e à aceitação de sua homossexualidade.
- “Madame Satã”. Retrata a via da referência na cultura marginal

urbana do século XX, o célebre transformista João Francisco dos Santos – malandro, artista, presidiário, pai adotivo de sete filhos, negro, pobre e homossexual – conhecido como “Madame Satã” e frequentador do bairro boêmio da Lapa, no Rio de Janeiro.

- “Elisa e Marcela”. Baseado em uma história real, o filme em preto e branco conta a história de Elisa e Marcela, duas jovens que enfrentaram a igreja e se casaram em 1901, na Espanha. A união das duas é, até hoje, a única a ter sido oficializada pela instituição religiosa.
- “Me chame pelo seu nome”. Na Itália dos anos 1980, o acadêmico Oliver chega à casa de Elio para ajudar seu pai numa pesquisa. Uma conexão nasce e a dupla inicia um romance que acaba despertando um turbilhão de sentimentos no garoto de 17 anos. Vencedor do Oscar de Melhor Roteiro Adaptado.
- “Com amor, Simon”. Simon é um jovem sobrevivendo ao ensino médio, mas que ainda não saiu do armário. No entanto, seu segredo é ameaçado quando um colega começa a chantageá-lo. Com Amor, Simon é o filme de romance adolescente que precisamos para naturalizar as relações LGBTI+.
- “Má educação”. Quando um velho amigo entrega ao cineasta Enrique Godeu um roteiro baseado na adolescência dos dois, Enrique é obrigado a reviver sua juventude em um internato católico. Alternando passado e presente, o roteiro acompanha um travesti que se reconecta com antiga namorada. O encontro faz a personagem refletir sobre a vitimização sexual e o trauma de esconder sua preferência sexual. É um dos clássicos de Almodóvar.
- “Carol”. O filme conta a história do envolvimento amoroso entre duas mulheres, Therese e Carol. As duas se conhecem em uma loja de departamento por acaso. Ambientada nos anos 50, a trama aborda os desafios de ser lésbica em uma sociedade conservadora, especialmente por conta da época em que se passa.
- “Além da fronteira”. Conta a história de Nimer, palestino que estuda em Tel Aviv e se apaixona por Roy, advogado israelense. À medida em que a relação dos dois se desenvolve, Nimer tem que lidar com sua família conservadora e com sua condição de palestino morando em Israel. A situação piora quando um amigo próximo é capturado em Tel Aviv e assassinado na Cisjordânia.
- “Meninos não choram”. O drama retrata a vida de Brandon Teena, um homem transsexual que vive em Nebraska, uma cidade

rural dos Estados Unidos. A história é verídica e mostra como a sociedade pode ser cruel com as pessoas LGBTI+.

- “Amor por direito”. Diagnosticada com uma doença terminal, uma policial luta para que sua parceira receba os benefícios de sua pensão após a sua morte, mas as autoridades não querem reconhecer a união homoafetiva.
- “Tomboy”. Drama francês de 2012 dirigido por Céline Sciamma que trata da transexualidade na infância. Laurie é uma garota de 10 anos que começa a se perceber como um menino. Ela busca se inserir na turma de crianças do bairro se fazendo passar por Mickael e se apaixona por sua amiga Lisa.
- “Flores raras”. O longa narra o romance da arquiteta brasileira Lota de Macedo Soares, interpretada por Glória Pires, e a poetisa americana Elisabeth Bishop, protagonizada por Miranda Otto. Lançado em 2013 e baseado em fatos reais, é um dos poucos filmes brasileiros LGBTIs.
- “The Pearl of Africa”. Conta a história de Cleopatra Kambugu, uma mulher transexual da Uganda, um dos países com leis mais duras contra a população LGBTI+. Trata de sua jornada de perseguição por sua identidade de identidade de gênero e resistência frente a um contexto de criminalização.
- “Dzi Croquettes”. O documentário resgata a trajetória dos atores e bailarinos que se tornaram símbolos da contracultura ao confrontar a ditadura usando a ironia e a inteligência. Os espetáculos revolucionaram os palcos com performances de homens com barba cultivada e pernas cabeludas, que contrastavam com sapatos de salto alto e roupas femininas. O grupo se tornou um enorme mito na cena teatral brasileira e parisiense nos anos 70.
- “Carta para Além dos Muros”. O documentário recorda a descoberta do HIV no Brasil nos anos 1980, o que interrompeu os tempos de amor livre da década anterior. Um jovem anônimo, que recebe seu diagnóstico em 2019, ajuda a traçar um panorama dos avanços no tratamento, mas também do preconceito que ainda incide sobre a população LGBTI+.
- “Paris is burning”. Uma crônica do cenário *drag* de Nova York, na década de 1980, focando em bailes, modelos, as ambições e sonhos daquelas que deram à época seu fervor e vitalidade.
- “Laerte-se”. Retrata a história de uma das maiores cartunistas

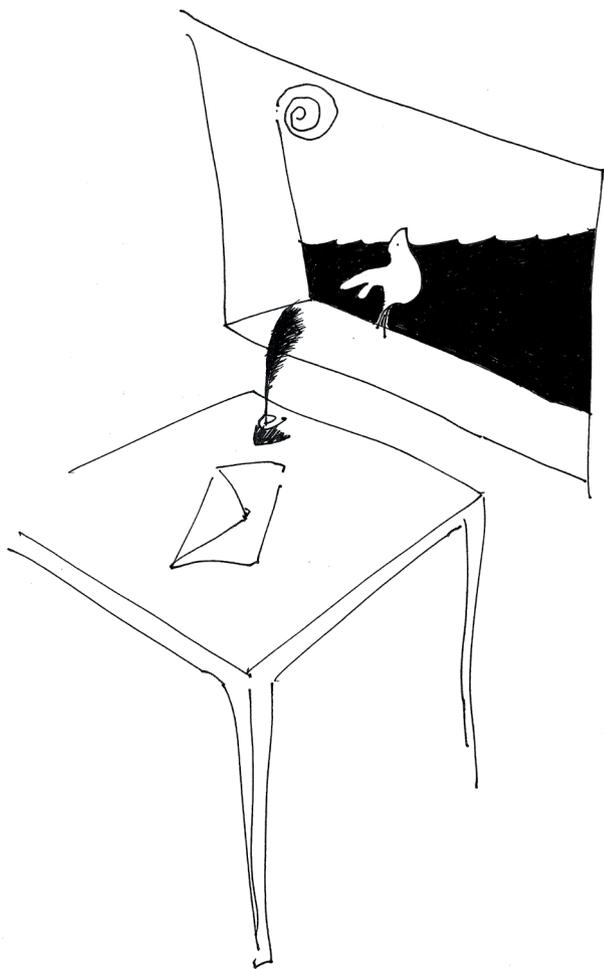
do Brasil, mostrando seu processo de aceitação como trans e os desafios que ela encarou em sua transição.

- “A morte e a vida de Marsha P. Johnson”. Além de uma história biográfica sobre uma das maiores vozes do movimento trans, um documentário sobre as investigações da ativista Victoria Cruz, que apontam incoerências no suposto suicídio de Marsha.

Séries

- “Pose”. Ambientada em 1987, acompanhamos Blanca, uma participante de bailes LGBTI+ que acolhe algumas pessoas marginalizadas pela sociedade. Centrada na vida de Blanca, esta é uma história da cultura de bailes, da comunidade gay e trans, da crise violenta da AIDS e do declínio do capitalismo. Disponível no Netflix.
- “Veneno”. A série conta a história de Cristina Ortiz, uma cantora, atriz e profissional do sexo na Espanha, que ficou conhecida como “La Veneno”. Ela foi uma das primeiras transexuais espanholas e ficou bastante conhecida na mídia na década de 1990. Disponível no HBO Max.
- “Special”. Retrata a vida de um jovem gay, com uma leve paralisia cerebral que decide recomeçar sua vida e fazer tudo aquilo que sempre deixou para depois. Entre seus novos objetivos estão conquistar o primeiro emprego; morar sozinho e longe de Karen, sua mãe controladora; e, por fim, engatar um relacionamento amoroso. Disponível no Netflix.
- “AJ and the queen”. Série que conta a vida da *drag queen* Ruby Red, que viaja pelos Estados Unidos em um trailer velho fazendo shows em clubes para conseguir se reerguer depois de um golpe. Ela é acompanhada por AJ, uma criança de onze anos, que vivia marginalizada em Nova Iorque. Disponível no Netflix.
- “Crônicas de São Francisco”. A série mostra a vida de Mary Ann, uma mulher com a famosa crise de meia-idade que, depois de muito tempo longe, decide retornar à cidade onde viveu, São Francisco. De um lado, ela se reúne novamente com sua filha e seu ex-marido. De outro, ela vive um relacionamento com Clarie. A série também inclui a história de outras pessoas, como Jake Rodriguez, jovem trans que enfrenta dificuldades em seu relacionamento justamente por causa de sua transição. Disponível no Netflix.

- “The L World”. Acompanha as vidas e os amores de um grupo de lésbicas de Los Angeles. A personagem principal, Jenny, é recém-formada pela Universidade de Chicago e se muda para Los Angeles a fim de morar com seu namorado. A sua vida dá uma reviravolta quando ela conhece as vizinhas Bette e Tina, um casal que está prestes a dar o próximo passo e começar uma família, após estarem juntas há sete anos. Disponível no Globo Play.
- “Queer as folk”. Narra a história de cinco homens homossexuais que vivem em Pittsburgh, nos Estados Unidos, bem como de um casal de lésbicas, Lindsay e Melanie. O seriado é um marco na luta pelos direitos LGBTI+, mostrando as dificuldades e conquistas da comunidade são brilhantemente retratadas nesta produção.
- “Euphoria”. A trama acompanha a história de Rue, uma jovem que acabou de sair da reabilitação por conta de seu vício em drogas. Sua vida, todavia, muda quando ela se apaixona pela nova moradora da cidade, Jules. Disponível no HBO Max.
- “Manhãs de setembro”. A série, que conta com apenas cinco episódios, apresenta Cassandra, uma mulher negra e trans vivendo seu dia a dia, trabalhando na entrega de um aplicativo, conquistando seu primeiro lar, vivendo suas relações com seu namorado e amigos e descobrindo uma parte da família que não conhecia. Disponível no Amazon Prime.



LBS Mulheres

Cartas de aquilombamento

Brasília, 8 de março de 2019.

Querida Ariane,

Sei que quando essa carta chegar até você, as dores e os desafios já serão outros. De fato, como anuncia a música, o tempo é compositor de destinos e, certamente, um dos deuses mais lindos, já que ele é vivo.

Ainda assim, querida, sinto que preciso compartilhar as boas novas e tudo o que fizemos até aqui. Faço isso não para que você trilhe caminho igual ao nosso, mas para que você possa fazer mais, fazer melhor. Compreender o passado é fundamental para nos lançarmos no futuro.

Sou movida a sonhos, sempre foi assim, mas não é de hoje que tem sido difícil sonhar. Já não nos abraçamos e sinto que ainda vivemos em uma promessa de democracia republicana. A lógica predominante é aquela que promove o indivíduo a um empreendimento bem (ou mal) sucedido, enquanto eleva o Estado ao patamar de empresa, tendo o mercado (e não os sujeitos) em sua centralidade.¹

Sentimos falta de toque e de sorrisos, mas, sobretudo, sentimos falta de humanidade.

Talvez seja esse o resumo da nossa luta: reivindicamos por humanidade para todas nós, mulheres, e a partir de nós, mulheres.

Humanidade a partir de nós porque seguimos tentando romper o silêncio para contarmos, em primeira pessoa, nossa própria história. Quando damos som a nossas vozes, passamos também a existir e, portanto, a ser sujeito de direitos. Se um dia o esforço foi para que pudéssemos fazer, hoje o desafio é para que reconheçam que somos autoras.

A norma, no entanto, é feita para nos separar e reproduzir a lógica de competição neoliberal que sufoca. “Quando foi que competimos pela primeira vez?”²

¹ Marilena Chauí, disponível em https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/?doing_wp_cron=1629748095.7096459865570068359375.

² *Sereníssima*, Legião Urbana.

Crescemos em disputa umas contra as outras: mulheres que querem exercer a maternidade contra aquelas que não querem. Mulheres que enxergam a beleza nos padrões elegidos pela sociedade contra aquelas que veem a beleza na naturalidade. Mulheres jovens contra mulheres mais velhas. Mulheres que trabalham fora de casa contra as que trabalham em casa... Para manter o *status quo*, é importante que se reproduza a lógica: mulheres sempre contra mulheres.

Hoje, no entanto, 8 de março de 2019, venho te contar que estamos fazendo a escolha – sim, trata-se de uma escolha – de nos aquilombar.

Nossas antepassadas nos mostram, com exemplos de luta e coragem, que juntas somos mais fortes e que, juntas, nossa voz ecoa longe. E assim, com a generosidade daquelas que vieram antes, Dra. Fê, nossa brava companheira, que com doçura, firmeza e persistência nos abre caminhos, me dá a oportunidade de sonhar o sonho dela e de tê-la também no meu.

A cada 8 de março, quando o calendário nos lembra de celebrar em comunhão, sentíamos a energia do sonhar, do construir e do descansar nos braços umas das outras. E é a partir do desejo de que a tigresa possa mais do que o leão, que nascemos umas para as outras. Assim nasce, também, nossa *Cidadania*.

Na concepção de nosso quilombo do século XXI, construímos um universo paralelo em que Direito, arte, cidadania e amor se encontram em um único ambiente. A força do feminino rege esse encontro e ali, de fato, embora iguais, nos reconhecemos como únicas. Não há história ou dor que não seja legitimada, porque compreendemos que não seremos “livres enquanto alguma mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela seja diferentes”.³

A ordem do dia de hoje é afeto e união, por ela nos pautamos. Mas se lembre, Ariane, somos mulheres todos os dias e o recorte temporal de 8 de março nos orienta a honrar, agradecer e aprender com todas aquelas que nos precederam, mas não nos restringe às águas de março a fechar o verão.

Sabemos que a luta se faz a cada instante. Toda vez que uma de nós é silenciada, tem seu corpo violado, sua vida tomada, a luta acontece. Quando lutamos pela maternidade, a luta acontece, assim como quando falamos sobre aborto. A luta acontece quando compartilhamos

³ Audre Lorde.

a compreensão de que o trabalho de cuidar, seja lá de quem for, é de todos aqueles que vivem em sociedade e não restrito ao universo que se compreende como feminino. A luta acontece quando gritamos por igualdade salarial, igualdade de oportunidades, igualdade na ocupação de espaços de poder. Mas, sobretudo, a luta acontece com a nossa congregação.

Na revolução feminina, além de luta, propagamos amor e plantamos conhecimento e compreensão. Assim, na nossa microesfera de poder, tenho a certeza de que estamos fazendo a diferença nos dias umas das outras. Nós nos reunimos para lutar, mas também para repousar em segurança, juntas, para sorrir, para respirar, para dançar.

Lembre-se, querida, que a palavra sempre há de ser nosso instrumento, mas não perca de vista que nos comunicamos para além dela. Assim, deixo aqui minhas palavras, para que com as suas, você seja, em um futuro melhor, também a minha voz e, então, eu viva em você, assim como você vive em mim.

Sarah Cecília Raulino Coly
Sócia da LBS Advogados.

Campinas, 23 de agosto de 2021.

Querida Maria Gabriela,

Continuam sendo “tempos difíceis para sonhadores”⁴. Não que isso nos impeça de sonhar. Deixar de sonhar não é opção, nunca será e nunca deixe ser. Nesses meus 30 anos, confesso que houve momentos mais fáceis, ou será eu que não notei que o mundo ruía ao meu lado?

Em entrevista ao jornal *O Globo*, Marieta Severo resumiu a sensação dos brasileiros nesse 2020/2021: “Nunca tive uma angústia cívica tão profunda [...] Sei o que é ter uma barreira diante dos sonhos [...]”⁵.

Para mim, uma mulher branca, hétero, casada, com uma profissão dita “respeitável” (advogada) e repleta de privilégios é angustiante ouvir o noticiário. Para minhas companheiras negras, LGBTQIA+, solteiras, viúvas, divorciadas, mães, desempregadas, desalentadas, deficientes e/ou com profissões “desrespeitáveis” pelo sistema capitalista opressor, o noticiário é um prenúncio do mal, a ciência das milhares de maneiras como o machismo pode nos engolir em questão de segundos.

Não bastasse, termos que impor limites para que homens não se aproximem do nosso corpo sem consentimento; uma vez sozinhas temos que reaprender a amar esse corpo que foi demonizado pela indústria da moda. Ao mesmo tempo em que não quero ser tocada, não quero me tocar. Um paradoxo complicado que nos é incutido desde a tenra idade.

Meu corpo é meu, mas eu não fui ensinada a amá-lo. Eu não fui ensinada a aceitá-lo. Mas, como não fui a única, não estou só e isso é o que preciso compartilhar com você.

O machismo nos ensina que mulheres são fofoqueiras, invejosas, incapazes de desejar o bem para suas semelhantes, sempre dispostas a derrubar uma outra mulher que, porventura, ouse entrar em seu caminho amoroso ou profissional. Somos eternas rivais, víboras, competindo para alcançar a supremacia masculina e, nesse caminho, nos digladiamos como animais.

4 Fala do filme francês de 2001 *Le fabuleux destin d'Amélie Poulain* (no Brasil, *O Fabuloso Destino de Amélie Poulain* e em Portugal, *O Fabuloso Destino de Amélie*), do gênero comédia romântica, dirigido por Jean-Pierre Jeunet.

5 DA REDAÇÃO. “Uma angústia cívica profunda”, diz Marieta Severo sobre o atual governo - ISTOÉ Independente. Disponível em: <<https://istoe.com.br/uma-angustia-civica-profunda-diz-marieta-severo-sobre-o-atual-governo/>>. Acesso em 23/08/21.

As mulheres são desaconselhadas a se unir, desaconselhadas a abrir suas fraquezas, medos, lutas, alegrias com outras mulheres. Logo, carregamos sozinhas, caladas, embaixo de uma máscara de fantasiosa felicidade e força, todas as nossas dores e verdades, sem perceber que a solução está tão perto.

Sarah explicou-me, de um passado não tão distante, que fomos ensinadas a reproduzir a lógica de competição neoliberal e, por isso, aprendi e posso lhe garantir que: Não, não somos rivais. NÃO, não é um problema abrir sua Caixa de Pandora para outras mulheres. NÃO, você não está sozinha!

Nesse meu processo de entendimento sobre a necessidade que tenho de minhas companheiras e a necessidade que elas têm de mim, fui “acoplada” ao *Cuidadania*, projeto que não nasceu apenas de Sarah e Fernanda, mas que nasceu por elas, por mim, por você e pelo futuro, que a você reserva vivências melhores e mais profundas. Quando digo “acoplada”, digo no mais literal sentido: “Junta(-se) dois elementos para formar um só conjunto; ligar(-se), unir(-se)”⁶.

O grupo já estava em movimento reunindo-se aos sábados e minhas atividades não se compatibilizavam com os horários. Como mulher, os sábados são destinados a tarefas domésticas e familiares, uma realidade que a luta alterará (tenho fé). Então, um belo dia, sou chamada para uma reunião de último momento. A pauta: “Vamos mudar o dia, queremos unir mais mulheres”.

Tornei-me a parte que o “todo” precisava e o “todo” tudo que me faltava.

Não sei dizer o momento exato em que tomei consciência da importância dessas mulheres. Talvez ainda não tenha tido tempo suficiente para uma consciência completa e plena, mas nem me importo com esse momento, futuro ou presente. Viver os dias cercada por elas já me basta.

Saber que não sou a única, que não estou só. Que está tudo bem não ter um bom dia, uma boa semana, um bom mês, um bom ano. Não preciso passar por isso sozinha e não preciso achar que todas vivem vidas perfeitas enquanto a minha está em “ruínas”. Ninguém está definitivamente bem ou mal. A vida é transitória e o importante é ter com quem contar.

6 *Acoplar* | *Michaelis On-Line*. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=acoplar>>. Acesso em 23/08/21.

Querida Maria Gabriela, desejo que seja mais como a Maria de Milton – guerreira e forte – do que como a Gabriela de Caymmi – imutável. Nessa montanha russa da vida, lembre-se de não estar só e lembre-se, mais ainda, de oferecer aquilo que me foi ofertado: oportunidade de abrigo.

Aquilombe-se. Ajunte-se. Una-se. Acople-se. Agigante-se. E, ao final, espalhe-se!



Ariane Elisa Gottardo Emke
Formada em Direito pela UNESP.
Advogada da LBS Advogados.

Campinas, 23 de agosto de 2023

Querida Sarah,

Aqui fala Maria Gabriela, mulher de pouca idade que vive as angústias e delícias dos 20 e poucos anos, nordestina, feminista e tantas mulheres em uma. Venho aqui te falar de um futuro, o futuro que vivo e outros que virão, não apenas para mim, mas também para vocês e todas as próximas gerações. Um futuro de mulheres e o que eu espero para nós.

Tão jovem, fui tantas vezes desacreditada. Tentaram me impor o que fazer, como ser, aparentemente, eu ainda não tenho idade para ter opinião. Tenho muito para viver, ver e aprender, isso é certo, mas não tenho o direito de querer viver os anos que virão em outra realidade? Não posso querer ver vitórias para mulheres em vez das tragédias que vejo hoje? Não posso querer aprender sobre mulheres que conquistaram direitos ao invés dos homens que as apagaram?

A certeza que algumas vezes fraquejou dentro de mim, consolidou-se quando eu me vi parte de uma *Cuidadania*, em que cuido de mim e de outras, com tantas mulheres ao redor que compartilham das mesmas angústias e também de outras novas para mim. A vontade de mudança não é passageira, parece apenas crescer. É isso o que vejo em tantas mulheres, de tantas gerações, lugares e vivências que encontro na *Cuidadania*. É encantador ver tantas vidas e tantos anseios diferentes, mas que desejam o mesmo.

Vi que não estou só, que somos muitas. Do lugar em que estou, sou inspirada por mulheres que aprendi a admirar dentro de suas realidades e vivências, que a cada encontro compartilham comigo o que é ser mulher e me inspiram a ser, eu, a mulher que sempre quis ser.

Você ficará feliz em saber que a *Cuidadania* de hoje ultrapassa as experiências das vivências de 8 de março, uma data que não foi e jamais será esquecida, mas que transcende a si mesma, já que a exercitamos diariamente. Acoplamos ao grupo outras além de Ariane, crescemos dentro do nosso espaço e para além dos nossos encontros. A *Cuidadania* é vivida, experienciada todos os dias e os ensinamentos e trocas que temos em nossos encontros são semente para que ela floresça a todo tempo. Não somos um grupo apenas quando nos reunimos, estamos o tempo todo juntas em um ideal.

Para mim, a *Cuidadania* me permite ser livre, mas também me pede organização e me convida a dar continuidade à luta.

Em LBS Advogados estamos e somos aquilombadas e isso faz de nós

privilegiadas, pois se tantas de nós ainda estão sós, ainda somos a minoria. O aquilombamento precisará ser maior.

O futuro que quero construir, que peço que construamos, é um futuro para o aquilombamento de todas. Se hoje, digo ao passado, presente e futuro que nossa *Cidadania* me construiu para ser a mulher que venho me tornando, que ela generosamente me abraça e me acolhe como sou (e assim me inspira a expressar o que sou), venho também dizer que quero mais.

Não será fácil. Precisaremos, eu e todas as nossas, daqui e de todos os cantos, lutar. Lutar pelo que acreditamos, pelas nossas escolhas e, sobretudo, pelas nossas mais diversas e subjetivas individualidades. Não tenho medo, porque sei que o espaço que construímos também é segurança para, às vezes, se sentir esgotada, mas, depois, se levantar e prosseguir. Juntas.

Hoje, o que espero é que a nossa próxima carta, a nossa próxima geração, escreva sobre uma *Cidadania* que cresce para além da LBS Advogados, que abraça outras e que constrói aos poucos a nossa história de luta cheia de cicatrizes, mas também de tanto amor. À próxima autora, desejo força, desejo resistência e desejo que saiba que, do seu lado nessa luta, há uma *Cidadania* que luta por e com você.



Maria Gabriela Vicente Henrique de Melo
Assistente Jurídica da LBS Advogados.

**Encontros
pela vida**

***Cuidar*: verbo coletivo**

Cidadania

Álvaro Klein

Advogado Trabalhista

Convidado pela Fernanda para escrever sobre os eventos de Cuidado e Cidadania, que as pessoas humanas do Instituto Trabalho e da LBS Advogados promoveram desde o início da pandemia, de imediato me lembrei das palavras do Presidente Lula no prefácio do livro do Emicida - “Pra quem já mordeu um cachorro por comida, até que eu cheguei longe...”

Antes da pandemia, em 05/11/2019, eram palavras de solidariedade, de esperança e de reafirmação da força do coletivo:

“A nossa vida é feita dos sentimentos que nos unem, e que trocamos uns com os outros. Escrevo para você de uma sala onde tentam me isolar, me deixar sozinho. Mas quando eu troco cartas contigo, ou escrevo este prefácio, a solidariedade atravessa as paredes, destrói correntes, constrói movimentos e esperanças de dias melhores.”

Desde 2016, atônito com o avanço do passado, do retrocesso, do negacionismo e do individualismo odioso, duvidei da sobrevivência do coletivo:

o coletivo não morreu
a sociedade encolheu
o avião decolou levando uma vida de mão
desde pequeno empreendeu
não compreendeu
o coletivo não morreu
no ônibus se perdeu
riu se divertiu
o trem sumiu
a solidariedade ruiu
a fraternidade não veio
encontrou duas amigas
e ficou no recreio
a sociedade encolheu
o avião decolou levando uma vida de mão
desde pequeno empreendeu
não aprendeu o que renove
o recreio acabou

a fraternidade não veio
a liberdade se perdeu
só a igualdade que chegou
agora coletivo é igual a CPF
agora CPFs são iguais a CNPJs
agora pretos
pobres, mulheres
LGBTs são iguais
são iguais e ficarão
pois o avião decolou
levando apenas uma vida de mão
e o coletivo?
se não morreu
tá na tua mão
compreendeu?

E veio a pandemia. Alguns odiosos duvidaram das certezas. Por covardia e por medo da finitude, não procuraram o fim, o precipício final

De Brasília, de Campinas, de Goiânia e de São Paulo confiando nas certezas, nas ciências e no amor fraterno, um grupo de amigas e amigos afirmaram em uníssono para quem quisesse ouvir:

Estamos cuidando de ti cidadania!
À luta liberdade
O coletivo não morreu
A solidariedade resiste
A fraternidade permaneceu
O luto ao individualismo odioso
O negacionismo morreu
Não fique triste
Foi a igualdade que venceu.

Foi assim. Foi o que vi, o que senti. O mundo do trabalho, a luta das liberdades e das igualdades ganharam cores, formas e sons até então ofuscados, não sentidos, tampouco ouvidos.

O exemplo de cuidar das cidadanias, CUIDADANIA, foi a concretização do que o Presidente Lula disse para o Emicida.

A solidariedade atravessando paredes e fronteiras, destruindo correntes em um verdadeiro movimento de esperança de dias melhores.

Obrigado pessoas humanas do Instituto Trabalho e da LBS Advogados - com vocês por perto os *bestáculos* se apequenaram.

Novo Hamburgo, 29 de agosto de 2021.

A palavra e seus dizeres

Bete Masini

Licenciada e Bacharelada em Letras e Linguística pela Unicamp; Especialização em Teoria Literária, pela mesma universidade pública; Professora e Consultora de Língua Portuguesa e de Gestão de Pessoas. Alguém que tem fé no poder transformador das palavras.

Quando fui convidada para escrever este artigo sobre a Palavra, o qual faria parte desta coletânea, fiquei muito feliz. Em meus cursos e treinamentos sobre o uso de nossa língua materna, tanto em relação à nossa comunicação escrita quanto à oral, sempre afirmo - logo no início - que devemos buscar o vocabulário mais adequado para que possamos escrever ou dizer, de fato, o que queremos escrever ou dizer, com a força argumentativa que desejamos e da qual necessitamos.

Fui convidada também para fazer a revisão da escrita dos textos. Meu olhar - enquanto leio e corrijo - não é aquele feito com a caneta vermelha, que sempre costuma trazer a muitos o 'horror' pelo estudo da nossa Língua Portuguesa, a qual é de fundamental importância para a construção da clareza de nossa escrita e de nossa fala. Minha ação de corrigir se centra no olhar para os textos, compreendendo que ali tenho, em primeiro lugar, um sujeito daquele discurso, daqueles dizeres. Cada um de nós, autores e autoras, ocupamos, no nosso momento solitário de escrita, mas povoado de interlocutores, um lugar de sujeito da enunciação. Somos autores e donos dos nossos dizeres. Obviamente, isso ocorre também quando falamos.

Bem resumidamente, a Análise do Discurso - área da Linguística - estuda a linguagem, compreendendo que - embora ela tenha um caráter formal importante já que existe uma base linguística regida por leis internas (conjunto de regras fonológicas, morfológicas, sintáticas), a partir da qual se constituem os efeitos semânticos - ela faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais e em conjunturas históricas. A discussão sobre a posição de sujeito e de autoria no discurso passa necessariamente pela compreensão de que o sujeito é constituído nas e pelas contradições sociais e históricas.

Nós, como sujeitos e como autores de discursos, precisamos, além de fazer uso da linguagem, transformá-la em ação individual e, principalmente, em ação coletiva para atuarmos na busca por mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais tão necessárias. As palavras

escolhidas precisam ter força para uma transformação real e prática.

Ecoa, dos textos lidos e corrigidos, o alinhavo de palavras sobre a necessidade de pensarmos juntos sobre essas mudanças e de colocarmos em prática o “juntos/juntas somos mais fortes”. O espaço cívico de luta, construído por essa prática, por meio de nossos argumentos e de nossas atitudes, será fundamental para “cuidarmos do nosso Brasil desfigurado”, conforme descrito no posfácio.

A luta coletiva, sem jamais perder a ternura, contra a homofobia, contra o racismo, contra o machismo, contra o discurso capacitista, contra a gordofobia, contra o negacionismo, contra o fascismo, contra o discurso de ódio, contra a não aceitação da diversidade, contra toda tentativa de negar direitos a quem os deveria ter precisa se apropriar das palavras e de seus dizeres, usando-os como um instrumento poderoso em defesa da liberdade de escolha e de expressão, da dignidade, da consciência cidadã, do respeito às diferenças, da solidariedade, de uma sociedade mais igualitária e inclusiva, da democracia.

A palavra Cidadania - fusão das palavras cuidado e cidadania; ação de juntos cuidarmos uns dos outros e da cidadania, da consciência cidadã - se revela nessa luta.



O princípio de tudo...

Júlia Lenzi Silva

Graduada e Mestra em Direito pela UNESP, onde encontrou um amor pedestre que a fez fincar raízes em Franca (“pertim” da divisa com as Gerais, para poder continuar exercendo a “mineiridade”). Feminista por sobrevivência, antirracista por consciência, comunista por revolta. Doutora em Direito do Trabalho e da Seguridade Social pela USP. Mãe da Carolina, a menina de olhos de universo nascida um dia antes da decretação da pandemia. Autora de “Forma jurídica e previdência social no Brasil” (Ed. Lutas Anticapital).

Em dezembro de 2020, o projeto “DNA do Brasil”, que, até 2024, pretende sequenciar o genoma de 40 mil brasileiros e brasileiras, divulgou seus primeiros resultados: nossa herança genética materna é majoritariamente africana e americana, enquanto a paterna é

75% europeia. Os homens africanos deixaram apenas 14,5% de seu DNA, enquanto os povos originários, indígenas de todas as nações, transmitiram tão somente 0,5%¹. A ciência “dura” comprovou o que as sociais e o cotidiano de nossas relações já nos contam há séculos: somos um país estruturalmente violento, forjado a partir do estupro, do genocídio e da escravização de pessoas negras e indígenas. Diante dos dados, fica ainda mais difícil seguir negando; nossas veias abertas desmontam os mitos da cordialidade e do paraíso racial, exigindo de nós muita cautela quando apontamos as “excepcionalidades” desse presente tão desolador.

Entretanto, se, ao olhar para trás, nos deparamos com a inscrição do racismo e do extermínio em nosso DNA, confesso que olhar para frente, com esperança de transformações profundas, tem sido tarefa árdua. Enquanto nos esforçamos para mantermos atualizadas nossas pautas de luta, nos desdobrando para estarmos em todas as frentes que nos mobilizam, somos diariamente atropelados pelo rebanho de tragédias, pelo desfile de absurdos e pela contínua destruição dos espaços, dos projetos e dos territórios de resistência coletiva. Enquanto vemos emergir as barrigas cheias de fome e os olhares cheios de vazio, as bocas seguem destilando o ódio e a mentira. A ignorância, filha legítima da desigualdade social e irmã do medo, nos tomou de assalto; sequestrou o diálogo e mantém um país inteiro refém de si mesmo. A verdade é que o cansaço - aquele paralisante e desmobilizador tem nos feito companhia por mais noites e dias do que temos coragem de contar... e contabilizar milhares de mortes evitáveis, algumas para as quais damos nomes, sobrenomes e das quais sentimos saudade - parece ter sido a gota que entornou o copo de tantas mulheres e homens que viveram as lutas como travessias de vida.

Foi numa noite dessas, tomada pela exaustão, enquanto fazia minha filha dormir, que me peguei pensando no que todas, todos e todes nós teríamos em comum como necessidade e como potência. Aquilo cuja falta poderia explicar nossas trajetórias tortas em afeto, em empatia e em cuidado recíproco ao mesmo tempo em que, de forma contraditória, estivesse ao nosso alcance ofertar hoje, nesse e em qualquer outro momento. Aquilo que, de tão simples, guarda a mágica que une seres humanos há milênios e que, sendo palpável e concreto,

1 BEZERRA, Mirthyani. *Uma nação se faz na cama?* Colaboração para Tilt (Uol). Disponível em <<https://www.uol.com.br/tilt/reportagens-especiais/dados-do-genoma-de-brasileiros-revelaram-violento-processo-miscigenacao/#cover>>.

não admite a polissemia de conceitos como fé, justiça, igualdade, liberdade, não sendo disputável, mas tão somente vivido... aquilo que, mesmo nascendo conosco, não pode ser desfrutado sozinho e, ainda que seja parte de nós, demanda aprendizado sobre como ser ofertado e pedido. Aquilo que chamamos de colo.

Deparei-me, então, com o fato de que somos parte de gerações inteiras privadas de colo. Mulheres e homens, que cresceram em meio à cultura de que “colo estraga”; de que é preciso endurecer para sobreviver e com urgência, no ritmo das máquinas e com o olhar atento para o relógio. E o capitalismo foi tão bem-sucedido na estratégia de nos tirar isso que nasce conosco que introjetamos suas necessidades como nossas únicas possibilidades: é preciso estar atento(a) e forte o tempo todo, afinal, o que são nossas dores diante do colapso do mundo? Foi assim que nós, trabalhadoras e trabalhadores, estabelecemos uma cruel “competição do sofrimento”, em que o prêmio é a capacidade de seguir suportando a exploração diante do que sentimos como a insignificância das nossas “pequenas” tragédias pessoais. Esmorecer parece mesmo atrevimento, conduta imperdoável, uma “fraquejada” que não nos permitimos. Nunca.

Puxando esse fio, de repente, me dei conta do potencial subversivo do colo: não é possível dar colo e fazer outra coisa ao mesmo tempo; quem o dá precisa estar realmente disponível, física e emocionalmente. Também não é possível tergiversar quando se pede colo; quem o clama se mostra inteiro, vulnerável, abissal. O colo não é como o abraço, que pode ser protocolar, dado de forma rápida, na forma de cumprimento. Ele pressupõe intimidade e tempo; um tempo que não pode ser medido, cronometrado, pois só se estabelece como acordo: o meio termo exato entre a possibilidade de quem oferta e a necessidade de quem demanda. O colo é o encontro sem armas, sem telas, sem disfarces e, como vivência diária, me parece mesmo incompatível com um modo de produção que sobrevive do consumo inveterado de tempo de vida. Talvez, exatamente por (tudo) isso, tenha sido necessário bani-lo na forma de “maldição” da sociedade das mercadorias.

Não é sobre a “revolução do amor”, sobre “positividade” e sobre tantas outras expressões, as quais pululam as redes sociais da branquitude em gozo de seus privilégios. Quando falo em colo, estou buscando a materialidade da certeza de que nenhuma transformação se faz sem homens e mulheres *inteiras*, acolhidos na sua humanidade mais comezinha, que inclui suas lágrimas não choradas, suas dores recolhidas, suas tristezas amontoadas e suas angústias sufocantes.

Se não houver colo para dar vazante a tudo isso, então não haverá torrente forte o suficiente para alimentar as tão almejadas águas das mudanças. Quando foi a última vez que você foi colo? Quando foi a última vez que você ousou pedir colo? Se nosso passado colonial e nosso presente mórbido trazem as marcas da violência estruturante, o princípio de um outro futuro passa pela busca dos colos perdidos... e um país que tem a palavra cafuné em seu vocabulário já tem em mãos um manual da guerrilha afetiva. Há-braços!



Júlia Lenzi durante apresentação no IV Seminário Internacional do Instituto Trabalho, em São Paulo, em 22/11/2019.



A era é digital

*Rachel Weber
Empregada da Caixa Econômica Federal, diretora da Federação Nacional das
Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - Fenac,
curso Ciências Sociais na UFRGS.*

Vivemos eternos conflitos de geração ao longo da história, mas talvez nenhum tenha sido tão drástico como o que temos hoje.

A passagem do mundo analógico para o digital trouxe uma maneira tão inovadora de fazer tanta coisa que até as formas de pensar das pessoas foram transformadas.

Quem ainda nasceu no século passado é considerado um adaptado nesse mundo digital, mas os que nasceram desde 2000 foram criados já com *smartphones* e entendendo o acesso à internet como a forma mais fácil de acessar o mundo.

O movimento dos trabalhadores tem sua origem pautada em amplos debates que ocorrem em grandes encontros presenciais. Tudo passava por reuniões nas bases de trabalho, nos atos públicos, e tudo, quase sempre, de forma off-line. Mas os jovens que entram nas categorias estão recebendo informações todos os dias por aplicativos de notícias e por redes sociais e já não se identificam com a forma tradicional dos sindicatos em levarem para cada um o jornalzinho sobre os acontecimentos e sobre os eventos pertinentes à categoria.

Muito encasquetada com essa diferença entre a forma com que os colegas bancários mais jovens se comunicavam em relação àquilo que era oferecido pelo movimento dos trabalhadores, comecei a buscar instrumentos que nos permitissem dar uma luz nessas diferenças e enxergar, inclusive, seus pontos de intersecção.

E foi assim que surgiu o #prontofalei, projeto realizado pela Fenae e que apresentei em um encontro da LBS, o qual fazia parte do Programa de Encontros Virtuais durante o ano de 2020.

O #prontofalei reuniu jovens da Caixa com algumas premissas estabelecidas especialmente para esse evento. Nada de palestras de 40 minutos; os representantes da entidade não teriam espaço maior do que os demais convidados; todos teriam voz e o ambiente era descontraído (sim, rolavam umas cervejas após o almoço, com certa moderação), colorido e moderno.

Escolher um coworking onde montamos uma meia arena, com visual com frases impactantes vindas do dia a dia da internet, já deu o recado: não seria uma reunião em uma sala de hotel em tons beges com marfim.

Chamamos para conduzir um mestre no diálogo com jovens desde o *Programa Livre* do SBT, até o *Altas Horas*, ainda hoje na Globo, e que mantém uma audiência jovial e interessada nos mais diversos assuntos. Claro que deu muito certo, mas, além da condução, os palestrantes também foram convidados a dar uma visão diferente sobre o mesmo tema.

Então, tivemos pessoas falando sobre LinkedIn, que é uma plataforma de divulgação de currículos e de construção de redes profissionais, e uma sobre o MTST, que é o Movimento de luta dos sem-teto no Brasil.

Assuntos variados, que começavam sobre questões mais abrangentes como o impacto do 5G na sociedade até chegar no como mobilizar colegas para defender seus direitos nos locais de trabalho, sem imposição alguma e sim proposições. Foi uma soma de características que fez desse evento um acontecimento em que pudemos sentir que, de fato, provocamos os jovens da nossa categoria. A reflexão sobre o mundo à nossa volta e a busca por transformá-lo é, no fim das contas, um dos principais papéis do dirigente de entidades representativas dos trabalhadores. Temos feito isso por décadas e, portanto, somos um dos movimentos sociais mais fortes e representativos do Brasil, inclusive um de nós se tornou Presidente da República em 2002. Lula é uma das maiores lideranças que o Brasil e o mundo já viram.

Entretanto, esse olhar para as mudanças tecnológicas e o quanto elas afetam a nossa forma de pensar e de agir precisa ser mais rapidamente incorporado às nossas práticas do dia a dia.

A pandemia da Covid-19, que nos tirou tantas vidas, acabou nos trazendo também essa urgência na relação com as formas mais digitais, nos colocando na obrigação de criar ambientes virtuais para reuniões, para assembleias e para grandes encontros.

Na relação do dia a dia, ainda não conseguimos achar um meio termo entre a importância de estar presencialmente perto dos colegas e o alcance que os meios digitais de comunicação alcançam. E essa equação tão nova ainda não tem uma resposta definitiva, mas é importante sabermos as perguntas e estarmos sempre dispostos a buscar as soluções. Vamos juntos?



— **LBS** —
www.lbs.edu.br

27º Encontro LBS

Convidamos você para o bate-papo
Juventude e comunicação
Quinta-feira, 17 de setembro, às 16 horas



RACHEL WEBER
Diretora de Política Social da FENAE. Atualmente, cursa Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Mediação de Fernanda Giorgi e Antonio Megale



Integração on-line

Rosa Maria Campos
Consultora de Empresas, Especialista na potencialização da força humana nas organizações.

E, de repente, em março de 2020, todos os profissionais da LBS foram trabalhar de casa. Isso é bom? Ruim? Depende...

No fim de março, Nilo me liga e diz: “As pessoas não são acostumadas a ficarem em casa tanto tempo. O que podemos fazer para integrá-las, mesmo à distância?”

Pensei um pouco; analisei todas as limitações, como superá-las e propus que toda semana tivéssemos um encontro com um tema definido, ligado às artes, para conhecermos; para discutirmos, enfim, para ampliarmos nosso conhecimento.

A arquitetura da integração seria assim: em primeiro momento, grupos menores conversariam no *Coffee Break* Digital e, no segundo momento, a discussão seria geral. No dia 10 de abril, estávamos on-line para discutir o filme argentino: *Tese sobre um homicídio*. Um forte duelo psicológico entre professor e aluno, um jogo de gato e rato, quem é culpado, ou vítima?

Relativo ao Cinema, assistimos a vários filmes e documentários e discutimos sobre eles. O que dizer de *Sabor da vida*, de Naomi Kavase? O aprendizado da construção de relacionamentos; de *A senhora da casa 6* e seu amor pela música e pela vida, até os 110 anos - “Eu estou cheia de alegria”, diz ela, no filme; de *Tempos modernos*, de 1936, que mostra a vida do operário com a Revolução Industrial e de *Indústria americana*, de 2019, que foca na consciência de classe e no subemprego que sempre permaneceu invisível. Do mestre Akira Kurosawa, analisamos *Sonhos* e toda a sua simbologia, em cada história. Ele foi quem ajudou a divulgar e a popularizar o cinema japonês. E o cinema brasileiro? *O som ao redor*, do Kleber Machado estava lá e, em um quadrilátero do bairro de Setúbal, em Recife, ele consegue mostrar o patriarcado - a casa grande e senzala. *Pixar up - Altas aventuras* foi a 1ª animação de nossos encontros, e aprendemos a importância de definir o tamanho dos nossos sonhos, o tamanho das nossas ambições. Esse bloco sobre Cinema foi muito gratificante e, como dizia, Orson Welles: “o cinema não tem fronteiras nem limites. É um fluxo constante de sonho”.

E a Música? O que seria a vida sem ela? Por que muitas pessoas não se aproximam da Música Clássica ou Erudita? Ela assusta? É esnobe? Como a gente pode ler, conhecer e diferenciar o que é um Concerto, uma Sinfonia, uma Música de Câmera etc? Tivemos o privilégio de assistir à *Sinfonia n° 3* de Gustav Mahler, que foi composta entre 1893 e 1896, e é a mais longa do seu repertório romântico. O fim é de uma grandiosidade de sentimento que aproxima o homem da perfeição; uma lembrança de que Deus é amor. *Jam session jazz* é comum nos clubes de jazz; após o número principal, músicos presentes sobem ao palco e tocam sem nenhum ensaio. Buddy Bolden foi o pioneiro, em Nova Orleans, com sua corneta, que tinha som de trompete, do estilo musical, hoje conhecido como jazz. Ele influenciou, fortemente, várias gerações. O que tiramos dessa vivência: para eu subir ao palco e ir tocar, preciso entender a estrutura da música e não ficar apegado, totalmente, a uma partitura. No Brasil, temos Eliane Elias, que, em 2017, ganhou o Grammy de melhor Álbum de Jazz Latino - Made in Brazil. *Admirável gado novo*, do Zé Ramalho. Essa música é de 1979 e é uma denúncia social sobre os mecanismos de alienação. Foi feita uma correlação entre a sociedade do *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley - 1931, a sociedade atual e a letra da música. Somos manipulados sem nos darmos conta?

A *Pintura*, como disse Picasso: “Pintar é libertar-se, e isso é essencial”. Fomos visitar, on-line, o *Museu Van Gogh* de Amsterdã. O que vimos; o que chamou nossa atenção; qual o quadro de que mais gostamos etc. Por que Van Gogh é um pintor pós-impressionista? Por que ele gostava tanto de girassóis? Por que sua vida foi tão atormentada? Tudo isso nos levou a uma boa discussão, concluindo que, cada vez mais, as pessoas querem conhecer sua obra e que ele é reconhecido como um pintor que atinge qualquer classe social.

No Brasil, visitamos a Pinacoteca de São Paulo e a sala de Almeida Júnior, o qual foi um pintor e desenhista brasileiro, que explorava temas inéditos, principalmente pessoas simples e do interior. A forma que ele lidava com a luz em suas obras é totalmente diferente dos pintores do seu tempo. Vou ressaltar o seu quadro *Saudade*, que tem 1,97 m de altura por 1,01 m de largura. Retrata uma mulher jovem, viúva, de preto, de costas, lendo uma carta; com a mão direita, cobre a boca com um xale e vemos a sua expressão de profunda dor. O ambiente é simples, rural; pela janela aberta, entra a luz.

Na Literatura, começamos com a Poesia, que é o mistério de todas as coisas. Falamos sobre os saraus e os participantes declamaram poesias de autores dos quais gostam e explicaram o porquê da sua escolha e

quem era o poeta. Em outro momento, a escolha foi de um livro que fosse importante para cada um deles. Por quê? Quem era o autor?

No meio da Integração, chegou São João e foi muito bem comemorado. Assistimos a um documentário de Gilberto Gil sobre o São João; lemos poesias; ouvimos músicas juninas; apreciamos comidas típicas e não podia faltar o Bingo, no qual, para surpresa, todos ganharam.

Olhando para fora das Galerias e dos Museus: um rolê pela Arte de rua. O Grafite é uma das principais formas de manifestação de arte urbana. E lá fomos nós pesquisar e conhecer essa arte. Os participantes projetaram trabalhos feitos no Brasil e no exterior. Obras fortes e expressivas. Não podia faltar o Beco do Batman e a obra marcante de Eduardo Kobra.

E a Culinária? Culinária é Arte? A comida sempre esteve presente nos rituais de qualquer cultura. Alguns autores a consideram a maior de todas as artes, porque usa todos os sentidos: visão, audição, paladar, olfato e tato. Seguindo essa linha, fomos vivenciar, ao vivo, essa Arte. Começamos com o *Peixe à brasileira LBS*, em cujo preparo são usados leite de coco e coentro. No dia 13 de junho, tivemos o *Arroz de Bacalhau*. Existem o da gastronomia catalã e o português, da região do Minho. *Moqueca de banana da terra* feita na panela de barro capixaba. *Lasanha de berinjela*, com todos os detalhes para os vegetarianos, ou não. *Peixe Preguiçoso*, rápido e bem gostoso. O *Pão de queijo mineiro* não podia faltar.

E os especialistas em *Vinhos*? Safra, tipo de uva, região, tintos, brancos, roses, graduação alcoólica, garrafa, armazenamento, tipo de comida, ocasião etc. Há tanto a se conhecer sobre que criaram um grupo no *WhatsApp*.

No nosso último Encontro, o tema foi: *Chico Buarque*. Conversamos sobre sua vida, sobre sua relação com o pai, sobre suas músicas, sobre como driblar a ditadura, sobre seus livros, sobre suas peças teatrais, sobre seu posicionamento político. Saímos com a certeza de que Chico é uma referência da história brasileira.

Uma das marcas fundamentais desses Encontros foi o participante trazer ideias e coordenar a atividade, de forma conceitual, lúdica e bastante interativa.

Levamos desse trabalho a importância de entender que a Arte, além de possibilitar novos ensinamentos, fortalece novas conexões com o mundo; amplia horizontes; facilita o autoconhecimento, a autoconfiança; resgata a autoestima e possibilita a ressignificação de nossa vida.

Os números da inclusão

Educação em Economia como ferramenta de Cidadania

Ana Cristina Pereira das Neves

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas, Mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestrado em Economia pela University of Cambridge.

Preparar para a cidadania requer dar às pessoas acesso às ferramentas emancipatórias do século XXI. Para além de ler, de escrever, de dividir e de somar, o indivíduo precisa se entender como membro de uma coletividade complexa e, a partir daí, compreender seus deveres e exercer seus direitos. Isso envolve, necessariamente, uma melhor compreensão do funcionamento da sociedade, da política e da economia que, articuladas, formam o espaço (físico e abstrato) em que habitamos.

Os bons comunicadores em economia sabem que ela não existe no vácuo. Que não é um conjunto de teoremas e de resultados imutáveis, mas subjetiva e ideológica. Compreendendo os humanos como serem sociais, sabem que não existe economia sem política e, portanto, que não é possível educar cidadãos sem que esses percebam que suas escolhas econômicas cotidianas são sempre políticas e têm impactos coletivos.

A educação para a cidadania precisa elevar a compreensão dos indivíduos de maneira a torná-los membros críticos e exigentes da sociedade, que escolhem racionalmente seus representantes, sem perder de vista os interesses da coletividade. Um trabalhador, ao se entender como tal, não vota somente naquele que, às vésperas das eleições, distribui cestas básicas ou que lhe arranja um bico para pagar as contas do mês. Também não vota por paixões, mas faz sua escolha com base em valores mais sólidos e duradouros.

Divulgadores de economia que entendem sua natureza de ciência social sabem que não há escolhas certas ou erradas. Sabem que, ao se esmerar para despertar a curiosidade e o interesse na matéria, precisam lembrar as pessoas de sempre perguntar “A quem isso serve?” Pois, se não são ideologicamente neutras, as decisões de política econômica têm consequências díspares sobre os diferentes grupos sociais. Não são obrigatoriamente “jogo de soma zero”, mas, com certeza, alguns sempre ganham mais do que outros.

Ao entender que minha inserção social condiciona a maneira como serei beneficiado (ou prejudicado) pelas ações do Estado, começo a ter condições de vê-las por uma ótica mais realista. Nem boas nem más, elas, muitas vezes, estão, tão somente, desenhadas para atender aos interesses de outrem. Como isso raramente é tornado explícito, preciso aprender a ler nas entrelinhas, a separar a perfumaria e identificar as consequências mais plausíveis das medidas governamentais. E é exatamente nisso que a educação em economia pode ajudar.

Ao dotar as pessoas de um vocabulário específico e lhes dar ferramentas adequadas de análise, o educador as aproxima do exercício da cidadania plena. Nesse âmbito, alfabetizar significa prover instrumentos para entender que: (1) a atuação do Estado importa; (2) os mercados não são neutros nem perfeitos; (3) mais do que indivíduos, as pessoas são parte de grupos sociais distintos e isso, necessariamente, faz com que tenham interesses antagônicos; (4) o todo é muito mais do que a soma das partes.

Quando eu aprendo sobre a história das nações, descubro que nenhum país se desenvolveu por acaso e que a articulação das forças públicas e privadas é a única maneira de elevar consistentemente as condições de vida material de uma população. Num mundo intrinsecamente incerto, só a atuação do Estado pode garantir os vultosos e arriscados investimentos que, ao fim, levam à geração de tecnologias transformadoras. Ao mesmo tempo, apenas a inventividade e a ambição individuais permitem a contínua superação de obstáculos. Combinadas de maneira virtuosa, essas forças levaram a humanidade a vencer barreiras e limites tidos como impossíveis; a conquistar todos os cantos do mundo e ir além. Em paralelo, o individualismo exacerbado e a miopia daqueles que não precisam (ou não querem) pensar no bem-estar de longo prazo da coletividade, se levantam como barreiras que impedem que o progresso material atinja a todos em todos os lugares.

Habitantes de um dos países que ficaram para trás na corrida civilizatória, nós brasileiros nos encontramos em momento particularmente delicado. Sair dele exigirá muito de nós, nas mais diversas esferas. Na econômica, isso passará necessariamente por um planejamento estratégico que coloque o desenvolvimento do país no centro das preocupações governamentais. Mas, como a disputa de interesses é ferrenha, isso só poderá ocorrer quando entendermos quais os requisitos mínimos para tal. Ou seja: quando aplicarmos aqui os melhores conhecimentos já desenvolvidos e testados lá fora, adaptados à nossa realidade de maneira a explorar virtuosamente o potencial de nossa terra e de nosso povo.

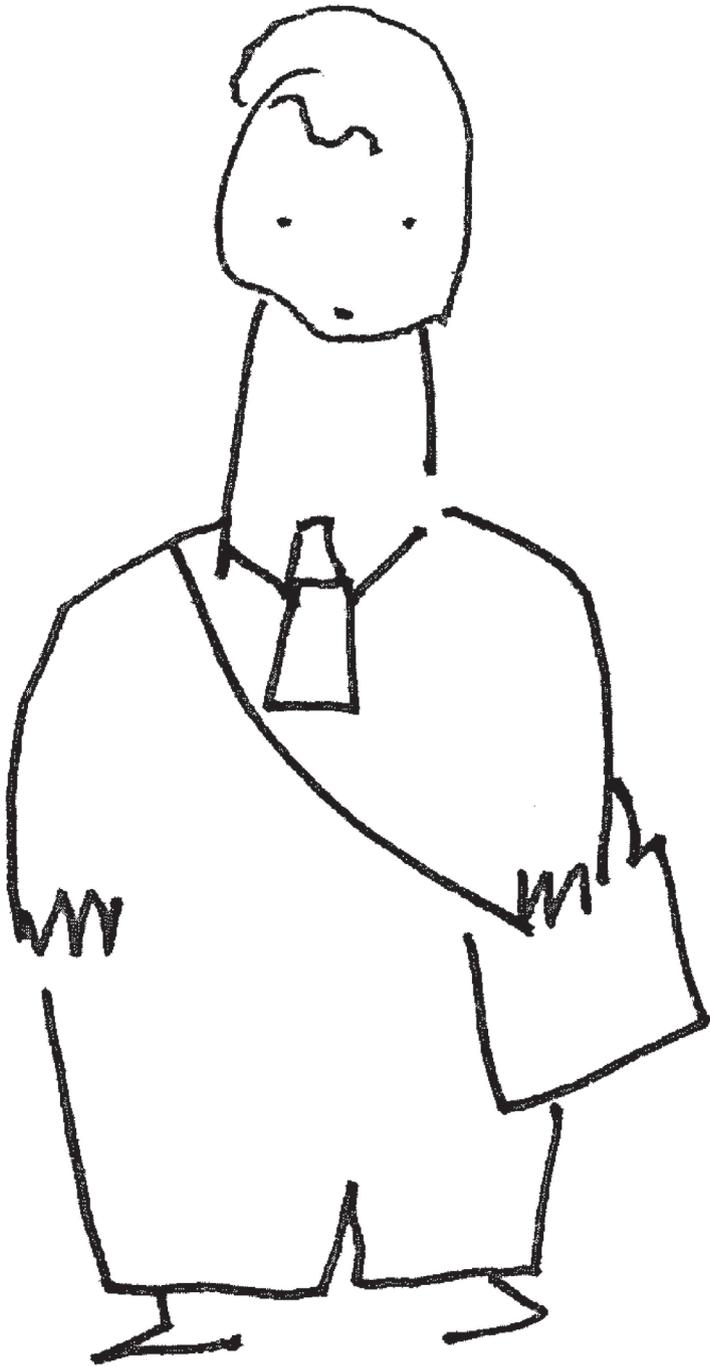
Em particular, precisamos romper de vez com as ideias de que o Estado atrapalha; de que os mercados são sempre bons alocadores de recursos e de que não há assimetria de poder entre os indivíduos. O brasileiro no século XXI somente poderá exercer sua cidadania de maneira plena quando descobrir que nenhum país do mundo se desenvolveu sem um Estado forte, uma iniciativa privada robusta e trabalhadores que, cientes de sua força coletiva, produzem com diligência, mas também reivindicam seus direitos.

Nos países centrais, o progresso tecnológico tem aumentado a produtividade da mão de obra sem ampliação das horas trabalhadas, liberando os cidadãos para atividades lúdicas. Não há qualquer motivo concreto para que, no Brasil, nós também não possamos viver de maneira mais segura e confortável. Não há condição objetiva que condene milhares de nós à pobreza e ao sofrimento eternos. O problema está na política e, mais especificamente, nas escolhas de política econômica que insistimos em fazer.

A dificuldade é que quem tem poder de decisão não sente a urgência de transformar esse quadro. Educar para a cidadania envolve, portanto, dar àqueles para quem a mudança é vital as ferramentas para fazer escolhas mais condizentes com sua inserção na sociedade. Não há como culpar uma população iletrada em economia por decisões que a mantêm em sua condição rebaixada. A matéria, naturalmente intrincada, é, em geral, apresentada como um conjunto de trivialidades, como se aos governos apenas um caminho houvesse. Dessa maneira, toda a complexidade da luta político-social é esvaziada e à população fica a impressão de que o problema é apenas de caráter ou de vontade dos gestores. Por exemplo: ao argumentar e insistir por meses e anos que há desemprego, porque os custos do trabalho são altos no país, eu estabeleço a legitimidade da redução dos direitos; depois, se os empregos não vêm, culpar os maus administradores parece natural, uma vez que, no âmbito da economia, a solução certa já foi implementada. Da mesma forma, quando privatizar uma empresa estratégica após um escândalo de corrupção é vendido como o remédio óbvio, não se percebe que se está “jogando fora o bebê com a água do banho”.

Em economia, *cuidadania* significa munir as pessoas dos instrumentos necessários para que compreendam que há vários caminhos, que eles não são simples, mas que participar de sua construção é factível. A matéria é complexa, mas não de entendimento impossível. Os meandros podem ser inacessíveis, mas alguns princípios básicos não o são. E são esses que necessitamos fazer chegar à maior parcela possível

de nossa população. Planejamento, investimento estatal, parcerias entre os governos e os empresários, responsabilização individual e exercício de direitos e deveres pelos trabalhadores são conceitos apreensíveis e exequíveis. Munidos deles, podemos sim, juntos, construir uma nação desenvolvida. Contribuir para isso é o desafio do educador em economia.



Relações entre o Programa Bolsa Família e a educação: a frequência escolar é suficiente para o enfrentamento da reprodução da pobreza?

*André Pires
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (Unicamp).*

O Programa Bolsa Família (PBF), programa de transferência de renda condicionada do governo federal, foi implantado em 2003 com o propósito de enfrentar a pobreza, articulando ações em dois períodos temporais. Em curto prazo, a transferência de dinheiro às famílias pobres teria o intuito de aliviar os efeitos imediatos da pobreza, propiciando a elas condições para aquisição de bens e de serviços básicos para a subsistência. Em longo prazo, as condicionalidades vinculadas à educação e à saúde teriam como propósito enfrentar os mecanismos de reprodução da pobreza.

O Programa é política reconhecida internacionalmente de sucesso no combate à pobreza. Em um balanço dos primeiros quinze anos do Programa, feito a partir das informações disponíveis entre 2003 a 2017, Pedro Souza e seus colaboradores ressaltaram alguns resultados positivos: a) 70% dos recursos atingem os 20% mais pobres; b) apesar do pequeno orçamento (0,5% do produto interno bruto), as transferências do programa reduzem a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25% (Souza, Osorio, Paiva, & Soares, 2019). Sua grande resiliência repousa também no desenho federativo do programa que envolve os municípios no acompanhamento das famílias beneficiadas, a partir do cadastramento e da manutenção do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), de maneira a permitir que esse acompanhamento seja, muitas vezes, a primeira porta para outras políticas públicas.

Em relação aos mecanismos de reprodução da pobreza, um particularmente tem chamado atenção nas pesquisas que venho realizando há mais de uma década: a educação. No caso do Bolsa Família, a educação está relacionada à exigência de frequência escolar mínima, para crianças e jovens. Para crianças e adolescentes de 0 a 15 anos de idade, a frequência escolar exigida é de 85%, superior, portanto,

à exigida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que é de 75%. Nas famílias, que têm em sua composição jovens de 16 e 17 anos de idade, a frequência escolar mínima exigida desses é de 75%. Tal contrapartida se fundamenta na compreensão de que o incremento da frequência escolar de crianças e de jovens de famílias pobres promove melhores condições para que essas pessoas ingressem no mercado de trabalho, quando adultas, aumentando a renda e, conseqüentemente, fazendo com que saiam da condição de pobreza em relação à geração de seus pais. Associada a isso, a exigência de frequência escolar para crianças e jovens também foi estabelecida com o intuito de contribuir para o enfrentamento do trabalho infantil no Brasil.

Em outro trabalho (Pires, 2013), apresento algumas objeções teóricas e práticas em relação à capacidade de a frequência escolar lidar com problemas dessa envergadura. Todavia, interessado em compreender as visões das pessoas que estariam diretamente ligadas ao PBF sobre a exigência de frequência escolar, comecei a realizar pesquisas junto aos beneficiários do programa, aos professores e às equipes pedagógicas na Região Metropolitana de Campinas (RMC). É importante salientar que o contexto metropolitano traz muitas especificidades em relação ao PBF que provavelmente interferem nas visões dos beneficiários sobre o programa (Pires, 2012).

Ao entrevistar as beneficiadas pelo PBF, foi possível perceber duas percepções inter-relacionadas nas falas dessas mulheres sobre a importância atribuída ao fato de os filhos frequentarem a escola. A primeira, um sentimento de dever cumprido em relação às suas obrigações como mães e responsáveis pelo benefício dentro das exigências estabelecidas pelo Programa. Esse sentimento revelou um uso, até certo ponto não previsto das condicionalidades, no qual o cumprimento dessas podem ser vistas como instauradoras de uma relação de troca e de reciprocidade entre as beneficiárias e o Estado, propiciando o fortalecimento de sentimentos de pertencimento e de reconhecimento sociais. A segunda, a possibilidade de os filhos terem uma vida melhor do que elas próprias tiveram. Um ponto importante a ressaltar é que boa parte das entrevistadas espera muito pouco da escola em termos de conteúdo: o domínio da leitura e da escrita básicas. Tais percepções, longe de denotarem um fatalismo das beneficiárias quanto à sua condição social de pobreza, indicam que elas compreendem, de maneira muito precisa, as clivagens dos usos dos serviços públicos no Brasil. Na consideração da maioria das entrevistadas, é difícil esperar algo além do mínimo da escola pública, já que a educação de melhor qualidade é aquela oferecida em escolas pagas. Caso tivessem condições financeiras, mimetizariam o

comportamento dos mais ricos e colocariam seus filhos em escolas particulares. A análise das entrevistas sugere que essas percepções sobre os serviços educacionais públicos podem estar relacionadas à própria experiência das entrevistadas, as quais, em sua maioria, não possuem o ensino básico completo (Pires & Dias, 2014). Os resultados mostram que a condicionalidade relacionada à educação é considerada positiva na percepção das beneficiárias, mas elas não acreditam que a frequência escolar seja fator decisivo para romper com a pobreza no futuro. Para as beneficiárias, não basta manter seus filhos na escola sem levar em consideração a qualidade do ensino que lhes é oferecido (Silva & Pires, 2015).

Em relação aos professores, a pesquisa (Flores, 2015) demonstrou grande desconhecimento deles em relação ao PBF, que não há na escola espaço ou tempo dedicado à discussão sobre o Programa e que as informações que lhe chegam são pouco concisas e feitas por canais não institucionalizados. Os docentes indicaram que a exigência da frequência mínima escolar do PBF não conduz, necessariamente, ao bom rendimento da aprendizagem. No tocante aos gestores, embora tenham um nível de conhecimento sobre o programa maior do que o observado entre os docentes, verificou-se ausência de qualquer estratégia nas escolas envolvendo professores, alunos e pais, para tratar sobre o PBF a indicar, pelo menos a partir das experiências das escolas selecionadas, que a relação entre educação e saída da pobreza no âmbito do programa tem se restringido exclusivamente à cobrança da frequência escolar, algo considerado insuficiente até pelos próprios entrevistados (Santos & Pires, 2018).

Quando se leva em conta as informações do Censo 2011, infelizmente o último disponível, a condicionalidade relacionada à educação é positiva no incremento da frequência escolar dos beneficiários e em termos da adequação idade/curso até os 17 anos. Após o término do período de frequência escolar exigido pelo Programa, observa-se queda abrupta nos números relativos à frequência e à adequação idade/curso entre os beneficiários (Pires, 2014). Aqueles que conseguem alcançar o ensino superior são a exceção da regra. Informações do CadÚnico, referentes a dezembro de 2016 para todo Brasil, indicam que apenas 1,2% dos beneficiários entre 18 e 29 anos frequentava curso superior ou pós-graduação. No Brasil, a taxa líquida de matrículas no ensino superior de jovens entre 18 a 24 anos em 2015 era de 18,1%.

Para compreender esses destinos escolares atípicos, improváveis, de jovens socialmente desfavorecidos que obtiveram êxito nos estudos,

entrevistamos ex-beneficiários do Programa que estavam matriculados em cursos de graduação de uma Universidade privada de Campinas na qual ingressaram via Programa Universidade para Todos (Prouni). As entrevistas sugerem que esse grupo reduzido de pessoas foi submetido a altas doses de esforço e de privação pessoal. A presença constante de situações que denotam o “eu me viro” nas trajetórias escolares e no curso superior atual corrobora esse entendimento. Após o ingresso na universidade, que é antecedido por um percurso escolar altamente seletivo, pleno de esforços pessoais e familiares, inicia-se uma nova série de dificuldades em relação a se adaptar nesse novo ambiente. É bem verdade que a transição para o ensino superior é algo sentido por todos os estudantes, não sendo exclusivo dos alunos mais pobres. No entanto, como muitos deles são os primeiros de suas famílias a ingressarem em um curso superior, não há um repertório prévio que possa ser acionado para filtrar esses impactos. Fica evidente nos depoimentos que se trata de uma adaptação penosa, que muitas vezes evidencia a falta de preparo desses jovens nas instituições de ensino na qual estão, apesar de todos os seus esforços em se “virarem”. Termos e conceitos, que são “naturalmente” reconhecidos pelos demais colegas, devem ser objeto de aprendizado para eles. Foi importante constatar que o Prouni é mais valorizado que o Bolsa Família, uma vez que se encaixa melhor em uma compreensão de ser uma política entendida como meritocrática, em vez de ser “apenas” uma política de transferência de renda. (Pires, Romão, & Varollo, 2019)

No começo deste texto, vimos como o Bolsa Família é um programa exitoso no que se refere ao combate à pobreza, considerando seu orçamento, e no acesso aos direitos sociais a partir do acompanhamento periódico feito pelos técnicos municipais via CadÚnico. Os resultados das pesquisas indicam, entretanto, que, para o enfrentamento da chamada reprodução social da pobreza via educação, faz-se necessário ir além da cobrança da frequência escolar. Nesse sentido, os trabalhos evidenciaram a necessidade de se envolver os professores, os pais, os alunos e os gestores na execução do programa na educação básica, além de se pensar a transição escolar para o ensino superior, via políticas de ingresso existentes (cotas, Prouni etc.), via ensino tecnológico. Certamente, isso exigirá soluções criativas e inovadoras que potencializariam ainda mais o PBF como porta de entrada para a efetivação de direitos sociais. Infelizmente, não são esses caminhos que o atual governo (2019-2022) pretende dar ao programa.

REFERÊNCIAS

- FLORES, D. F. (2015). "A gente não tem noção": pontos de vista de professores de uma escola pública de Campinas (SP) em relação ao Programa Bolsa Família. Campinas: Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas. .
- PIRES, A. (2012). Orçamento Familiar e Gênero: percepções do Programa Bolsa Família. *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso)*, v. 42, 130-161.
- PIRES, A. (2013). Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família? *Ensaio: aval.pol públ.Educ.* 21 (80), 513-531.
- PIRES, A. (2014). Efeitos da condicionalidade em educação do Programa Bolsa Família em Campinas (SP). *Estudos em Avaliação Educacional (Online)*, v. 24.
- PIRES, A., & Dias, T. B. (2014). A exigência de frequência escolar segundo beneficiárias do Programa Bolsa Família. *Roteiro*, v. 39, 185-198.
- PIRES, A., Romão, P., & Varollo, V. (2019). O Programa Bolsa Família e o acesso e permanência no ensino superior pelo Programa Universidade para Todos: a importância do eu me viro. *REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO*, v. 24, 1-26.
- SANTOS, L., & PIRES, A. (2018). Percepções dos gestores de escolas públicas municipais de Campinas - SP sobre o Programa Bolsa Família. *Comunicações*, v. 25, 43-58.
- SILVA, A. L., & PIRES, A. (2015). O Programa Bolsa Família: Percepções de Mães Beneficiárias Sobre Educação e a Possível Construção de Uma Vida Nova para seus Filhos. *Comunicações*, v. 22, 7-25.
- SOUZA, P. H., OSORIO, R. G., PAIVA, L. H., & SOARES, S. (2019). *OS EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A POBREZA E A DESIGUALDADE: UM BALANÇO DOS PRIMEIROS QUINZE ANOS*. Brasília: Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.


www.lbs.edu.br

20º Encontro LBS

Convidamos você para o bate-papo

**Programas de transferência de renda:
propostas e potencial para o pós-pandemia**

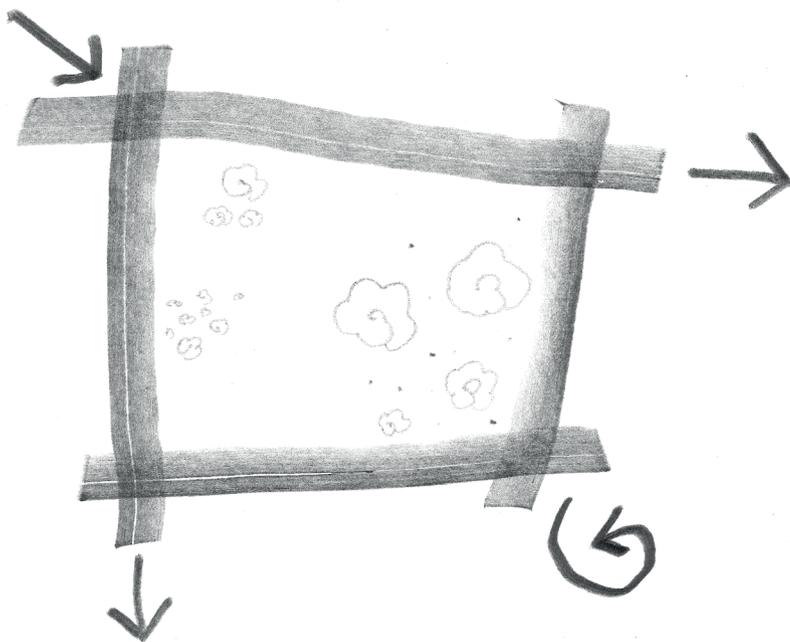
Quinta-feira, 23 de julho, às 16 horas



André Pires

Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diretor da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-Campinas. Mestre em Antropologia Social e Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, com Pós-Doutorado na Universidade de Princeton, nos EUA. É pesquisador do CNPq

Mediação de Eduardo Surian



O Brasil no enfrentamento da pandemia: da esperança ao remorso

Guilherme Mello

Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Quando a pandemia de Covid-19 teve início nos primeiros meses de 2020, havia pouca clareza sobre qual seria seu impacto na economia brasileira. Sabíamos, ao observar outros países onde a pandemia havia avançado, que estávamos enfrentando graves riscos sanitários, sociais e econômicos. Porém, havia a esperança de que a adoção de medidas corretas poderia tornar o Brasil um exemplo de enfrentamento da crise em todos esses âmbitos. Hoje, pouco mais de um ano e meio após o início da pandemia, a esperança que ainda resistia deu lugar ao remorso.

Somos um dos países com o maior e mais bem articulado sistema de saúde pública do mundo, o SUS. Possuímos uma rede de medicina familiar (PSF) que alcança as pessoas mesmo nos territórios mais

afastados. Além disso, somos uma nação reconhecida pelo nosso enorme sucesso em campanhas de vacinação, que resultaram em ampla cobertura vacinal contra uma série de doenças. São “ativos” que poderiam ter sido mobilizados de maneira coordenada e coerente por parte do governo, visando tornar o Brasil um exemplo no enfrentamento da Covid-19 no campo sanitário. Seria possível ter evitado milhares de mortes e reduzido os custos econômicos e sociais da contenção da pandemia.

Infelizmente, não foi esse o rumo trilhado pelo Brasil. A postura negacionista do governo Bolsonaro impediu tanto a imposição de barreiras à entrada e à propagação do vírus, quanto a adoção de medidas efetivas para seu controle e enfrentamento.

Inicialmente, o discurso oficial era que apenas alguns poucos morreriam e que os impactos do vírus seriam pequenos. O próprio Ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a afirmar que, com R\$ 5 bilhões, ele resolveria os problemas causados pelo coronavírus.

Assim que o negacionismo se mostrou politicamente insustentável, o governo apelou para outras formas de delírio anticientífico: em vez de acelerar a compra de vacinas, de insumos e de testes, o governo optou por apostar suas fichas em tratamentos sem comprovação científica e que se provaram ineficazes ainda nos primeiros meses da pandemia.

Para piorar, a mistura de negacionismo com anticientificismo fez com que o governo federal entrasse em confronto direto com governadores e com prefeitos (incluindo alguns bolsonaristas), que eram obrigados a lidar com a lotação do sistema de saúde de suas regiões sem o devido apoio do governo federal, decretando fechamentos parciais para conter a contaminação e as mortes causadas pela pandemia.

O fracasso no enfrentamento sanitário do vírus cobrou um alto preço em termos econômicos e sociais. A longa duração das “ondas” de contaminação manteve as atividades presenciais limitadas por um tempo excessivo e desnecessário, caso tivessem sido tomadas as atitudes sanitárias corretas desde o início da pandemia. As milhares de mortes impactam diretamente na renda das famílias, incluindo a morte de idosos que, por meio de sua previdência, sustentavam famílias inteiras em um cenário de elevado desemprego.

No entanto, o preço poderia ter sido muito maior se o Congresso Nacional não tivesse aprovado um pacote de medidas de sustentação da atividade e da renda, mesmo diante da resistência de Paulo Guedes (que era inicialmente contra o auxílio-emergencial e, posteriormente, queria limitá-lo ao valor de R\$ 200,00).

O auxílio emergencial de R\$ 600,00 aprovado pelo Congresso foi a medida econômica e social mais importante de 2020, pois, além de impedir uma queda mais acentuada no nível de atividade, também foi responsável por reduzir a pobreza e por distribuir renda em um momento de grave crise econômica. Do ponto de vista fiscal, ele praticamente “se pagou”, dado o seu elevado efeito multiplicador, ajudando a conter o avanço da relação Dívida/PIB.

Além do auxílio, outras medidas foram importantes para conter o avanço do desemprego e o fechamento de milhares de empresas. Apesar de tardias e insuficientes, o Programa de Manutenção de Emprego e Renda (BEm) e de apoio a microempresas e empresas de pequeno porte (Pronampe) foram fundamentais para conter os efeitos deletérios para trabalhadores e para empresários causados pelo necessário isolamento social. Ficou evidente que o enfrentamento à crise econômica derivada da Covid-19 exigia do Estado uma postura proativa, superando o discurso de austeridade que vinha apresentando resultados pífios desde 2015.

No início de 2021, com a desaceleração da primeira onda da pandemia, surpreendentemente, o governo decidiu abandonar as medidas de estímulo à atividade, ao emprego e a empresas e retomar o discurso de austeridade em sua versão mais pura: a defesa cega do teto de gastos.

Mesmo diante dos alertas reiterados de que a segunda onda já havia iniciado e teria um potencial de mortes e de internações maior que a primeira, o governo decidiu reiterar seu negacionismo e apostar em uma rápida retomada da atividade, que se provou ilusória já em março.

Diante do inevitável recrudescimento da pandemia, Guedes decidiu recriar um auxílio de valor inferior, próximo aos R\$ 200,00, além posteriormente (e com bastante atraso) recriar o BEm e o Pronampe. O impacto econômico foi evidente: o fim das medidas de estímulo provocou a disparada da pobreza e da miséria, a volta da fome, piorou abruptamente a distribuição de renda e milhares de empresas quebraram. O Brasil pagava o preço do negacionismo não apenas na saúde, mas também na economia.

De março para cá, a situação socioeconômica se deteriorou, apesar do arrefecimento da segunda onda da pandemia e do avanço mais veloz da vacinação. Apesar de uma retomada mais veloz do que o inicialmente previsto da atividade econômica, o crescimento previsto de 5% do PIB em 2021 apenas compensará as perdas de 2020, apontando para a volta de um quadro de estagnação já em 2022, quando o crescimento

previsto é inferior a 2%. Ou seja, retomaremos nossa trajetória de estagnação, mas com 15 milhões de desempregados, 30 milhões de subocupados e mais da metade da população em algum grau de insegurança alimentar.

Para piorar, voltamos a sofrer com a inflação. Devido ao aumento dos preços das *commodities* nos mercados internacionais, influenciado pela retomada veloz da economia chinesa e pela especulação financeira, temos uma série de pressões de custos que estão sendo repassadas aos preços dos alimentos, dos combustíveis e de outros itens de primeira necessidade. A inflação medida pelo IPCA deve fechar o ano próxima a 8% e o INPC, a chamada “inflação dos mais pobres”, certamente será superior, revelando o caráter perverso da carestia.

O governo nada fez para alterar essa realidade. Recusou-se a rever a fórmula de precificação dos combustíveis pela Petrobras, que desde o governo Temer dolarizou o preço dos derivados do petróleo; não foi capaz de construir uma política de armazenagem e de distribuição de alimentos durante a pandemia; criou sistematicamente uma série de turbulências políticas e institucionais que afugenta o investidor estrangeiro e desvaloriza a taxa de câmbio.

Após uma queda agressiva (e excessiva) da taxa de juros no auge da pandemia, agora o Banco Central muda totalmente sua orientação e promove um aumento violento da taxa Selic, o que certamente irá limitar ainda mais as possibilidades de retomada dos investimentos e do crescimento em 2022.

Em cenário de degradação do mercado de trabalho, de alta inflação e de elevado endividamento das famílias e das empresas, as perspectivas para o ano final do governo Bolsonaro não são nada alentadoras. Mesmo que não se confirmem os riscos de “apagão” (dada a seca e a escassez de investimento no setor de produção de energia) e de ruptura institucional, que certamente agravariam de maneira definitiva o cenário econômico, os elementos para uma recuperação sustentada da economia brasileira estão limitados.

Do ponto de vista externo, o ciclo de *commodities* deve arrefecer com o fim da recuperação inicial da pandemia das economias centrais e com a possibilidade de elevação dos juros nos EUA; do ponto de vista doméstico, o aumento dos juros irá limitar a expansão do crédito e as regras fiscais colocam um freio bastante estrito na possibilidade de impulsionar a economia por meio de investimentos públicos. A esperança de que o Brasil seria capaz de enfrentar a pandemia e suas consequências de maneira satisfatória se frustrou.

Muitos setores que apoiavam o atual governo estão hoje marcados pelo arrependimento e pelo remorso diante da péssima gestão sanitária, econômica e social durante a pandemia. Mas é exatamente esse remorso que traz consigo a esperança de que melhores dias virão. A sociedade brasileira parece se conscientizar, a cada dia, da necessidade de superar mais essa “página infeliz de nossa história” e retomar o debate sobre a construção de uma nação próspera, plural e socialmente justa. Apesar dos gritos e arreganhos autoritários de parcelas minoritárias e radicalizadas da população, a ampla maioria do povo brasileiro parece convencido de que o caminho democrático é o único capaz de reabilitar o país em sua busca perdida pelo desenvolvimento justo, sustentável e solidário.



Encontros LBS

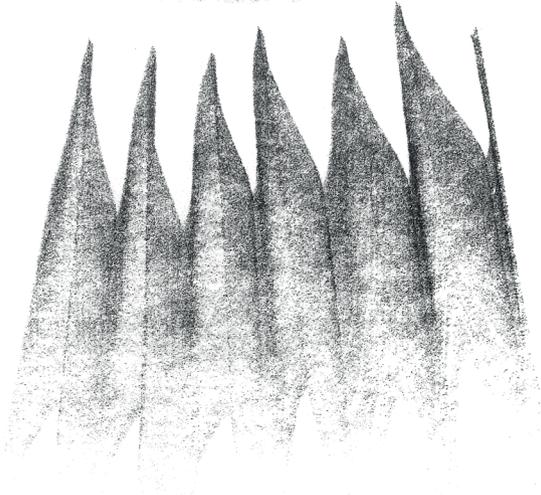
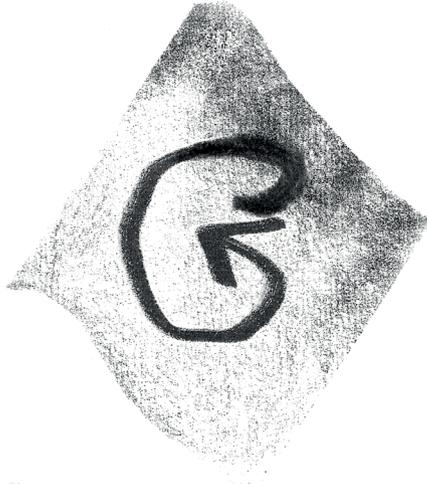
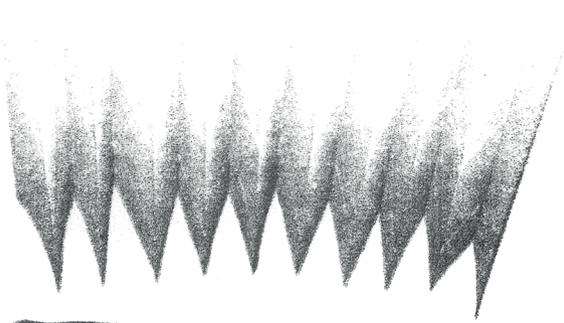
Convidamos advogad@s e estagiári@s de LBS para o bate-papo
Impactos e cenários político-econômicos da crise
Quinta-feira, 2 de abril, às 16 horas



GUILHERME MELLO
Prof^o do Instituto de Economia da Unicamp

FAUSTO AUGUSTO JÚNIOR
Diretor Técnico do Dieese

Mediação de Nilo Beiro



Como o Brasil gasta?¹

*Luciana Grassano Melo
É Doutora em Direito, Professora da Faculdade de Direito do Recife/UFPE e
Procuradora do Estado de Pernambuco.*

Em tempos de Covid-19, é importante perguntar: Como o Brasil gasta? Saber como o Brasil gasta é especialmente relevante, porque os recursos que financiam o Estado brasileiro são, em grande parte, provenientes do bolso dos contribuintes. Somos nós que pagamos pela renúncia fiscal da União, pelos seus gastos com saúde, com educação e com segurança pública, pelos seus investimentos e também pelo que a União despende com a amortização da dívida pública.

Em 2018, de acordo com dados do Tribunal de Contas da União, o governo federal arrecadou R\$ 1,48 trilhão. É o que chamamos de receita primária - a parte do orçamento que se relaciona com a atividade fiscal do Estado.

Parece bastante dinheiro, não é mesmo? Veja que a ajuda emergencial que o governo brasileiro repassou aos brasileiros que estão sem renda devido à quarentena necessária para reduzir a velocidade de contaminação do coronavírus custou aproximadamente R\$ 14,5 bilhões por mês, para atingir 24 milhões de pessoas.

Se analisarmos quanto o governo federal gastou durante todo o ano de 2018 com educação, chegamos à cifra de R\$ 112,2 bilhões, apenas R\$ 4,5 bilhões a mais que o mínimo constitucional exigido, o que representa 1,64% do PIB. Com a saúde, o governo federal gastou R\$ 120,9 bilhões, também apenas 4,5 bilhões a mais do mínimo constitucional exigido, o que representa 1,77% do PIB. A despesa com segurança pública foi ainda menor, na medida em que somou R\$ 12,5 bilhões, o que representa 0,18% do PIB. Se somarmos essas três despesas fundamentais: educação, saúde e segurança pública, a União gastou o equivalente a 3,59% do PIB, em 2018.

A soma da despesa da União com esses três serviços públicos essenciais, portanto, foi inferior ao que a União gastou em 2018 com o pagamento

¹ Esse artigo foi publicado no jornal Diário de Pernambuco, em 11 de maio de 2020.

dos juros e dos encargos da dívida, que somou R\$ 279,6 bilhões e representa 4,1% do PIB. É evidente que essa despesa não é feita em favor do povo brasileiro, já que os maiores credores da dívida pública brasileira são os fundos de investimento, os fundos de previdência e as instituições financeiras que, portanto, recebem a maior fatia do pagamento dos juros e dos encargos da dívida.

A soma das despesas da União com saúde, com educação e com segurança pública foi também inferior ao valor da renúncia fiscal da União. Renúncia fiscal é o que a União deixou de arrecadar devido a benefícios fiscais, financeiros e creditícios concedidos em 2018, que somou R\$ 314,2 bilhões, o que equivale a 4,6% do PIB. Não precisa dizer que a grande massa de brasileiros sem emprego ou assalariada também não se beneficia desses incentivos.

Sabe quanto a União gastou com investimentos em 2018? R\$ 44,1 bilhões, o que representa 0,65% do PIB. Risível, não é mesmo?

Diante desse quadro, e, acima de tudo, pela emergência imposta pelo estado de calamidade que vivemos em razão do risco de infecção em massa pelo Covid-19, a sociedade deve fazer uma discussão urgente sobre como o Brasil vem gastando o dinheiro que arrecada dos contribuintes.

Depois de revelar esses números, pergunto: Você está satisfeito com o destino que o governo dá ao dinheiro que arrecada sempre que você recebe a renda pelo seu trabalho ou consome bens e serviços? Eu não estou.



30º Encontro LBS

Convidamos você para o bate-papo

Reforma tributária e constitucionalização da injustiça
O que isso tem a ver com você?

Quinta-feira, 15 de outubro, às 16 horas



LUCIANA GRASSANO
Professora Associada de Direito Tributário e Financeiro da Faculdade de Direito da UFPE. Pós-Doutora em Direito (LAPPS) na Universidade de Bologna, Itália. Doutora e Mestre em Direito pela UFPE e Procuradora do Estado de Pernambuco.

Mediação de Fernanda Giorgi e Eymard Loguercio

Nutrindo mudanças

Coletivo Mulheres Advogadas do Mundo do Trabalho: a escuta que empodera mulheres

Adriana L. S. Lamounier Rodrigues

Advogada, com atuação especial em Direito Coletivo do Trabalho. Professora de Direito do Trabalho. Pós-Doutora em Direito do Trabalho pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Direito pela UFMG em cotutela com a Universidade Roma II Tor Vergata. Master em Direito do Trabalho pela Universidade Roma II Tor Vergata.

Membro do grupo de Pesquisa sobre Sindicalismo no Centro Universitário UDF e co-coordenadora do subgrupo Feminismo e Sindicalismo. Participante do Coletivo Mulheres Advogadas do Mundo do Trabalho.

Luciane Toss

Doutoranda em Direito e Mestra em Ciências Sociais pela UNISINOS, Especialista em Nuevos Rectos de Derecho Publico pela Universidad de Burgos (UBU, Burgos, Espanha) e em Derechos Humanos Laborales Y Regulación Del Trabajo En La Crisis, pela Universidad Castilla La Mancha (UCLM, Toledo, Espanha). É Advogada Trabalhista, assessora corporativa e consultora na área de gênero e direitos humanos. Integra os grupos de pesquisas Sindicalismo da UDF e Trabalho. Núcleo de Direitos Humanos da Unisinos e Capital: Retrocesso Social e Avanços Possíveis da UFGRS. É sócia fundadora e professora da Escola Trabalho e Pensamento Crítico. Integra o corpo docente da Escola da ABRAT e o Conselho Editorial do MATI em Revista. Participante do Coletivo Mulheres Advogadas do Mundo do Trabalho.

Em maio de 2020, em meio à pandemia, advogadas trabalhistas resolveram criar um grupo para promoção de suas atividades. A ideia partiu de Larissa Matos, uma advogada trabalhista do Rio Grande do Norte. Um grupo formado por mulheres advogadas, inicialmente ligadas às associações da advocacia trabalhista, ampliado para outras organizações, da academia e, finalmente, tendo como condição, ser advogada trabalhista.

O grupo prosperou. Organizou rodas de conversa para discutir mulheres na pandemia; lançou um livro (*Direito do Trabalho em tempos de Cólera*); organizou campanhas (e ainda organiza) para pressionar organizadores de eventos de todas as áreas do Direito a inserir mulheres nas atividades e lança um segundo livro no segundo semestre de 2021.

O lançamento do primeiro livro (composto por diversos capítulos que abordam temas de Direito do Trabalho no contexto da pandemia da Covid-19) representou um marco, uma vez que a obra foi fruto da atuação de 22 mulheres advogadas de diferentes localidades do País, que se reuniram com o objetivo de fazer doutrina feminista na área trabalhista, a fim de atenuar o desequilíbrio de gênero existente no

mundo do Direito.

Algumas premissas estão no grupo desde sua concepção: as mulheres devem escrever; as mulheres devem participar de eventos; as mulheres devem organizar eventos e impulsionar a participação de outras mulheres. No grupo, não entram homens, nem entram homens nos projetos de eventos ou de seus livros. Os homens já têm espaço garantido no sistema de justiça, na academia, nas editoras e nos eventos.

As atividades divulgadas devem, sempre, prezar, pelo menos, pela paridade de gênero e o recorte racial é sempre discutido.

É obvio para nós, que integramos o grupo, a sua importância em nossas vidas. É o nosso lugar. Um lugar onde encontramos mulheres advogadas trabalhistas, inseridas no contexto acadêmico e no ativismo político, de todo Brasil, escrevendo e debatendo.

É nosso lugar de sororidade. Aquele espaço onde mulheres não julgam outras mulheres e, sobretudo, um lugar onde as reivindicações das mulheres são ouvidas. É um espaço onde há apoio para que conquistemos liberdade e igualdade.

À parte disso, é um lugar de discussões, de debates, mas também de muita admiração e respeito. Muitas de nós nos encontramos ali e nutrimos afeto. Torcemos fortemente pelo sucesso umas das outras.

Em meio à pandemia, o Coletivo Mulheres Advogadas do Mundo do Trabalho é um lugar e um encontro. Um lugar onde gostamos de estar.

É o nosso lugar.



www.lbs.edu.br

26º Encontro LBS

Convidamos você para o bate-papo
Redes sindicais internacionais
Quinta-feira, 3 de setembro, às 16 horas



ADRIANA LAMOUNIER RODRIGUES
Advogada, Professora de Direito do Trabalho, autora do livro "Redes Sindicais Internacionais". Pós-Doutora em Direito Sindical pela UFAMG e Doutora em Direito pela UFAMG e pela Universidade de Roma II, Tor Vergata.

Mediação de Fernanda Giorgi e Meiliane Vilar



Amamentação e cidadania

Cristina Bertoni Machado

*IBCLC ® L-300048 Especialista em Cuidado Materno Infantil, Dra. em Ciências,
Presidente da Associação Gaúcha de Consultoras em Aleitamento Materno (AGACAM
@agacamrs) e criadora de conteúdo nas redes sociais (@plantaio_materno).*

A Organização Mundial da Saúde recomenda o aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de vida do bebê, continuado até 2 anos ou mais. Essas recomendações se devem a respostas de estudos experimentais e de ensaios clínicos que mostraram ampla evidência de que fatores nutricionais e metabólicos, em fases iniciais do desenvolvimento humano, têm efeito em longo prazo na programação (*programming*) da saúde na vida adulta, tais como a relação entre as más práticas de alimentação no primeiro ano de vida e o desenvolvimento futuro de obesidade. O aleitamento materno tem efeito protetor e dose-dependente na redução do risco de obesidade na vida adulta, pois já se tem evidências dos efeitos epigenéticos da amamentação na vida adulta: crianças amamentadas por mais tempo apresentam menos risco de desenvolver diabetes e obesidade.

Os principais fatores determinantes do abandono do aleitamento materno são a menor renda, a baixa escolaridade e o trabalho materno. Mães trabalhadoras dependem de espaços públicos seguros para deixarem seus filhos durante a jornada laboral e para que as metas da OMS sejam atingidas, em um país onde a maioria das mulheres têm apenas quatro meses de licença-maternidade, é preciso esforço das políticas públicas que busquem mudar a cultura da amamentação. O treinamento das profissionais que cuidam diretamente dos lactentes (0 a 12 meses) em creches municipais também é fundamental para cambiarmos os índices de aleitamento do nosso Estado, que estão entre os mais baixos da Federação. A prevalência do Aleitamento Materno Exclusivo (AME) em menores de 6 meses foi de 41,0% no conjunto das capitais brasileiras e Distrito Federal.

A duração mediana do AME foi de 54,1 dias (1,8 meses) e a duração mediana do AM de 341,6 dias (11,2 meses) no conjunto das capitais brasileiras e Distrito Federal. Verificou-se que, para o total das crianças menores de 12 meses analisadas, foi frequente o uso de mamadeira (58,4%) e de chupeta (42,6%). As diferenças entre as regiões foram maiores em relação ao uso de chupeta, com a região Sul apresentando

o dobro da prevalência do uso de chupeta quando comparada com a região Norte (53,7% e 25,5%, respectivamente). Esses dados são importantes, pois a ciência já comprovou a profunda relação entre o uso dos bicos artificiais citados como causadores do desmame precoce, ou seja, aquele que ocorre antes dos 6 meses de vida do bebê.

Alguns autores já descreveram, muito bem, o impacto da volta ao trabalho nos índices de aleitamento. Brasileiro *et al* (2012) observaram que 43% das mães já haviam desmamado até o 4º mês, enquanto Machado *et al* (2014) observaram que 48% das mães que já haviam desmamado até o 4º mês tinham voltado ao trabalho e não tinham recebido informações sobre como manter a amamentação. Chama atenção o predomínio do AME entre as mulheres que estavam em licença-maternidade. Ou seja, a licença-maternidade é fator preponderante de permanência em aleitamento materno exclusivo.

Dessa forma, cruzando esses dados, podemos observar uma tendência ao desmame precoce em famílias que não tenham licença de 6 meses e que precisam deixar seus bebês com outros cuidadores que, quase que integralmente, oferecerão chupeta e mamadeira como forma de alimentação desses bebês. Essa é a chamada cultura do desmame, já que existem sim maneiras seguras, tanto para bebês quanto para cuidadores, de ofertar o leite ordenhado.

O que pouco se fala é sobre os impactos econômicos da não amamentação, no Brasil e no Mundo. Enquanto se preocupam com o fato de que as salas de apoio à amamentação poderiam ser um empecilho à contratação de mulheres, os dados mostram que essas salas garantiram mais segurança a elas no retorno ao trabalho, mais satisfação com seus empregos, menos faltas ao trabalho por questões relacionadas à saúde da mulher lactante (como mastites, infecções de mamas que podem ser graves) ou ainda faltas por acompanhamento médico do menor por motivos de doenças.

Victora *et al.* (2017) demonstraram, por meio da maior corte do mundo em estudos de aleitamento, que acompanhou famílias por mais de 30 anos (estudo feito na nossa gaúcha UFPEL), que a amamentação exclusiva até o 6º mês preveniria 800 mil mortes de crianças por doenças infectocontagiosas, como pneumonia e diarreia, além de mais de 20 mil mortes de mulheres por câncer de mama (e nosso estado é campeão nacional!). Além disso, os pesquisadores concluíram que bebês amamentados por mais de um ano têm, aos 30 anos de idade, 3 pontos mais de QI, 10% mais escolaridade e renda 33% maior do que aqueles que mamaram por menos de um mês.

Walters *et al.* (2019) salientam que há muitas evidências de que a amamentação AUMENTA o capital humano e traz redução de custos de saúde para mães e filhos e, portanto, para a sociedade. Os autores chegaram a mensurar esses dados: no mundo todo, se fossem reduzidas a mortalidade e as morbidades relacionadas à ausência do aleitamento materno, os custos diminuiriam em mais de US\$ 1 bilhão. Além disso, eles estimaram que as perdas econômicas devido à menor competência intelectual das crianças não amamentadas seria de quase 300 bilhões de dólares.

Há muito se sabe que o leite materno contém anticorpos que protegem de diversas doenças infectocontagiosas. Com a pandemia da Covid, mais estudos foram feitos sobre esse alimento vivo. Pesquisas com a Pfizer e com a Coronavac mostraram a presença de anticorpos IgA no leite humano, que servem como uma “barreira física” de vias aéreas superiores contra o vírus Sars-cov. Dessa forma, manter o acesso ao leite humano quando a criança está na creche, na ausência da sua mãe, é uma estratégia de saúde pública de proteção dessa parte da população que não tem nenhuma previsão de ser vacinada.

Dados econômicos mostram que, para cada 1 dólar investido em amamentação, quase 4 dólares sejam economizados. O aleitamento e sua manutenção têm como retorno mães mais felizes e produtivas; mães que faltam menos ao trabalho por questões de saúde, suas e dos filhos, os quais recebem por mais tempo o leite humano, adoecendo menos.

Assim, podemos ver um cenário bastante interessante para o Município, não só de mudar os índices de aleitamento baixos como de um crescimento econômico maior, uma vez que a falta ao trabalho reduz a produtividade; faz a renda diminuir de circulação e menos impostos sobre bens de consumo e serviços são gerados.

Em 2021, de acordo com dados do IPEA e do IBGE, 45% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres; 63% deles, por mulheres negras que estão abaixo da linha da pobreza. Na maior parte das vezes, ser identificada como a responsável da família é ser também a principal responsável financeira, quando não a única. Isso implica, de modo geral, horas de trabalho remunerado acumulado com afazeres domésticos e com cuidado dos filhos - setor em que as mulheres também seguem sendo as principais executoras. É importante lembrar que essa é a situação da imensa maioria das mulheres negras brasileiras: geralmente empregadas como trabalhadoras domésticas, percorrendo longas distâncias entre suas casas e seus empregos, em sua maioria sem carteira assinada, portanto, sem direito à licença-

maternidade, chefiando lares monoparentais, o que as coloca em um grupo de extrema vulnerabilidade com relação a uma série de direitos, dentre eles a manutenção da oferta de leite materno, inclusive porque dados mostram que os indicadores de tempo de aleitamento têm relação com escolaridade e com classe social.

Mulheres de mais alta escolaridade e de melhor classe aleitam por mais tempo. Ainda que o país careça de dados com recortes raciais bem descritos, uma vez que esse tipo de informação nem sequer é coletada, podemos imaginar que as mulheres negras são as que menos amamentam.

A ruptura desses processos deve passar por políticas públicas que promovam a igualdade racial e que fomentem ações educativas e de formação para a população compreender a cultura afro-brasileira e romper com preconceitos. A população negra tem travado uma trajetória histórica de resistência e lutas por legitimidade e por inclusão social, contribuindo de forma efetiva na construção de uma nação democrática e igualitária. É dever do poder público elaborar políticas sociais que auxiliem essa legitimidade.

Amamentar no Brasil ainda é um ato de resistência às pressões da indústria da fórmula, que patrocina congressos de pediatria no país. É um ato de resistência ao emaranhado cultural que acredita que é necessário usar mamadeira e chupeta para se criar um bebê e, sobretudo, é um ato de resistência num país tão díspar e cheio de recortes raciais e sociais. Retirar o aleitamento do campo do “amor líquido” é retirar das mulheres a sensação de fracasso, quando algo não vai bem, pois quem falhou não foi ela, e sim a sociedade. Entender o aleitamento como eixo central de política de desenvolvimento de novos cidadãos saudáveis e produtivos é fundamental no contexto político atual.

REFERÊNCIAS

Brasil. Amamentação e Trabalho: para dar certo, o compromisso é de todos. 2015. Disponível em: <[Http://Portalarquivos2.Saude.Gov.Br/Images/Campanhas/Amamentacao/Folder%20amamentacao-30x21.Pdf](http://Portalarquivos2.Saude.Gov.Br/Images/Campanhas/Amamentacao/Folder%20amamentacao-30x21.Pdf)>

Brasileiro, Aa; Ambrosano, Gmb; Marva, Stm; Possobon, Rf. A Amamentação entre Filhos de Mulheres Trabalhadoras. *Rev Saúde Pública*, 2012; 46 (4): 642-48.

Ipea. Pnad 2009 – Primeiras Análises: Investigando a Chefia Feminina de Família. 2010. Disponível em: < [Http://Www.Ipea.Gov.Br/Portal/Images/Stories/Pdfs/Comunicado/101111_Comunicadoipea65.Pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/pdfs/comunicado/101111_Comunicadoipea65.pdf)>

MACHADO, Mcm; ASSIS, Kf; OLIVEIRA, Fcc; RIBEIRO, Aq; ARAÚJO, Rma; CURY Af *Et Al.* Determinantes Do Abandono Do Aleitamento Materno Exclusivo: Fatores Psicossociais. *Rev Saúde Pública* 2014; 48 (6): 985-994

Ministério Da Saúde (BR). Secretaria De Atenção À Saúde. II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal. Brasília; 2009

Victora *et al.* 2016. Breastfeeding In The 21st Century: Epidemiology, Mechanisms, And Lifelong Effect. *The Lancet* Volume 387, No. 10017, p. 475–490.

Walters *et al.* (2019). The Cost Of Not Breastfeeding: Global Results From A New Tool. *Health Policy And Planning*, Volume 34, Issue 6, July 2019, Pages 407–417, [Https://Doi.Org/10.1093/Heapol/Czz050](https://doi.org/10.1093/heapol/czz050)

WHO. *The Optimal Duration Of Exclusive Breastfeeding*. Department Of Nutrition For Health And Development Department Of Child And Adolescent Health And Development, 2001. 6pp.



Convida a todas as mulheres para o momento de reflexões e debates.

Dia 8 de maio, sábado

Das 9 às 11:00, pelo Zoom



Kakau Gusmão



Cris Machado

MAIO

Mãe também trabalha!

Sábado, dia 8 de maio, das 9h00 às 11h00

Eu, tu, eles... *Saúde emocional, saúde relacional e formação de identidade*

Niels Maluf

Diretora e Consultora da Gemma Consult, consultoria em gestão de pessoas, que atua criando soluções para o ser humano no ambiente e nas relações de trabalho. Psicóloga, com atuação desde 1980 e com MBA em Recursos Humanos pela FFLA-USP. Com formação em Análise Transacional, CNV – comunicação não violenta, na Teoria U de Otto Scharmer. Certificada como International Coach pelo ILM, Institute of Leadership & Management, de Londres. Também certificada como International Coach pela Lambent.

Qualificada nos assessments: Leadership by Values; Sistema Hogan para liderança, potencialidade e coaching; ICCS® - Intelligent Career Card Sort e Insights Discovery para análise de perfil e potencialidade.

Começa o espetáculo, adentremos ao teatro da vida.

Era uma tarde de sábado, estava visitando minha mãe, uma senhora de 88 anos. Na ocasião, minha mãe também recebia uma neta e seu marido. O ambiente estava calmo e a conversa trivial se estendia num deleite de narrativas que bordavam lembranças familiares e, ao mesmo tempo, acontecimentos dos últimos dias. Uma boa prosa, como diria meu pai!

Posto o cenário, vamos aos atos do nosso espetáculo:

Ato I: Uma boa prosa!

Depois de uma hora entre café, bolo, conversa, lembranças familiares e histórias cruzadas, minha mãe faz a seguinte solicitação ao marido da neta, um publicitário criativo e comunicativo e único homem na sala: “Paulo, você pode medir e verificar se na pia dá certo a torneira nova, que vocês me trouxeram?” Imediatamente a neta responde: “Deixa de ser machista, vó, não precisa ser o Paulo, eu mesma vou verificar”.

Deu para ouvir uns segundos de silêncio pesado e estampou-se no rosto da avó certo constrangimento, ou seria raiva? Não sei bem... Ato contínuo, ela rebate em um tom autoritário e alto: “Isso não é machismo; fui criada por um pai que fazia tudo; me casei com um homem que também cuidava de tudo e ele, Paulo, é homem e deve saber fazer essas coisas”.

Congelando a cena:

Vamos separar esse episódio em dois olhares: de um lado, o olhar da neta e de outro, o da avó. Meu coração aplaudiu a resposta rápida da minha sobrinha e neta da minha mãe; que maravilha essa geração chegando aos 30 anos e tendo essa percepção aguçada em relação a comportamentos aparentemente tão inofensivos, tão fáceis de compreender e simples de justificar, mas que perpetuam verdades sutis em relação à identidade feminina: inferioridade, falta de capacidade e dependência do homem, esse sim um ser dotado de capacidades implacáveis e, nas palavras da avó, “quem cuida de tudo”.

A cena ficou gravada de forma muito viva dentro de mim. É uma cena com movimento e cores e, a cada vez que me lembro, descubro mais detalhes, mais vieses cognitivos, mais armadilhas cotidianas. Um detalhe importante dessa cena: a jovem neta é uma engenheira civil! Nem mesmo sua profissão serviu de referência à sua competência.

Por outro lado, a visão da avó com uma lógica simples e clara, que, apesar de uns instantes de constrangimento relativo ao julgamento da neta, imediatamente conclui que é assim mesmo, “ele é homem e sabe fazer estas coisas...” A verdade dessa frase para a avó é concreta e profunda; foi introjetada gota a gota desde seu nascimento e tenha certeza de que ela tem uma lista de situações ocorridas na trama da sua história que servirá de reforço à sua verdade. Um dos processos cognitivos que sustenta essa verdade é chamado de Viés Inconsciente. Vieses são recursos que nossa mente usa para criar atalhos que ajudam a economizar energia do cérebro e agilizam nosso pensar, sentir e agir. São muitos os vieses cognitivos, mas, nesse caso, vemos pelo menos dois vieses: o viés da confirmação e o viés do estereótipo, ambos interferindo na lógica da avó, que pode facilmente confirmar a superioridade do homem em muitas e muitas passagens da sua vida, e como o cérebro raciocina por padrões, que é o viés do estereótipo, pronto! Está ali, no padrão masculino, do qual ela tem inúmeras lembranças amalgamado à competência de “colocar uma torneira”. Ah! Uma coisa é certa: ela vai se lembrar de muitas coisas... e cada lembrança vai reforçar sua verdade!

Voltemos à cena que sustenta nossa narrativa. Descongelando:

Ato 2: “As vozes do silêncio”

Após o diálogo acima, que envolveu uma crítica da neta à avó sobre seu machismo, deu-se uma perturbação no ambiente. Sabe aquela sensação de mal-estar que se passa na subjetividade dos nossos diálogos internos? E na subjetividade das relações e dos vínculos? Algo

invisível, mas percebido? Algo não tangível, mas que macula a relação e o clima entre as pessoas?

Foi isso que aconteceu. Ficamos desconfortáveis, sem entender direito o que se passava no “não dito” e sem saber o que fazer: ficar em silêncio? Fazer uma piada? Perguntar o que está acontecendo? Todas as opções podem abrir portas para a saúde da relação ou para vincar mais profundamente a dor escondida, a ferida que teimou em se expor.

Aqui, voltamos nosso olhar ao foco da qualidade dos vínculos, no que chamamos de saúde relacional, que alimenta e é alimentada concomitantemente pela nossa saúde emocional. Faremos uma viagem da atmosfera dos conceitos da formação da identidade feminina, dos vieses inconscientes para a concretude desses conceitos traduzidos nas relações e no mundo dos afetos. Embora estejamos fechando o foco, é importante lembrar que continuamos com muitas variáveis envolvidas e é isso que mantém os relacionamentos como sistemas complexos. E como traduzir e interpretar esse silêncio? Aquilo que emergiu da relação entre as duas é o inesperado; é o complexo; é o gerador de incompreensões e, algumas vezes, de violência. A violência, nesse caso, dentro de uma relação de amor entre avó e neta, surge da instabilidade interna de ver suas convicções ameaçadas; é uma espécie de terremoto que rompe alicerces de verdades sobre o ser mulher, em ambas as personagens. Quais as alternativas para novos saberes do como ser mulher?

Como disse Simone de Beauvoir: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino...”

Ato 3: Terremoto em curso

O silêncio pesado foi rompido pela avó, dizendo à neta: “Você não precisava me responder dessa forma, dizendo: você é machista! Bastava ter vindo colocar a torneira ou ter deixado seu marido vir. Não precisava me responder assim; me agredir; me envergonhar na frente do seu marido!”

Ops! Congelando:

Bingo! De cara, perpetua-se o viés da superioridade masculina, pois o constrangimento veio de ela sentir-se exposta ao homem da cena. Verdade introjetada ao longo de uma geração inteira, certamente,

tornou essa identidade feminina cristalizada no que se refere às diferenças de gênero.

Porém, nesse Ato 3, quero voltar o olhar para as opções saudáveis de comportamento para resgatar a amorosidade dessa relação de avó e neta. É importante desenvolvermos competências de relacionamento que estão para além da compreensão dos processos históricos e culturais da formação da identidade. Dentro do emaranhado de complexidade das relações, é preciso saber o que fazer; ter opções e competências relacionais, pois, como disse Aristóteles, *saber* não é condição suficiente para *fazer*. Então, como mobilizar nossos saberes para agir competentemente?

De que vale a racionalidade, se não formos capazes de lidar com a sensibilidade das pessoas e das relações de amor à nossa volta? Há muito o que falar sobre as Competências Relacionais, que, quando desenvolvidas, suportam a saúde das nossas relações, dos nossos vínculos. E é nesse espaço entre o Eu e o OUTRO o terreno que treme, que faz desabar construções e acomoda a terra e refaz a vida. É nesse espaço entre o eu e o outro que podemos desenvolver competências de relacionamento.

Esse espaço, delicado e intersubjetivo, é que define a saúde e os contornos das nossas relações. Entende-se, nesse espaço, que Competências Relacionais são competências que vão além das competências técnicas e se traduzem por um conjunto de saberes que, ao serem mobilizados, agregam valor aos nossos relacionamentos. Não há receita pronta para lidar com gente, mas há ingredientes que podemos aprender como tê-los e a misturá-los de diferentes formas, em diferentes receitas para atingir a sabedoria nas nossas relações.

Considerações antes do *Gran Finale*

Desenvolver Competências Relacionais é um exercício permanente de observação na dança das percepções internas e do “estar em relação ao outro”. É uma dança entre o mundo interno e suas externalidades. Ser ator e expectador em constante dança de mudanças nas relações e nos contornos dos vínculos.

Como um radar, podemos focar três pilares que sustentam a construção das Competências Relacionais. Eu as encaro mais como trilhas possíveis por onde vamos caminhando e fazendo o caminho. Onde o próprio caminhar desenha a trajetória e permite alternativas e novas descobertas, de si e do outro, em constante mudança.

Trilha do autoconhecimento

Os desafios dessa trilha:

- Identificar e nominar nossas emoções;
- Conhecer, reconhecer e hierarquizar nossos Valores;
- Reconhecer nossas potencialidades;
- Reconhecer nossas limitações.

Trilha da autogestão

Desafios dessa trilha:

- Controle emocional: saber o que fazer com o que sentimos. Distinguir o sentir do atuar;
- Superação: desenvolver caminhos para explorar nossas potencialidades e nos superarmos cotidianamente;
- Adaptabilidade: desenvolver capacidade de resiliência e de adaptação às imitações e às situações que estão fora da nossa zona de controle ou zona de influência;
- Saber de onde nasce nosso entusiasmo, nossa motivação. Essa é uma confluência entre nossos valores e nossas potencialidades em relação a um contexto que nos cerca.

Trilha do relacionamento interpessoal

- Respeito às diferenças: quer sejam de valores, de raça, de credo etc. Respeitar o outro como outro nos traz a liberdade de escolher como e se queremos nos relacionar com cada pessoa.
- Gestão de conflitos: entender conflito como inerente à natureza humana e ter ferramentas para diferentes situações;
- Empatia: compreender o modelo mental do outro - entender o porquê o outro pensa como pensa, ou age como age, ou sente o que sente. Ter a extensão do universo interno do outro na intersubjetividade do vínculo;
- Capacidade de reconhecer a importância do outro em sua vida e na sua história. Cada pessoa que compõe a nossa história deixa uma marca que nos faz ser quem somos. Ter um olhar para muito além da visão utilitarista das pessoas que nos cercam; ir para um olhar de reverência ao outro em mim.

Muitas questões se colocam por entre essas trilhas. As trilhas mestras vão se transformando numa teia complexa de interligações que as modificam e tornam efêmeros seus contornos a cada situação, a cada relação. A primeira suspeita recai sobre a trilha do autoconhecimento: seria uma viagem possível? Como pondera Gianetti, em seu livro intitulado *Autoengano*, que acredita na impossibilidade humana de comportar demasiado autoconhecimento... imagine tomar uma pílula do autoconhecimento pela qual os vieses e as defesas se desfizessem e a mente não conseguisse mais pregar peças; despistar ou se fazer de desentendida. Pergunta Giannetti: como seria a vida subjetiva de alguém que banuiu o autoengano? Alguém incapaz de se enganar a si mesmo e sobre si mesmo? Pergunto eu: Qual seria nossa vida se fôssemos imunes aos sonhos a às paixões?

Outro desafio que se impõe é conhecer nossos valores; hierarquizá-los e respeitar as diferenças. Mas como e até que ponto? Valores são referências normativas que nos trazem valor humano - a sensação de que valemos alguma coisa. Pense numa frase coloquial frequentemente usada quando se quer desqualificar uma pessoa: “Fulano não vale nada”. Seus valores não se traduzem nas normas nas quais eu deposito valor. A ressalva é que nem sempre temos consciência de que os valores embasam e sustentam nossas decisões e essa falta de consciência pode levar a conflitos de interesses e à deterioração das relações. E quando os valores do outro violentam meus valores primários, é possível manter o vínculo? Onde é a fronteira entre respeito, tolerância, convivência? Muitas são as subjetividades das nossas relações.

Falamos em autoconhecimento, em conhecimento dos nossos valores e das nossas emoções, mas o que é conhecimento? Será que podemos afirmar que nossa avó, da história e do enredo que sustenta este texto, tem menos conhecimento de si e de seus valores do que a neta?

Para Morin, conhecimento nada mais é do que uma tradução da realidade e, por se tratar de uma tradução, todo conhecimento se torna vulnerável ao erro. Que erro? Voltamos ao autoengano. A tradução da realidade vivida e experimentada pela avó nos seus longos anos a leva ao conhecimento da superioridade masculina e essa tradução também leva a sentir-se agredida e exposta pelo julgamento da neta. O mesmo raciocínio serve para a neta - a tradução da realidade vivida e experimentada por ela a leva a defender a capacidade feminina e a empunhar o jugo da machista que ao seu lado desqualifica sua importância como mulher.

A lida com a saúde emocional, com a saúde relacional e com a formação de identidade nos oferece um mundo de possibilidades de

reflexão. É uma vastidão esse espaço entre o outro e mim, no qual se constrói o vínculo. São as histórias de mim que conto a mim mesma e as histórias de você que conto a mim mesma. Eu te traduzo em mim, e é nessa tradução que construo a verdade, a minha verdade, que, certamente, é diferente da do outro em relação a mim.

Ato 4: *Gran Finale*

Neta e avó na cozinha, ambas em silêncio, em pé em frente à pia onde a neta estava colocando a torneira.

Ah! Torneira... quase a atriz principal da nossa peça.

Eu e o marido da neta permanecemos na sala, apenas nos entreolhamos após a fala da avó e nos mantivemos em silêncio.

Era um silêncio de expectativa. Será que retomaríamos o clima amoroso e tranquilo do início da tarde ou será que ficaria a mágoa machucando o vínculo entre neta e avó?

Quem rompe o silêncio dessa vez foi a neta. Olha para a avó, com um olhar que traduzo como um olhar amoroso, de compreensão, e diz:

“Vó, não me dei conta que minha fala a agrediria e nem que te envergonharia.

Desculpe-me por isso. Fiquei aqui pensando na sua vida, na sua história em relação aos homens e como eram a vivência e o relacionamento entre homem e mulher na sua geração. Consegui entender seu ponto de vista.”

E, termina com uma pérola:

“Mas, vó, pensei também numa coisa, foi você quem criou minha mãe e ela me fez esta mulher independente e atenta à desigualdade de valor entre homem e mulher. Então, dentro do seu coração já tinha a semente do valor da mulher!”

A avó sorriu, dizendo:

“É, menina, claro que sei do nosso valor e você não trocar uma torneira não tiraria esse valor!”

Todos rimos!

Ufa! Voltamos à calma do ambiente! Respiramos mais leve...

Considerações finais

É assim: minhas verdades, suas verdades. Minhas traduções da realidade e suas traduções. Minhas razões e suas razões...

Sem ser reducionista, vou traçar considerações, focando na trilha do relacionamento interpessoal, lembrando, portanto, que esse é um dos recortes possíveis dessa cena, dentre tantos outros tão importantes quanto esse que deixo para suas próprias considerações, caro leitor e cara leitora.

Relembrando, os desafios dessa Trilha do Relacionamento Interpessoal, são quatro: Respeito às diferenças; Gestão de Conflitos; Empatia e Reconhecimento da importância do outro na sua história. Posto isso, pudemos assistir a uma cena da vida cotidiana, com um final vitorioso, graças ao bom desenvolvimento das competências relacionais, da saúde emocional e da construção da identidade da neta e da avó.

Foi visível a compreensão da neta ao enxergar o cenário de vida e da história da avó, sua geração com as verdades cristalizadas. E, ao ter a compreensão, ela pôde entrar em empatia e em identificação com a avó, também mulher, mas com vivências próprias da sua geração. Ela, a neta, ao compreender, respeitou essa diferença histórica sem colocar juízo de valor, simplesmente respeitou que foi assim; que é assim para ela, a avó. Geriu um conflito eminente com maestria e ofereceu um diamante para o vínculo saudável quando reconheceu e honra a avó dentro dela, pois foi a avó que possibilitou novas vivências e novas identidades na multiplicidade do “ser mulher”.

Desenvolver a Saúde Emocional, a Saúde Relacional e a Identidade requer desenvolver uma meta-visão; sair do EU; sair do OUTRO e focar na relação. A questão mais primitiva e talvez a mais difícil de entender é que o EU se faz continuamente por meio do OUTRO e esse fazer-se constitui o que importa - que é o vínculo, a relação. O vínculo não sou eu; não é o outro; não é a soma das partes envolvidas, mas é uma entidade única em constante transformação.

“Só eu posso mudar a mim mesmo, mas é o outro que me forma ou deforma e, posteriormente, reforma e transforma.”

Paulo Gaudêncio

Leve

*Música e poesia de Maira Rodrigues, natural de Campinas.
Cantora, compositora, musicoterapeuta e educadora vocal. Atualmente grava e produz
seu primeiro álbum autoral e inédito, com Roberto Menescal e Marcus Teixeira.
Trabalha em projetos de oficinas de canto e dança com mulheres.*

Há tanta vida vê se não demora
O tempo é ligeiro e vai embora
Todo medo veio a passeio
Largue nos trilhos, a hora é agora!

O vento leva o barco nesse enredo
Dançam as marés
Viver é ser no mundo
Um estrangeiro
É ter no fundo um grande aventureiro

Canto a dor e o amor
O mar e as estações
A saudade e nesses poucos versos
Vão embora as ilusões

Cantando, eu movimento
Desejos, grandes paixões
Que esse canto que tem asas
Voe, voe e leve multidões.


LBS
LIGAÇÃO BRASIL
LIGAÇÃO BRASIL

Convida a todas as mulheres para o momento de reflexões e debates.

Dia 31 de agosto, terça-feira
A partir das 17h00, pelo Zoom



 **Maira Rodrigues**
Musicista e Cantora

 **Jandha Siqueira**
Psicóloga

AGOSTO
"Nossa voz, nossa liberdade!"
"Você é livre nos seus relacionamentos?!"



TERÇO, LBS!
Venha cantar, papear e se divertir com a gente!
Convide seus familiares também!

Sarau com o músico Marcus Teixeira, a cantora Maira Rodrigues e a poeta Fernanda Poletto. Música também com a Bia Fernandes.

 Marcus e Maira Rodrigues

 Fernanda Poletto

 Bia Fernandes

Terça-feira
20/04 - às 19h30




LBS
LIGAÇÃO BRASIL
LIGAÇÃO BRASIL

No woman, no cry

Paulo Roberto Alves da Silva
Sócio da LBS Advogados.

Música que era um lamento rastafari pela perda dos amigos, pela repressão policial. Inglês errático, dialeto local, o literal que não importa. O que importa é que a canção da mulher que chora atravessa o tempo, percorre a terra.

Mulher do povo, nos pontos de ônibus, pano na cabeça, filho nailharga. Fantasma pelas ruas desertas dos bairros ricos. Bob Marley a viu no jardim público em Trenchtown. Gilberto Gil a reconheceu no Aterro do Flamengo.

Mulher que é força, é coragem, mas que nessa canção simplesmente chora. Não diz seu nome, sua história, só diz que ela chora. Choro antigo, murro na ponta da faca do racismo, do machismo, da injustiça, da maldade.

Há um homem que não sai na foto, não entra na canção. Vida que segue. A vida tem que teimar. Comida nas horas, menino no colégio, o preço do material escolar. A fila dos serviços públicos, o centro de saúde, polícia em toda a parte.

Retalhos na cesta da memória, a roça, o rio, a mata. Pai, mãe, irmãos, à volta da fogueira, mãos calejadas, peito aberto, vida farta, mas foi necessário seguir em frente. Não, não chore mais, Lago Sul, Jamaica, Porto Alegre, Salvador.

Saber que é duro começar o dia a cada manhã - a barra de viver - esperança não tem fim. Ajeita o cabelo, a marmita, a mochila do filho, tudo, tudo, tudo, tudo vai dar pé. Desde sempre é uma mulher que gira a roda do mundo.

O (re)existir dos povos originários



A demarcação de terras indígenas e o PL n° 490 - Seus apensos e o substitutivo do relator

*Deborah Duprat
Advogada e Subprocuradora-Geral da República aposentada.*

Tanto Cristóvão Colombo como Pero Vaz de Caminha, em suas cartas às respectivas Coroas, enalteciam as belezas e as riquezas do novo mundo, ao mesmo tempo em que afirmavam a ausência de marcas de civilização. Os povos aqui encontrados, segundo eles, não tinham organização social, armas e povoados. É esse vazio epistêmico e civilizatório que vai inaugurar a ideia da América como tábula rasa para a inscrição do projeto colonial e da violência que o acompanha: apropriação territorial, escravidão, aculturação, discriminação e epistemicídio. A América nasce, portanto, para o Ocidente, a partir das ideias de opulência e de abundância, de um lado, e de carência e de despossessão, de outro.¹

Com a Constituição de 1988, a sociedade nacional é convocada a enfrentar o seu passado colonial, e o Estado é configurado como uma instância descolonizadora, que incorpora a diferença e a valoriza. Além de seus artigos 231 e 232, que conformam a territorialidade indígena e conferem plena titularidade de direitos a esses povos, também os artigos 215 e 216 vão impor ao Estado que garanta a todas as pessoas “o pleno exercício dos direitos culturais”, ao mesmo tempo em que reconhecem que há vários grupos formadores da sociedade brasileira, distintos em seus “modos de fazer, criar e viver”, bem como em suas “formas de expressão”. No mesmo sentido, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural faz constar, em seu preâmbulo, que “a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de

¹ MORAÑA, Mabel. *Filosofia y crítica en América Latina – de Mariátegui a Sloterdijk*. ediciones@metalpесados.cl. ISBN Edición Digital: 978-956-9843-53-2

valores, as tradições e as crenças” e que “a cultura se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber”.

Aliando-se a esses preceitos o princípio nuclear da igual dignidade de todas as pessoas, parece não haver dúvida de que a demarcação de terras indígenas, na atualidade, deva partir de um imperativo hermenêutico que potencialize os direitos dos povos indígenas e que se afaste da ideia colonial de que são incapazes de gerir suas terras, principalmente quando férteis e ricas. A própria Constituição, coerente com a noção de que as terras indígenas constituem espaços simbólicos de identidade, de produção e de reprodução cultural, traz cláusulas expressas de limitação dos poderes do Estado em relação a elas: apenas mediante lei complementar, que defina o relevante interesse público da União, pode haver, por terceiros, exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (art. 231, § 6º), sendo ainda necessária autorização do Congresso Nacional para cada caso, ouvidas as comunidades afetadas (art. 231, § 3º).

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, por sua vez, estabelece, em seu art. 7º, que “os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento” e, na eventualidade de algum projeto governamental de desenvolvimento incidir em suas terras, são necessários “estudos junto aos povos interessados com o objetivo de se avaliar a incidência social, espiritual e cultural e sobre o meio ambiente que as atividades de desenvolvimento previstas possam ter sobre esses povos”. O mesmo art. 7º ainda acrescenta que “os resultados desses estudos deverão ser considerados como critérios fundamentais para a execução das atividades mencionadas”. Convém ainda recordar que o art. 6º da Convenção nº 169 dispõe no sentido de que os governos devem “consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, por meio de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”. A Corte Interamericana de Direitos Humanos estabeleceu, a partir do caso Saramaka², uma distinção entre consulta e consentimento, exigindo esse último nas hipóteses de projetos de empreendimento que provoquem perda de território ou seu grave comprometimento no

2 Caso del Pueblo Saramaka vs. Surinam. Sentencia del 28 de noviembre de 2007, p. 135-137.

que diz respeito ao acesso, ao uso e ao gozo dos recursos fundamentais à existência física e cultural do grupo.

O Projeto de Lei nº 490 e seus 13 apensos são a subversão de todas essas normas e nortes interpretativos, pelas principais, mas não únicas, razões a seguir. Primeiro, porque vai estabelecer o marco temporal de 5 de outubro de 1988 para a ocupação indígena, somente superado por “renitente esbulho ou efetivo conflito possessório”. Ou seja, o regime constitucional de demarcação de terras indígenas passa a ser compreendido a partir de categorias civilistas – o que em si já um desvirtuamento de qualquer exegese constitucional – e desconsidera que os grupos eventualmente em disputa têm compreensões de posse e de resistência não necessariamente coincidentes. O endosso da visão de apenas uma das partes, antecipadamente, rompe com qualquer ideia de pluralismo e de interculturalidade. Segundo, porque as terras indígenas perdem a sua característica de direito fundamental e cedem a interesses civilistas e patrimoniais, tal como ocorre com a norma prevista no art. 9º do substitutivo apresentado pelo relator Arthur Oliveira Maia, de que somente após o pagamento das benfeitorias de boa-fé poderá haver alguma limitação ao uso e ao gozo pelos não indígenas da área ocupada. Terceiro, porque a intervenção do Poder Público sobre essas terras, que deveria ser excepcional, passa a ser a regra, abrindo-se um conjunto de obras e de atividades que ali podem ser realizadas, inclusive sem consulta aos povos atingidos. Quarto, porque os PLs e o substitutivo estão atravessados pela ideia colonial de que os povos indígenas não são capazes de fazer a gestão adequada de suas terras e tampouco são aptos a eleger projetos próprios de desenvolvimento. Em casos de superposição com unidades de conservação, por exemplo, o usufruto indígena passa a ser responsabilidade do órgão federal gestor das áreas protegidas. Por outro lado, autoriza-se, também antecipadamente, o turismo em áreas indígenas. Quinto, em relação aos índios isolados, há praticamente o abandono da política responsável de respeitar a sua autonomia pelo não contato com a sociedade envolvente, na medida em que se usa da cláusula aberta de que o contato é possível para “intermediar ação estatal de utilidade pública” e de que ele pode ser dar por entidades particulares, nacionais ou internacionais, se contratadas pelo Estado.

Tudo isso sem consulta alguma aos povos indígenas. Há, na atualidade, um campo de estudo organizado em torno do conceito

“epistemologias da ignorância”³, que analisa, dentre outros aspectos, as estratégias que produzem e que perpetuam ignorância como forma de controle dos sujeitos e dos seus imaginários. O PL n° 490 - aqui incluídos todos os apensos e o substitutivo do relator - insiste na forma mais colonial de exploração e de controle do “outro”, mediante a sua negação, a ausência de reconhecimento de que seja produtor de saber e não mero consumidor. Nada mais distante de 1988 e mais próximo de 1500.



The poster is a vertical rectangular graphic with a dark red header and footer, and a white central section. At the top, the LBS logo is centered, with the website address www.lbs.edu.br below it. The header contains the text "14º Encontro LBS". The central white section contains the following text: "Convidamos você para o bate-papo", "Direitos Humanos: formação e atuação profissional na defesa de grupos e pessoas em condição de vulnerabilidade", and "Quinta-feira, 25 de junho, às 16 horas". Below this text is a circular portrait of Deborah Duprat, an elderly woman with glasses, wearing a dark jacket with white stripes on the sleeves, holding a microphone. The footer contains her name "Deborah Duprat" and her professional titles: "Jurista, militante em defesa dos direitos humanos e de minorias, Vice-Procuradora-Geral da República de 2009 a 2013." and "Mediação de Eymard Loguercio".

³ MARTIN ALCOFF, Linda. “Epistemologies of Ignorance”. Shannon Sullivan y Nancy Tuana (eds.), *Race and Epistemologies of Ignorance*. Albany: State University of New York Press, 2007, p. 39-57



Filhas da ventania

Yamani Kandara Ywa Mirin'dju¹
Membra fundadora do movimento Wayrakunas.

Hayokuã, itxé niató, takohã²!

Sou Yamani Kandara Ywa Mirin'dju, pertencente ao povo Pataxó há há hãe, membra fundadora do movimento Wayrakunas, um movimento de Indígenas mulheres de toda Abya Yala, e fui convidada pela LBS para um momento de reflexões e de debates no dia 8 de maio de 2021 cujo tema era “Mãe também trabalha”.

Iniciei a conversa com uma poesia de minha autoria, mas, para este espaço textual, farei o inverso. Comentarei um pouco sobre nosso encontro e, em seguida, compartilho novamente a poesia.

Falamos sobre questões históricas que, muitas vezes, ficam invisibilizadas na educação não indígena. Os livros de História no Brasil, muitas vezes, contam que esse território foi “descoberto” em 1500 pelas caravelas de Cabral. No entanto, o território já estava ocupado por mais de mil nações indígenas e, portanto, as missões de Portugal se configuram como invasão e não como descobrimento.

Após a invasão, muitas coisas mudaram para os nossos povos. Hoje, em Pindorama (o nome que chamamos o território que foi apelidado como Brasil), ainda temos mais de 300 nações indígenas, com mais de 274 línguas originárias. Nossos territórios foram invadidos, saqueados e devastados. Nossas línguas foram proibidas a partir do decreto do Marquês de Pombal. Nossas culturas e nossas cosmovisões foram criminalizadas. Somente em 1988, com a nova Constituição, os povos indígenas passaram a ser reconhecidos como cidadãos brasileiros e, somente em 1992, saímos da categoria de “incapazes”.

Para nós, indígenas mulheres, o gênero chegou como uma coroa de espinhos; veio junto com as normas do patriarcado colonial. Após a invasão, conhecemos as violências de dominação, como o estupro,

1 Nome de registro: Káritas Correia Gusmão, Kakau Gusmão.

2 Bom dia! Boa tarde! Boa noite!

as doenças, a sede, a fome e o sequestro de mulheres de nossas comunidades, que foi romantizado nas narrativas do não indígena como “pega no laço”. As mulheres eram sequestradas de seus povos para retirar o direito originário à terra, afinal, nosso direito originário é anterior à existência da teoria da propriedade privada, e o sequestro de indígenas mulheres de suas comunidades era também parte de um projeto de embranquecimento de nossos povos.

Hoje, somos indígenas mulheres, que circulamos por todo o território, seja nas nossas aldeias defendendo nossa comunidade, seja nas cidades onde aprendemos as ferramentas de escrita e de oratória, as quais permitem que a gente faça a luta em defesa de nossas nações indígenas. Lutamos também para espalhar o nosso modo de vida, o bem viver, o viver em equilíbrio e o respeito com todos os seres da natureza.

Somos indígenas antes de sermos mulheres; somos indígenas, pois nossa visão não é antropocêntrica; somos a natureza; somos a voz da Mãe Terra. Lutar pelo direito das indígenas mulheres é lutar pelo nosso território sagrado, pelas matas, pelo vento, pelos rios e nascentes, pelos mares. A Mãe Terra está gritando por socorro, mas o não indígena não escuta. Enquanto isso, nós indígenas estamos doloridas de tão altos que são esses gritos. Mas, se os não indígenas não conseguem escutar os gritos da Mãe Terra, nós cantamos:

Muka mukau txuhap suniatáSuniatá baixu

Cantamos por Tuíra Kaiapó e por todas as mulheres Pataxó.

Por Watatakalu e pelo movimento de mulheres do Xingu.

Por todas as mulheres que estão há cinco séculos sobrevivendo à invasão. Já são mais de 500 anos lutando contra a colonização; não aceitamos o estupro da mãe natureza. E não nos calamos diante de garimpos, de mineração e de qualquer forma predatória de extração.

É por todas as mães que tão tendo seus filhos sequestrados pelo Estado para serem levados compulsoriamente para adoção.

Por todas que ocuparam prefeituras e secretarias, para dizer que para nossa saúde não aceitamos municipalização.

Todas que lutam para que seja reconhecido aos originários o direito diferenciado à educação.

Por todas as mulheres que tiveram suas terras incendiadas.

Por todas que viram as matas sendo derrubadas para virar selva de pedra, para sermos obrigadas a ficar enclausuradas no pouco que resta de floresta que é a nossa casa.

Cantamos por todas as anciãs que encantaram porque um vírus as encontrou e as sufocou.

*Cantamos por Eliane Potiguara, Sônia Guajajara e Auritha Tabajara.
 Pelas Kaingang, Baré, Baniwa, Kambeba e por Chirley Pankará.
 Pelas mulheres Mura, Maxakali, Payaya, Xokleng, Xakriabá e Mbya.
 Pelas Mapuche, Aymaras, e a plurinação de abya yala porque nosso coração
 bate junto seja cá ou seja lá.
 Pelas Krenak, Cariri Xocó, Geripankó e Tupinambá.
 Por Joenia Wapichana, Telma Taurepang, e as mulheres Terena, Nhandewa
 e Kaiowá.
 Todas que balançam, mas não caem porque tem niamissun para segurar.
 Por todas que lutam contra a PEC 490 e pelo o marco temporal dizem não!
 Cantamos pelas mulheres de cada delegação que todo ano no acampamento terra livre
 se levantam pela terra na luta por demarcação.
 Awêry!
 Kamayurá djahá ikhã
 Hã hãe txó txihi xohã
 As filhas da ventania transformam brisa em vendaval
 Wayrakunas que polinizam a esperança de um futuro ancestral.
 E para juntar todas as “bruxas” pra fazer revolução, convocamos todas as
 mulheres de luta para se somar nessa canção:
 Cantamos por todas as lésbicas, bissexuais, não binárias e transexuais.
 Pelas anti-imperialistas: as comunistas, as anarquistas, as feministas, as
 socialistas, todas que fazem a luta anticolonial, todas anticapitalistas.
 Por todas que enfrentam todos os dias a violência de gênero.
 Cantam, dançam e balançam o catimbó e vão trazer os ruralistas amarrados
 num cipó...
 Aguyjevete!*

LBS
Associação
 Luta Livre Brasil
 www.lbs.edu.br

17º Encontro LBS

Convidamos você para o bate-papo
Cabaré Feminista
 Quarta-feira, 8 de julho, às 16 horas, pelo Zoom

Um manifesto musical feito por mulheres, com o objetivo de apresentar canções
 e poesias que trazem a reflexão e o debate sobre a luta por igualdade de gênero.



Integrantes:
 CARLA KEYSÉ, ELAINE GUIMARÃES, JOANA FLOR, KAKAU
 GUSMÃO, NEIDE MELL, ROBERTA KELLY E AGATHA SELVA.
 Mediação de Luciana Barretto

LBS
Associação
 Luta Livre Brasil

Convida a todas as mulheres para o momento de reflexões e debates.

Dia 8 de maio, sábado

Das 9 às 11:00, pelo Zoom





Kakau Gusmão



Cris Machado

MAIO
 Mãe também trabalha!
 Sábado, dia 8 de maio, das 9h00 às 11h00

Haja armário

Um abraço em Suzy: o abandono vivido por travestis nas prisões

*Gustavo Passos
Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Consultor do
Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Coordenador de Área - Pessoas
LGBT Privadas de Liberdade da Aliança Nacional LGBT e membro do Comitê Diretor
- Corpora en Libertad - Rede Internacional de Trabalho com Pessoas LGBTI+ em
Privação de Liberdade.*

Tratar da promoção e da garantia de direitos de pessoas privadas de liberdade (PPL) é atuar em um limbo da opinião pública.

Ao passo em que grande parte da população reconhece as condições precárias e desumanizantes das prisões, qualquer garantia de direitos concedida às PPL desencadeia reações hostis. As tendências punitivas, na nossa sociedade, tendem a tentar justificar o tratamento desumano como forma de complementação da pena. Essa mesma tendência punitiva depende da desumanização da pessoa presa. Para punir cruelmente a pessoa, põe-se em ação um sistema que tem como objetivo produzir sujeitos pelos quais não podemos ter empatia.

Para exemplificar isso, gostaria de lembrar o caso da Susy, travesti privada de liberdade, que ganhou notoriedade após uma reportagem na TV.

No dia 1º de março de 2020, o programa Fantástico, da Rede Globo, veiculou uma matéria que tratou de abordar o tema das travestis e das mulheres trans privadas de liberdade. Na ocasião, o médico Drauzio Varella, que trabalha há anos com saúde prisional, conversou com Suzy. Ela não recebia visita há 8 anos. Comovido pelo relato de Suzy, Drauzio a abraçou. Pouco tempo depois, começam a surgir notícias sobre o tipo criminal pelo qual Suzy foi condenada. Ela cumpre pena de privação de liberdade pelo estupro seguido de morte por asfixia de uma criança de 9 anos.

Eu fui o consultor responsável pela pesquisa “LGBT nas prisões do Brasil: diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento” encomendada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, citada nessa mesma matéria. Eu também me comovi com o relato de Suzy. É apenas um entre os inúmeros relatos quase idênticos de abandono aos quais tive acesso ao longo de nove anos de pesquisa na área. Os dados do Diagnóstico Nacional apontam

que apenas 40% das pessoas que se autodeclararam gays, travestis ou mulheres transexuais nas prisões masculinas possuem alguém cadastrado como visitante nos seus registros nas unidades prisionais em que estão custodiadas(os).

Durante a coleta qualitativa de dados, que foi realizada por meio de entrevistas presenciais, constatei que um número muitíssimo reduzido de gays, de travestis e de mulheres trans efetivamente recebia visitas. Embora o crime que Suzy cometeu seja gravíssimo, não existem evidências científicas que possam garantir uma relação entre o seu tipo criminal e o abandono no contexto do encarceramento em prisões masculinas.

Quem trabalha com/em prisões sabe que as filas de visitantes nas unidades masculinas são intermináveis. Conheço inúmeros casos de homens cisgênero (que não são trans) heterossexuais que, mesmo condenados pelos crimes mais bárbaros, ainda recebem visitas de mãe e/ou de esposa, por exemplo. Um bom exemplo disso é o caso do goleiro Bruno, que foi condenado por homicídio, por sequestro, por cárcere privado e por ocultação de cadáver. Uma breve pesquisa nos *sites* de busca revela matérias jornalísticas que mostram que Bruno recebia visitas de sua esposa durante o cumprimento de pena em regime fechado. Portanto, se homens cisgênero parecem sofrer menos com o abandono independentemente da condenação, parece-me razoável concluir que, convergente com o padrão nacional de vulnerabilidade para essa população, Suzy e outras mulheres trans são, sim, mais submetidas ao abandono familiar que outras pessoas privadas de liberdade.

Eu concordo que o crime que Suzy cometeu foi bárbaro, mas é importante ressaltar que execução penal em regime fechado no Brasil não prevê abandono familiar como parte da pena. Não prevê violência institucional, estupro, aluguel de pessoas como moeda de troca, **utilização dos ânus das pessoas trans como local para ocultação de armamento e de drogas**. Nenhum outro grupo de custodiados tem seus ânus alugados por facções criminosas.

Embora, no contexto das pesquisas realizadas por mim, o tipo criminal tenha sido uma pergunta importante, no âmbito do meu ativismo, assim como para o Drauzio Varella, não me interessa saber por qual crime as pessoas estão respondendo.

Finalizo reiterando que, sem dados concretos que comprovem isso, o tipo criminal não pode ser utilizado como um indicador seguro que implica o abandono da pessoa privada de liberdade. Por outro lado,

ser LGBT na prisão, como descrito e argumentado detalhadamente no Diagnóstico Nacional, certamente submete particular e expressivamente essa população ao abandono. O abandono vivido pelas travestis e pelas mulheres trans é, sim, padrão de vulnerabilidade seletivo produto da transfobia que transversaliza a nossa sociedade.

As prisões, como parte de um aparato punitivo do Estado, dependem fortemente da nossa capacidade de desumanizar determinados grupos sociais. É mais fácil ignorar o sofrimento daqueles que não reconhecemos como tão humanos como nós.

Quando Drauzio, uma figura pública amada pelo povo, se compadece da solidão de Susy, ele nos obriga a revisitarmos o nosso marco civilizatório. Força-nos a pensar sobre o que nos aproxima daquela pessoa. Afinal, o abandono familiar é um fenômeno social, que nos conclama empatia.

Drauzio abre a porta para um mundo que não queremos ver. Para que continuemos, como sociedade, ignorando as abominações que, nas prisões, ocorrem todos os dias, a todo o momento; que estão acontecendo enquanto escrevo este texto; enquanto você o lê... permanecemos construindo sistemas de desumanização, de negação de empatia.

4º ENCONTRO LBS – ANO II

CONVIDAMOS VOCÊ PARA O BATE-PAPO

Vulnerabilidade da população LGBTQIA+ e o sistema carcerário

Gustavo Passos
Doutor em Educação – UFPA, Consultor do Plano dos Níveis Unida para o Desenvolvimento, Coordenador da Área Prisons LGBT Prisons da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e autor do relatório nacional “LGBT nas prisões do Brasil: diagnóstico dos procedimentos, instituições e operações de encarceramento”

Mediação ativa: Beatriz e Andrey

Quinta-feira, 6 de maio, às 17 horas

LBS
LIGAÇÃO BRASIL
www.lbs.advb.br

Vivências fora da norma

Lara Machado Luedmann

Advogada especialista em Direito do Trabalho, mestranda em Filosofia do Direito pela Universidade de Lisboa, Portugal. Integrante do Comitê de Diversidade da Rede Lado e advogada voluntária no Coletivo Nós, Seguras.

Difícil falar das vivências individuais de minhas diversidades, à medida que me encontro como uma mulher não binária, bissexual e não monogâmica, quando me enxergo na coletividade. É por meio do reconhecimento de meus pares que encontro a liberdade de ser e de existir como mulher fora da norma.

Difícil lembrar e voltar aos momentos em que tive meu corpo violado ou impedido de tão somente existir. Entre relacionamentos monogâmicos e heteronormativos, me afastei do que aspirava ser, dos desejos que pulsavam em mim, somente por estar cumprindo a regra social que me foi imputada desde que nasci: o tão falado pacto social, patriarcal e capitalista.

Difícil mencionar sobre as escolhas de não performar a feminilidade, sobre o momento em que rompi com a estética da mulher de unha feita e madeixas bem penteadas. Atualmente, a liberdade individual de exercer comportamentos que não são esperados por uma mulher de cabelo raspado, roupas “masculinas” e pelos espalhados pelo corpo, me faz compreender que a estética é só o começo das limitações imputadas às mulheres. Ao passo que sou uma mulher assertiva e me posiciono de forma rígida do que compreendo como certo e errado, sou vista como agressiva, grossa e histérica.

O meu sofrimento e aprisionamento individual é refletido na coletividade quando as minhas amarras são perceptíveis e compartilhadas entre um grupo minorizado, seja como mulher que não deseja casamento, filhos e netos, seja como mulher que é calada, assediada e abusada.

Não há como esmiuçar minhas vivências; recordar as situações em que tive meus direitos de existir violados, e não compreender que há um *modus operandi* que persiste para além do indivíduo. É preciso compreender que somos doutrinados a operar e a existir de uma forma que viabilize o sistema capitalista patriarcal, sendo a mulher necessária para a manutenção da força de trabalho, parindo, criando e cuidando do prole-tariado.

No momento em que não compactuo com a lógica capitalista dos cuidados, entendido como trabalho não remunerado, exercido por nós mulheres, na medida em que não visto o arquétipo da mulher recatada e do lar, compreendo a mulher que ambiciono ser.

Ao longo dos meus 29 anos, me foram imputados comportamentos e trejeitos que não me serviam ou cabiam. A vulgarizada frase de Clarice Lispector, *“liberdade é pouco, o que eu desejo ainda não tem nome*, me norteia no momento em que, apesar de me ver liberta das exigências hegemônicas sexistas, me deparo com uma infinidade de possibilidades de existir, como mulher fora da norma.

Percebo-me inserida nas discussões e nas vivências políticas dos discursos decoloniais, como mulher latina e brasileira, país no qual o racismo e o machismo foram e são fatores estruturantes de nossos comportamentos sociais.

Percebo-me acolhida pela comunidade LGBTQIA+, no momento em que nossas vozes entoam gritos de guerra, na luta pela manutenção dos direitos até então adquiridos e pelos tantos outros direitos que nos é mutilado diariamente.

Percebo-me fortalecida pelas mulheres que me cercam, a partir do momento em que compartilhamos a busca por uma autonomia legítima, seja ela econômica ou emocional.

Descrever a minha realidade é descrever a realidade de muitos corpos latinos. Quando estou conquistando a minha liberdade individual, também estou abrindo as portas para que meus pares sigam o caminho que trilho. Minha voz, ao reivindicar um direito meu, encontra ecos pelos lugares mais distantes e diversos dos brasis que existem.

As minhas vivências, dores e amores são reflexo da sociedade em que estamos imersos. Uma sociedade que perpetua padrões e comportamentos de gênero cada vez mais sexistas; que despreza - quando não mata -, corpos fora da norma e que se funda num consumismo capitalista decadente.

Apesar de muito termos alcançado até os dias atuais, pessoas LGBTQIA+ são brutalmente mortas todos os dias; mulheres ainda são subjugadas aos cuidados do lar e, quando se aventuram na liberdade do mercado de trabalho, recebem salários inferiores aos homens e a família e o casamento são vistos pelo Direito brasileiro pelos ideais monogâmicos.

Se não alcançarmos o que queremos; se não compreendermos o que queremos e os espaços que devemos ocupar, ninguém fará por nós. E

mais, apesar de individualmente conquistarmos espaços, organizados construímos de fato a realidade que queremos viver e deixar para as futuras gerações.



Liberdade de expressão ou o direito de discriminar e disseminar o ódio?

Paulo Tavares Mariante

Advogado popular e militante LGBTI e dos direitos humanos, conselheiro do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

A discussão que vem sendo travada em torno das proposições que têm buscado - há mais de 20 anos - estabelecer a criminalização da discriminação a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos, bem como a repercussão da decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) n° 26 e do Mandado de Injunção (MI) n° 4.733, têm revelado um aspecto nas argumentações dos conservadores e fascistas que precisa ser devidamente enfrentado: o de que a proibição de tais discursos de ódio lgbtifóbicos estaria ferindo a liberdade de expressão.

Não há nenhum dispositivo nas diferentes propostas legislativas que buscavam - e continuam buscando - a criminalização da lgbtifobia ou na decisão do STF que possa ser considerada como ameaça ao direito à liberdade de expressão consagrado pela Constituição federal, no artigo 5°, inciso IV: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”.

O que os contrários à criminalização da lgbtifobia, sob o pretenso argumento de que possa ferir a liberdade de expressão, parecem não entender - ou não quererem entender - é que, mesmo o princípio da liberdade de expressão, contido no inciso IV do artigo 5° mencionado, não é um valor absoluto, acima de tudo e de todos. E que (esse mesmo princípio) deve ser considerado à luz de outros dispositivos constitucionais, tais como o inciso III do artigo 1°, que proclama como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil “a dignidade da pessoa humana”, bem como o inciso IV do artigo 3° da mesma Lei Maior da Nação, que afirma como um dos objetivos fundamentais da República “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o Processo de Habeas Corpus HC n° 82.424/RS, proferiu uma decisão negando a ordem de *habeas corpus*, e vale à pena ler este acórdão, do qual destacamos este trecho da Ementa: “13. Liberdade de expressão. Garantia constitucional que

não se tem como absoluta. Limites morais e jurídicos. O direito à livre expressão não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal. 14. As liberdades públicas não são incondicionais, por isso devem ser exercidas de maneira harmônica, observados os limites definidos na própria Constituição Federal (CF, artigo 5º, § 2º, primeira parte). O preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o ‘direito à incitação ao racismo’, dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra. Prevalência dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade jurídica.”

Portanto, não há nada de repressivo contra a liberdade de expressão, mas o discurso que venha a incitar ao ódio e à intolerância poderá, sim, ser objeto de jurisdição por parte do Estado e será o Judiciário que dará a palavra final. Como podemos ver, algo absolutamente democrático e muito diferente da propaganda leviana e mentirosa que vem sendo feita pelos conservadores e fascistas contra as diferentes propostas legislativas para a criminalização da lgbtifobia ou na decisão do STF.

Não se pode confundir o direito de liberdade de expressão com o direito irrestrito de ofender, de discriminar e de disseminar o ódio.

16º Encontro LBS

Convidamos você para o bate-papo

Direitos LGBTQIA+ no Brasil fascista
Quinta-feira, 2 de julho, às 16 horas

PAULO MARRIANTE
Advogado e Militante LGBT, dos direitos humanos e do PT.
Diretor da Identidade - Grupo de Luta pela Diversidade Sexual,
de Emprego, da ABGL, da Frente Municipal de Defesa dos
Direitos Humanos de Campinas e Conselheiro do Conselho
Nacional de Direitos Humanos.

CAROLINA IARA DE OLIVEIRA
Mediadora em Direitos Humanos e Sociais pela
EPARZ. Atua em direitos humanos e servidora
pública da cidade de São Paulo.

Mediação de Antonio Megale e Eduardo Henrique



O real sentido de uma sociedade plural

*Tatiana Moreira Rossini de Oliveira
Advogada, Especialista em Direito Individual e Coletivo do Trabalho. Sócia do Melo e
Isaac Advogados, escritório fundador da Rede Lado.*

O Brasil passa por um momento crítico no que se refere ao processo de construção social de espaços plurais e democráticos. Há um retrocesso nas políticas inclusivas que vinham sendo construídas nos últimos anos, a custo de muita dor e luta. Nosso crescimento sempre foi muito lento e invariavelmente colide com interesses opressivos que vedam a redução do abismo entre classes sociais. Na sociedade contemporânea, consolidou-se uma pluralidade de aparências, que não atinge a função de retratar os reais interesses de minorias diversas, de modo a permitir-lhes espaços de representatividade para a defesa de seus direitos. Nesse sentido, instituições democráticas vêm desenvolvendo o importante trabalho de assegurar uma equidade de gênero e de diversidade que não se limite à implementação de cotas nas organizações públicas e privadas, mas que permite assegurar voz ativa a todos.

Enraizados por uma herança cultural racista, sexista, homofóbica, seletiva e intolerante, nossa evolução no processo de inclusão social caminha de forma lenta e sempre se retrai em face da possibilidade de ascensão do “diferente”. Temos recentes políticas afirmativas, lei de cotas e as instituições de representação social já se constroem

em não apresentar, em sua composição, representantes de gênero, de raça e de religião diversos. Porém, entre esse pluralismo de “faz de contas” e a efetiva garantia de inclusão em espaços de gestão e de representação de interesses, há uma grande diferença. Essa distância entre o aparente e a realidade se destaca principalmente na iniciativa privada e nos meios corporativos.

A coexistência de situações como discriminação social no acesso ao emprego, divisão sexual do trabalho, baixa representatividade feminina em cargos de liderança, conflitos interculturais, intolerância religiosa, violência contra a população LGBTQIA+, dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho, afastamento dos funcionários com mais de 50 anos de idade do mercado profissional, bem como baixa acessibilidade de pessoas com deficiência, dentre outros, demonstram como estamos distantes do conceito de sociedade plural.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA¹, no âmbito da administração pública federal, os homens ocupam 75% dos cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) nível 6 e 7, os mais altos do governo. Analisando os dados pelos critérios de gênero e de raça, verifica-se que os cargos são majoritariamente ocupados por homens brancos (57%), seguidos pelas mulheres brancas (20%), homens negros (14%) e, por último, as mulheres negras, que ocupam somente 4% desses cargos.

Em relação à acessibilidade, de acordo com o último Censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE², o Brasil conta com 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, dentre as quais apenas 486 mil encontram-se com vínculo de trabalho formal registrado perante o Ministério da Economia. A população integrada no mercado de trabalho corresponde a 1% dos empregados com registro de emprego formal, que perfaz o total aproximado de 46 milhões. Estamos falando de um grupo social que tem uma política assistencialista desenvolvida, com imposição de contratação por meio do sistema de cotas, entretanto, a discriminação ainda impede o acesso dessa população ao mercado de trabalho.

1 Mesquita, Camile. S. *Desigualdade de gênero na remuneração persiste na burocracia federal brasileira*. 2020. Disponível em: <http://anesp.org.br/todas-as-noticias/2020/3/11/desigualdade-de-genero-na-remuneracao-persiste-na-burocracia-federal-brasileira>. Acesso em 22 ago 2021.

2 Obtido em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html> Acesso em 22 ago 2021.

Em face dessa triste constatação, organizações democráticas vêm desenvolvendo o importante papel de dar voz a ideais de representatividade, pela criação de políticas concretas que permitam assegurar a essas pessoas o direito de posicionar-se, respeitando e defendendo as suas convicções nos espaços que ocupam. Defendem que essas tenham paridade de poderes de decisão dentro das organizações e sejam reconhecidas pelos valores que agregam. Somente assim, suas ideias e seus posicionamentos se refletirão no processo de transformação da sociedade que buscamos. Esse processo vai além de como os indivíduos se identificam, mas impacta também como os outros os percebem.

Integro a Rede Lado, uma instituição que conecta 24 escritórios de advocacia, espalhados pelo Brasil, somando cerca de 300 advogados com ideais democráticos e que defendem a inclusão social baseada no respeito à dignidade da pessoa humana. A Rede Lado instituiu um Grupo de Trabalho voltado à implementação de uma construção social fundamentada no respeito à diversidade. Entendemos que, mediante o poder de representatividade, de influência política e de atuação coordenada desse coletivo, temos o dever de protagonizar essa luta para que a diversidade deixe de ser um ideal e passe a se tornar uma realidade e bem comum à vida de todos. A discriminação é uma violência ao outro e não podemos mais fazer vistas grossas a atitudes cotidianas que maquam uma realidade que agride o indivíduo no seu íntimo.

O grupo de trabalho é liderado por cerca de 15 advogados que exercem o desafio de destacar, de maneira incessante, a necessidade de respeitarmos as diferenças e de assegurar o acultramento e a identificação de conceitos para o desenvolvimento de ações concretas e legítimas que possam transformar a realidade. Acredito que não precisamos ser todos iguais, mas não podemos segregar os diferentes, mesmo que inconscientemente. Já que, nesse processo, socialmente expelimos e criticamos as diferenças; criamos mitos para consolidar os preconceitos e inseguranças de uma perene maioria.

Em meio a tantos desafios, é preciso segurança nas convicções, já que, nesse caminho, os que defendem os divergentes são vistos como ofensores de uma hipócrita integridade da ordem social conformista. Portanto, a resistência é necessária, já que se trata de uma luta comum a todos, e que entendo que precisa ser conduzida coletivamente. As minorias isoladas não conseguirão ocupar espaços de destaque. A força das ações conjuntas é essencial para uma trajetória de sucesso e de formação dos valores a serem construídos em uma sociedade

efetivamente plural.

Eu, como mulher branca, privilegiada, atuando na gestão de uma organização, sei que não ocupo o lugar de fala de diversas pessoas, porém, sob a minha perspectiva, sinto que tenho a missão de utilizar o espaço que conquistei para defender a construção de uma sociedade digna e democrática, para que meus filhos possam exercer seus direitos e fazer escolhas de maneira livre. Temos o dever de retribuir às minorias o direito de se erguerem, serem ouvidas e terem ingerência sobre as decisões que repercutirão diretamente sobre suas vidas. É o mínimo que podemos fazer já que historicamente nos apropriamos por tanto tempo de sua força de trabalho e de sua cultura.

Nesse cenário, o papel de associações como a Rede Lado é necessário. A sua atuação global, conectando minorias; promovendo uma conscientização de que as políticas atuais relacionadas à diversidade não são efetivamente inclusivas, tampouco asseguram igualdade de oportunidades, aceleram o processo de transformação de maneira organizada. Assim, disseminam uma cultura de democracia sobre o ponto de vista plural, agregando diversas realidades e construindo de maneira sólida os princípios e os valores que servirão de alicerces para a sociedade que buscamos, mediante ações concretas e legítimas.

Com isso, para além de cotas, precisamos assegurar que grupos sociais diversos tenham acesso à educação, a oportunidades de crescimento e à paridade nos processos de ascensão. Essa premissa deverá abranger a todos os setores da sociedade, tanto por meio de políticas públicas como em meios privados. Esse entendimento parte de ideais advindos de princípios internacionais e constitucionais, não havendo justificativa para que sejam boicotados. Não podemos mais viver na mediocridade de acreditar que uma empresa que emprega um homossexual, uma mulher e um negro é plural!

Para tal, os objetivos políticos e econômicos, que norteiam o país, deverão priorizar a legitimidade da representatividade desses grupos sociais, destacando os valores que agregam; compreendendo os contextos socioculturais em que atuam e a sua capacidade de gerar lucros. Só assim esses terão políticas que dignifiquem o seu trabalho e reduzam o abismo social na possibilidade de ascensão na economia formal.

Segundo o estudo intitulado “Diversity wins: How inclusion matters”³, promovido pela empresa de consultoria McKinsey & Company, equipes diversas promovem ambientes corporativos mais criativos, mais inteligentes, mais engajados, mais inovadores e, por consequência, melhores experiências para os consumidores finais e melhores resultados para os negócios. O estudo teve como referência 12 países e abrangeu cerca de 1.000 empresas, concluindo que as companhias que possuem diversidade étnica racial na alta liderança têm 33% mais propensão à lucratividade. Já aquelas que têm diversidade de gênero têm de 22% a 23% mais chances de serem lucrativas. Isso ocorre por diversos fatores, desde maior confiança e prestígio dos consumidores até a formação de um time mais forte e unido com todas as habilidades necessárias para despontar no mercado.

Conforme vem ocorrendo no mercado internacional, o universo corporativo brasileiro terá que abrir espaço e permitir que não apenas o seu espelho seja o reflexo do sucesso. Outros prismas precisam protagonizar espaços, se expressar e defender seus interesses. Para alcançar esse ideal, a exigência de políticas concretas que permitam o acesso às diversidades de vozes deve ser imposta a essas organizações, senão pelas autoridades competentes por meio de normas formais, que a sociedade exija esse comportamento de maneira definitiva.

Em meio a tantas falas sobre evolução e progresso, não podemos aceitar um comportamento cotidiano de intolerância que retrate o medo e a insegurança, diante da possibilidade de mudança do que consideramos confortável ou ideal, sem considerar os paradigmas insertos nesses conceitos. O medo da perda de controle dos conceitos estabelecidos pela maioria conservadora ainda assusta a sociedade contemporânea, que acaba estereotipando e “amaldiçoando” o diferente, não raras vezes utilizando-se de violência. Essa situação não pode coabitar com um cenário de crescimento. As pessoas precisam ser ouvidas e respeitadas pelo que agregam, independentemente de qualquer tipo de classificação que tentem lhes impor, pois faz parte do processo evolutivo e natural da humanidade. Nesse contexto, saber nos colocar no lugar do outro; entender as suas dores e nos juntar para alcançar a sua liberdade é uma grande conquista de educação e de afirmação de direitos.

³ Estudo disponível na íntegra em <https://www.mckinsey.com/~/media/mckinsey/featured%20insights/diversity%20and%20inclusion/diversity%20wins%20how%20inclusion%20matters/diversity-wins-how-inclusion-matters-vf.pdf> Acesso em 22 ago 2021.

Assim, a consciência de que um universo se constrói ao redor da pequena elite branca, machista, sexista, homofóbica e intolerante é essencial para pararmos de acreditar que apenas os interesses e os preconceitos dessa classe devem prevalecer. Repudiar o que não conhecemos é uma atitude covarde, de quem teme a possibilidade de reconhecer que a identidade não é um conceito estático.

Diante do cenário apresentado, todos temos o dever de compreender o conceito de pluralidade e de defender a construção de uma sociedade que represente efetivamente a diversidade, proporcionando a todos o direito de se fazer representar. Essas premissas são essenciais no processo de mudanças, que, desnudadas de preconceitos e revestidas de respeito, assegurarão uma transformação consolidada, nos permitindo experimentar o real conceito da democracia e de dignidade.

**Aprenda o
meu nome**

PCD: chame-nos pelo nosso nome

Uma questão de autoafirmação e de cidadania

Meirivone Aragão

PCD, Advogada sergipana e integrante da Rede Lado.

No ano de 2020, praticando o isolamento social em razão da pandemia da Covid19, dei-me conta da importância do engajamento social e da expressão das identidades, que compõem o mosaico da nossa existência. Embora a “d”eficiência seja assunto bem resolvido na intimidade, carece de cuidado relacional. Afirmar-me como **Pessoa Com Deficiência** é uma descoberta política, que define escolhas e ações como cidadã do meu país e aprimora as relações sociais.

Encarar o assunto é um desafio, tenho bem ciência... fica um certo incômodo, uma vontade de sair do lugar e apagar a conversa. É a agonia da falta de informações, a angústia natural diante do desconhecimento, mas, se você aceitar em seguir comigo nessa prosa, só de saber o nome certo, já vai se sentir mais confortável e, quem sabe, ficar para o jantar. Parece bobagem, mas atravessaremos juntos uma barreira importante.

A inspiração para essa prosa veio da participação em um evento do escritório LBS, onde estavam as meninas do Cabaré Feminista - *um manifesto artístico feito por mulheres e para mulheres, com canções e poesias que trazem a reflexão e o debate sobre a luta por igualdade* - como elas se definem. Fiquei matutando sobre a dor e a delícia de se expressar quem se é. Entre conversas e cantorias, fui percebendo a importância de falar da imagem projetada ao mundo, da demarcação do lugar de fala como ato político de afirmação do direito de existir.

Como nos chamar é uma questão que vem evoluindo na legislação e na sociedade: “aleijados”, pessoas incapacitadas, inválidas e excepcionais ou simplesmente deficientes são termos que refletem o olhar depreciativo e segregacionista a partir do qual o outro foi acostumado a nos definir e carecem ser eliminados da nossa linguagem. A mudança é um processo educacional que demanda vontade. A discussão racial e das questões de gênero tem sido uma excelente escola de aprendizado sobre a importância dos nomes adequados para fazer todo mundo se sentir em casa.

A legislação avançou primeiro para a expressão: “Pessoa Portadora de Deficiência”, que também não se mostrou correta, por desconsiderar que a deficiência não é mais compreendida como intrínseca ao ser, mas como resultado das barreiras do ambiente físico e social, que, quando eliminadas, apagam a letra “d” e nos transformam em igualmente eficientes. A deficiência, portanto, muda de perspectiva, sai dos corpos dos indivíduos e vai para a sociedade que não desenvolve os elementos para a eliminação das barreiras que impedem a igualdade.

Por sua vez, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao direito interno brasileiro com *status* de norma constitucional, em 2009, trouxe a mudança para o termo digno: “Pessoa Com Deficiência - PCD”, junto com valores, com princípios e com garantias que reafirmam o direito à igualdade e à dignidade dessa parcela da população. No Brasil, a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é o grande marco para a visibilidade das Pessoas Com Deficiência na sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, preconizada pela Constituição federal de 1988.

Na expressão “Pessoa Com Deficiência”, a menção à “pessoa” é necessária pelo fato de que, em muitos momentos da história, não fomos considerados como tal, tendo a sociedade flertado com a eugenia - assim mesmo, sem acento - teoria que busca melhorar a raça humana pela eliminação dos indivíduos diferentes do “padrão” aceitável na sociedade ou pela interferência genética, com o fim de evitar o seu nascimento.

Antepassados dessa geração, alguns ainda vivos, testemunharam nosso trajeto para os fornos da “solução final” adotada pelo Nazismo, em prol da “melhoria da raça”, por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Com indignação, constata-se que esse movimento não morreu e possui crescente número de adeptos, inclusive no Brasil, onde o atual presidente não esconde a admiração pelo representante maior. Nenhum dos dois nomes será citado aqui, em respeito à minha e à dignidade das pessoas com deficiência ao longo da história. Não foi fácil aceitar o voto de gente próxima neste governo, mais difícil ainda é conviver com quem continua defendendo.

Outro aspecto da eugenia é o planejamento familiar de pessoas brancas, cis, abastadas, com vistas à seleção genética da sua prole. Mais perto de nós está o exemplo de quando a diferença é detectada no primeiro exame de ultrassom em gestantes. E aqui não estou discutindo a questão do aborto, que defendo como direito da mulher, mas da opção de uma sociedade pelo descarte de indivíduos em razão da diversidade da forma, em vez de se debruçar com seriedade

sobre a inclusão, com toda a riqueza de possibilidades, sem precisar romantizar a nossa luta. Há exemplos ainda mais próximos, como o da eleição de um paciente para disputar respiradores ou um leito de UTI, na pandemia. Quem a sociedade marca para morrer?¹

Infelizmente, há escolhas de quem habita o Planeta Terra no ano de 2020 que implicam o direito à vida de quem nasceu com um corpo diferente do normal determinado como padrão aceitável. E olhe que, se a gente observar de perto, como diz Caetano, mas bem de pertinho mesmo: “ninguém é normal”.

Superada a barreira do nascimento, não existem dúvidas de que a realidade continua sendo cruel e distante da proposta constitucional. Pelo Censo de 2010, somos cerca de 6,7%² da população, sendo que apenas 1%³ está no mercado de trabalho. Os estudantes com deficiência representam 0,46%⁴ dos estudantes matriculados em instituições de Ensino Superior no Estado de São Paulo. Dados preocupantes, mostrando que o caminho da inclusão é longo. Para transformar esse cenário, faz-se urgente e necessário o diálogo.

Nesse sentido, a afirmação das Pessoas Com Deficiência contribui gerando visibilidade; colocando a gente na roda de conversa do bar, das famílias, das políticas públicas, da cultura e dos poderes constituídos; demarcando nosso espaço na construção de uma sociedade eficiente e preparada para lidar com as possibilidades que a diversidade agrega; florescendo juntos para um mundo mais justo, inclusivo e repleto de gente disposta a abraçar a própria humanidade. Chame-nos pelo nosso nome.

*Texto atualizado do original publicado na Carta Capital.

1 <https://brasil.estadao.com.br/blogs/vencer-limites/coronavirus-eua-investigam-recusa-de-respiradores-a-pessoas-com-deficiencia/>

2 <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd/documentos/cynthia-ministerio-da-saude>

3 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/apenas-1-dos-brasileiros-com-deficiencia-esta-no-mercado-de>

4 <http://universodainclusao.com.br/sem-categoria/2020/05/30/educacaobasededadosdosdireitosdapessoacomdeficienciatematualizacao/>

Vamos ser anticapacitistas?

Patricia Almeida

Jornalista, especialista em Linguagem Simples e mestre em Estudos sobre Deficiência (CUNY - City University of New York).

Nós já sabemos que os brasileiros com deficiência são reconhecidos como sujeitos de direitos desde a Constituição de 1988, com confirmação pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), incorporada no Brasil como norma constitucional, em 2009, e aprofundada pela Lei Brasileira de Inclusão em 2015.

Mas será que eles estão exercendo esses direitos como requer a CDPD “em igualdade de condições com os demais”, ou seguem enfrentando obstáculos visíveis e invisíveis?

Para entender melhor os fatores que contribuem para a exclusão das pessoas com deficiência, é preciso compreendermos dois conceitos: o modelo médico e o modelo social da deficiência.

De acordo com o modelo médico, a deficiência está na pessoa, que deve ser “curada”, ou ao menos “consertada” para ser incluída.

Já o modelo social leva em conta que a deficiência está no ambiente que não é adaptado às necessidades da pessoa com deficiência para que ela possa exercer sua cidadania.

De acordo com esse princípio, é dever do Estado e da sociedade se reestruturarem - com participação ativa das pessoas com deficiência - para garantir a inclusão de todos.

Na charge abaixo, de Ricardo Ferraz, cartunista com deficiência, explica bem como isso acontece, por exemplo, no caso de eleições.

Podemos até achar que esse tipo de ilegalidade não existe mais. Mas, infelizmente, a mera existência de uma legislação robusta que determina a evolução do modelo médico para o modelo social não é suficiente para promover as mudanças necessárias.

O que constatamos diariamente é que muito do modelo médico ainda persiste e as pessoas com deficiência seguem enfrentando inúmeros obstáculos.

MODELO MÉDICO X MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA



Fonte: Internet

São barreiras físicas, como a falta de acessibilidade: rampas, piso tátil, banheiro adaptado, transporte acessível. Barreiras comunicacionais, como falta de intérprete de língua de sinais (Libras), braile, linguagem simples, comunicação alternativa.

Uma barreira que tem efeito transversal em todas as esferas da vida da pessoa com deficiência é a barreira atitudinal.

Nos últimos tempos, essa barreira ganhou um nome: capacitismo.

Assim como o racismo e o machismo, o capacitismo é uma forma de opressão. É acreditar que uma pessoa com deficiência vale menos do que uma pessoa sem deficiência. É hierarquizar vidas humanas, de acordo com o que se pressupõe que uma pessoa pode “produzir” para a sociedade.

Como os outros “ismos”, o capacitismo é estrutural e faz parte da cultura em que fomos criados.

Quer ver?

É capacitismo quando...

- Olhamos com estranheza para uma pessoa com deficiência.
- Expressamos surpresa pela pessoa com deficiência fazer coisas “normais”.
- Falamos com adultos com deficiência em tom infantil.

- Usamos expressões ofensivas como “tá surdo?”, “parece autista!”, “deu uma de João sem braço”...
- Achamos que pessoas com deficiência são coitadinhas.
- Sentimos pena quando uma criança com deficiência nasce em uma família e tentamos “compensar” esse sentimento: “Deus dá a cruz do seu tamanho”, “crianças especiais nascem em famílias especiais”, “vocês são guerreiros”...
- Exultamos qualquer realização de quem tem deficiência, como se fosse um super-herói.
- Acreditamos que pessoas com deficiência são anjos assexuais, eternas crianças.
- Usamos suas histórias como exemplos de superação.

Precisamos entender o conceito de “normalidade” como uma construção social. A nossa formação capacitista nos impede de ver a pessoa antes da deficiência. A deficiência não define a pessoa. Ela é apenas uma característica dela.

Em 2008, o MEC lançou a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Um ano depois, estudo do INEP, realizado pela FIPE, apontou que 96,5% dos integrantes da comunidade escolar - professores, funcionários, estudantes, familiares - tinham preconceito em relação a pessoas com deficiência.

Dez anos se passaram e uma pesquisa da Folha de S. Paulo mostrou que, para 86% dos entrevistados, as escolas se tornam melhores com a educação inclusiva.

O que mudou?

A convivência é a chave da inclusão.

Hoje mais de 90% de estudantes com deficiência frequentam escolas comuns.

Quanto mais vemos pessoas de grupos sub-representados na escola, no trabalho, nas ruas, no dia a dia, na mídia, mais achamos “normal” que ocupem esses espaços, o que diminui o preconceito.

Ok, entendi o que é capacitismo. Me reconheço como capacitista.

Mas como faço para ser anticapacitista?

Diferentemente de outros grupos excluídos, a inclusão da pessoa com deficiência não acontece apenas com nossa mudança de olhar. Ela requer um recurso extra: acessibilidade. Fazer valer as leis; promover e cobrar acessibilidade em todos os espaços devem ser nossa primeira bandeira.

A organização britânica Scope perguntou às pessoas com deficiência o que uma pessoa sem deficiência poderia fazer para ser uma boa aliada anticapacitista.

Veja e coloque em prática essas 10 dicas e colabore para promover a inclusão!

1. Ouça as pessoas com deficiência. Se você não tem certeza, pergunte! Não faça suposições nem complete as frases das pessoas!
2. Nem todas as deficiências e condições são visíveis. E algumas mudam. Você pode não ser capaz de vê-las, mas elas ainda estão lá.
3. Pense nas suas palavras. Não use palavras ligadas à deficiência como xingamento e chame atenção quando alguém usar um termo ofensivo.
4. Defenda e promova acessibilidade e inclusão – especialmente na escola e no trabalho. Pergunte quais são as necessidades de acesso das pessoas; por exemplo, necessidade de receber apresentações antes de uma aula ou reunião.
5. Eduque-se.
Leia e conheça as vantagens e os benefícios que você tem como pessoa sem deficiência e aprenda a defender os direitos das pessoas com deficiência.
6. Fale.
Se você vê ou ouve bullying ou discriminação, fale ou denuncie.
7. Não pressione. Se alguém diz que não pode fazer algo ou não está se sentindo bem, mesmo que pareça bem, não pressione.
8. Nunca assuma que alguém está exagerando ou “fingindo”. Só porque você não pode ver a condição de alguém, não significa que ela não existe.
9. Não tem problema fazer perguntas. Mas se lembre de só perguntar coisas que você gostaria de responder sobre você mesmo! Nada de perguntas invasivas!

10. Todos são diferentes. Nem toda pessoa com deficiência terá as mesmas dicas. E tudo bem.


www.lbs.edu.br

23º Encontro LBS

Convidamos você para o bate-papo
Onde está a deficiência?
Quinta-feira, 13 de agosto, às 16 horas



PATRÍCIA ALMEIDA

Jornalista, funcionária pública e mestre em Estudos da Deficiência (City University of New York). Criadora da agência de notícias "relatores" (relatores e Colômbia). Colaboradora do Movimento Down e do Movimento 24x. Membro do Conselho da Down Syndrome International.

Mediação de Fernando Hirsch e Franciele Carvalho

Política pra quê?

Contribuições de Hannah Arendt para pensar o fenômeno do Bolsonarismo

André Duarte
Professor Titular do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná
(UFPR).

Minha participação nos encontros da LBS se deu a partir da sugestão de que eu comentasse um ensaio escrito por Thiago Dias da Silva, “Hannah Arendt e o ativismo dos indiferentes do bolsonarismo”.¹

Em seu ensaio, ele alertava que o Brasil não estava sob um regime totalitário, nem caminhava para aquele horizonte sombrio, mas sugeria que o pensamento arendtiano, particularmente sua obra *Origens do Totalitarismo*², traria importantes contribuições para a compreensão do fenômeno do bolsonarismo.

Thiago da Silva argumentava que a base política de Bolsonaro constituiu-se por meio de um processo moralizante que levou à súbita politização de indivíduos que, anteriormente, eram politicamente indiferentes. Daí a importância da temática da denúncia à corrupção política, dimensão que galvanizou o bolsonarismo em um movimento coerente e à qual, imediatamente, se acrescentaram inquietações históricas sobre valores morais e religiosos, de natureza ultraconservadora, relativos à sexualidade e às questões de gênero.

Quando os indiferentes se politizam, não consideram a política como assunto de interesse comum, mas a reduzem a um jogo mesquinho de interesses privados. Essa atitude moralizante em relação à política permeia todas as classes sociais, proporcionando, assim, um aspecto de coesão, de razoabilidade e de respeitabilidade ao bolsonarismo, movimento político fanático e violento, de extrema-direita.

De acordo com esse tipo de moralização e de privatização da política, os problemas econômicos poderiam ser facilmente resolvidos se todos decidissem acordar mais cedo e ir trabalhar, como apontou Thiago da

¹ Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/hannah-arendt-bolsonarismo/>. Parte dos argumentos que apresentei no seminário subsidiaram a elaboração do capítulo 8 do meu livro *A pandemia e o pandemônio: ensaio sobre a crise da democracia brasileira*. RJ: Via Verita, 2020.

² ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo*. SP: Cia. das Letras, 2000. Tradução de Roberto Raposo.

Silva. Da mesma forma, outros problemas sociais complexos poderiam ser resolvidos rapidamente por meio da aplicação de punições mais severas, como se um aumento nas taxas de criminalidade pudesse ser enfrentado simplesmente endossando a violência policial mais severa e encarcerando mais e mais pessoas.

Insensíveis aos tempos e à lógica dos debates e das negociações políticas, os moralmente politizados acreditam que as soluções políticas requerem apenas o tempo necessário para manifestarem suas opiniões, repentinamente transformadas em verdades inabaláveis. No curso dessa politização moralizada, o sistema político passa a ser visto como um incômodo a ser rejeitado e descartado, e a revolta contra sua temporalidade e dinâmica é constantemente alimentada. Adicione-se o uso intensivo e massivo das mídias sociais, bem como o seu mau uso, com a produção e a disseminação organizada de *fake news*, e os problemas políticos se tornarão ainda mais acentuados.

Na esteira daquele ensaio, considero que Hannah Arendt nos oferece ao conseguiu garantir o apoio declarado de uma parcela significativa do eleitorado mesmo durante os piores períodos da pandemia.

Em primeiro lugar, ela nos ajuda a pensar a relação entre o fanatismo político e as condições históricas, políticas, econômicas e sociais do mundo em que tal fenômeno se espraia. Ademais, Arendt também nos ajuda a compreender alguns aspectos formais que informam a propaganda político-ideológica do bolsonarismo.

Em consonância com Thiago Dias da Silva, estou de acordo que a categoria social das “massas”, tal como Arendt a compreendeu, nos ajuda a entender certas condições sociais que favorecem o espraiamento do fanatismo político e a adesão popular a preceitos ideológicos. Para Arendt, as massas constituem aquele contingente de “pessoas que, seja por causa de seu número, seja por causa da indiferença, ou por causa da combinação de ambos, não podem ser integradas em nenhuma organização baseada no interesse comum (...). Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido (...)”³ O traço que melhor caracteriza as massas é sua desarticulação e seu desinteresse pelo mundo comum, isto é, sua perda de qualquer “interesse comum” e mesmo sua perda do “senso comum”, pois não consideram que haja um sentido comum “entre” as

3 Cf. Arendt, *Origens do Totalitarismo*, *op. cit.*, p. 361.

peças; um elo capaz de estabelecer alguma forma de relação entre elas e o mundo como mundo compartilhado. Tal fenômeno implica a perda do laço entre as pessoas em uma determinada comunidade, instaurando-se, assim, um modo privativo de existir e de ser no mundo. *Amor mundi*, a insígnia primeira do pensamento arendtiano, é uma atitude ou um modo de ser no mundo que o fanático político simplesmente desconhece: ele pode amar um Deus, um líder, sua família, seus valores morais e o que mais quiser, mas jamais será capaz de compreender que é possível amar o mundo em sua pluralidade e diversidade.

Tentemos agora caracterizar a dinâmica propriamente ideológica do bolsonarismo como movimento político de fanáticos.

O bolsonarismo como ideologia se distingue da demagogia política ou do emprego sistemático da mentira na política - fenômenos tão antigos como a própria invenção da política. O bolsonarismo vai mais adiante, pois visa embaralhar a própria distinção entre verdade e mentira, tornando inócua a distinção. A lógica da ideologia que caracteriza os movimentos políticos fanatizados é a da radical generalização de aspectos aparentemente plausíveis de uma determinada realidade social, até o ponto em que se consiga criar um mundo fechado - um "mundo fictício capaz de competir com o mundo real, cuja principal desvantagem é não ser lógico, coerente e organizado. A coerência da ficção e o rigor organizacional permitem que a generalização sobreviva ao desmascaramento de certas mentiras mais específicas..."⁴ São essas realidades ideológicas ficcionais, descoladas de qualquer amparo na verdade factual, que passam a inundar as redes sociais na forma de *fake news* divulgadas por sistemas de disparo eletrônico financiados privadamente.

O bolsonarismo como ideologia também visa inviabilizar a distinção entre categorias políticas, borrando as fronteiras entre democracia e ditadura. Para compreender como opera essa produção de mundos fictícios, descolados da realidade, bem como o efeito de embaralhamento de conceitos opostos no contexto do bolsonarismo como ideologia, é preciso retomar o modo como Arendt definiu a ideologia. Em se tratando de fenômenos políticos de sectarismo fanatizado, a ideologia deve ser entendida como a "lógica de uma ideia," no sentido de que "a ideologia trata o curso dos acontecimentos

4 Cf. Arendt, *Origens do Totalitarismo*, *op. cit.*, p. 411.

como se seguisse a mesma 'lei' adotada na exposição lógica de sua 'ideia.'"⁵ Neste sentido preciso, a ideologia nada tem que ver com a ideia de falsa consciência ou com a distorção interessada e enviesada de fatos e de argumentos.

No caso do bolsonarismo, cumpre observar que a ideologia não busca ocultar nada. Diz abertamente tudo o que quer dizer, deduzindo conclusões apressadas a partir de premissas enunciadas pelo líder, sem qualquer compromisso com a sua verificação na realidade. O aspecto relevante para o membro de um movimento político fanatizado não é propriamente o conteúdo da ideologia ou a veracidade do que é dito, mas sim a sua coerência e o sentido de pertencimento ao mundo que ela proporciona aos adeptos do movimento.

— LBS —
www.lbs.edu.br

Encontros LBS

Convidamos você para o bate-papo
Bolsonarismo, a ignorância e a indiferença
Quarta-feira, 22 de abril, às 16 horas

ANDRÉ DUARTE
Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná. Pós-doutor pela Universidade de Barrolobo, Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo e Mestre em Filosofia pela Universidade de São Paulo.

Mediação de Eduardo Surian

⁵ Cf. Arendt, *Origens do Totalitarismo*, *op. cit.*, p. 521.

Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo

Marilena Chaui

Professora Titular da Universidade de São Paulo, onde leciona desde 1967. É Especialista em História da Filosofia Moderna e Filosofia Política. É Doutora Honoris Causa pela Universidade de Paris e pela Universidade de Córdoba. Recebeu o prêmio APCA por “Cultura e democracia” (1981) e o prêmio Jabuti por “Convite à filosofia” (1995). “A nervura do real” v. I venceu os prêmios Sérgio Buarque de Holanda (1999) e Jabuti (2000).

Tornou-se corrente nas esquerdas o uso de termos *fascismo* e *neofascismo* para descrever criticamente nosso presente.

Estamos acostumados a identificar o fascismo com a presença do líder de massas como autocrata. É verdade que, hoje, embora os governantes não se alcem à figura do autocrata, operam com um dos instrumentos característicos do líder fascista, qual seja, a relação direta com “o povo”, sem mediações institucionais e mesmo contra elas. Também, hoje, encontram-se presentes outros elementos próprios do fascismo: o discurso de ódio ao outro - racismo, homofobia, misoginia; o uso das tecnologias de informação que levam a níveis impensáveis as práticas de vigilância, de controle e de censura e o cinismo ou a recusa da distinção entre verdade e mentira como forma canônica da arte de governar.

No entanto, não emprego esse termo por três motivos: 1. porque o fascismo tem um cunho militarista que - apesar das ameaças de Trump à Venezuela ou ao Irã, das ações de Nathanayu sobre a faixa de Gaza, ou da exibição da valentia do homem armado pelo governo Bolsonaro e suas ligações com as milícias de extermínio - não pode ser identificado com a ideia fascista do povo armado; 2. porque o fascismo propõe um nacionalismo extremado, porém a globalização, ao enfraquecer a ideia do Estado-nação como enclave territorial do capital, retira do nacionalismo o lugar de centro mobilizador da política e da sociedade; 3. porque o fascismo pratica o imperialismo sob a forma do colonialismo, mas a economia neoliberal dispensa esse procedimento usando a estratégia de ocupação militar de um espaço delimitado por um tempo delimitado para devastação econômica desse território, que é abandonado depois de completada a espoliação. Em vez de fascismo, denomino o neoliberalismo com o termo *totalitarismo* tomando como referência as análises da Escola de Frankfurt sobre os efeitos do surgimento da ideia de *sociedade administrada*.

O movimento do capital transforma toda e qualquer realidade em objeto do e para o capital, convertendo tudo em mercadoria;

instituindo um sistema universal de equivalências próprio de uma formação social baseada na troca de equivalentes pela mediação de uma mercadoria universal abstrata, o dinheiro como equivalente universal. A isso corresponde o surgimento de uma prática, a da *administração*, que se sustenta sobre dois pilares: o de que toda dimensão da realidade social é equivalente a qualquer outra e, por esse motivo, é administrável de fato e de direito, e o de que os princípios administrativos são os mesmos em toda parte porque todas as manifestações sociais, sendo equivalentes, são regidas pelas mesmas regras. A administração é concebida e praticada segundo um conjunto de normas gerais desprovidas de conteúdo particular e que, por seu formalismo, são aplicáveis a todas as manifestações sociais. A prática administrada transforma uma *instituição* social em uma *organização*.

Uma instituição social é uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, em um princípio de diferenciação que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, por regras, por normas e por valores de reconhecimento e de legitimidade internos a ela. Sua ação se realiza em uma temporalidade aberta ou histórica, porque sua prática a transforma segundo as circunstâncias e suas relações com outras instituições. Em contrapartida, uma organização se define por sua instrumentalidade, fundada nos pressupostos administrativos da equivalência. Está referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo particular, ou seja, não está referida a ações articuladas às ideias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a *operações*, isto é, estratégias balizadas pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. É regida pelas ideias de gestão, de planejamento, de previsão, de controle e de êxito, por isso sua temporalidade é efêmera e não constitui uma história.

Por que designar o neoliberalismo como o novo totalitarismo?

Totalitarismo: porque, em seu núcleo, encontra-se o princípio fundamental da formação social totalitária, qual seja, a recusa da especificidade das diferentes instituições sociais e políticas que são consideradas homogêneas e indiferenciadas porque são concebidas como organizações. O totalitarismo é a afirmação da imagem de uma sociedade homogênea e, portanto, a recusa da heterogeneidade social, da existência de classes sociais, da pluralidade de modos de vida, de comportamentos, de crenças e de opiniões, de costumes, de gostos e de valores.

Novo: porque, em lugar da forma de o Estado absorver a sociedade, como acontecia nas formas totalitárias anteriores, vemos ocorrer o contrário, isto é, a forma da sociedade absorve o Estado. Nos totalitarismos anteriores, o Estado era o espelho e o modelo da sociedade - instituía a estatização da sociedade; o totalitarismo neoliberal faz o inverso: a sociedade se torna o espelho para o Estado, definindo todas as esferas sociais e políticas não apenas como organizações, mas, tendo como referência central o mercado, como um tipo determinado de organização: *a empresa* - a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa, uma igreja é uma empresa e, evidentemente, o Estado é uma empresa. Deixando de ser considerado uma instituição pública regida pelos princípios e pelos valores republicano-democráticos, passa a ser considerado homogêneo ao mercado. Isso explica por que a política neoliberal se define pela eliminação de direitos econômicos, sociais e políticos garantidos pelo poder público, em proveito dos interesses privados, transformando-os em serviços definidos pela lógica do mercado, isto é, a privatização dos direitos, que aumenta todas as formas de desigualdade e de exclusão. O neoliberalismo vai além: encobre o desemprego estrutural por meio da chamada *uberização* do trabalho e, por isso, define o indivíduo não como membro de uma classe social, mas como um empreendimento, uma empresa individual ou “capital humano”, ou como *empresário de si mesmo*, destinado à competição mortal em todas as organizações, dominado pelo princípio universal da concorrência disfarçada sob o nome de meritocracia. O salário não é visto como tal e sim como renda individual e a educação é considerada um investimento para que a criança e o jovem aprendam a desempenhar comportamentos competitivos. O indivíduo é treinado para ser um investimento bem-sucedido e para interiorizar a culpa quando não vencer a competição, desencadeando ódios, ressentimentos e violências de todo tipo, destroçando a percepção de si como membro ou parte de uma classe social e de uma comunidade, destruindo formas de solidariedade e desencadeando práticas de extermínio.

Quais as consequências do novo totalitarismo?

– social e economicamente, ao introduzir o desemprego estrutural e a terceirização *toyotista* do trabalho, dá origem a uma nova classe trabalhadora denominada por alguns estudiosos com o nome de *precariado* para indicar um novo trabalhador sem emprego estável, sem contrato de trabalho, sem sindicalização, sem seguridade social, e que não é simplesmente o trabalhador pobre, pois sua identidade social não é dada pelo trabalho nem pela ocupação, e que, por não ser

cidadão pleno, tem a mente alimentada e motivada pelo medo, pela perda da autoestima e da dignidade, pela insegurança;

– politicamente põe fim às duas formas democráticas existentes no modo de produção capitalista: 1. põe fim à social-democracia com a privatização dos direitos sociais, com o aumento da desigualdade e da exclusão; 2. põe fim à democracia liberal representativa, definindo a política como *gestão* e não mais como discussão e decisão públicas da vontade dos representados por seus representantes eleitos; os gestores criam a imagem de que são os representantes do verdadeiro povo, da maioria silenciosa com a qual se relacionam ininterruptamente e diretamente por meio do *twitter*, de *blogs* e de redes sociais - por meio do *digital party* -, operando sem mediação institucional; pondo em dúvida a validade dos parlamentos políticos e das instituições jurídicas; promovendo manifestações contra eles; 3. introduz a judicialização da política, pois, em uma empresa e entre empresas, os conflitos são resolvidos pela via jurídica e não pela via política propriamente dita. Em outras palavras, sendo o Estado uma empresa, os conflitos não são tratados como questão pública e sim como questão jurídica, no melhor dos casos, e como questão de polícia, no pior dos casos; 4. os gestores operam como *gangsters* mafiosos que institucionalizam a corrupção; alimentam o clientelismo e forçam lealdades. Como o fazem? Por meio do medo. A gestão mafiosa opera por ameaça e oferece “proteção” aos ameaçados em troca de lealdades para manter todos em dependência mútua. Como os chefes mafiosos, os governantes também têm os *consiglieri*, conselheiros - supostos intelectuais que orientam ideologicamente as decisões e os discursos dos governantes, estimulando o ódio ao outro, ao diferente, aos socialmente vulneráveis (imigrantes, migrantes, refugiados, lgbtq+, sofredores mentais, negros, pobres, mulheres, idosos) e esse estímulo ideológico torna-se justificativa para práticas de extermínio; 5. transformam todos os adversários políticos em corruptos, embora a corrupção mafiosa seja, praticamente, a única regra de governo; 6. têm controle total sobre o Judiciário por meio de dossiês sobre problemas pessoais, familiares e profissionais de magistrados aos quais oferecem “proteção” em troca de lealdade completa (e quando o magistrado não aceita o trato, sabe-se o que lhe acontece);

– ideologicamente, com a expressão “marxismo cultural”, os gestores perseguem todas as formas e as expressões do pensamento crítico e inventam a divisão da sociedade entre o bom povo, que os apóia, e os diabólicos, que os contestam. Por orientação dos *conseglieri*, pretendem fazer uma *limpeza* ideológica, social e política e para isso desenvolvem uma teoria da conspiração comunista, que seria

liderada por intelectuais e por artistas de esquerda. Os conselheiros são autodidatas que se formaram lendo manuais e odeiam cientistas, intelectuais e artistas, aproveitando-se do ressentimento que a extrema direita tem por essas figuras. Como tais conselheiros estão desprovidos de conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos, empregam a palavra “comunista” sem qualquer sentido preciso: comunista significa todo pensamento e toda ação que questionem o *status quo* e o senso comum (por exemplo: que a terra é plana; que não há evolução das espécies; que a defesa do meio ambiente é mentirosa; que a teoria da relatividade não tem fundamento etc.). São esses conselheiros que oferecem aos governantes os argumentos racistas, homofóbicos, machistas, religiosos etc.- transformam medos, ressentimentos e ódios sociais silenciosos em discurso do poder e em justificativa para práticas de censura e de extermínio;

– a dimensão planetária da forma econômica neoliberal faz com que não exista um “fora” do capitalismo, uma alteridade possível, levando à ideia de “fim da história”, portanto à perda da ideia de transformação histórica e de um horizonte utópico. A crença na inexistência da alteridade é fortalecida pelas tecnologias de informação, que reduzem o espaço ao *aqui*, sem geografia e sem topologia (tudo se passa na tela plana como se fosse o mundo) e ao *agora*, sem passado e sem futuro, portanto sem história (tudo se reduz a um presente sem profundidade). Volátil e efêmera, nossa experiência desconhece qualquer sentido de continuidade e se esgota num presente vivido como instante fugaz;

– a fugacidade do presente, a ausência de laços com o passado objetivo e de esperança em um futuro emancipador suscitam o reaparecimento de um imaginário da transcendência. Assim, a figura do empresário de si mesmo é sustentada e reforçada pela chamada teologia da prosperidade, desenvolvida pelo neopentecostalismo. Mais do que isso. Os fundamentalismos religiosos e a busca da autoridade decisionista na política são os casos que melhor ilustram o mergulho na contingência bruta e a construção de um imaginário que não a enfrenta nem a compreende, mas simplesmente se esforça por contorná-la, apelando para duas formas inseparáveis de transcendência: a divina (à qual apela o fundamentalismo religioso) e a do governante (à qual apela o elogio da autoridade forte).

Diante dessa realidade, muitos afirmam que vivemos em um mundo distópico, no qual as distopias são concebidas sob a forma da catástrofe planetária e do medo. Vale a pena, entretanto, mencionar brevemente a diferença entre utopia e distopia.

A utopia é a busca de uma sociedade totalmente outra que negue todos

os aspectos da sociedade existente. É a visão do presente sob o modo da angústia, da crise, da injustiça, do mal, da corrupção e da rapina, do pauperismo e da fome, da força dos privilégios e das carências, ou seja, o presente como violência nua. Por isso mesmo, é radical, buscando a liberdade, a fraternidade, a igualdade, a justiça e a felicidade individual e coletiva graças à reconciliação entre homem e natureza, indivíduo e sociedade, sociedade e poder, cultura e humanidade. Uma utopia não é um programa de ação, mas um projeto de futuro que pode inspirar ações que assumem o risco da história, fundando-se na ação humana como potência para transformar a realidade, tornando-se imanentes à história, graças à ideia de *revolução social*.

A distopia tem um significado crítico inegável ao descrever o presente como um mundo intolerável, porém, corre o risco de transformá-lo em fantasma e rumar para o fatalismo, a imobilidade e o desalento do fim da história. A utopia também parte da constatação de um mundo intolerável, mas, em lugar de curvar-se a ele, trabalha para colocá-lo em tensão consigo mesmo para que dessa tensão surjam contradições que possam ser trabalhadas pela práxis humana. A imobilidade distópica decorre de sua estrutura fantasmática: nela, o intolerável não é o ponto de partida e sim o ponto de chegada. Ao contrário, a mobilidade utópica provém de sua energia como projeto e como práxis, como trabalho do pensamento, da imaginação e da vontade para destruir o intolerável: o intolerável é seu ponto de partida e não o de chegada.

Se a utopia é a visão do presente sob o modo da angústia, da crise, da injustiça, do mal, da corrupção e da rapina, do pauperismo e da fome, da força dos privilégios e das carências, do presente como violência intolerável, não podemos abrir mão da perspectiva utópica nas condições de nosso presente.



Aula da professora Marilena sobre o totalitarismo neoliberal, na Casa do Saber em São Paulo, em 25/03/2019.

Reconstruir o SUS: tarefa indispensável para um novo Brasil

*Pedro Tourinho
Médico Sanitarista, Professor de Saúde da Família na PUC Campinas.*

Nossa história é marcada pelo flagelo da escravidão e do racismo, por uma imensa desigualdade e por uma profunda concentração de renda e de oportunidades. O século XX viu o Brasil se transformar de uma atrasada nação rural em uma imensa potência urbana e industrial, vendo também nascer uma classe trabalhadora organizada e combativa; engajada em um projeto de mudança e de inclusão social que teria profundas consequências para todo o país. Os anos 80 do século passado foram determinantes para que conteúdos que nunca haviam sido debatidos e contemplados por políticas públicas passassem a ocupar a arena pública, constituindo uma noção ampliada de cidadania que compreendia que liberdade política e econômica necessariamente deveria caminhar lado a lado com justiça e bem-estar social. Essa discussão, embalada pelos ventos da redemocratização, produziu o texto constitucional mais progressista já aprovado na história brasileira, o qual incorporou profundas inovações ao contexto institucional e ao cotidiano de milhões de brasileiros e brasileiras. A universalidade dos direitos à saúde e à educação, o direito ao amparo econômico na velhice e no adoecimento, o compromisso com a proteção dos mais vulneráveis passaram a ser objetivos concretos, amparados na lei, construídos dia após dia num grande esforço de concertação política, econômica e institucional.

Os anos que se seguiram à aprovação da Constituição Cidadã foram anos de experimentação com as mais diversas modalidades do fazer democrático. Pouco a pouco, as formas da seguridade social brasileira foram sendo desenhadas, enfrentando a cada linha recuos e contradições, evoluindo de forma heterogênea nos municípios distribuídos pelo território nacional. A construção do Sistema Único de Saúde (SUS) se constituiu como uma das mais interessantes experiências nesse campo. Um sistema ao mesmo tempo descentralizado e organizado a partir das realidades e das

necessidades locais, tão díspares em um país continental como o Brasil e, ao mesmo tempo, com forte capacidade de coordenação e de indução de políticas a partir de diretrizes pactuadas nacionalmente e no âmbito dos estados.

Ao longo dos mais de 30 anos de história de sua implementação, o SUS nunca pôde contar com financiamento adequado e sempre contou com recursos humanos escassos e com diversos constrangimentos administrativos-gerenciais. Ainda assim, o sistema se estruturou de forma sólida, ampliando a cobertura assistencial em saúde de forma contínua, chegando em comunidades periféricas das grandes cidades e regiões do país que não contam com praticamente nenhuma infraestrutura e que não conhecem a presença perene de nenhuma outra política pública. O SUS e, em particular, a ampliação da cobertura de atenção primária à saúde estiveram diretamente associados com as conquistas civilizatórias da democracia brasileira que foram a redução drástica da mortalidade infantil e o aumento acelerado da expectativa de vida da população. Conquistas como o maior programa público de transplante de órgãos do planeta; uma política integral e inclusiva de enfrentamento à pandemia do HIV/AIDS e um dos maiores programas nacionais de imunização do mundo são provas da capacidade para a produção de serviços de excelência do SUS. Uma ampla parcela da sociedade, no entanto, ainda desconhece a magnitude do SUS, não compreendendo que o sistema opera oferecendo proteção e cuidado para todos os estratos sociais por meio de serviços individuais e coletivos de vigilância, como a vigilância epidemiológica e sanitária e as diversas formas de assistência, como é o caso dos serviços de urgência, os quais, em quase sua totalidade, são realizados pelo SUS.

Considerado internacionalmente como modelo, o SUS não é um projeto defendido pela totalidade da sociedade brasileira. Desde o seu nascimento, o SUS sofre os efeitos de um sistemática oposição à sua consolidação. A concepção da saúde como direito social, com acesso universal e com cuidado integral sempre foram objeto de forte discordância para setores que compreendem a saúde como um bem trivial, passível de ser adquirido de forma diferenciada entre distintos estratos sociais conforme a capacidade de compra. Para tais setores, o papel de um sistema público seria o de oferecer uma plataforma básica, limitada e restrita, permitindo ao mercado oferecer coberturas e acesso mais amplos e abrangentes conforme a

capacidade de compra dos diferentes cidadãos. Um eficiente sistema universal e integral se colocaria como um concorrente direto para esse setor, comprometendo lucros e perspectivas de ganhos futuros. A ação política desses setores sempre resultou em fortes constrangimentos à implementação do sistema; cobraram um preço alto e ainda são inúmeras as deficiências da assistência pública à saúde no país. Com o advento do golpe de 2016, esses setores ganharam importante espaço na agenda nacional, passando a comandar o Ministério da Saúde e passando a avançar uma agenda que busca abertamente mudar o caráter da assistência à saúde no país.

A emenda constitucional 95, aprovada em 2016 logo após o golpe, estabelece um teto para os gastos sociais no país por um período 20 anos e inaugura um novo momento para as políticas sociais no Brasil, caracterizado pela reversão de uma tendência de mais de 20 anos de expansão e pelo estabelecimento de um horizonte de cortes, de encolhimento e de queda em coberturas e proteções. Desde a aprovação dessa emenda, o SUS já deixou de arrecadar, quando comparado aos mecanismos anteriores de financiamento do sistema, mais de 30 bilhões de reais. Isso equivale a cerca de 30 vezes o orçamento anual do SAMU, reconhecido serviço de atendimento móvel de urgência. Outras iniciativas, como o fomento pelo Ministério da Saúde do debate sobre a constituição de planos populares de saúde, com preços mais baixos e com coberturas mais limitadas se somaram à EC 95 na constituição de um projeto para o setor saúde que compreende o SUS como um braço periférico e complementar a um sistema predominantemente privado. Entre 2016 e 2021, essa agenda avançou, ao mesmo tempo em que os serviços públicos de saúde começaram a vivenciar processos acelerados de degradação das suas condições de funcionamento.

A pandemia de COVID 19 chega ao Brasil em 2020 em um momento de acelerada desorganização do sistema público de saúde. Essa desestruturação se revela rapidamente na incapacidade para a formulação de uma estratégia unificada para conter a chegada do vírus ao país; para retardar sua disseminação pelo território e para preparar e equipar profissionais e serviços para lidar com os impactos da nova doença. Esse fracasso, agravado pelo negacionismo e pela ação premeditada e coordenada do núcleo central do governo federal, que visava facilitar e acelerar a transmissão do vírus da COVID19,

produziram um resultado catastrófico para o país, com centenas de milhares de mortes potencialmente evitáveis, conforme revelaram vários estudos.

Em meio ao caos e ao sofrimento generalizados, o SUS, a despeito dos boicotes promovidos pelo governo federal, cumpriu importante papel na garantia à assistência à saúde da população e foi gradativamente sendo reconhecido como principal instrumento de proteção para a vida para o povo. A campanha de vacinação contra a COVID19, mais um aspecto do combate à pandemia enfraquecido pela ação do governo federal, contribuiu fortemente para que o SUS passasse a ter seu valor reconhecido por segmentos cada vez mais amplos da sociedade. Nunca o papel e a importância do SUS foram tão evidentes para a população.

Em paralelo a essa grave crise sanitária, o país vivencia também uma severa crise política. O projeto que assume o governo a partir de 2016 e que ganha força com a vitória eleitoral de 2018, explicitamente um projeto de desconstrução do legado da Constituição de 1988, produziu grave desarranjo no tecido social brasileiro, produzindo o aumento da fome, do desemprego e da vulnerabilidade social em uma velocidade sem precedentes. O recrudescimento das condições de vida cotidianas, associado ao caráter golpista, autoritário e violento do discurso e da ação do presidente da república trazem para a cena a perspectiva de encurtamento do ciclo político conservador, criando condições para a rearticulação do campo político popular. Essas condições se fortalecem ainda mais com a restituição dos direitos políticos do ex-presidente Lula. O precoce naufrágio do golpe ultraliberal no Brasil parece cada vez mais provável.

Em que pese o alto grau de incerteza que marca todo o processo político que o país enfrenta, essa profunda mudança nas condições estabelece um desafio singular para o futuro de todo o campo que defende a democracia no país. Um novo ciclo democrático no Brasil não pode se resumir à tarefa de devolver ao universo político condições para o seu funcionamento habitual, sob pena de ter vida curta e de ser novamente destituído quando as condições políticas mudarem. A reconstrução das políticas públicas, a retomada do emprego e do trabalho e a constituição de novos patamares básicos de cidadania será fundamental para a construção de um novo consenso político que atualize o desgastado consenso de 1988 e deixe, no passado, a tragédia bolsonarista e sua agenda.

O SUS terá, nesse processo, papel importantíssimo, gozando de legitimidade social sem precedentes para, mais uma vez, se colocar na vanguarda do processo civilizatório brasileiro. Cabe a todos os protagonistas dessa renhida luta de resistência não desperdiçarem a oportunidade, garantindo condições adequadas de financiamento para o sistema, avançado no campo administrativo para a constituição de condições para o trabalho digno em saúde e, dessa forma, viabilizando mais um ciclo virtuoso de avanço na defesa do direito à vida no Brasil.


www.lbs.adv.br

Encontros LBS

Convidamos você para o bate-papo
**A importância do trabalho da área de saúde
e do SUS em tempos de pandemia**
Terça-feira, 07/04, às 16 horas



PEDRO TOURINHO
Médico e vereador em Campinas (PT-SP)
Mediação de Eduardo Surian

Forasteiras da humanidade



A mulher negra e seu status: o sujeito do outro, do outro

*Amanda Silva de Moraes
Psicóloga pela Universidade de Brasília desde 2017.*

Participar do 7º Encontro LBS *A mulher negra e seu status: o sujeito do outro, do outro*, ocorrido no dia 26 de julho de 2021, em decorrência do dia 25 de julho, dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha foi um convite inesperado. Porém, muito carregado de alegria desde o início por ter chegado a partir de uma indicação da poderosa Uila Cardoso, pela qual tenho uma imensa gratidão em ser colega de profissão. Com ele, me reencontrei com Sandriele Fernandes, que querida! Realmente estamos fazendo grandes transformações em nossa jornada, cada passo é um passo. “Muita gente pequena em muitos lugares pequenos fazendo coisas pequenas mudarão a face da Terra”, já dizia um provérbio africano. É incrível ver o quanto crescemos desde o Ensino Médio; o que foi continuando com a gente, bem como o que foi e vai se modificando... Quando percebo que ainda estamos no começo, abro um largo sorriso entusiasmado pelo que ainda vem por aí!

Mesmo que tenhamos muito, muito trabalho e transformação pela frente, pessoas como a Sarah Coly existem. Mulheres negras potentes em cargos relevantes dentro de diversas organizações, realmente, tensionando as estruturas e colocando em pauta questões que necessitam ser dialogadas e questionadas em nosso dia a dia. Mesmo que ainda tenhamos um longo caminho pela frente, precisamos começar. A mudança não vem de uma hora para outra, e o único caminho que nos vai colocar mais perto dela é darmos o primeiro passo e fazermos o que está ao nosso alcance.

É um desafio implementar e manter projetos como o Cuidadania. Tomar consciência das desigualdades sociais e entender qual o lugar de cada pessoa nesse quebra-cabeça é o ponto de partida que precisamos desenvolver para transformar nossa realidade. Não é pouca coisa estar à disposição disso. Por isso, saliento a grandiosidade dos grupos de discussões que vocês possuem na LBS Advogados. Em primeiro lugar, por ser esse espaço de debate - muitas vezes, espaços com essa conotação vão se perdendo ao longo da nossa trajetória; em segundo lugar, porque são espaços que acabam sendo um local

de suporte e de acolhimento entre vocês, principalmente no caso de pessoas que compõem grupos que são considerados minorias sociais.

Acredito muito que o nosso caminho para minimizar os preconceitos que estruturam nossa sociedade e conseguirmos viver em um estado de bem-viver está em nos colocarmos de uma forma comunitária. Meu grande palpite se baseia naquela velha frase de Lavoisier (1789): “Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. Não precisamos de novas teorias sociais ou de novos jeitos de pensar a sociedade com as imensas riquezas de como viver em sociedade de povos tradicionais, ainda mais em nosso país! Acredito que nosso futuro está em olharmos para esse passado. Retomar os conhecimentos milenares que povos indígenas e povos africanos possuem sobre suas maneiras de viver baseadas em ações sustentáveis, empáticas e coletivas. Realizar esse resgate do que esquecemos em decorrência da colonização e do apagamento histórico que enfrentamos, transpondo para os dias de hoje com suas devidas licenças poéticas (Krenak, A. 2020).

Alcançar um bem-viver a partir de nossa comunidade significa nos conectar com nossa comunidade local e com as pessoas que estão à nossa volta nos diversos sistemas em que estamos presentes. *Ok, acho que entendi..., mas explica melhor a diferença entre um e outro?* Em primeiro lugar, prestar atenção nas pessoas e nas questões que se apresentam em nossos bairros, prédios, quadras, ruas, dentre outros lugares e, em segundo lugar, nos conectar com aqueles que vivem em nossos contextos familiares, profissionais, amizades e outros, com suas dificuldades, suas necessidades e nos relacionar com todas essas pessoas, considerando que elas partem de um lugar de humanidade, assim como cada um de nós.

Enxergarmo-nos e enxergarmos as outras pessoas como seres humanos - não a partir das expectativas que temos para os comportamentos das outras pessoas; nem a partir das projeções que imputamos a elas - é uma grande virada de perspectiva para nosso bem-viver. Por ser psicóloga, me interessei em compor equipes e lugares em que enxergo potência para exercitarmos essa virada. Percebi essa potência desde o primeiro momento em que me deparei com o projeto da comunidade Firminas - Academia de Liderança de Mulheres Negras - desenvolvido pelo Instituto Anga. Discutir sobre essa experiência durante o 7º Encontro LBS se fez importante para pensar como espaços de segurança vão se desenvolvendo, pois, muitas vezes, são construídos com grupos de discussão como o de vocês.

Participar de um debate em decorrência do Dia da Mulher Negra

Latino-Americana Caribenha foi uma doce conquista por estar traçando uma trajetória em comunicar cada vez mais sobre psicologia e minhas atuações profissionais. Com essa participação, me conectei com o quanto a beleza está no simples, perspectiva que vem me aparecendo em várias trocas interpessoais. Encher-nos com a animação das pequenas conquistas, porque nossos dias são banhados por elas, nos faz conectar com cada pequeno passo que gera nossas grandes decisões ou conquistas. Repentinamente estava ali: um convite que espalhei para mais pessoas sobre o que estou realizando profissionalmente; em que compartilhei questionamentos, pontos de vista e reflexões que me são muito caras.

Viver um começo de carreira na sociedade capitalista, em que vivemos hoje em dia, muitas vezes, nos faz nos colocar em uma pressão psíquica em que acreditamos que o que estamos fazendo não está sendo suficiente, pois deveríamos estar, desde o princípio, compondo grandes corporações, em grandes projetos ou em equipes de impacto mundial. Entretanto, impacto ocorre em todo e em qualquer lugar, por toda e qualquer pessoa. Muito provavelmente estamos fazendo grandes ações que ainda nem sabemos a dimensão que elas terão na nossa e na trajetória de outras pessoas. Mesmo que esteja falando a partir de meu lugar social e da minha profissão, quando penso em vocês, que compõem um escritório de advocacia, sua atuação por si só tem um grande impacto do início ao fim.

Foi revigorante estar ao lado de Maíra Brito e Anatalina Lourenço! Acredito que a gravação do debate esteja disponível a vocês e, mesmo que a minha palavra seja *um pouco* tendenciosa, convido com os olhos brilhando de emoção que todes deem uma olhada na conversa que tivemos. Dialogamos de uma forma certa e didática sobre pontos extremamente urgentes em nossa realidade brasileira.

Maíra, que exemplo de comunicação! Sem rodeios e no melhor estilo papo reto, trouxe questões de suma importância sobre qual deve ser nossa postura a partir de nosso lugar de fala, seja de pessoas indígenas, negras, brancas, asiáticas; para pensarmos nossa intersecção entre raça, classe, deficiências, identidade de gênero, orientação sexual. A partir desses questionamentos, dialoguei sobre aquilombamento, no sentido da potência de estarmos em espaços em que nos sentimos pertencentes e acolhidos; sobre processo de reconhecer-se como pessoa negra e os efeitos do racismo em nossa subjetividade. Por fim, Anatalina compartilhou grandes pílulas de sabedorias a partir de suas experiências de quem está *no front* da luta no combate às desigualdades há muito tempo. Precisamos parar; escutar com extrema atenção;

anotar e retomar diversas vezes.

Desejo que essas palavras e que nosso debate impulsionem a potência de vida de cada um e de cada uma de vocês! Agradeço imensamente pelo convite. Que esse diálogo chegue bem a vocês. Espero que tenha sido um lugar provocador, de abraçar a coragem que está dentro de vocês para gerar as mudanças de que necessitamos. Sigo lado a lado com vocês nesse caminho de transformação. Estou à disposição se quiserem continuar a bater esse e outros papos pela minha página @ amandanalisa.

REFERÊNCIAS

KRENAK, A. (2020). *O amanhã não está à venda*. Companhia das letras.

LAVOISIER, A. (1793). *Traité élémentaire de Chimie*, 1. Chez Cuchet, Libraire.

7º ENCONTRO LBS – ANO II

CONVIDAMOS VOCÊ PARA O BATE-PAPO

**A mulher negra e seu status:
o sujeito do outro, do outro**

Anaelina Lourenço
Coordenadora de Gestão Educacional e de
Tecnologia da Faculdade de Educação da
UFPA

Alanaide de Moraes
Professora de História da UFPA e de História da
Educação da UFPA e de História da
Educação da UFPA

Marta de Deus Brito
Professora de História da UFPA e de História da
Educação da UFPA e de História da
Educação da UFPA

Mediação ativa: Sarah e Sandrielle

Segunda-feira, 26 de julho, às 16 horas, pelo Zoom

LBS
LÍNGUA BRASILEIRA
www.lbs.edu.br

Ninguém dessa lista morreu só uma vez

Gabriela de Almeida Pereira

Jornalista e mestranda em Direitos Humanos e Cidadania na Universidade de Brasília.

Atingida por quatro tiros na cabeça, a vereadora carioca Marielle Franco foi brutalmente assassinada em 14 de março de 2018 em uma emboscada ainda sem solução. Imediatamente após a sua morte física, tentaram lhe tirar a memória e a honra com uma série de publicações falsas criadas com o intuito de diminuir a comoção pública pelo seu assassinato. Os conteúdos criados com ataques diretos à sua moral até hoje afetam seus familiares, que seguem recebendo uma série de agressões verbais e até físicas, as quais têm como base argumentos falsos minuciosamente construídos no decorrer dos últimos três anos.

A narrativa mentirosa criada sobre Marielle Franco que ainda percorre as redes sociais repetidamente afirma que ela não era “santa” e, portanto, não era digna de toda a atenção que estava tendo por parte da sociedade, porque “cavou a própria cova” e “teve o que mereceu”. Por ser uma ativista feminista negra, defensora de direitos humanos, houve quem defendesse que Marielle “foi morta pelos bandidos que defendia” e que, por isso, “provou do próprio veneno” - usando aqui alguns dos termos retirados de mensagens reais direcionadas a ela.

A desumanização que ocorreu com Marielle Franco não é nova e também não estacionou no ano de sua morte. Em junho de 2018, Marcos Vinícius da Silva, de 14 anos, foi morto usando seu uniforme escolar durante uma operação da Polícia Civil no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. Em abril de 2019, o músico Evaldo Rosa dos Santos teve o carro fuzilado durante uma operação do Exército, em Guadalupe, no Rio de Janeiro. Dos 257 tiros de fuzil e pistola disparados contra o carro da família de Evaldo, nove atingiram o músico. Em maio de 2020, o menino João Pedro, de 14 anos, foi morto dentro de casa durante uma operação policial no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro.

Todas essas pessoas são negras. Ninguém dessa lista morreu só uma vez. Todas foram duas vezes vítimas: primeiro da violência do Estado; e, no momento seguinte, de uma violência simbólica igualmente grave. Marielle, Marcos Vinicius, Evaldo e João Pedro foram alvos de *fake news* que viralizaram assim que os casos ganharam dimensão nacional. A estratégia foi semelhante em todos os casos: fotos

enganosas, de pessoas parecidas ou de imagens manipuladas, foram utilizadas para criminalizar as vítimas como forma de justificar a violência e de diminuir a comoção pelos assassinatos.

Um caso mais recente, de uma pessoa que teve sua reputação ferida em vida, também remete ao mesmo tipo de situação. Adriana Santana de Araújo, mãe de Marlon Araújo - um dos mortos de uma operação policial que aconteceu em Jacarezinho em maio deste ano - foi apontada como protagonista de um vídeo em que uma mulher aparece dançando com um fuzil na mão. O vídeo teve ampla circulação e Adriana recebeu uma série de ameaças¹, passando a tomar quatro remédios controlados por dia para lidar com o impacto psicológico das agressões verbais.

São mães e pais, viúvas, filhos e pessoas próximas às vítimas que mal puderam processar o luto, pois precisaram lutar pela memória do parente perdido ou até mesmo da própria, como no caso de Adriana. E, cabe lembrar, a verdade dificilmente percorre o mesmo caminho da mentira e não tem a mesma velocidade: as mentiras circulam seis vezes mais rápido², segundo pesquisa do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês).

Discurso de ódio e desinformação caminham lado a lado e se retroalimentam. A desinformação usa narrativas que confundem e ajudam a reforçar crenças e preconceitos, sendo que muitas delas são construídas a partir de discursos odiosos que tentam justificar a morte e a brutalidade do assassinato de pessoas pobres e negras, na maioria das vezes criminalizando a vítima, como se, ao desacreditá-las, isso justificasse seus assassinatos. “Fake news são tiros dirigidos para alvos (...) São tiros de ficção, mas não são tiros de festim, pois visam a efeitos de real e fazem parte inseparável de uma cultura da violência, em um mundo arquitetado com armas e balas”, afirmou o músico e professor José Miguel Wisnik, citando o caso de Marielle Franco.

A criação e a viralização desses boatos ganham impulso por reforçar outras tantas mentiras que durante séculos foram construídas sobre a população negra para normalizar práticas racistas. Pesquisadora da Universidade da Pensilvânia, Kimberly Grambo explica que

1 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/20/mae-de-morto-em-acao-no-jacarezinho-entra-com-processo-por-video-de-mulher-com-fuzil-atribuido-a-ela.ghtml>

2 <https://super.abril.com.br/comportamento/noticias-falsas-se-espalham-6-vezes-mais-rapido-que-as-verdadeiras/>

“notícias falsas que retratam de forma negativa um grupo étnico, racial ou religioso têm o poder de imputar uma ‘criminalidade terrível’, desumanizando os indivíduos desses grupos”. O filósofo David Livingstone Smith argumenta que, quando as pessoas se referem umas às outras como subumanos, não há uma tentativa de qualquer construção metafórica, mas, literalmente, elas vêem certas pessoas como outras espécies tentando se passar por humanos. A desumanização seria, portanto, uma “resposta psicológica às forças políticas”, enraizada em nossa propensão para o pensamento hierárquico.

A pesquisadora Susan Benesch chama de discurso perigoso toda forma de expressão - seja texto, vídeo ou imagens - que possa aumentar a intolerância e a possibilidade de que pessoas participem de atos de violência contra membros de outros grupos sociais. Fundadora do *Dangerous Speech Project*³, Susan observa que a desumanização - uma forma de se referir aos alvos dos xingamentos e das ameaças como “insetos, animais desprezados, bactérias ou até câncer” - ocorre porque essa ação pode fazer a violência parecer aceitável. “Se as pessoas parecem baratas ou micróbios, não há problema se livrar delas”, observa a especialista.

Marielle está sendo alvo de conteúdos que ferem a sua honra até os dias atuais. A forma misógina e racista com a qual se referem à ex-vereadora acompanhou a evolução nas formas de comunicação nas redes sociais. Há, inclusive, figurinhas que tratam da sua morte com um deboche desprezível. O uso de imagens de pessoas negras para articular narrativas falsas contra pautas afirmativas se articula com o que vem acontecendo com Marielle.

Qual a função das plataformas digitais na distribuição desse tipo de conteúdo? Para o pesquisador Luiz Valério Trindade, as desigualdades sociais e raciais se perpetuam no Brasil e as redes sociais representam a arena contemporânea para a construção, a disseminação e o reforço de tais valores distorcidos, ou uma espécie de “pelourinho moderno”. O autor chama atenção para o fato de que corremos o risco de a sociedade perder a capacidade de se indignar perante desigualdades raciais, já que os discursos de cunho racistas se tornam amplamente difundidos, naturalizados e reforçados.

Nesse momento, é fundamental buscarmos novas formas de criarmos

³ <https://dangerousspeech.org/about-dangerous-speech/>

contranarrativas e formas de responsabilizar os grupos responsáveis por tais práticas para que a população negra não ocupe mais um espaço de racismo e de criminalização. Como disse Sueli Carneiro em entrevista recente ao jornal *O Globo*, “a violência racial que sofremos nos impulsiona a sermos agentes civilizatórios do Brasil, na medida em que incansavelmente advogamos por valores e princípios radicalmente democráticos que possam, não apenas nos libertar da opressão racial, mas também redimir e reconciliar esse país com a sua própria história.”

REFERÊNCIAS

Artigo: “José Miguel Wisnik: “Fake news implodem ostensivamente o princípio da responsabilidade”. <http://www.edgardigital.ufba.br/?p=17154>

Artigo “Sueli Carneiro: ‘A violência racial nos impulsiona a sermos agentes civilizatórios do Brasil’” - <https://oglobo.globo.com/cultura/sueli-carneiro-violencia-racial-nos-impulsiona-sermos-agentesQAcivilizatorios-do-brasil-25174773>

Artigo “As Fake News como instrumento de naturalização da morte de pessoas negras envolvendo agentes do Estado: caso Marielle Franco da relações-públicas Caroline Santos”: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/200471>

Artigo “Mídias sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil”, de Luiz Valério P. Trindade: <https://www.literarua.com.br/livro/olhares-afrodiasporicos>

Inquérito apresentado por Djamila Ribeiro direcionado ao Twitter: <https://www.folhape.com.br/noticias/djamila-vai-ao-ministerio-publico-questionar-lucro-do-twitter-em/150375/>

BENJAMINI, Ruha. Retomando nosso fôlego: estudos de Ciência e Tecnologia, Teoria Racial Crítica e a imaginação carcerária. In SILVA, Tarcízio (org). *Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: olhares afrodiapóricos*. LiteraRua: São Paulo, 2020.

TRINDADE, Luiz Valério P. Mídias Sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil. In SILVA, Tarcízio (org). *Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: olhares afrodiapóricos*. LiteraRua: São Paulo, 2020.

SMITH, David Livingstone. *On Inhumanity: Dehumanization and How to Resist It*. Oxford: OUP, 2020.

Discurso perigoso - <https://dangerousspeech.org/>

Artigo “Lies spread faster than the truth” - <https://www.science.org/doi/full/10.1126/science.aap9559>

Artigo “Fake News and Racial, Ethnic, and Religious Minorities: A Precarious Quest for Truth”, de Kimberly Grambo - <https://scholarship.law.upenn.edu/jcl/vol21/iss5/4/>

2º ENCONTRO LBS – ANO II

CONVIDAMOS VOCÊ PARA O BATE-PAPO

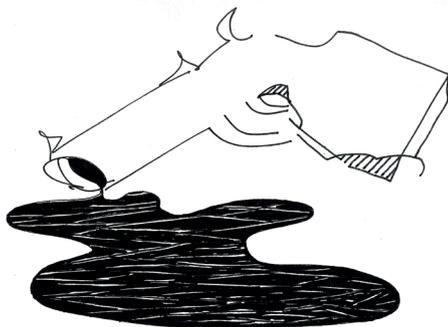
Marielle vive! Lutas e desafios três anos após seu assassinato no cenário de fake news

Gabriela de Almeida Pereira
Jornalista Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade de Brasília e membro do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UNB, com pesquisa sobre desinformação, racismo, gênero, tecnologia e violência. Aludimento e Análise de Comunicação da ONU Mulheres.

Mediação ativa:
Grupo LBS Antirracista

Quinta-feira, 18 de março, às 16 horas

IBS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS SOCIAIS
www.ibs.edu.br



Maio de mortes

Maíra de Deus Brito

Jornalista, mestra e doutoranda em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília. Autora do livro "Não. Ele não está". Professora de Direitos Humanos e Gênero e Raça no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Integrante do Maré - Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro e do projeto Lélia Gonzalez Vive.

Apesar de estar no papel, a premissa de que somos todos iguais perante a lei nunca foi seguida à risca. Desde que Brasil é Brasil, há uma parte da população que nunca foi considerada humana ou foi colocada como cidadãos de segunda classe - sendo assim, descartáveis. Por ser classificada como irrelevante e substituível, a população negra lidera trágicas estatísticas que insistem em permanecer.

E nem mesmo a pandemia causada pelo novo coronavírus (e o isolamento que impôs) foi suficiente para mudar o cenário genocida que o sistema de segurança pública estabelece no país.

Três dias antes de uma das datas mais importantes e simbólicas, o Dia das Mães, várias mulheres choraram a morte trágica dos seus filhos diante do episódio, que já está marcado como a operação policial mais letal da história do Rio de Janeiro¹: a Chacina do Jacarezinho.

¹ O GLOBO. *Mortes no Jacarezinho*: Com 28 mortos, operação policial na comunidade da Zona Norte é a mais letal da História do Rio. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/mortes-no-jacarezinho-com-28-mortos-operacao-policial-na-comunidade-da-zona-norte-a-mais-letal-da-historia-do-rio-25006044>>. Acesso em 18 ago. 2021.

No dia 6 de maio de 2021, uma operação da Polícia Civil no Jacarezinho, comunidade localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro (RJ), deixou ao menos 28 mortos e um cenário de guerra. Poças de sangue, cápsulas de balas no chão e depoimentos chocantes dos moradores comprovam a violência da operação que violou a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 635. Conhecida como ADPF das Favelas², a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determina a suspensão de operações policiais nas favelas e nas periferias do Estado do Rio de Janeiro durante a pandemia.

Também foi em outros maiois que dois movimentos extremamente importantes nasceram. Em 2006, como reação às mortes de 564 pessoas no Estado de São Paulo - a maior parte delas efetuadas por agentes do Estado -, surgiu as Mães de Maio. Quinze anos depois do massacre, as mães das vítimas (a maioria jovens, negros e periféricos) seguem lutando por justiça e por memória e pelo fim da impunidade.

A luta das Mães de Manguinhos é a mesma. Formado por mães da comunidade carioca homônima, o grupo participa de eventos diversos; protagoniza documentários e, o mais importante: vai às ruas para defender a vida da juventude negra periférica. Seja no Rio de Janeiro, em São Paulo ou em qualquer outra cidade brasileira, o genocídio da população negra está em curso e esse cenário desolador tem como principal frente o extermínio da juventude negra.

É ensurdecedor o silêncio da sociedade e da mídia brasileira diante do horror que nós, negras e negros, vivemos. No momento em que o presente texto nasce, faltam poucos dias para que o desaparecimento de Lucas Matheus, Alexandre da Silva e Fernando Henrique complete oito meses. As três crianças desapareceram no dia 27 de dezembro de 2020 e muito pouco foi dito pela imprensa, pelos políticos e pela polícia. Em meio à angústia dos familiares, vemos falhas na investigação e nenhuma pista concreta até agora. Em agosto de 2021, o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) denunciou o caso no Comitê contra o Desaparecimento Forçado da Organização das Nações Unidas (ONU)³. Apesar dessa ação ser importante, a apreensão e as incertezas continuam.

Nos primeiros dias de maio de 2021, o Brasil conheceu a história

2 Disponível em: <<https://www.adpfdasfavelas.org/>>.

3 G1. *Desaparecimento de meninos em Belford Roxo é denunciado à ONU*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/09/desaparecimento-de-meninos-em-belford-roxo-e-denunciado-a-onu.ghtml>>. Acesso em 18 ago. 2021.

de Bruno Barros e Yan Barros. Em 26 de abril, tio e sobrinho foram mortos por furtarem pedaços de carne em um supermercado em Salvador. No dia 6 de maio, os seguranças, suspeitos de terem entregado Bruno e Yan a traficantes da região, foram afastados de suas funções - momento em que o caso ganhou as manchetes de jornal⁴.

Na mesma cidade onde pedaços de carne valem mais do que a vida de dois homens negros, uma mulher branca desceu de um carro de luxo e furtou um queijo sem ser incomodada, afinal, não era desejável criar um “constrangimento”⁵.

Não muito longe dali, mais precisamente em Recife, Mirtes Renata Santana de Souza viveu seu primeiro Dia das Mães sem seu único filho Miguel Otávio de Santana, que morreu em 2 de junho de 2020 depois de cair no 9º andar de um prédio de luxo na capital pernambucana. A tragédia aconteceu durante a pandemia e após a então patroa de Mirtes, Sarí Corte Real, permitir que a criança entrasse sozinha no elevador⁶.

Um ano depois da morte de Miguel, Mirtes se matriculou em um curso de Direito; tornou-se referência na luta por direitos humanos e aguarda a condenação da ex-patroa por abandono de incapaz. O maio de Mirtes foi de luto e de luta.

Esses são alguns breves exemplos das tragédias diárias protagonizadas pela população negra brasileira. Inúmeras violências físicas e simbólicas, mortes, desaparecimentos forçados, dores e ausências que continuam protagonizadas pela nossa gente.

Várias intelectuais negras versaram sobre essa ferida histórica. A antropóloga e professora Lélia Gonzalez foi uma delas. Já na década de 1970, ela mergulhava na temática em textos como “A juventude negra brasileira”, “Mulher negra: um retrato” e “O terror nosso de cada

4 G1. *DPE pede reparação de R\$ 200 milhões em ação contra rede de supermercados por assassinatos de tio e sobrinho na Bahia*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/08/02/dpe-protocola-acao-civil-contra-rede-de-supermercados-por-assassinatos-de-tio-e-sobrinho-mortos-apos-furto-de-carne-na-ba.ghtml>>. Acesso em 18 ago. 2021.

5 PONTE. *Jovem torturado e morto por suposto furto de carne na BA sonhava em ser YouTuber para comprar casa para mãe*. Disponível em: <<https://ponte.org/jovem-morto-e-torturado-por-suposto-furto-de-carne-na-ba-sonhava-em-ser-youtuber-para-comprar-casa-para-mae/>>. Acesso em 18 ago. 2021.

6 G1. *Caso Miguel: um ano após morte, mãe mantém casa intacta e diz que queria acordar e ver o filho ao lado da cama*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/06/02/caso-miguel-um-ano-apos-morte-mae-mantem-casa-intacta-queria-que-fosse-um-pesadelo-que-eu-acordasse-e-visse-o-meu-filho-diz.ghtml>>. Acesso em 19 ago. 2021.

dia”. Nesses escritos, Lélia alertava não apenas a violência em torno da população e da juventude negra, mas também os impactos nos familiares que ficam.

Foi com Lélia que conhecemos Marli Pereira Soares, a Marli Coragem. Mulher negra e periférica, Marli testemunhou a morte do irmão, Paulo Pereira Soares, pela Polícia Militar em plena Ditadura Militar (1979). Ela sofreu represálias; precisou se proteger para se manter viva e, em 1980, viu os responsáveis pela morte do irmão serem presos. Anos depois, seu filho também foi assassinado pela polícia⁷.

Que tipo de Estado permite que algumas pessoas morram e que outras possam viver? Que Estado é esse que vê, ano após ano, os números de homicídios de pessoas negras aumentarem e aqueles referentes a pessoas não negras, diminuir? Que Estado é esse que insiste na manutenção do racismo estrutural e estruturante em todo seu sistema de justiça? São inúmeras perguntas. São cansativos silêncios de convivência.

Aprendo muita coisa com o movimento de mães e de familiares de vítimas da violência policial. Dentre os diversos aprendizados, destaco o lema: “*Sem justiça não há paz*”.

Não há escolha: seguimos lutando.

7º ENCONTRO LBS – ANO II

CONVIDAMOS VOCÊ PARA O BATE-PAPO
**A mulher negra e seu status:
o sujeito do outro, do outro**

Anatalina Lourenço
Advogada, professora de Direito Constitucional,
Direito Processual Civil, Direito de Família,
Direito do Consumidor e Direito Penal.

Amanda de Moraes
Advogada, professora de Direito Constitucional,
Direito Processual Civil, Direito de Família,
Direito do Consumidor e Direito Penal.

Mãe de Deus Brito
Advogada, professora de Direito Constitucional,
Direito Processual Civil, Direito de Família,
Direito do Consumidor e Direito Penal.

Mediação ativa: Sarah e Sandrielle

Segunda-feira, 26 de julho, às 16 horas, pelo Zoom

LBS
www.lbs.adv.br

7 Gonzalez, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização: Flavia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.



Do quarto de despejo à sala de visitas na pandemia: agência e resistência da categoria doméstica na campanha por direitos #CuidaDeQuemTeCuida¹

*Raquel Santana
Advogada trabalhista e Mestra em Direito, Estado e Constituição pela FD/UnB.*

As trabalhadoras domésticas, em que se incluem as cuidadoras remuneradas como espécie jurídica, substancialmente composta por mulheres negras e periféricas, compõem uma das categorias mais expressivas e organizadas de trabalhadores e de trabalhadoras no Brasil. É histórica e constante a luta da categoria pelo rompimento com o imaginário escravocrata que se entremeia nas relações contratuais com elas estabelecidas.

¹ Este artigo apresenta algumas das reflexões preliminares constantes em outra análise, intitulada “#CuidaDeQuemTeCuida: a campanha por direitos da categoria doméstica na pandemia, a partir do *pretuguês* de Carolina Maria de Jesus”, ainda no prelo.

No plano jurídico, esse rompimento se materializaria na Lei Complementar nº 150/2015, que rege o contrato de trabalho doméstico e que, diga-se de passagem, somente entrou em vigor anos depois de muita resistência política das trabalhadoras domésticas pelo reconhecimento de sua cidadania justrabalhista. No entanto, a lei em questão é pouco efetiva e essas trabalhadoras estão longe de acessar uma cidadania irrestrita: as várias espécies jurídicas do trabalho doméstico são desconsideradas; as diaristas não acessam o rol protetivo legislativo; a informalidade e, portanto, a sonegação de direitos à categoria doméstica é uma característica marcante desse trabalho. Veja-se que a informalidade da categoria majoritariamente composta de mulheres negras é um indicador da marginalização jurídica do trabalho doméstico no Brasil, o que espelha as mentalidades racista e patriarcal em que se funda a sociedade brasileira, cujo reflexo são a violação de direitos trabalhistas já positivados e a privação de acesso a esses direitos, por mecanismos legais excludentes, como no caso das diaristas.

A proteção jurídica conquistada pelas trabalhadoras domésticas com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 150/2015 tem sido pouco efetiva. Como consequência, o projeto estatal de manutenção dessas trabalhadoras negras no *quarto de despejo* da sociedade brasileira, como tão precisamente refletia Carolina Maria de Jesus já na década de 60², segue sendo bem-sucedido. Trata-se, ainda, de mais um dos efeitos do epistemicídio³ da luta dessas trabalhadoras que, desde a Assembleia Constituinte, organizam-se politicamente para acessar direitos trabalhistas básicos, os quais, há mais de 30 anos, já foram reconhecidos aos trabalhadores urbanos e rurais, sem excludentes legais.

No Brasil, o cenário acima evidenciado ganhou contornos ainda mais

2 *Quarto de despejo e sala de visita* são categorias analíticas interpretadas a partir da trilogia literária de Carolina Maria de Jesus – (Diário de Bitita (1977), Quarto de despejo (1960) e Casa de Alvenaria (1961) – e utilizadas para se pensar, respectivamente, na marginalização social das mulheres negras e nas instituições jurídicas e suas produções normativas, as quais, imersas no racismo que estrutura a sociedade brasileira, reproduzem mecanismos legais de exclusão jurídica de trabalhadoras domésticas. Trata-se de reflexão extraída da pesquisa de mestrado desta autora: SANTANA, Raquel. O trabalho de cuidado remunerado em domicílio como espécie jurídica do trabalho doméstico no Brasil: uma abordagem justrabalhista à luz da trilogia literária de Carolina Maria de Jesus. 2020. 255 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38850>

3 Epistemicídio é um fenômeno social (e jurídico), por meio do qual se nega às pessoas negras o direito ao reconhecimento de sua condição de produtores/as de conhecimento e agentes de sua própria história.

severos após a pandemia desencadeada pelo coronavírus, em fevereiro de 2020. Alguns deles são verificados a partir do grande número de demissão das trabalhadoras domésticas no primeiro trimestre de referido ano⁴, além dos diversos relatos acerca da manutenção de trabalhadoras domésticas e de cuidados em cárcere privado⁵, sob o fundamento patronal de que essas trabalhadoras poderiam ser agentes transmissoras da Covid-19 e que mantê-las em cárcere seria a única solução para a manutenção do seu emprego e da segurança da família das patroas.

Se, por um lado, a pretensão dos agentes sociais brasileiros sempre foi de manter as trabalhadoras domésticas, cada vez mais, distantes da *sala de visitas*, onde se produzem e se acessam os direitos sociais mais básicos, por outro lado, essas trabalhadoras são dotadas de inigualável resistência criativa. Conforme também nos ensina Carolina Maria de Jesus, ainda que seja árdua a batalha de encontrar um lugar para se sentar nessa *sala de visitas*⁶, as mulheres e as trabalhadoras negras sempre resistiram, buscando um lugar para nela se acomodarem.

Tal resistência se concretiza em ações afrocentradas, tendo sido criados, ao largo dos anos, instrumentos de sobrevivência às tentativas genocidas da sociedade patriarcal e racista brasileira. No cenário da pandemia, não foi diferente e isso pode ser visualizado, entre outros, por meio da organização política obreira na campanha por direitos #CuidaDeQuemTeCuida.

A campanha movida pela *hashtag* CuidaDeQuemTeCuida foi criada em maio de 2020 pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), como resposta à publicação de alguns decretos estaduais. Esses incluíram o trabalho doméstico no rol de trabalhos essenciais, a serem desempenhados nos Estados nos quais, à época, declarou-se o grau máximo de contágio devido à Covid-19 - o que os levou à adoção de medidas mais restritivas de isolamento social.

4 A PNAD Contínua, elaborada pelo IBGE, revela que, em referido período, 385 mil trabalhadoras domésticas perderam seu trabalho, estando contempladas nesse número as com vínculo de emprego e as diaristas. Desse total, 254 mil trabalhadoras sem carteira assinada perderam seu posto de trabalho e 130 mil com carteira assinada foram demitidas. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq96covidTrabalhoDomestico.pdf>

5 Nesse sentido, por exemplo, são os relatos das trabalhadoras domésticas da Bahia, compilados na seguinte reportagem: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/empregadas-sao-obrigadas-a-ficar-na-casa-dos-patroes-enquanto-a-pandemia-durar/>

6 JESUS, Carolina Maria de. *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada*. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo Ltda., 1961.

A campanha teve por objetivo mobilizar a sociedade para “fazer com que o trabalho doméstico não seja [sic] considerado essencial durante a pandemia”⁷. As trabalhadoras reivindicavam que apenas o trabalho de cuidado remunerado fosse considerado essencial. Com isso, buscava-se o direito de que as trabalhadoras responsáveis pela limpeza e pela conservação da casa pudessem se isolar, tal como diversas outras trabalhadoras/es, com a manutenção de seus salários. Afinal, em momento de tão grave crise de saúde pública, as patroas poderiam, em proteção à classe trabalhadora, cuidar de suas próprias casas e filhos. Tratava-se, assim, de reivindicação protetivo-trabalhista, mas também de mais uma tentativa de construção de novas pontes de inclusão social e jurídica para a categoria dissociada de paradigmas racistas inferiorizantes.

Tais reivindicações materializaram-se em um abaixo-assinado on-line, por meio do qual as trabalhadoras buscavam apoio social para seus pedidos e posterior direcionamento aos órgãos públicos competentes. A campanha foi organizada por mais de 3.500 trabalhadoras domésticas, que buscavam “garantir o respeito à vida e à saúde das trabalhadoras domésticas e de suas famílias durante a pandemia”⁸. Ainda, as trabalhadoras procuravam pressionar o “Ministério Público do Trabalho para que agissem [sic] em nossa defesa, fiscalizando e intervindo nos decretos estaduais que, contrariando o próprio MPT, sinalizavam o trabalho doméstico como atividade essencial durante a pandemia”⁹.

Após forte campanha dessas trabalhadoras, mediante articulações populares e institucionais, além da revogação de vários decretos estaduais nos artigos em que incluíram o trabalho doméstico no rol dos trabalhos essenciais, em julho de 2020, a Lei federal n° 13.979 (fevereiro de 2020) foi alterada, entre outras, pela Lei n° 14.023/2020 (julho de 2020), por meio da qual o governo federal passou a dispor sobre os profissionais essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública. No rol desses profissionais, foram incluídas apenas as cuidadoras remuneradas, tal como vinha sendo pleiteado pelas trabalhadoras domésticas e recomendado pela Nota

7 FENATRAD - *Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Ajude a fazer com que o trabalho doméstico não seja considerado essencial durante a pandemia. Cuida de quem te cuida.* Disponível em: <https://www.cuidadequemtecuida.bonde.org/#block-33251>. Acesso em 18/10/2020.

8 *Ibid.*

9 *Ibid.*

O ser humano e o trabalho como eixos de um mundo digno



A urgência da Economia Solidária na agenda sindical

Almir dos Santos Alves

Economista e Coordenador Executivo da Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS.

Martinho da Conceição

Educador Popular e Sindical. Foi coordenador da Secretaria Nacional de Formação (SNF) da CUT no período de 1994 - 2017.

A atual ofensiva do capital, em âmbito global e nacional, para preservar e expandir a capacidade de acumulação aponta para processos de concentração e de centralização como nunca antes visto, com a perspectiva de que micro e pequenos negócios (envolvendo pequenos e médios estabelecimentos de comércio varejista, médios e pequenos restaurantes e outros) sejam engolidos nas dinâmicas macroeconômicas. Ao mesmo tempo, nas grandes corporações, o trabalho vivo (emprego),

como tradicionalmente concebido, já vem, há um bom tempo, perdendo espaço, tanto em termos do desemprego propriamente dito, como do ponto de vista da introdução de formas precárias de contratação. Tudo isso vem formando e ampliará a já imensa massa de desvalidos pelo capital, sem qualquer perspectiva de vida. A esse cenário, somam-se o flagelo colocado pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e as suas consequências que todos nós já conhecemos.

Acrescentando cores ainda mais sombrias a esse quadro, temos a brutal pressão que o binômio *consumismo-productivismo* capitalista já exerce sobre o planeta, pondo em risco a própria possibilidade de continuidade da vida por aqui.

É bom que relembremos que o capitalismo sempre experimentou, ao longo de sua trajetória, processos de revolucionamento em sua base técnica e tecnológica, entretanto, a atual etapa traz, de forma muito vigorosa, tanto os processos de concentração, com significativos investimentos em tecnologia (principalmente digital), como também - e, em boa dose, decorrente da primeira - processos significativos de centralização, evidenciados pela presença de monstruosos conglomerados a operarem em todos os segmentos econômicos.

São esses processos, enfim, de concentração e de centralização do capital que, na verdade, estão na base de toda a desregulamentação das atuais relações de trabalho. Nesse contexto, andam, lado a lado, desemprego crescente - com determinações conjunturais e estruturais - e formas precárias de contratação, que, conjugadas, permitem ao capital elevar a exploração do trabalho e a sua lucratividade, que, muitas vezes, encontra ainda níveis mais significativos de valorização na esfera financeira, configurando verdadeiro "*rentismo parasitário*" para muitos segmentos capitalistas.

Essa lógica, naturalmente, fragiliza elos importante na cadeia de distribuição e de consumo, configurando o que, à primeira vista, poderia ser algo paradoxal: capacidade crescente de produção de mercadorias e de serviços e busca incessante de produtividade (*productivismo*), e fragilização de segmentos de mercado em sua capacidade absorvedora desses mesmos produtos e serviços (por inexistência ou insuficiência de renda). Essa contradição (apenas aparente) é resolvida pelo capital, adequando, no tempo e no espaço, a sua capacidade produtiva de determinados produtos e serviços e o

nível de renda correspondente. Mais do que isso - e talvez isto seja o principal - há que se agregar o conceito de *consumismo*, hoje, mais do que nunca, algo absolutamente intrínseco ao modo de produção capitalista. Temos aí, portanto, o binômio “*produtivismo-consumismo*” em sua mais elevada expressão. A esse *consumismo* e ao cego e louco desejo de consumir daí advindo, associam-se técnicas (ou truques?) como a chamada “obsolescência programada”, a qual nada mais é que pré-programar a “morte” da mercadoria, isto é, em seu nascedouro já lhe ditam condições para que ela “viva” o quanto menos possível; para isso, sabemos, existem várias formas, as quais, não vêm ao caso aqui, discutirmos. Em todo caso, essa é uma forma, dentre outras, bastante eficiente para garantir a eficácia do binômio “*produtivismo-consumismo*”, que tem no *consumo inconsciente* sua razão de ser.

Do ponto de vista da produção de alimentos, por exemplo, a opção por um modelo baseado no latifúndio, na monocultura e na produção de *commodities* tem resultado em um modelo que faz da utilização de venenos (no caso da agricultura, eufemisticamente, denominados por alguns como “defensivos agrícolas”), de anabolizantes e de outras drogas (no caso da pecuária, da suinocultura e da avicultura, por exemplo) o seu “*modus operandi*” principal.

Esse modelo produtivista atenta abertamente contra a vida no e do planeta, poluindo rios e mananciais; destruindo nascentes e espalhando os processos de “desertificação verde”, impactando assim o clima e precipitando fenômenos climáticos, cada vez mais, imprevisíveis e mais destruidores. Alie-se a isso a prática de formação de oligopólios, desenvolvida há anos no meio rural brasileiro, com avanço de um modelo de “*integração de negócios*”, que nada mais é que a completa subjugação da agricultura familiar e dos pequenos produtores (suinocultores, avicultores etc.) à lógica expropriadora de grandes grupos como BRF, JBS, Aurora, Piracanjuba, Parmalat etc.

No segmento extrativo, a situação não é melhor. O desenvolvimento de grandes projetos de mineração, por exemplo, tem redundado em desmatamento, em destruição de nascentes e de mananciais, em poluição de rios, em perda de territórios por povos tradicionais e originários, com a conseqüente destruição de suas culturas e de suas vivências sagradas. Em uma palavra, na supressão do universo simbólico de diferentes povos, que passam também pela ampliação dos conflitos de terra e pelo extermínio de lideranças sociais e

populares, gerando, nesses territórios, forte clima de terror, de sofrimentos físicos e psíquicos.

No campo da produção industrial, os avanços tecnológicos têm, cada vez mais, acelerado e aprofundado os processos de automação da produção. Isso, por um lado, amplia, em escala vertiginosa, o potencial produtivo das grandes corporações, fazendo-as desenvolver cada vez mais estratégias de formação de mercado consumidor. Por outro lado, as indústrias se caracterizam, cada vez mais, como desertos da força de trabalho humana, agravando os índices de desemprego e de estratificação de classes sociais. O mercado automobilístico, a produção de eletroeletrônicos e mesmo o mercado imobiliário são bons exemplos dessa realidade.

O entorno dos polos industriais e os grandes centros urbanos passam a ser campos de aglomeração de grupos sociais excluídos, dando margem para a reprodução da mendicância, da miséria e da violência. De forma individual e desorganizada, a classe trabalhadora urbana passa a buscar formas alternativas de inserção nos mercados, indo para o campo do “empreendedorismo” ou entrando no universo do mercado mundial dos aplicativos e das plataformas digitais, que tem, como principal característica, a ausência de qualquer tipo de responsabilidade trabalhista das empresas com seus “colaboradores” e a completa ausência de proteção social.

É importante citar ainda os processos de financeirização do capital, outra marca das economias capitalistas contemporâneas. Essa é uma das facetas mais alienantes da produção de bens e de riquezas no capitalismo, que se caracteriza por um “*rentismo parasitário*”, sugando as riquezas reais e transformando-as em riquezas fictícias, perenemente valorizadas por meio da cobrança de taxas de juros extorsivas. Pessoas físicas ou jurídicas, uma vez nesse circuito, perdem-se em um labirinto difícil de sair. O próprio Estado, com sua dívida mobiliária pública, torna-se também refém desse agente parasitário que lhe impõe regras, como, por exemplo, o “teto dos gastos públicos”, estrangulando assim a própria possibilidade de política pública.

Dessa forma, os inúmeros sofrimentos materiais e psíquicos imputados às populações urbanas e rurais empurram parte expressiva dos brasileiros e brasileiras para o mundo das drogas e para os braços dos mercadores da fé religiosa, organizados em “igrejas-negócios”, na sua

imensa maioria formatados segundo a lógica do “*marketing* multinível”, estruturado à base da ideologia do “empreendedorismo” e do “sucesso”, funcionando como um dos braços mais perversos da elite econômica brasileira, espalhando seus tentáculos desde o campo econômico até as estruturas políticas e as instituições de poder no Brasil.

É nesse contexto de contradições, de falências e de reinvenções do modo capitalista de produção que a Economia Solidária emerge, como abrangente resposta às possibilidades de consolidação de uma nova lógica e prática de organização da classe trabalhadora em torno do trabalho e da economia, como dimensão de um modelo de desenvolvimento constituído em bases solidárias, justas e sustentáveis.

A economia solidária é aqui entendida como um novo modo de organização da produção, da comercialização, do consumo e das finanças solidárias, pautado no compartilhamento dos meios de produção, no trabalho coletivo e autogestionário, na cooperação e na solidariedade que abrange as relações entre os povos contemporâneos e as gerações futuras, em uma relação ética e racional com os recursos naturais.

Por essa concepção e características, a economia solidária entra em confronto radical com a perspectiva capitalista do modo de vida predominante nas comunidades rurais e urbanas, questionando a noção de empreendedorismo individual e trazendo a noção da cooperação.

É importante pontuar que, na visão crítica da sociedade capitalista, diversos outros pensamentos e iniciativas têm emergido, no Brasil e no mundo, com conceitos e com práticas inovadoras, que estimulam o surgimento de novas dinâmicas econômicas locais, tentando compatibilizar questões ambientais e inclusão socioeconômica. A esse exemplo, temos as práticas e os conceitos de economia criativa, de economia de proximidade, em alguma medida também a ideia de economia circular, dentre outras.

Por seu histórico de construção participativa de diferentes segmentos (empreendimentos rurais e urbanos, movimentos sociais, meio acadêmico etc.), a Economia Solidária e suas mais diversas ramificações de experiências concretas, em territórios rurais e urbanos, conseguiu organizar um arcabouço conceitual/metodológico, um conjunto de estratégias, de instrumentos e de força política que juntos conseguem

melhor traduzir uma proposta para o campo do desenvolvimento econômico que dialoga diretamente com o projeto político de desenvolvimento sustentável na perspectiva da classe trabalhadora.

Longe de ser conflitante com a pauta histórica da luta sindical (que é o trabalho assalariado), a Economia Solidária, em seu próprio nascimento, se inscreve como a outra face dos processos de resistência da classe trabalhadora. Nasceu no fim do século XX, como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão (desemprego de longo prazo) e de precarização das relações de trabalho. Dessa forma, expandiu-se como nova forma de organização socioeconômica, baseada na cooperação ativa entre trabalhadores ou produtores autônomos e familiares, em áreas urbanas e rurais, que passam a ser chamados de empreendimentos econômicos solidários.

Tais iniciativas, organizadas sob a forma de cooperativas populares, de empresas autogestionárias, de associações de pequenos produtores, de grupos informais e de redes de cooperação estão, hoje, presentes em diversos setores produtivos e econômicos, tais como a agricultura familiar e a agroecologia, a coleta e a reciclagem de resíduos sólidos, as instituições financeiras solidárias e o comércio justo.

Todavia, com pouco acesso a políticas de fomento, a assessoramento técnico, à educação profissional e tecnológica e a financiamento/finanças solidárias, bem como enfrentando problemas legais por insuficiência de marcos regulatórios que os contemplem, os empreendimentos econômicos solidários estão imersos nas consequências da crise econômica nacional, ainda mais agravada pela pandemia de Covid-19.

Tendo perdido, ao longo dos últimos anos, espaço e orçamento como agenda pública nacional e nas políticas locais, esse conjunto expressivo de trabalhadores e de trabalhadoras autogestionários estão, hoje, entregues à própria sorte, carecendo de atenção das entidades organizativas da luta dos trabalhadores, não apenas no sentido de apoiá-los em suas necessidades mais emergentes, mas de fortalecer sua luta política, incorporando suas bandeiras e sua base nos processos de enfrentamento ao grande capital e de disputa por políticas públicas de Estado.

Mais do que um campo de demanda, a economia solidária representa um vasto campo de possibilidades de avanços concretos em novos

modelos de atividades econômicas para trabalhadores rurais e urbanos, tendo potencial produtivo que, uma vez apoiados, poderá fornecer serviços e produtos importantes da cesta básica brasileira e de outras necessidades, gerando redes de cooperação solidária que envolvam produtores e consumidores, constituindo novas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável.

A esse exemplo, citam-se as cooperativas de consumo - como experiências com grande capacidade catalisadora tanto dos processos de distribuição e de consumo, como também da articulação de experiências de finanças solidárias - serem capazes de alavancar o desenvolvimento local. Nesse sentido - mas não só -, um bom exemplo foi o Projeto “Olhar Local”, concebido pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, e desenvolvido na Zona Sul de São Paulo. O Projeto, por meio das finanças solidárias, materializado com a presença de um banco comunitário, articulou e vertebrou importantes experiências no campo da produção e do consumo sustentável, gerando desenvolvimento local. Evidentemente, essas experiências possuem suas potencialidades, mas também seus limites, que precisam ser conhecidos, debatidos e analisados como referências para outras práticas.

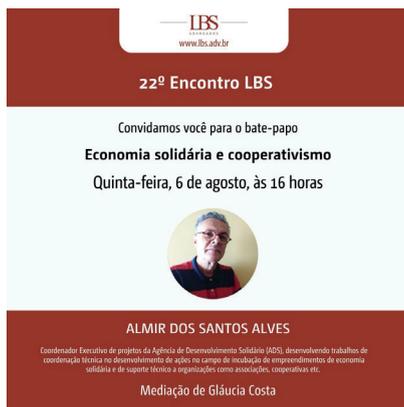
Empreendimentos organizados em Redes de Cooperação Solidária têm apresentado amplo potencial de formação de *ecossistemas* econômicos, sociais, políticos, culturais etc., a partir da articulação das chamadas finanças solidárias com experiências associativas e comunitárias de cunho produtivo e comercial. Isso já é uma realidade em vários locais deste país.

A Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), entidade fundada pela Central Única dos Trabalhadores - CUT, em 1999, para lidar com o tema da economia solidária, tem desenvolvido importante trabalho de localização, de articulação e de fortalecimento dessas Redes de Cooperação, ao mesmo tempo em que outras experiências também vêm sendo desenvolvidas em termos de cooperativismo rural e urbano, de cooperativismo social, de cooperativismo juvenil e de uma forte ação com catadores e catadoras de materiais recicláveis.

Essas iniciativas de trabalho, em sua maioria compondo um campo ideológico bastante próximo do sindicalismo classista, podem funcionar como núcleos ou como pontos de partida para consolidar e

ampliar um conjunto de ações comuns em termos de política de classe e de caráter estratégico.

Portanto, considerando a economia solidária como projeto político estratégico para a construção da contra-hegemonia da classe trabalhadora, existem inúmeras possibilidades de pontos de contato entre essa e o movimento sindical, que precisam ser clareados, debatidos e aprofundados de forma a construir e a atualizar a agenda entre o trabalho assalariado e o trabalho associado.



The poster features a dark red header with the LBS logo and website. The main text is centered on a light blue background, announcing a round-table discussion on 'Solidarity Economy and Cooperativism' on August 6th. A circular portrait of Almir dos Santos Alves is centered below the text. The bottom section has a dark red background with white text providing details about the speaker and the mediator.

LBS
www.lbs.edu.br

22º Encontro LBS

Convidamos você para o bate-papo

Economia solidária e cooperativismo

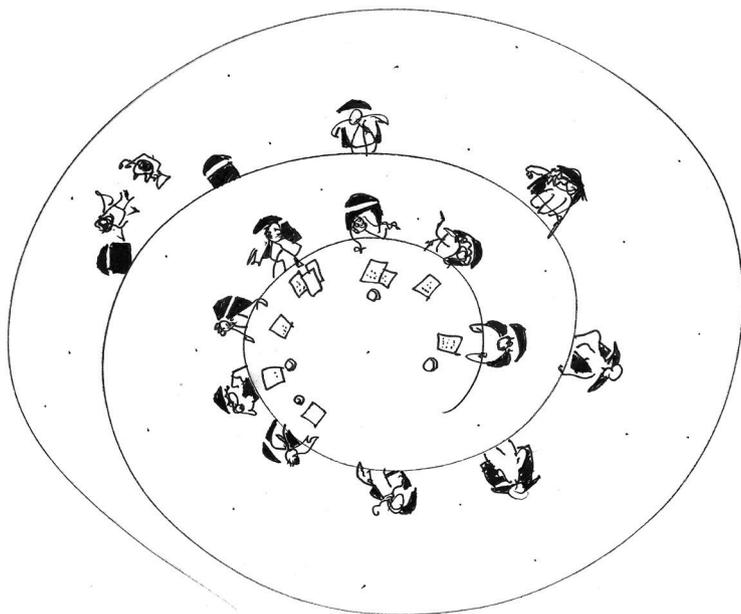
Quinta-feira, 6 de agosto, às 16 horas



ALMIR DOS SANTOS ALVES

Coordenador Executivo de projetos da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), desenvolvimento trabalhos de coordenação técnica no desenvolvimento de ações no campo de produção de empreendimentos de economia solidária e de suporte técnico a organizações como associações, cooperativas etc.

Mediação de Gláucia Costa



Novo Pacto Laboral

Christian Ingo Lenz Dunker

É Psicanalista e Professor Titular do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP. É analista membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano e Coordenador do Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise da USP. Pós-doutor pela Manchester Metropolitan University, sendo professor convidado em mais de quinze universidades internacionais. Duas vezes agraciado com o prêmio Jabuti, por “Estrutura e constituição da clínica psicanalítica” (Anablume, 2012) e “Mal estar, sofrimento e sintoma” (Boitempo, 2016).

Desde certo tempo, aprendemos que ter um trabalho tornou-se uma espécie de benefício. Uma concessão benemérita, quase uma “prenda”, de quem escolhe montar um negócio e “gerar empregos”. No fundo, cada um deveria entender que mesmo os que estão empregados devem pensar a si mesmos como dirigentes e gestores do próprio negócio. Depois da democracia racial, chegamos à democracia empresarial. Ainda na faculdade, aprendi com o grande Sigmar Malvezzi que deveríamos nos acostumar com a ideia de um mundo dominado por formas de vida que não trabalham, ou pelo menos não no sentido de um contrato formal para quem vende livremente sua

força de trabalho no mercado livremente organizado por um contexto de livre mediação jurídica e institucional. Não é que o trabalho iria acabar, mas ele mudaria de forma, com novos empregos gerados pelas novas tecnologias.

Aplicava-se, assim, a máxima freudiana de que, como nunca sabemos exatamente o que perdemos, não estamos em condições para avaliar com justeza o que ganhamos. Mas isso não significa que o progresso, como ilusão perspectiva ou indeterminação controlada, deva ser revertido em pessimismo e niilismo, pois, afinal, não saber não é o mesmo que saber que não. Autores como Stephen Pinker e Yurval Harrari têm se notabilizado por popularizar dados impressionantes sobre a melhoria da qualidade de vida, notadamente no último século. Em debate recente com o primeiro, ele chegou a questionar o crescimento da desigualdade e da inequidade de distribuição de recursos, econômicos e simbólicos como direitos humanos, quando olhamos para a redução brutal da pobreza, particularmente na China e na África.

A única objeção à teoria do ritmo expansionista, da redução de recursos e de empregos, remanesceria na devastação ambiental. Antes disso, devemos nos conformar com o argumento “socialista” de que estamos todos melhorando, e, se você não sente isso, é porque está em uma posição privilegiada e não na daqueles que estão, pela primeira vez, tendo acesso à água encanada, perdendo menos filhos para a mortalidade infantil ou morrendo devido a doenças facilmente tratáveis. Antes disso, devemos confiar nos efeitos sistêmicos do trabalho desregulamentado, precarizado, intermitente, pejetizado, empreitado ou subempreitado, ademais *home office*.

Nesse sentido, parece, cada vez mais, paradigmático o caso de um jovem recém-contratado por uma empresa de tecnologia que desenvolveu um programa capaz de fazer suas funções laborais, portanto, de substituí-lo integralmente. Ele se deixava “trabalhar” em alta performance, entregando os resultados esperados, tão somente ao deixar rodar o seu programa, sem informar obviamente que ele tinha desenvolvido tal tecnologia. Caso análogo ao narrado por uma mineradora italiana que operava, no norte de Moçambique, contratando massivamente trabalhadores locais não especializados. Depois de algum tempo, a companhia começa a enfrentar um grande absenteísmo, prejudicando a regularidade da produção. Inquerindo-se os contratados, obteve-se uma resposta surpreendentemente pré e pós-moderna: “Eu não vim trabalhar, mas isso não é motivo para me despedir, afinal mandei meu primo no meu lugar e ele é tão capaz quanto eu de fazer o serviço.”

Essa curiosa convivência entre o pré-moderno e o pós-moderno caracteriza também a situação brasileira quando se a considera sob a perspectiva de implantação do neoliberalismo. Lembramos que esse movimento teórico nascido dos escombros da Segunda Guerra Mundial, com Von Mises (1881-1973) e a sociedade de Mont Pellegrin, opunha-se tanto ao liberalismo de Keynes (1883-1946) quanto ao comunismo e suas diferentes tendências de Trotsky (1879-1940) e Stalin (1878-1953) e os anarquistas. Poucos sabem, mas o neoliberalismo não é só uma teoria econômica, mas é também uma psicologia, mais precisamente uma praxeologia como se desenvolveu no interior da Escola Austríaca e depois foi absorvida a um programa de psicologia científica. A colaboração entre Hayek (1899-1992) e Popper (1902-1994), seus desdobramentos na Escola de Chicago, com Milton Friedman (1912-2012) e Gary Becker (1930-2014) com a teoria do capital humano e da distribuição do tempo dentro da família, injetam, sub-repticiamente uma psicologia no interior da economia. Por essa teoria, o sujeito humano tende a agir racional e propositadamente para o aumento da satisfação, do conforto e da felicidade. Agimos sempre como indivíduos e o Estado está aí para contrariar uma tendência natural e universal. Nenhuma tentativa de contrariar sua natureza pode ser bem-sucedida. O fundo e o contraexemplo contra o qual o neoliberalismo floresceu são os estados totalitários da Europa e a interpretação da crise mundial de 1929. Tratava-se de pensar uma teoria econômica contrária ao nazismo alemão, ao fascismo italiano, ao nacionalismo japonês e ao stalinismo soviético, mas também de evitar as crises periódicas do capitalismo. Surgiu daí o equívoco histórico de considerar o nazismo um partido de esquerda porque ele era nacional-socialista. O neoliberalismo opunha-se, portanto, tanto ao indivíduo liberal e sua esfera de liberdade regulada pela lei quanto ao comunismo e sua concepção coletiva de poder e de produção e de gestão.

Ora, a teoria neoliberal permaneceu hibernando desde os anos 1940, até ser ressuscitada e implantada por Augusto Pinochet no Chile, em 1973. A Escola de Chicago deu sua anuência para esse experimento defendendo que *uma ditadura de direita é justificável se isso ocorrer em nome da abertura dos mercados*. O argumento foi empregado por Roberto Campos, ministro da economia, durante o regime militar brasileiro, para amenizar os efeitos aterradores da perda da democracia. Paulo Guedes, atual ministro da economia, como se sabe, estudou em Chicago e era assessor de Saleme, durante o golpe que derrubou Salvador Allende e privatizou as universidades e os fundos de pensão, levando à divisão e ao colapso social que agora tenta se refazer com a redação de uma nova Constituição.

Apesar disso, o programa neoliberal começa a ser implantado no Brasil apenas em 1994 com o governo Collor. No entanto, rapidamente, percebeu-se que, junto com o neoliberalismo, vinha uma espécie muito arcaica de compromisso entre o Estado e as piores e mais regressivas forças aristocráticas brasileiras. Continuava, assim, a saga da tentativa de implantação da mais moderna teoria econômica, o neoliberalismo, pelas mãos dos piores e mais atrasados donos de condomínios brasileiros. Uma parte necessária dessa implantação passava pela redução dos excessivos mecanismos de proteção social, infiltrados na Constituição de 1988, como um programa liberal que tentava implantar no Brasil dos anos 1990 o Estado de Bem-Estar Social europeu dos anos 1970. Da mesma forma, o novo neoliberalismo de Guedes tenta implantar um sistema de austeridade fiscal e monetária, que chegou ao fracasso na crise das *subprimes* imobiliárias americanas de 2008 e no impasse grego, irlandês e português como sintoma da Unidade Europeia, dos anos 2010. Voltando os passos nessa história, conseguimos entender por que um partido social-democrata como o PT se transformou em um protótipo do comunismo vermelho revolucionário. Isso *depois* de ficar 12 anos no poder sem apresentar sinais evidentes de estatismo, de controle de mídias, de perseguição a minorias ou de qualquer ameaça ao funcionamento institucional ou constitucional: mesmo *depois* de mais de uma década de soluções de compromissos, de alianças com o mercado, de coalizões políticas e de concessões aos interesses de grupos monopolistas e condominiais, como as empreiteiras, foi possível produzir um PT comunista.

Típico do liberalismo *keynesiano* é a defesa do bem-estar social, da sociedade democrática para um número crescente de pessoas, como projeto democrático e igualitário de criação de cidadãos. Ou seja, entre pensarmos-nos como uma cultura que precisava passar do atraso para a cidadania republicana, quisemos passar do liberalismo, que nunca houve realmente, para o neoliberalismo, que tinha sido a última moda na Europa ... dez anos antes. Esse incrível truque de ilusões assíncronas só pode acontecer, porque uma parte do país se acreditava morando em Miami ou participando do empresariado nacional com seu carrinho de pipoca, enquanto isso outra parte estava furiosa ao descobrir o tamanho real da diferença social, racial e econômica. Mais além dessa oposição, uma terceira parte do país só concordava com a ausência de alternativas e com o ódio contra instituições que pareciam ter cem anos, quando, na verdade, estavam concluindo apenas a primeira geração de reconstrução da experiência democrática.

Podemos voltar agora ao equívoco dos anos 1930. A crítica dos neoliberais ao Estado serviria melhor como crítica à burocracia de Estado - o poder paralelo à lei paralela ou informal que, no Brasil, adquiriu a textura do condomínio a partir de 1973, mesmo ano da implantação prática do neoliberalismo. Mas dito dessa forma, o melhor do neoliberalismo confunde-se com o que já dizia Trotsky e o que voltarão a dizer Zizek, Graeber e Mark Fischer, nos anos 2000. A crítica neoliberal ao liberalismo serviria melhor se ela mostrasse como o Estado, longe de ser um mau capitalista, está realmente ocupado por interesses que não são de todos, mas de alguns que conseguem se organizar rumo ao monopolismo. O monopolismo de um lado e a hipertrofia do poder dos sindicatos por outro eram críticas independentes, mais bem articuladas por liberais e comunistas, mas que, para os neoliberais, se reuniam na mesma coisa equivocada. No fundo, os mediadores de regulamentos, os gestores de leis e aplicadores da lei, com suas exceções e com sua regulação da temporalidade dos processos, foram facilmente cooptados por quem podia pagar mais. Dos melhores centros de pesquisa universitários às agências reguladoras e os Tribunais, supremos ou terrenos, nada poderia resistir à força coercitiva da produção de fatos, quando se neutraliza a crítica como comunismo e pessimismo mal-intencionado.

No Brasil, isso representou a indústria do sindicalismo pelego, o negócio da extorsão trabalhista e, em síntese, um sistema tributário que acasala monopólios com gestores da lei. De tal maneira que, tanto a renovação do pacto pelo progresso dos empregos, baseado no desenvolvimento do país, quanto a luta contra a corrupção, baseada na extinção do poder paralelo não republicano, pareciam ter fracassado. Mas a eleição de um falso neoliberalismo só foi possível por meio da retenção do que o neoliberalismo tinha de essencialmente eficaz - uma política de administração, no duplo sentido do termo, do sofrimento. Enquanto liberais e comunistas entendiam que era preciso reduzir o sofrimento das pessoas, seja porque isso facilita os negócios, seja porque isso une as pessoas em ideais coletivos, o neoliberalismo afirma pragmaticamente, ou melhor praxeologicamente, que aumentar o nível de sofrimento das pessoas aumenta o seu nível de produtividade. Nada de zona de conforto, nada de segurança ou garantia, pois isso amolece o espírito de busca de excelência, de renovação e de super engajamento no trabalho. A tolerância com a predação no trabalho se desdobra para o meio ambiente. O incentivo para a competição, para a autoavaliação e para a autosseleção consegue interiorizar tarefas da empresa para a interioridade do trabalhador, assim como a praticidade e o “barateamento” faz o consumidor assumir alegremente tarefas que

caberiam originalmente à empresa. Ele pode agora assumir o negócio jurídico transposto em uma cultura de denúncia, de culpa e de instrumentalização das próprias limitações e vulnerabilidades. Assim também o ambiente de trabalho, quanto mais institucionalizado, torna-se também mais depressivo, traumático, ansioso e regado à medicalização e ao *doping*, formal ou informal. Bônus erráticos, *big brotherização*, microgestão, avaliacionismo, métricas inconstantes de eficácia e de efetividade, certificações e *compliances* formaram a cultura do *coaching* e da operacionalidade de processos. Neurociências, *frekonomics*, genética comportamental, *behaviourismo* negocial, protocolos, consensos confirmavam, lentamente, a psicologia por trás do neoliberalismo. Isso implicava a gradual substituição de tendências clássicas da psicologia, como o behaviorismo skinneriano, a fenomenologia e a psicanálise, por práticas como a psicologia positiva, a constelação familiar e as palestras de motivação. Esse monismo da ciência e do saber levará alguns a afirmar que não há nenhuma outra teoria econômica. O fim da história era também o fim da filosofia e da controvérsia sobre a história, assim como o fim das disputas cognitivas. Elas deveriam se curvar ao meta-princípio da operacionalização e da efetividade, bem como ao da identificação da institucionalidade científica com o poder de coerção cognitivo e de exclusão de alternativas. Assim como o liberalismo clássico e o comunismo, a ideia de refletir a partir do princípio de que as prerrogativas cognitivas estabelecidas não devem conviver com diversidade e com conflito, mas substituídas por concepções, inerentemente superiores, nas quais o investimento seria mais seguro.

Isso nos ajuda a entender e a confirmar a afinidade discursiva e histórica entre neoliberalismo e tolerância com a violência. Afinal, essa é a única face da lei, antes função exclusiva do Estado, que não pode ser inteiramente empresariada. Seja como biopolítica, seja como necropolítica, o uso da violência não passa de mais um caso da relação entre meios e fins. Não há nada de sagrado nem de inusitado em nenhum comportamento, particularmente no comportamento verbal. Isso começa pela interpretação de que se alguém está desempregado, segundo o liberalismo ou o socialismo, isso representa um problema para todos, ao passo que, para o neoliberalismo, isso é um problema do indivíduo que não soube produzir sua própria empregabilidade.

Por isso, precisamos suspender um pouco a reatualização constante de pactos liberais e tentar estabelecer um novo pacto laboral, ou seja, um retorno ao trabalho como função simbólica na vida das pessoas e não apenas como meio de produção ou de acumulação de riquezas. Precisamos entender que o negócio da produção nos foi apresentado,

nos últimos 40 anos, como secundário diante do negócio da financeirização. Mas a ideia generalizada de que o dinheiro trabalhará para você depois que você trabalhar para ele com afinho e sagacidade simplesmente não provê nenhum lugar nem nenhuma ocupação para milhões de pessoas. Cedo ou tarde, elas manifestarão sua insatisfação. Precisamos de uma teoria econômica que dê conta disso e de um pacto laboral que lhe esteja à altura.



Christian Dunker durante apresentação no IV Seminário Internacional do Instituto Lavoro, em São Paulo, em 22/11/2019.

A desumanização do trabalho e a realidade brasileira

Denis Maracci Gimenez
Professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp) e
pesquisador do CESIT/IE/UNICAMP.

O espírito do nosso tempo é profundamente marcado pela desumanização do trabalho. Sob o regime do capital, desvalorizar o trabalho ao tornar desumano o fazer humano. Em dimensão mais ampla, a desvalorização do trabalho na Antiguidade impunha-se por sua associação à reprodução da vida ordinária, em que trabalho e família aproximavam o homem da vida animal. No mundo cristão, a desvalorização do trabalho é associada à punição. Trabalho como castigo. O trabalho na Modernidade tem sentido diverso. No Renascimento, a valorização do trabalho dá-se por sua dimensão criativa. O trabalho como criação, expresso na riqueza da subjetividade das artes, da literatura, do pensamento. Manifestações de formas superiores do fazer humano. Sob o protestantismo ascético, a valorização do trabalho toma outro caminho, por sua dimensão transcendente. De uma forma ou de outra, nossa vida moderna nasce marcada pela valorização do trabalho.

Como bem caracteriza Max Weber, o capitalismo não exclui isso, mas segue dissolvendo os pressupostos éticos desse movimento de valorização do trabalho. Com o declínio da ética protestante e a ascensão do espírito do capitalismo, a “morte de Deus” impõe ao trabalho a perda de qualquer transcendência. O trabalho como criação sucumbe a dissolução de pressupostos éticos do fazer humano. Prevalece assim o “trabalho para ganhar a vida”, cujo símbolo maior para Weber é o “profissional”, que denomina como aqueles “especialistas sem espírito, gozadores sem coração”, expressão peculiar maior da mecanização da vida e de um tipo de racionalização da conduta sem nenhum conteúdo ético¹.

O mesmo desenvolvimento capitalista, que é intensivo e permite

¹ WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 166.

produzir mais com menos, ampliando a potência da força de trabalho diante dos imperativos da natureza, impõe progressiva perda de sentido ao fazer humano. Ao tempo em que o progresso técnico é o motor da expansão e do aperfeiçoamento das forças produtivas, tornando o trabalho humano mais produtivo, amplia-se o estranhamento entre aquele que realiza o trabalho e sua criação. O trabalho torna-se uma existência externa ao trabalhador, uma potência autônoma que lhe defronta hostil e estranha, em que sua objetivação transforma o fazer humano em meio para satisfazer necessidades fora dele. De forma clara, o trabalho é reduzido à mera condição de meio para “ganhar a vida” no mercado. “Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens”².

Nas páginas iniciais de *Formação do Brasil Contemporâneo*, ao buscar o sentido da colonização no novo mundo, Caio Prado Junior nos diz que “todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’” e que nós como povo nascemos para fornecer açúcar, tabaco, ouro, diamantes, algodão, café, como engrenagem do mercantilismo europeu³. Nada mais característico da valorização do mundo das coisas e da desvalorização do mundo dos homens, em um empreendimento mercantil que consagrou a grande propriedade e particularmente a escravidão, limite da compulsoriedade do trabalho, como forma de exploração.

Gilberto Freyre, em sua introdução à segunda edição da obra de Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, descreve o ímpeto de reformador social do filho de um dos homens mais influentes do Império, que, desde cedo, demonstrara “interesse pelo escravo”. Caracteriza com precisão tal ímpeto, nas palavras do próprio Nabuco: “Acabar com a escravidão não basta (...) é preciso destruir a obra da escravidão”, que, de resto, como lembra Freyre, produziu o próprio Joaquim Nabuco. Para ele, em sua fase de reformador social, a abolição da escravidão era apenas o primeiro passo para a organização do trabalho nacional e a consolidação da civilização brasileira sobre bases democráticas, que necessariamente deveria ser seguido pela superação de “instituições auxiliares da escravidão”, particularmente o monopólio territorial⁴.

Em um de seus mais enfáticos discursos em 1884, quando já

2 MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 80.

3 RADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.19.

4 NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. 2ª edição; Senado Federal, Brasília, 2001. Introdução de Gilberto Freyre. (1ª edição, 1900).

desenganado das reformas políticas, Nabuco pergunta: “O que é o operário? Nada. O que virá ele a ser? Tudo (...) o futuro, a expansão, o crescimento do Brasil”, o trabalho – ou o trabalhador, libertado, levantado e protegido “em toda a extensão do país, sem diferença de raças nem de ofícios”⁵. As páginas de *Minha Formação*, assim como a trajetória da vida de Nabuco, trazem à baila um reformador social radical. Portanto, alguém que indicava um futuro diferente para aquele país fundado sobre a ordem escravista. Nabuco falava da premência de reformas que encaminhassem uma questão crucial para a construção de uma ordem social moderna no Brasil, que, por Florestan Fernandes, foi tratada de maneira notável como a *integração do negro na sociedade de classes*⁶.

O reformismo social, nascido na segunda metade do século XIX, expressa os primeiros passos daquilo que vamos assistir nos cinquenta anos que seguem à Revolução de 1930. Apesar do atraso econômico e de um padrão de organização social arcaico, é necessário observar que havia em curso no país, pelo menos desde 1870, simultaneamente, um movimento de moralização da sociedade, de surgimento de uma ética fundada nos valores modernos, referentes, no plano individual, aos cuidados e ao aperfeiçoamento pessoal, assim como, no plano social, à ordenação da sociedade, assentada sobre a igualdade, a educação democrática, a participação política e a autonomia do cidadão, cujas matrizes assentavam-se na luta abolicionista, no catolicismo reformado sob influência da Encíclica *Rerum Novarum*, no trabalhismo de inspiração positivista, no socialismo, no comunismo e no próprio solidarismo cristão⁷.

Esse processo de “moralização”, em curso desde o último quartel do século XIX, materializou-se politicamente na Revolução de 1930 e na ascensão de Vargas ao poder. Não é difícil identificar o ímpeto reformador que acendeu ao poder em outubro de 1930. Uma questão aguda para Vargas, desde o início de seu primeiro governo, consistia em como se diferenciar do período que o antecedeu, como diferenciar-se da República Velha. Em seu discurso, a “questão social” e seu encaminhamento são centrais. Conforme bem observado por

5 FREYRE, Gilberto. “Introdução”. Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, op. cit; p. 15.

6 FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Pioneira, 1965.

7 CARDOSO DE MELLO, João Manuel; NOVAIS, Fernando Antonio. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. Campinas: FACAMP, 2009.

Pedro Cezar Dutra Fonseca, ao pregar a necessidade da legislação trabalhista, Vargas recorreu a argumentos históricos. Num de seus discursos, afirmava o Presidente que o governo anterior não se preocupara com a questão social por estar fechado “num círculo de vantagens restritas”, que fez com que o poder público se tornasse “alheio e impermeável às exigências sociais e econômicas da nação. Noutro, Vargas, ao falar sobre o fim da escravidão, afirma que a desorganização do mercado de trabalho por ela provocada não foi solucionada pelos governos republicanos. Dessa forma, a seu juízo, tornava-se necessário preencher o hiato deixado por quarenta anos de República Velha, organizando o trabalho livre sobre “bases racionais”⁸.

Essa forma própria de valorização do trabalho nacional nas condições do nosso subdesenvolvimento e de profundas heranças históricas perpassou a Era Vargas e o entusiasmo dos anos JK. Nos quadros do capitalismo periférico, sucumbiu frente ao espírito da globalização.

Sob o regime do capital, desvaloriza-se o trabalho. Nos quadros da dinâmica do capitalismo contemporâneo, de acirramento da concorrência internacional, de uma nova revolução tecnoprodutiva e da reconfiguração do padrão de competitividade entre as nações, que promoveu uma nova divisão internacional do trabalho, assim como das características do mercado de trabalho brasileiro, fundado em baixos salários, estruturalmente desorganizado, assiste-se à radical desvalorização do trabalho nacional.

Na realidade brasileira, são milhões de desocupados, outros tantos de subocupados, precariamente integrados a estratégias diversas de sobrevivência. A insegurança alimentar é realidade para quase a metade da população, em um país que conta para o exterior o sucesso do agronegócio. Jovens sem lugar no mundo expressam o espírito do Brasil de nosso tempo, de um negócio que premia quem vive de renda e especula, ao tempo em que penaliza quem trabalha e produz.

8 FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: Capitalismo em Construção (1906-1954)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. pp. 223-224.



Aula do professor Denis sobre indústria 4.0, na Casa do saber, em São Paulo, em 27/05/2019.



Abertura do IV Seminário Internacional do Instituto Lavoro, em São Paulo, com apresentação do grupo *Samba do Professor*, em 21/11/2019.



Tudo tudo que nós tem é nós¹

Ludmila Costhek Abílio
Doutora em Ciências Sociais, Pós-doutora em Economia. Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT/UNICAMP).

A pandemia deixou muito evidentes as estruturas brutais da sociedade brasileira. Nesses meses, tornou-se imediata - de modos desiguais e mais ou menos brutais - a compreensão do que é o salve-se quem puder como forma de governo. Após o mar de lama que levou quase 300 vidas, no ano passado outra catástrofe ambiental tomava conta da encosta brasileira: enfrentando o não governo como forma de governo, a população local se organizava para recolher, com as mãos, toneladas de óleo.

Na pandemia, salvações precárias e cotidianas vieram pelos arranjos coletivos na periferia, nas estratégias coletivas de sobrevivência quando nada está garantido. A ausência de garantias é constitutiva da vida da maioria da população brasileira; na pandemia, ela saltou aos olhos de quem quisesse ver. É tecida nas desigualdades e nas injustiças que estão lá, nos ônibus que seguiram lotados de trabalhadores; no filho que tropeçou no céu enquanto sua mãe negra levava os cachorrinhos da patroa para passear; nas empregadas domésticas que morreram de Covid sem terem acabado de voltar da Itália.

A ausência de garantias de sempre seguiu bem viva, lá nos que não puderam respirar por causa do joelho sufocante do vigia do supermercado ou das várias balas “perdidas” que seguem suas trajetórias de sempre. No mundo do trabalho, segue a ralação cotidiana dos que vivem por um fio. Esse fio é tecido pelo auxílio do governo que pode ou não chegar; pela empresa-aplicativo que pode ou não te aceitar; pelo empreendimento familiar que pode ou não prosperar; pelo emprego que pode ou não durar. Está nos bicos permanentes, nos trabalhos mal reconhecidos como trabalho, nas igrejas, nas atividades ilícitas, nos mutirões, nos camelódromos, nos salões de beleza.

Para os que puderam se isolar, o trabalho remoto veio como salvação

¹ Como canta Emicida, em *Principia*.

e laboratório: eficaz e informalmente foram implementados experimentos em tempo real de novas formas de eliminação de medidas protetivas do trabalho e de transferências de riscos e de custos para trabalhadoras e trabalhadores. Generalizou-se com o *home office* em tempo integral a perda de fronteiras entre o que é e não é trabalho; o que é e não é tempo de trabalho; o que é e não é espaço de trabalho. Enquanto isso, trabalhadores, até então invisíveis da esfera da circulação, foram reconhecidos em sua centralidade. Adicionando o risco de contaminação aos tantos outros que correm diariamente, *motoboys* e *bikeboys* tornaram-se chave para o isolamento de outros trabalhadores. Com eles, a uberização ganhou corpo e forma. Enquanto as empresas, que oligopolizam o setor, se beneficiaram do gigantesco crescimento da demanda, entregadores viram seu rendimento despencar, trabalhando mais e mais para garantir o mínimo. Ficou evidente o que é ser um trabalhador sob demanda, disponível ao trabalho, recrutado de acordo com as determinações das empresas, sem garantia alguma sobre sua própria remuneração, sobre sua jornada, nem sequer sobre as regras que regem sua atividade. Também ficou evidente que a multidão pode se reconhecer e se organizar como multidão.

Falar de precarização ou de flexibilização no Brasil não é tarefa simples. Trata-se de aterrissar processos globais em uma realidade laboral desde sempre precária e flexível. O mundo do trabalho é estruturado pela informalidade, pela alta rotatividade no emprego formal, pelo rebaixamento do valor da força de trabalho, pelas desigualdades abissais e pela concentração de renda, por 50% da população sobrevivendo com menos de um salário-mínimo por mês. Entretanto, hoje, além da informalidade - que reside e persiste no cerne da formação brasileira - enfrentamos os processos contemporâneos de informalização. Trata-se da eliminação das regulações sobre o tempo de trabalho; da transferência não acordada e sem formas claras para os trabalhadores de riscos e custos de sua atividade, dos mecanismos informais de intensificação do trabalho, de extensão do tempo de trabalho não pago. Esses processos correm por dentro do trabalho formal, assim como vêm reconfigurando o trabalho informal.

O termo empreendedorismo, hoje celebrado nas imagens de uma favela *holding* proativa, do motorista uber que virou chefe de si mesmo, do *bikeboy* empresário de sua bicicleta sustentável alugada, da lojinha ou culto na garagem, nada mais é que a expressão invertida da eliminação de qualquer rede de proteção social: aos “empreendedores de si” cabe a gestão e a responsabilização solitária de sua própria sobrevivência; o negócio é se virar. Meios técnico-políticos que aparecem na forma

de um aplicativo digital garantem que esse autogerenciamento esteja subordinado e controlado centralizadamente por mecanismos obscuros, mas extremamente eficazes na gestão racionalizada da multidão de trabalhadores informalizados.

Com a Reforma Trabalhista, o Brasil assume a vanguarda da informalização, promovendo uma mudança profunda na própria definição do que é o trabalho formal, em nome dos empregos que não virão. A carteira verde-amarela, a legalização de um trabalhador formalizado que será pago por hora são os futuros presentes que vêm por aí. Ao enunciar que o horizonte para as relações de trabalho é a informalidade, o atual presidente vocalizou o projeto bem-sucedido, que envolve gigantes financeiras e corporações que hoje atuam e definem os rumos da educação, da saúde, da infraestrutura do país. Os horizontes desse projeto residem na consolidação de trabalhadores sob demanda, utilizados apenas quando necessário, numa generalização do salve-se quem puder.

O cenário que se desenha é o da ampliação da informalidade e da informalização, que conta com a combinação sofisticada da precariedade cotidiana com novos mecanismos de controle e de gestão da força de trabalho, embasada por novas regulações que aprofundam a desigualdade e as injustiças enfrentadas pelos trabalhadores.

O viver por um fio segue, cada vez mais esgarçado - e potente? Resta ver se e para onde a corda arrebenta.



www.lbs.edu.br

6º Encontro LBS

Convidamos você para o bate-papo

Trabalho em plataformas digitais e a pandemia

Quinta-feira, 30 de abril, às 16 horas



LUDMILA COSTHEK ABÍLIO
Socióloga, pesquisadora do CESIT e uma das fundadoras no Brasil do campo de estudos sobre ubertização do trabalho, com pesquisa empírica sobre o trabalho dos motoristas em São Paulo.

Mediação de Fernanda Giorgi

Paradoxos do Direito e do sindicato: da tragédia à esperança

Márcio Túlio Viana

Professor no Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Minas.

A palavra “trabalho” traz a marca da contradição. Vem de *tripalium*, nome que se dava não só a um instrumento de tortura, mas a uma máquina de bater o trigo e a uma espécie de arado.

Do mesmo modo, o fato “trabalho” tem um aspecto dual. De um lado, na teoria, serve para nos realizar como gente. De outro, na prática, pode mostrar a nossa degradação.

Com o Direito *do Trabalho*, essa dualidade é ainda mais profunda. E se revela desde as suas origens e sob os mais variados aspectos.

A origem do Direito do Trabalho nos remete à origem da fábrica, ou pelo menos *daquela* fábrica nascida na I Revolução Industrial e que se tornou uma espécie de símbolo do próprio sistema em que se insere.

De fato, ao reunir os trabalhadores entre quatro paredes, para discipliná-los e ajustá-los à máquina, o capitalista não pôde evitar que eles se unissem – e, em seguida, produzissem, além de porcas e parafusos, as normas jurídicas que reduzem a opressão.

Naturalmente, esse novo ramo do Direito também serviu – e serve ainda – para legitimar o sistema, e assim fortalecê-lo; e ainda ajudou, ao longo dos tempos, a inibir ou a arrefecer rebeliões maiores, que poderiam abalá-lo ou até mesmo destruí-lo. De todo modo, porém, mostrava uma nova postura do sujeito face à ordem jurídica até então existente; uma postura de indignação, de inconformismo.

Ao mesmo tempo, além de ter sido cunhado – direta ou indiretamente – pelas mãos operárias, o Direito do Trabalho fez novos calos nessas mãos, revelando aos trabalhadores sua condição de sujeitos, de cidadãos, e incentivando novas lutas, ainda que limitadas. E assim, até

hoje, ele carrega, como ensina Tarso Genro, tanto a carga de opressão dos poderosos como o germe de resistência dos oprimidos.

É verdade que, no Brasil, tivemos a figura marcante de Vargas, que, às vezes, aparece como o pai de tudo e de todos. Mas mesmo Vargas agiu em resposta ou em prevenção às rebeldias, e, de todo modo, as normas que importou da Europa aqui chegaram tintas de sangue. Assim, não importa onde ou quando, aquele traço realmente existiu, e até hoje permanece, mesmo enfraquecido.

Mas até essa peculiaridade do Direito do Trabalho – a de ter sido construído, em grande parte, pelos oprimidos – traduz outro paradoxo, pois, se de um lado, aponta para a sua grandeza e a sua autonomia, de outro, confessa a sua dependência, a sua fragilidade – pois sem o sindicato não há norma de proteção que nasça, cresça e que de fato se efetive, ainda que pelas metades, e mesmo com todos os juízes, os procuradores do trabalho e os auditores fiscais que conhecemos.

Nesse sentido, a diferença entre o Direito Coletivo e o Direito Individual do Trabalho não está tanto, ou apenas, no caráter coletivo ou individual de seus atores. O que os distingue mais profundamente é o fato de que o primeiro constrói o segundo e responde por sua maior ou menor realização concreta. Há uma relação de causa e efeito entre um e outro.

Mas o Direito do Trabalho é contraditório também em outros aspectos – e um deles, muito importante, relaciona-se com algumas de suas construções teóricas e com o perfil de seus construtores.

De fato, como sabemos, as primeiras fábricas reuniam, basicamente, apenas operários; não havia ainda o burocrata de escritório, o *empregado classe média*. Desse modo, ser subordinado correspondia, basicamente, a ser vulnerável, desqualificado, quase faminto – e vice-versa. E significava também estar sempre sob o comando explícito do patrão ou capataz.

Com o crescimento das fábricas, porém, foram surgindo trabalhadores de escritório, mais bem situados. E como eles não se ajustavam precisamente ao padrão de receber ordens diretas, visíveis, a solução foi ampliar o conceito de subordinação. Desse esforço participou – em novo paradoxo – a própria empresa fordista, ao aceitar não apenas a emersão de novos direitos trabalhistas, e a inclusão de novos

sujeitos, mas até mesmo a presença do sindicato como ator necessário para a dinâmica do sistema.

Assim, a sintonia vulnerável/dependente foi diminuindo. E a porta de entrada para o Direito do Trabalho se consolidou como “subordinação jurídica”, expressão que concentra no comando empresarial – expresso ou implícito –, toda a justificativa para a proteção ao trabalhador. Naturalizou-se a ideia de que os direitos trabalhistas são construídos apenas para os empregados, já que apenas os empregados são subordinados. E essa última razão passa a ser vista, cada vez mais, como suficiente, como se aquela sintonia persistisse.

Hoje, no entanto, cresce, cada vez mais, a multidão de precários, que transitam nas beiradas da sociedade, ainda que sejam pessoas como nós, e por mais que possam ser importantes para as nossas vidas. E muitos deles seriam até mais bem qualificados como miseráveis – sem teto, sem roupa, sem documento – já que se encontram completamente à margem de qualquer regulação jurídica, mesmo no campo civilista. Não podem sequer se oferecer para uma atividade simples, como a de limpar privadas, embora ainda consigam catar lixo.

Esse contingente ganha o reforço, também crescente, dos que o sistema fantasia de autônomos, usando para isso o suporte da nova tecnologia e apelando sistematicamente para a fraude. Aliás, em mais um paradoxo, o sistema também se utiliza das ideias de liberdade e de igualdade para corromper as práticas que lhes seriam correspondentes.

Na verdade, o próprio Direito do Trabalho, que já nasceu contraditório – servindo aos oprimidos, sem deixar de servir aos opressores – adere a esse novo exemplo de esquizofrenia. Enquanto, de um lado, continua a reprimir a fraude – como mostra ainda o art. 9º da CLT –, de outro lado, passa a produzi-la ou a incentivá-la, jogando com as palavras e invertendo a realidade.

Assim é que o legislador, por exemplo, passa a autorizar que o sindicato, já enfraquecido, negocie para baixo; sabendo que, no curso da relação de emprego, o trabalhador não tem o menor poder de barganha, possibilita quitações periódicas; conhecendo a situação vulnerável do trabalhador despedido, afasta o sindicato das rescisões contratuais e assim por diante.

Até mesmo um segmento crescente de operadores jurídicos – juízes, auditores, procuradores – parece ter sido reformado pelas reformas,

passando a rever ao contrário os antigos princípios e a acreditar que o Direito do Trabalho conspira, mesmo, contra o direito ao trabalho. E um dos resultados é a redução do número de reclamatórias, em descompasso com o aumento da quantidade de violações.

Agora, a pandemia faz com que essas práticas se fortaleçam e prepara o terreno para que algumas delas se eternizem. Aliás, novas reformas vão se anunciando – pois o poço não tem fim. Ao mesmo tempo, porém, torna-se mais visível a multidão de precários e de famintos, que vão saindo das brumas, e começam a preocupar as elites. Afinal, já não é tão fácil deixar de vê-los, ignorando o seu sofrimento. E já se notam, aqui ou ali, os primeiros surtos de revolta.

A propósito, não custa notar que o sindicato – tal como o conhecemos – sempre teve muito a ver com os chamados *tempos modernos*. Tradicionalmente, organiza-se em torno de um projeto; procura a estabilidade; agrupa pessoas iguais; segue a voz de seus líderes; exige compromissos de lealdade; prende-se a verdades inteiras; tem dificuldades com a autocrítica; afasta a possibilidade do diferente. Em termos metafóricos, ou até mesmo arquitetônicos, sempre se pareceu com o seu oposto – a empresa. Ou com a nossa própria casa, com suas portas e paredes, abrigando a nossa família.

Já os tempos pós-modernos, no entanto, parecem preferir agrupamentos fluidos, horizontais, cambiantes, sempre sujeitos a novas estratégias; muito pouco presos às grandes verdades; ávidos por experiências inéditas; abertos à multiplicidade. É o que se percebe não só na própria empresa, como nos novos movimentos sociais. Das ocupações aos bailes *funk*, eles parecem transitar de um *modelo casa* – estável, previsível, ordenado, hierarquizado, contido – para um modelo rua – incerto, caótico, aberto, horizontal.

É verdade que o sindicato parece ter dificuldades de sair de seu padrão – o que ajuda a explicar o processo de destruição do Direito do Trabalho. Afinal, como já disse, ele vinha sendo, desde o início, o fogo que fazia brotar as normas de proteção; apagando-se o fogo, as normas se transformam em cinzas.

Mas o próprio Direito do Trabalho, cujas paredes vão sendo destruídas, talvez possa ganhar, mais cedo ou mais tarde – e num último paradoxo – uma oportunidade inédita. Impulsionado já não apenas ou não tanto por empregados, mas por sujeitos dispersos, multifacetados, e,

ainda assim, reunidos, talvez consiga transitar do coletivo ao difuso, de modo a abraçar os oprimidos em geral – e não apenas os sujeitos subordinados.

Talvez seja apenas um sonho. Mas se até as grandes tragédias podem oferecer saídas, essa talvez seja a única mensagem positiva que pode estar vindo com a pandemia.


www.lbs.edu.br

7º Encontro LBS

Convidamos você para o bate-papo

**Na esquina, o neoliberalismo encontrou a pandemia!
Para que lado vai virar o "maltrapilho" Direito do Trabalho?
E quem levará junto de braços dados?**

<p>Quinta-feira, 7 de maio, às 16 horas</p> 	<p>Quinta-feira, 14 de maio, às 16 horas</p> 
<p>MÁRCIO TÚLIO VIANA Professor de graduação e pós-graduação em Faculdades de Direito da UNIC, UNICAP e Pontes de Caldas, Jaz de Trabalho aposentado.</p>	<p>ANA FRAÇÃO Professora Adjunta de Direito Civil e Comercial da Universidade de Brasília. Especialista em Direito Trabalhista e Emprego. Mestre em Direito e Estado e Doutora em Direito Comercial.</p>

Mediação de José Eymard Loguercio

Reposicionamento estratégico: de Trabalho para Direitos Humanos

Moacir de Miranda Oliveira Júnior

Professor e Chefe do Departamento de Administração da FEA-USP (Universidade de São Paulo). Membro do Global Steering Committee do Emerging Markets Institute da Cornell University (2016-Atual). Membro do Steering Committee do C4AI - Center for Artificial Intelligence. Membro do Board of Directors da THA - Triple Helix Association. Presidente do SciBiz Science meets Business Conference. Editor Chefe da InMR - Innovation and Management Review. Diretor para a América Latina do GLORAD (Center for Global R&D and Innovation). Membro fundador da Academy of International Business-Latin American Chapter (AIB-LAT). Co-editor do livro Startups and Innovation Ecosystems in Emerging Markets (Palgrave Macmillan, 2019) e cinco outros livros. Autor de mais de 100 artigos acadêmicos. Seus interesses de pesquisa estão relacionados a Startups e Corporate Venture e em Estratégia e Inovação em Multinacionais de Mercados Emergentes. Como consultor na área de estratégia, inovação e negócios internacionais, ele tem trabalhado para grandes corporações e para o governo.

Diego Bonaldo Coelho

Doutor em Administração (FEA/USP) e Mestre em Administração de Empresas (Mackenzie), graduou-se em Comércio Exterior (Mackenzie) e em Ciências Sociais (FFLCH/USP). É Professor Adjunto I da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Atua como consultor e professor da Fundação Instituto de Administração (FIA) e leciona na Fundação Dom Cabral (FDC). Integra o quadro de pesquisadores do Núcleo de Gestão e Política Tecnológica da USP (PGT/USP). É Editor Científico da RAI-USP (Revista de Administração e Inovação da Universidade de São Paulo). Foi Professor Colaborador do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba (PGPCI/UFPB) e integrou o Departamento de Economia da FEA/PUC-SP. Lecionou na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP/FGV). Laureado, em 2012, com o 54º Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro (CBL) pela coautoria em livro vencedor da área de Economia, Administração e Negócios. Possui experiência empresarial em negócios internacionais, comércio exterior e representação setorial: atuou na área de comércio exterior do Banco do Brasil e foi Coordenador de Defesa Comercial e de Inteligência de Mercado da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ). Lidera projetos de consultoria com setores públicos e privados, tendo, entre as instituições atendidas: Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, BID, Senado Federal, Sebrae-SP, Apex-Brasil, Anprotec, iFood, Entidades Setoriais, entre outras.

Ney Nakazato Miyahira

Doutorando em Administração (FEA-USP), Mestre em Administração (FEA-USP), Bacharel em Direito (São Francisco-USP), Bacharel em Administração (FGV - EAESP). Professor e consultor da FIA (Fundação Instituto de Administração). Pesquisador, palestrante, autor e coautor em livros e artigos científicos voltados à área de gestão de pessoas. Participa da rede internacional de pesquisa da Fudan University e realizou parte de seu doutorado na China (Fudan University), no tema: políticas de mercado de trabalho. Atua em projetos de consultoria com setores públicos e privados, tendo, entre as instituições atendidas: Petrobras, Credicities, Sicoob, Águas do Brasil, Dasa, Saque e Pague, Unimed, BDMG, Governo do Espírito Santo, Senado Federal, Sabesp, Veracel, entre outras. Seus interesses de pesquisa e atuação em consultoria são: gestão de pessoas, remuneração, carreira, planos de cargos e salários, planejamento estratégico de RH, gestão por competências, avaliação de desempenho e sucessão.

Introdução

A evolução da sociedade, ao longo do seu devir civilizatório e de sua História, é marcada por revoluções que descontinuum as suas bases materiais tecnológicas, que passam a moldar os quadros de sociabilidade, a organização da economia e, conseqüentemente, os indivíduos, a partir de novos parâmetros. Essas revoluções, denominadas industriais, são de caráter tecnológico e, de maneira pervasiva, penetram em todas as esferas da vida humana, tornando-se o contexto em que todas as nossas lógicas e dinâmicas, sociais, políticas, econômicas e culturais passam a ser configuradas e exercidas (Kransberg; Pursell, 1967). Afinal, a tecnologia é a aplicação dos conhecimentos descobertos e desenvolvidos ao longo do tempo para especificar novas vias para nos organizarmos e fazermos as coisas, de maneira reproduzível e escalável (Castells, 2016).

No caso da Primeira Revolução Industrial, ainda na metade do século XVIII, tivemos o advento da máquina a vapor e da produção mecânica. Ao longo da Segunda, durante o século XIX, a eletricidade se tornou o principal insumo, acompanhada da produção em massa. Com essas duas Revoluções Industriais, assistiu-se ao nascimento de uma nova estrutural socioeconômica: a da sociedade industrial, mediada pelas relações de emprego, com foco no salário. Contudo, no século XX, a Terceira Revolução Industrial, por meio da tecnologia da informação, cuja principal expressão é a internet, incorporou as informações como o seu insumo mais crítico e, associada às facilidades de transporte, permitiu surgir uma nova realidade econômica, que passou a ser global, com a reorganização das atividades produtivas por meio de cadeias globais de valor, potencializando comércio, investimentos e trabalho em escala global, por meio das fronteiras nacionais.

Agora, vivemos novos tempos. A realidade da Quarta Revolução Industrial, que ora se constitui neste século, nos remete àquilo que, até então, habitava apenas nosso imaginário ou nossa ficção: a interface homem-máquina, inteligência artificial, robôs autônomos, manufatura aditiva, realidade aumentada, dentre outras (Schwab, 2016). As modificações propiciadas por essas bases materiais tecnológicas inauguram novas frentes, marcadas pela fusão do físico, digital e biológico, que, se por um lado, permite atividades até então inéditas, por outro lado, reconfigura rol de funções sociais em uma escala e velocidade extraordinárias, expondo vazios institucionais e descompassos legais, com destaque às relações de trabalho, à ética e à privacidade.

Destaque-se, ademais, que as tecnologias habilitadoras da Quarta Revolução Industrial, distantes dos tempos modernos de Chaplin, tampouco prenúncio de um futuro eminente, já são o nosso presente. Por isso, é crítico que uma interpretação profunda da realidade seja feita, com objetivo de pensar sobre as lógicas das funções que estão sendo conformadas e seus corolários no mundo do trabalho. Essa tarefa é imprescindível, principalmente ao Direito, uma vez que a defesa dos direitos dos indivíduos não poderá ser anacrônica. Uma nova agenda e frente devem ser constituídas, que, sob novas bases, permitam posicionamento estratégico que paute, que traga pioneirismo e protagonismo alinhado ao novo tempo, não sendo pautado ou refém. Em estratégia, não se deve negar ou negligenciar a realidade, mas enfrentá-la. Essa é a reflexão ora proposta, com objetivo de subsidiar reflexões que culminem em reposicionamento estratégico aderente à realidade contemporânea.

O prólogo da Quarta Revolução Industrial e do Novo Mundo do Trabalho

O trabalho é fundante do ser social. Se é pelo trabalho que transformamos nossa dimensão social, inclusive considerado um fator de produção na esfera econômica, a História revela que a sua institucionalização ganha diferentes significados, de acordo com o seu tempo e espaço. Não cabe aqui remontar todo o histórico das relações de trabalho, suas interligações com poder, ofício e especialização, que, por vezes, culminou (e culmina) em situações dramáticas e trágicas, como a escravidão e a submissão. Contudo, para fins de contextualização e de entendimento dos impactos da Quarta Revolução Industrial no mundo do trabalho, faz-se necessária breve análise do comportamento das relações do trabalho ao longo deste último século.

Em uma análise mais contemporânea, com foco no século XX (Hobsbawn,1995), vale destacar três momentos: a) o grande crescimento econômico advindo do período pós 2ª Guerra Mundial, ocasionando na consolidação da economia industrial e da sociedade salarial; b) a recessão econômica da década de 70 e 80, o que criou a onda de reengenharia, forçando as organizações a se encolher; enxugar estruturas; terceirizar atividades e reduzir a folha de pagamento (para muitos, o início da crise da sociedade salarial) e c) o séc. XXI, em que se assiste ao realinhamento estratégico, à modernização de processos produtivos, financeiros e administrativos, à busca incessante de maior produtividade, o que desemboca em disfunções, como a

administração por estresse, somadas às substituições das atividades humanas por tecnologias autônomas em grande escala e velocidade.

Com a Economia Industrial, as sociedades revelaram a sua enorme capacidade de elevação da produção, com ganhos de escala, e saltos extraordinários de produtividade e de redução de gastos; o consumo cresceu exponencialmente; o que, aliado à oferta de fontes de financiamentos internacionais, à modernização tecnológica e às novas estruturas organizacionais, estimulou o surgimento de empresas multinacionais, com atividades econômicas de natureza transnacionais. A saliência da especialização produtiva dos países a partir de suas vantagens competitivas iniciou disputa internacional para alocação de recursos, o que reposicionou a questão do emprego e de suas dimensões políticas, passando a ser objeto das políticas públicas para estabilidade nas agendas nacionais e, ao mesmo tempo, a ser tema de barganha das empresas multinacionais.

O fim do século XX descortina esse cenário. As crises do petróleo e a estagnação da produtividade iniciaram novos debates e movimentos, marcados por desregulamentações, por greves e por reivindicações na agenda de trabalho. Novas formas de contratação e de organização do trabalho começam a surgir, com saliência da desverticalização de empresas e com a maior complexidade das redes de valor, com *outsourcing* e terceirização. Dessa forma, o século XXI se inicia com novas práticas de racionalização e com a busca incessante pela eficiência a partir da tecnologia da informação. O modelo de produção flexível (Harvey, 1992) se torna predominante, em que a organização do trabalho de outrora, fundada em relações de longo prazo e altamente especializadas, já não serviria mais a esses objetivos, sendo necessário readequar a estrutura organizacional; transformar as relações produtivas e modernizar os processos administrativos, produtivos e financeiros de forma a torná-los compatíveis com o novo paradigma informacional e global (Castells, 2016).

O preceito da acumulação flexível se faz notar na flexibilidade dos processos de trabalho, nas rápidas mudanças, marcadas por grandes desigualdades, na compressão do tempo e do espaço e na consolidação da “era do deslocamento”, em que nada fica imutável. Essas dinâmicas acabam por propiciar um ambiente para muitos estressante, além de instável, com a maior parte da sociedade tendo dificuldade de acompanhar as transformações em curso. Como decorrência, as relações ficam líquidas (Baumann, 2001), com a fragilidade de vínculos sociais mais duradouros, com a exacerbação do individualismo, com a dificuldade de aceitar o diferente, porque

uma ameaça, com o imediatismo recorrente, fruto da ansiedade de um futuro incerto. A exploração pelo trabalho ganha novo significado e contornos. Há um sentimento de impotência e de exclusão, além do medo constantemente presente do descarte da função produtiva, que se colocam como elementos que compõem as relações de trabalho das sociedades atuais. Novas agendas começam a surgir, para novos problemas, concomitantes a dívidas históricas que se arrastam de tempos passados.

Desafios organizacionais e de organização no mundo do Trabalho e dos Direitos Humanos

As tecnologias habilitadoras da Quarta Revolução Industrial reconfiguram o trabalho em ordem e em magnitude inéditas. Se a mecanização das revoluções anteriores substituiu muito do trabalho físico, as novas bases materiais tecnológicas passam a também substituir o intelectual. As “máquinas” dividem, de maneira autônoma, as decisões humanas, dotando-as de inteligência não apenas de lógica, exatas e processuais, mas também de capacidade dedutiva e indutiva, modelos de reações humanas. Nesse contexto, o ser humano, no limite, não é apenas um usuário da tecnologia, mas também alguém que é “usado”.

Nota-se que uma nova fronteira das relações de trabalho é inaugurada, caracterizada por mediações e por campos institucionais ainda ausentes para incorporar as complexidades inerentes.

As condicionantes da Quarta Revolução Industrial pressionam para novas relações do trabalho, que extrapolam a questão do emprego, adentrando, também, por questões éticas e individuais, como o direito à privacidade. Dessa forma, é imprescindível que novo paradigma de abordagem seja dado às questões ditas “trabalhistas”, assumindo, de vez, que falar de trabalho é falar de direitos humanos e não apenas de uma atividade econômica. As proteções trabalhistas de hoje demandam, mais do que nunca, a ontologia do trabalho como fundante de uma condição humana e social, em interação com o digital. Nesse sentido, o direito ao trabalho e no trabalho deve ser perseguido por manto mais abrangente, em que seja centralizado o resgate ao “humano”, em toda a sua diversidade e individualidade, com foco à sua dignidade.

Afinal, se é possível ter relações de trabalho mediadas e imersas por diferentes tecnologias, como garantir direitos, que não apenas regrem vínculos, mas também decisões alocativas dessas tecnologias com relação ao trabalho, da mesma forma que garantam que dados e

individualidades, constantemente acessados, sejam respeitados?

Conclusões inconclusivas

Este artigo discorreu sobre as transformações do mundo do trabalho, decorrente das novas bases tecnológicas e sobre os impactos práticos nas relações trabalhistas, que vão além do vínculo entre empregado *versus* empregador. Longe de chegar a uma conclusão, muito menos a uma resposta preditiva de como serão os próximos acontecimentos, a intenção era de alertar para o tema e convidar a novas reflexões.

O fulcro da questão está no novo contexto do trabalho, que passa, agora, a ser mediado por e inserido em tecnologias que compartilham decisões com os seres humanos. A dimensão intelectual, como as gerenciais, as preditivas ou as analíticas, passa a também ser realizadas e compartilhada por algoritmos, extrapolando a dimensão física. Essa realidade, inédita em sua magnitude, apresenta um novo mundo do trabalho. Um mundo que não apenas demanda novas instituições para abarcar vínculos que passam a surgir nas relações entre empregados e empregadores, mas que traz, consigo, complexidades como os potenciais contenciosos decorrentes de decisões alocativas da tecnologia, com algumas delas, inclusive, pautadas por intensivo acesso e uso dos dados e dos comportamentos de indivíduos, potencializando questões éticas e de privacidade.

O entendimento é que, diante dessa realidade, faz-se necessário um reposicionamento estratégico do Direito do Trabalho, assumindo-se, cada vez mais, como Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Zahar, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Paz e Terra, 2005.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. Loyola, 1992.
- KRANZBERG, Melvin; PURSELL, Carroll W. *Technology in western civilization*. v.1. Oxford University Press, 1967.
- SCHWAB, Klaus. *A Quarta Revolução Industrial*. Edipro, 2016.
- SHIRKY, Clay. *Lá vem todo mundo: O poder de organizar sem organizações*. Zahar, 2012.
- STIGLITZ, Joseph. *Os malefícios da globalização*. Cia das Letras, 2002.

A organização coletiva dos trabalhadores e as plataformas digitais¹

Renan Bernardi Kalil

*É Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP)
e Procurador do Trabalho.*

A organização coletiva dos trabalhadores é fundamental para garantir proteção social. Os direitos trabalhistas somente foram reconhecidos após intensas mobilizações que reivindicavam melhores condições de trabalho. Entidades representativas de trabalhadores garantem a manifestação de sua voz; legitimam a sua integração na sociedade e reforçam a sua posição para negociar com os empregadores. Em uma relação caracterizada pela desigualdade econômica entre as partes, assegurar meios de expressão coletiva permite reduzir as assimetrias.

Existem diversos estudos mostrando que trabalhadores sindicalizados possuem melhores salários e condições de trabalho menos precárias que os não sindicalizados, com maior impacto entre aqueles que têm salários mais baixos². No mesmo sentido, há pesquisas indicando que a queda da taxa de sindicalização contribuiu para o aumento da desigualdade e dificultou o progresso econômico dos trabalhadores³.

A negociação coletiva pode desempenhar papel importante para os trabalhadores via plataformas digitais, principalmente em duas frentes. Na primeira, contribui para o debate da regulação do uso de novas tecnologias no local de trabalho, como o algoritmo, a inteligência artificial, o *big data* e o monitoramento eletrônico da performance dos

1 Parte das reflexões apresentadas neste texto foram publicadas originalmente em: KALIL, Renan Bernardi. A importância da organização coletiva dos trabalhadores uberizados. *Carta Capital*, São Paulo, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaao/a-importancia-da-organizacao-coletiva-aos-trabalhadores-uberizados>. Acesso em: 18 ago. 2021.

2 FAIRRISS, David. ¿Qué hacen los sindicatos en México? *Estudios económicos*, v. 22, n. 2, julio-diciembre 2007, p. 194-198.

3 ECONOMIC POLICY INSTITUTE. *How today's unions help working people: giving workers the power to improve their jobs and unrig the economy*. Agosto, 2017. Disponível em: <https://www.epi.org/files/pdf/133275.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

trabalhadores, especialmente para apoiar iniciativas que vedem a coleta de informações que extrapolem os limites da relação de trabalho. Na segunda, colabora na adaptação das condições de trabalho, uma vez que a negociação coletiva é o modo mais rápido para dar respostas às mudanças que ocorrem, dado que não aguarda medidas legislativas que podem demorar para serem aprovadas, além de as soluções serem determinadas pelas partes diretamente envolvidas.

Há iniciativas sendo desenvolvidas para que entidades sindicais utilizem algoritmos para aprimorar suas atividades de representação e de negociação. Por meio do cruzamento de informações recebidas dos trabalhadores, das formas pelas quais empresas atuaram no passado e de dados sobre o mercado de trabalho, os algoritmos podem auxiliar os sindicatos a adotarem as melhores estratégias de atuação. Por exemplo, identificar o fato de uma empresa obter resultados positivos no momento adequado permite às entidades sindicais iniciarem mobilizações com o objetivo de negociar instrumentos coletivos mais benéficos. Por outro lado, identificar previamente setores econômicos com resultados negativos possibilita aos sindicatos prever os postos de trabalhos que serão mais afetados e, dessa forma, atuar para minimizar prejuízos aos trabalhadores⁴.

As organizações coletivas de trabalhadores via plataformas digitais também desenvolvem ações assistenciais e de ajuda mútua. A realização de campanhas para auxiliar trabalhadores que sofrem acidentes e ficam impossibilitados de trabalhar; a criação de espaços para apoiar os trabalhadores em suas atividades diárias (p. ex., disponibilizando o uso de banheiros e formas para carregar os telefones celulares) e o oferecimento de acesso a promoções para adquirir bens necessários ao desempenho de suas funções são exemplos de medidas importantes que fortalecem a autoajuda entre os trabalhadores em um cenário no qual são desamparados pelas empresas e pelo Estado.

Há boas amostras de avanços obtidos pela organização coletiva dos trabalhadores ao redor do mundo. Em 2018, a *United Federation of Danish Workers* celebrou acordo coletivo com a empresa *Hilfr.dk*, proprietária de plataforma digital que atua no setor de serviços domésticos. O instrumento coletivo estabeleceu regras para a contratação de

4 MAXWELL, Jamie. How a labor union is using an algorithm to predict when to organize. *Vice News*, New York, 13 dez. 2018. Disponível em: https://www.vice.com/en_us/article/nep5wb/how-a-labor-union-is-using-an-algorithm-to-predict-when-to-organize. Acesso em: 18 ago. 2021.

trabalhadores como autônomos e empregados, piso salarial por hora trabalhada, férias, auxílio em caso de doença, necessidade de motivação da dispensa e proteção de dados dos trabalhadores⁵.

Em maio de 2021, três meses após a sentença da Corte Suprema britânica que classificou os motoristas da Uber como *workers*, a empresa aceitou negociar com o *GMB Union*, garantindo ao sindicato acessar os pontos de encontro dos condutores e intervir em casos nos quais os trabalhadores são suspensos ou dispensados⁶. Isso seria impensável há um ano, considerando a postura da empresa em se recusar a tratar diretamente com entidades sindicais. Essa decisão judicial e a mobilização coletiva dos trabalhadores foram decisivas para mudar o cenário.

Também há exemplos na América Latina. No México, entregadores fundaram o coletivo *#NiUnRepartidorMenos*, com o objetivo de criar uma rede de apoio entre os trabalhadores para prevenir a ocorrência de acidentes e para apoiar os que sofrem lesões⁷. Na Argentina, após o bloqueio de entregadores que participaram de manifestações, os trabalhadores criaram a *Asociación de Personal de Plataformas* (APP), para fortalecer a organização e a atuação coletiva⁸. Na Colômbia, o *Movimiento Nacional de Repartidores de Plataformas Digitales* é um ator central na organização de mobilizações de entregadores e coordena ações internacionais com outros coletivos sul-americanos em face de empresas que atuam nos diversos países da região⁹.

5 HALE, Julian. In Demanrk, a historic collective agreement is turning the “bogus self-employed” into “workers with rights”. *Equal Times*, Brussels, 04 jul. 2018. Disponível em: <https://www.equaltimes.org/in-denmark-a-historic-collective?lang=en#W-2SBehKIM8>. Acesso em: 18 ago. 2021.

6 BUTLER, Sarah. Uber agrees union recognition deal with GMB. *The Guardian*, London, 26 maio 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2021/may/26/uber-agrees-historic-deal-allowing-drivers-to-join-gmb-union>. Acesso em: 18 ago. 2021.

7 PÁRAMO, Andrea Santiago. En tu pedido, va mi vida. *Animal Político*, Ciudad de Mexico, 27 nov. 2019. Disponível em: <https://www.animalpolitico.com/nuestras-voces/en-tu-pedido-va-mi-vida/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

8 NEGRI, Sofía Daniela. Condiciones laborales, proceso de trabajo y movilización de los trabajadores en plataformas de reparto em Argentina. CORDERO, Kruskaya Hidalgo; DAZA, Carolina Salazar (Orgs.). *Precarización laboral en plataformas digitales: una lectura desde América Latina*. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung Ecuador FES-ILDIS, 2020, p. 37-53.

9 VARGAS, Derly Sánchez; CASTAÑEDA, Oscar Maldonado. Obstáculos, resistências y repertorios de movilización social de repartidores digitales en Colombia. CORDERO, Kruskaya Hidalgo; DAZA, Carolina Salazar (Orgs.). *Precarización laboral en plataformas digitales: una lectura desde América Latina*. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung Ecuador FES-ILDIS, 2020, p. 119-134.

No Brasil, há sindicatos, associações e coletivos trabalhando para organizar os trabalhadores via plataformas digitais. Contudo, em diversas situações, foram impostos obstáculos concretos à ação coletiva. Entregadores que participaram de manifestações por melhores condições de trabalho foram coagidos a não comparecerem aos atos¹⁰, em alguns casos, e tiveram o acesso à plataforma bloqueado¹¹, em outros. A Polícia Militar abordou um trabalhador em manifestação de forma abusiva e com violência desnecessária¹² e aplicou diversas multas a entregadores que faziam um ato¹³, com objetivo de intimidá-los. Todos esses exemplos são casos de condutas antissindicaais contra os trabalhadores. O Brasil não possui legislação adequada para combater essas práticas, como já indicado pela Comissão de Peritos da OIT em seus relatórios de 2017¹⁴ e de 2020¹⁵.

Os organismos internacionais estão se pronunciando sobre o tema. Em 2019, a OIT adotou a Declaração do Centenário para o futuro do trabalho¹⁶. Colocou-se que devem ser consideradas as profundas transformações no mundo do trabalho e, para o desenvolvimento de sua abordagem centrada no ser humano, a OIT deve direcionar

10 MACHADO, Leandro. A rotina de ameaças e expulsões de entregadores terceirizados do IFood. *BBC News Brasil*, São Paulo, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53521791>. Acesso em: 18 ago. 2021.

11 SOPRANA, Paula. Entregadores ameaçam entrar na Justiça contra Loggi por bloqueio em app após manifestação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/entregadores-ameacam-entrar-na-justica-contraloggi-por-bloqueio-em-app-apos-passeata.shtml>. Acesso em: 18 ago. 2021.

12 TAJRA, Alex; ADORNO, Luís. “Não consigo respirar”, diz motoboy durante abordagem de PMs em São Paulo. *UOL*, São Paulo, 14 jul. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/07/14/nao-consigo-respirar-grita-motoboy-durante-abordagem-de-pms-em-sao-paulo.htm>. Acesso em: 18 ago. 2021.

13 RIBEIRO, Gabriel Francisco. Entregadores de app são multados em R\$ 6.000 após ato em SP e tensão com PM. *UOL*, São Paulo, 19 ago. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/08/19/ate-r-6-mil-entregadores-recebem-multas-apos-greve-dos-apps-e-acusam-pms.htm>. Acesso em: 18 ago. 2021.

14 ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. Informe de la Comisión de Expertos en Aplicación de Convenios y Recomendaciones. Informe III (Parte 1A). 2017. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_543645.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

15 ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. Informe de la Comisión de Expertos en Aplicación de Convenios y Recomendaciones. Informe III (Parte A). 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_736217.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

16 INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. ILO century declaration for the future of work. *108th Session of the International Labor Organization*, Geneva, 21 jun. 2019. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@relconf/documents/meetingdocument/wcms_711674.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

os seus esforços para promover os direitos dos trabalhadores, com ênfase na liberdade sindical e na negociação coletiva (item II. A, vi). Ainda, estabeleceu que a cooperação efetiva no local de trabalho deve respeitar a negociação coletiva e não enfraquecer o papel dos sindicatos (item II, C). Em 2021, a OIT publicou o relatório *The role of digital labour platforms in transforming the world of work*, apontando que a liberdade sindical e a negociação coletiva devem ser asseguradas aos trabalhadores via plataformas digitais independentemente da natureza do vínculo com as empresas¹⁷.

Em sentido semelhante, a Corte Interamericana de Direitos Humanos divulgou recentemente o Parecer Consultivo n° 27, sobre liberdade sindical, negociação coletiva e greve com perspectiva de gênero. O Tribunal afirmou que esses três direitos devem ser assegurados aos trabalhadores que atuam por meio de plataformas digitais, especialmente por serem pré-requisito para a participação efetiva na elaboração de políticas públicas¹⁸.

A mobilização coletiva de trabalhadores foi central para que direitos fossem reconhecidos em lei a partir da década de 1930 no Brasil. Ainda, a efetividade desses direitos se concretizou, em primeiro momento, a partir a ação do movimento sindical¹⁹. Portanto, mesmo que os atores do sistema de justiça apliquem os direitos previstos em lei para os trabalhadores via plataformas digitais, a organização e a atuação coletiva é um fator determinante para o cumprimento desses direitos no dia a dia, assim como para reivindicar novos direitos perante empresas, governos e legisladores e para desenvolver mecanismos de ajuda mútua entre os trabalhadores.

17 INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *The role of digital platforms in transforming the world of work*. World employment and social outlook 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_771749.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

18 CORTE IDH. *Opinión Consultiva OC-27/21*. Derechos a la libertad sindical, negociación colectiva y huelga, y su relación con otros derechos, com perspectiva de género. Serie A No. 27. San José, 05 de maio de 2021. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_27_esp.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

19 PAOLI, Maria Celia Pinheiro Machado. *Labour, Law and the State in Brazil, 1930-1950*. Tese de Ph.D., Birkbeck College, University of London, 1988.

Políticas antidemocráticas e direito do trabalho de exceção

Renata Queiroz Dutra

Professora Adjunta de Direito do Trabalho da Universidade de Brasília (Graduação e Pós-Graduação). Doutora e Mestra em Direito pela UnB. Integra a REMIR - Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista e a RENAPEDTS - Rede Nacional de Grupos de Pesquisa em Direito do Trabalho e Seguridade Social.

O cenário de degradação das relações de trabalho no país, fruto da crise econômica, da crise sanitária, mas, sobretudo, do desmonte da regulação pública e protetiva do trabalho a partir da Reforma Trabalhista de 2017 (KREIN, 2018) e seus consectários, bem como da atuação regressiva do Supremo Tribunal Federal em matéria de direitos sociais (DUTRA, MACHADO, 2021), pode ser compreendido a partir da manifestação consistente da racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016) e também da construção de um direito do trabalho de exceção (FERREIRA, 2012).

Nesse sentido, é importante tecer algumas considerações conceituais acerca da ideia de neoliberalismo, que entra em ascensão no Brasil a partir de década de 1990 e retoma fôlego acelerado no período histórico mais recente.

Muito se tem associado a ideia de neoliberalismo à ideia de Estado Mínimo, de um Estado que se abstém da intervenção na esfera pública e que relega às leis do mercado a regência da vida pública. Para uma melhor formulação crítica em torno do fenômeno, vale a pena questionar essa perspectiva.

Conforme Pierre Dardot e Christian Laval (2016), o neoliberalismo não pode ser compreendido como uma ausência de intervenção estatal, senão como um modo específico de o Estado se fazer presente nas relações sociais. Isso porque a perspectiva neoliberal não vem associada à retirada do Estado ou ao crescimento da sociedade civil, com aprofundamento democrático, em todas as esferas. Pelo contrário, trata-se da retirada do Estado precisamente das políticas sociais, ao passo que há um crescimento do Estado no fomento e no suporte dos setores que considera estratégicos, assim como no exercício da violência e da defesa da propriedade (VALIM, 2017), contribuindo para um déficit democrático.

Os mesmos autores, em abordagem original, entendem que as avaliações realizadas a respeito do neoliberalismo e de seus impactos foram profundamente subestimados pelos seus críticos. Para os autores, o neoliberalismo não se encerra em uma ideologia ou em uma política econômica, mas em “um sistema normativo que ampliou sua influência sobre o mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (2016, p. 7).

Eles, estudando os pressupostos teóricos do liberalismo econômico, marcam as diferenças entre tal estrutura de pensamento e os contornos que hoje ostenta o sistema neoliberal. Apontam que, enquanto a noção de democracia era cara aos defensores do *laissez faire*, o neoliberalismo aprofunda um paradigma de ausência de controle público no domínio privado e, por outro lado, de intervenção do mercado no controle do Estado (forma, concepção, políticas, prioridades), que é incompatível com a ideia de democracia: para Dardot e Laval (2016, p. 8), se estaria diante de um momento de pós-democracia, com desativação do jogo democrático e até mesmo da política como atividade, que impediria a própria correção das trajetórias políticas adotadas.

A difusão da insegurança social, que acompanha tal processo, por meio da precarização do trabalho (DRUCK, 2011), da fragilização da proteção social estatal e do desfazimento dos coletivos de resistência, é produto e reprodutora da racionalidade neoliberal, na medida em que funciona como motor da submissão dos sujeitos e que blinda, pelo medo e pela necessidade individual de superação e de sobrevivência, formas coletivas e radicais de enfrentamento. No campo das relações de trabalho, não se trata de desregulamentação, como querem supor alguns, mas de uma forma específica de regular, que se afasta dos padrões internacionais e constitucionais de proteção e caminha para um sentido de mercantilização da força de trabalho.

Antonio Casimiro Ferreira (2012), a partir das experiências da troika na União Europeia, debate, desde uma perspectiva da sociologia jurídica, as modificações que o discurso de austeridade implicou para o direito do trabalho. Para o autor, austeridade é “o processo de implementação de políticas e de medidas econômicas que conduzem à disciplina, ao rigor e à contenção econômica, social e cultural” (FERREIRA, 2012, p. 11).

Há, nessa perspectiva, um deslocamento em relação ao que se denominou de “Espírito de Filadélfia” (SUPIOT, 2014), paradigma ideopolítico que regeu a reconstrução da Europa no pós-guerra e que se cristalizou como um vetor humanístico de proteção ao trabalho a partir de 1944, com a consagração, na Constituição da OIT, das ideias

de que o trabalho humano não é uma mercadoria e de que a paz permanente depende da justiça social.

As denominadas políticas de austeridade, como receituário de enxugamento das contas públicas essencial ao crescimento econômico e, sobretudo, como alternativa às crises engendradas pelo sistema financeiro, representam um discurso de sacrifício que Mark Blyth (2018, l. 416) adequadamente denomina de “dor virtuosa após a festa imoral”, uma vez que imputam aos mais vulneráveis o sacrifício, em direitos e em garantias sociais, para o equilíbrio fiscal abalado justamente pelos arroubos do sistema financeiro.

Enredadas a partir de uma perspectiva construída de arrocho fiscal, as sociedades de austeridade se assentariam essencialmente na ideia de sacrifício como pressuposto para a saúde financeira pública. Entretanto, um ponto essencial explorado concerne à ideia de sacrifício e o seu distanciamento em relação ao valor da justiça social, diante do fato de que tais políticas desconsideram os efeitos da desigualdade social no seu desenho. Desse modo, a partir do alheamento ao dado da desigualdade social, o qual permeia todas as doutrinas liberais e neoliberais, projetadas num espaço ideal que não é concretizável numa sociedade de classes, as propostas das sociedades de austeridade recaem de forma mais intensa sobre os sujeitos que são usuários de políticas sociais, exatamente aqueles mais vulneráveis (FERREIRA, 2012).

Um dos marcadores dessa escalada do neoliberalismo em direção à austeridade seria a construção do direito do trabalho de exceção. Por meio dele, ameaça-se o princípio do direito democrático, substituindo-o por um outro, baseado em normas pretensamente naturais e técnicas, que reportam continuamente ao campo neoclássico da economia (FERREIRA, 2012).

Esse direito segue um padrão imposto pelo capitalismo financeiro, como agenda inexorável não apenas para as relações econômicas, mas para as relações humanas de forma geral. Nessa linha, expulsam-se do direito as considerações sobre justiça, promovendo o regresso do direito do trabalho a algo exterior a ele e eliminando sua identidade político-jurídica em favor de uma promessa de atração de financiamento externo por parte dos Estados (FERREIRA, 2012).

A ideia de direito de trabalho de exceção, segundo Antonio Casimiro Ferreira (2012) pode ser sintetizada em três elementos centrais: 1) a compreensão do direito do trabalho (e não apenas do trabalho) como mercadoria, na medida em que o direito do trabalho passa a ser tratado como produto de mercado a operar como diferencial na concorrência

(ao invés de sujeitar a competição à lei, é o direito que se sujeita à concorrência em um mercado jurídico sujeito às leis da oferta e da procura); 2) um neocontratualismo laboral, no qual se rompe como o binômio trabalho subordinado x trabalho autônomo, multiplicando formas híbridas de trabalho dependente e “balcanizando” as formas de emprego no sentido de uma promoção do contrato, em detrimento do estatuto dos trabalhadores; 3) a conversão do direito subversivo no direito do trabalho de exceção, ou seja, aquilo que, por força da disputa regulatória promovida pelos agentes econômicos no contexto neoliberal, eram práticas ilícitas amplamente disseminadas no mercado de trabalho (direito subversivo), por meio de reformas legislativas unidirecionais se tornam práticas lícitas, que melhor se traduzem no direito do trabalho de exceção, no qual a ilicitude de ontem é a regra de hoje. Em outras palavras, é “a falta de efetividade do Direito do Trabalho como novo padrão de dominação”.

Portanto, na Reforma Trabalhista de 2017, tratou-se de inundar o texto da CLT de diversos novos institutos, de um cardápio de contratos precários, de possibilidades de negociação individual, que tinham um único tom: aumentar o poder empresarial no âmbito das relações de trabalho, por meio do esmaecimento de normas imperativas e também do afastamento e/ou da mitigação da atuação sindical. Tanto na forma (medidas provisórias ou projetos de lei de tramitação acelerada), como no conteúdo, temos prejuízo antidemocrático ao diálogo social, marcado por uma ação intensa do poder executivo em favor de uma agenda empresarial (DRUCK, DUTRA, SANTOS, 2019).

Estamos falando de uma lógica profundamente antidemocrática, na qual são eleitos inimigos a serem combatidos intensamente por um Estado seletivamente interventor (VALIM, 2017). Esses “inimigos” podem ser, em alguns momentos, aqueles que foram designados corruptos; em outros, movimentos sociais, sindicatos, servidores públicos, beneficiários da previdência pública, ou até mesmo a mídia independente, tudo a depender da agenda posta pelo mercado (VALIM, 2017).

O neoliberalismo, ao orientar a desconstrução das perspectivas de Estado e de trabalho regulado, o faz também em relação à ideia de democracia, que parecem se agravar no atual quadro do capitalismo, dando ensejo a experiências políticas autoritárias, ladeadas por um cenário de profundo “desmantelamento epistemológico, político, econômico e cultural” do tecido social (BROWN, 2019, p. 51).

A pandemia, enquanto evento que trouxe desafios para o mundo do trabalho em perspectiva global, só pode ser pensada no contexto

brasileiro de forma associada ao contexto de desconstitucionalização do direito do trabalho e à afirmação de um modelo de exceção. Compreender esse processo e como ele se liga à escalada autoritária e antidemocrática do cenário político brasileiro é pressuposto para a crítica e para o desenho de necessárias estratégias de resistência.

REFERÊNCIAS

- BLYTH, Mark. Austeridade: A história de uma ideia perigosa. Trad. Freitas e Silva (E-book). Autonomia Literária, 2018. Não paginado.
- BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? Cadernos CRH, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 37-57, 2011.
- DRUCK, Graça; DUTRA, Renata e SILVA, Selma Cristina. A Contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. Caderno CRH [online]. 2019, vol.32, n.86, pp.289-306.
- DUTRA, Renata Q.; MACHADO, Sidnei. O supremo e a reforma trabalhista: a construção jurisprudencial da reforma trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.
- FERREIRA, Antônio Casimiro. Sociedade da Austeridade e direito do trabalho de exceção. Porto: Vida Econômica, 2012.
- KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva, Tempo social, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 1, abril-2018, pp. 77-104.
- SUPIOT, Alain. O espírito de Filadélfia: a justiça social diante do mercado total. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- VALIM, Rafael. Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo. São Paulo: Contracorrente, 2017.



10º Encontro LBS

Convidamos você para o bate-papo
Direito do Trabalho de Exceção
Quinta-feira, 28 de maio, às 16 horas



RENATA DUTRA
Professora Adjunta de Direito e Processo do Trabalho da Universidade de Brasília. Doutora e Mestre em Direito pela UnB.
Mediação de Fernanda Giorgi

**Do lado de lá
da pandemia**

Muito além de advogar

*Eduardo Surian
Sócio fundador e gestor da LBS Advogados, diretor
do Instituto Trabalho e pontepretano.*

O mundo lá fora não está fácil. Milhões com redução de ganhos, longe do trabalho e na dúvida se existirá trabalho. Milhões sem trabalho.

Os dias continuarão a passar; o entardecer continuará a ser um espetáculo; tudo é uma questão de tempo. Respirar fundo; pensar; vivermos estrategicamente um dia pós o outro; essa é a nossa melhor garantia.

O aprendizado das lembranças nos faz brincar e acreditar na vida. Nas lembranças, as superações se encaixam, mas fundamentalmente o peso para superá-las é o agir do presente. Nesse momento, o exercício da transparência com as crianças, o viver conscientemente, mas não transformando o medo em culpa é o grande desafio.

As mudanças são os registros de nossas lembranças; são os movimentos permanentes que fazemos em nossas vidas. Na maior parte das vezes, são silenciosos; são pequenos e grandes ao mesmo tempo. Movimentar-se e acreditar que estamos buscando algo; transformar aquilo que vivemos nos traz prazer e dor; nos traz um viver, para lembrarmos noutro momento.

A loucura finge que a vida é normal, e nós fingimos ter paciência, mas os tempos de hoje pedem de nós uma grande reprogramação de nossas vidas. Para alguns, o fingir que tudo é normal é a capa para esconder o quanto precisamos nos desafiar a aproveitar esse mundo, pois se a vida é tão rara, esse saber viver consciente dos nossos passos é um grande diferencial para que tenhamos mais um pouco de alma.

Esses tempos provaram que é possível racionalizar o trabalho; que a casa é um grande ponto para nossas vidas, um local de encontro, de proteção antes de tudo. A combinação desse viver fez olhar que muitos de nós perdemos um tempo gigantesco nesse acelerar do tempo. Horas e horas consumimos para nos deslocar.

Isso tudo é um aprendizado nesses tempos. Valorizar essa vida que é tão rara é o grande ganho para esses tempos.

Não é simples o planejar nessas horas, pois esse pode ser meramente

um exercício de fantasia, afinal não temos a segurança do presente para projetar o futuro, mas temos um agir.

Lembrei-me do zumbido nas abelhas na pitangueira de casa na segunda de manhã. Por alguns minutos, fiquei ao lado escutando o barulho delas no festejar da florada. Em algum momento, a vida traz a flor para as abelhas.

E aí quando a gente balança, sempre temos alguém a nos olhar por perto.

Qualquer momento de angústia precisa ser vivido. Não tem toque mágico; não tem como imaginarmos que levitaremos no paralelo; que estaremos isentos a tudo, para ficarmos indiferentes a isso. Se ficarmos indiferentes, estaremos sem máscaras nas ruas; acharemos que tudo é normal; não nos protegeremos; não buscaremos medidas para a nossa proteção; não existirá ponderação para procurar o guarda-chuva, a capa, ou não sair de casa. A chuva poderá nos molhar; o pior, poderemos ficar à mercê dos raios, das estradas sem a devida visibilidade.

Viver a angústia, a impotência desses momentos tem dor, tem dificuldade, mas estamos olhando para ela, convivendo com nossas fraquezas. Aí agir é o caminho. A combinação de parágrafos trouxe-nos até aqui. Uma combinação cujos textos potencialmente se conversam para virar esse livro. Exatamente esse emaranhado formou esse escritório. Um lugar onde o encontro coletivo produz o brilho e a descoberta das individualidades. Nesses anos todos, o passado sedimentou um presente para construção de um futuro.

O Direito do Trabalho, que é o nosso alimento, ganha sabor, pratos coloridos, com um olhar que desafia a escassez. Sempre vou me lembrar de ser um advogado porta de fábrica, porta de garagem ou porta de agência. Esse significado corresponde a estabelecer o diálogo com quem efetivamente está sentindo a relação do trabalhar. O desafio de advogar nos anos oitenta, com uma lei de greve que a proibia, com um movimento sindical sempre tratado como caso de polícia foi uma grande base.

A relação capital/trabalho é marcada pela exploração, pelo resultado onde o capital tem no trabalho a mola para que os lucros surjam sem grandes esforços, mas exatamente pelo trabalho em grande esforço. Nesse caminho, o prazer em trabalhar se torna ponto de reflexão. O trabalho na fantasia é, muitas das vezes, o exercício de um prazer; nosso papel surge ao mostrar que é possível imaginarmos que ele não corresponda ao resultado fácil da exploração; que ele possa sim contrariar a lógica da exploração, numa transformação para sonhar com a fantasia.

O Direito do Trabalho, em parte, nos forneceu essa ferramenta. Quando começamos, o conhecer foi o impulso a saltar os obstáculos que surgiam nos caminhos, pois a construção de um mundo de respeito, de Direitos, em que enfrentar as dificuldades não nos trazia a paralisia, o impedimento de não procurar o prazer do trabalho. Nesse caminho, o capital continua também a se reinventar; a ampliar seus muros na imediatidade que seus obstáculos são superados. De certa forma, essa reinvenção permanente do capital transformou o Direito do Trabalho em um inimigo.

Preservar resultados e rendimentos fáceis sem grandes esforços nos tempos atuais significa ter um Direito do Trabalho distante. Flexibilizar, terceirizar, precarizar e até escravizar são verbos extremamente conjugados pelo capital no século XXI.

Por sua vez, nosso papel também é um reinvento, um caminho de resistência. Assim, vamos reunindo uma juventude, uma construção de sucessão. Novos olhares para pensar caminhos; aprender com aqueles que um dia trilhamos, mas que, com certeza, olham para a realidade presente; os desafios para superar os novos obstáculos.

No primeiro momento reconhecer, esclarecer, conscientizar, falar, denunciar, construir, emancipar são os verbos para nossa conjugação, pois mudar caminhos e olhar alternativas são nossos estímulos.

Mas além dos verbos para mudança, essa também nos pede que insistamos em uma construção em que o coletivo seja sempre pensado. O século XXI, os avanços tecnológicos, transformaram a vida nos festejos da individualidade. Somos educados, criados, num ambiente em que o indivíduo precisa concorrer; em que ele alcança o que almeja por seus méritos. O olhar de que estamos juntos numa caminhada é sempre descartado. Uma sociedade do capital elege esse modelo facilmente. Empreenda, sua dedicação levará aos seus desejos, são temas que misturam clichês desse mundo capitalista, com projeto de vida de igrejas para prosperidade. Nesse caminho, também não se insere pensar em um Direito que proteja quem trabalha. A proteção você construirá é a promessa vazia.

Nossa estrada tem outra paisagem. Ao contrário de pensar que o indivíduo constrói sua proteção; que seus objetivos são alcançados tão somente pelos seus méritos, vamos olhar as complexidades e as diferenças que compõem nossa sociedade. Vamos observar que essa estrada empreender não significa simplesmente uma atitude de vontade própria; que outros fatores podem amparar resultados positivos. O indivíduo e seus desejos são importantes, mas existe

algo maior e semelhante para que tais sejam alcançados. Existe um coletivo a proteger a caminhada. Não existe estrada onde a regra seja a vontade de cada um que por ela percorra; o todo sempre se sujeita a parâmetros comuns e coletivos. Esses vão dar equilíbrio; permitir a boa chegada de todos. O Direito do Trabalho que conhecemos lá atrás muito nos ajudou nisso tudo.

No mundo em que uma pandemia nos assusta, nos traumatiza com perdas inesperadas, descobrir sentido no amanhecer seguinte, no encontrar o colorido, tem nessa expressão a superação dos obstáculos um grande aliado. A pandemia é um grande muro, mas muros são obstáculos que toda hora encontramos. Superá-los pela transformação é o sentido das nossas ações.

Dupla falta!

Fernando José Hirsch

Sócio da LBS Advogados.

Pós-graduado pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, em Economia do Trabalho e Sindicalismo I e em Economia do Trabalho e Sindicalismo II. É Mestre pela Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP em Direito do Trabalho.

Terça-feira e o Professor Pedro me chama após a aula:

– Fernando, o Bernardo pode jogar um campeonato de tênis em Valinhos neste sábado?

– Pedro, estamos numa pandemia, já estou preocupado de ele estar fazendo aula de tênis neste período; estão morrendo quase 800 pessoas por dia; no mês passado eram mais de 1000. Não fazer um campeonato para crianças neste período?!

– Fique tranquilo, Fernando, seguirão todos os protocolos de segurança; já aumentaram a quantidade de torres com álcool gel; será exigido o uso de máscara; o local é aberto e, ainda, tem recomendação para que cada criança só leve um acompanhante. Tudo na máxima segurança! Olha o *site* do evento com essas recomendações!

– Professor, sei, conheço esses protocolos como funcionam na prática!

– Bê, você quer participar? Você só joga faz 5 meses? Você jogará com meninos que treinam há alguns anos e já participaram de outras competições.

Bernardo respondeu com uma voz trêmula após meu discurso:

– Quero sim, o Felipe, o Samuel e o Leo participação, já estão inscritos. Eu quero ir também!

– Professor, além da pandemia, o Bê nem sacar ele sabe; vai ser um *show* de horrores; será um jogo só de dupla falta! Acertar o saque é a condição para iniciar a disputa do ponto.

– Professor Pedro, está bem, então pode inscrevê-lo!

Treinamos saques na quinta, na sexta e ainda no sábado de manhã antes dos jogos. Estava preocupado que ele ficasse frustrado de nem sequer conseguir disputar os pontos. Na competição, eram dois grupos com quatro tenistas em cada grupo e apenas o primeiro colocado se classificaria para a final da competição. Fariam três jogos curtos entre

os quatro jogadores do próprio grupo. Na sexta-feira, ele já conhecia o nome dos adversários e pesquisou o histórico de competições e os resultados deles.

Fomos ao campeonato e, mesmo antes de estacionar, ele já tinha tirado o cinto de segurança; colocado a máscara; passado álcool gel e saído do carro sozinho sem medo da dupla falta.

Observei alguns carros; dois deles adesivados com a bandeira brasileira e fiquei ainda mais preocupado com os protocolos de segurança. Para atenuar minha preocupação, no local, todos estavam utilizando máscara.

Começou a primeira partida. Bernardo sacando, primeiro ponto: dupla falta, segundo ponto: dupla falta, terceiro ponto: dupla falta. Olhou para minha cara com um semblante assustado; voltou a sacar, acerta o saque, mas perde o ponto. Não errou mais saques durante a partida, mas perdeu o jogo. Saiu frustrado da quadra:

– Eu poderia ter ganhado; a diferença não era tão grande; não faltou muito!

– Também acho Bê, mas o menino é muito bom; tem vários anos de tênis e participou de várias competições. Só quero saber se você se divertiu, gostou de competir?

– Sim, claro, quero jogar de novo.

No intervalo entre os jogos, os locais com sombra tinham pequeno distanciamento entre as pessoas. Ainda, os pais esqueceram de ler a recomendação de apenas um acompanhamento por criança, tinha até avós assistindo!

Iniciou o segundo jogo. Não piscava o olho; o pai não existia na grade; não fez uma dupla falta; jogou muito bem e ganhou o jogo de um menino aparentemente melhor! Acabando o jogo, abraçou alguns amiguinhos que estavam participando do torneio; o pai foi o último a ser abraçado! Não sei se comemorava sua alegria ou se me preocupava mais os abraços pandêmicos recebidos! Tomou um banho de álcool gel; passei até dentro da orelha! Se riscasse um fósforo, explodia!

Após o jogo, estava em êxtase. Telefonou por vídeo para a mãe e o irmão que estavam em casa; falou muito, não parava, atropelava as palavras; contou todos os pontos da partida, completamente insuportável! O mundo era ele e a partida que ganhou!

Na lanchonete, os pais acreditavam que lá era a Nova Zelândia; todos bebendo e comendo próximos, sem pensar e se preocupar com

máscara ou pandemia! Para minimizar o risco, todo meu troco ficou no caixa e olha que não me lembro de alguma vez na vida de não ter pegado o troco.

Já estava escurecendo e iniciou o terceiro jogo. Jogou bem, só fez uma dupla falta na partida, mas perdeu os pontos decisivos e, nos detalhes, o adversário saiu vitorioso. Foi por muito pouco que não ganhou.

Acabou o jogo, já eram poucas as crianças.

– Pai tô bravo, muito bravo, mas muito bravo mesmo!

– Por que, meu filho? Você jogou bem, se divertiu, participou do campeonato; melhorou o saque durante as partidas; conversou com os amigos; ganhou até um jogo muito difícil! Lembre-se de que você começou a jogar faz cinco meses e esta é sua primeira competição.

– Não estou bravo com ninguém, estou bravo é comigo. Dava para ganhar, eu podia ganhar, eu errei duas bolas que não eram para eu errar; se não errasse, ganharia o jogo!

– Filho, esporte é assim. Da mesma forma que você ganhou o segundo jogo bem apertado, perdeu esse bem apertado.

Um pouco mais calmo, fomos até a lanchonete, que já estava bem mais vazia. Apesar da maioria sem máscara, comemos alguns espetinhos; tomei alguns choppes; assistimos à final da competição. Recebeu sua medalha; saiu na foto do torneio fazendo careta e fomos embora após o décimo banho de álcool gel do dia, apesar de algumas torres já não terem o produto.

– Pai, por favor, liga agora para o Professor Pedro e pergunta se não tem algum campeonato para eu participar amanhã, liga vai, liga!

– Menos meu filho, hoje ficamos mais de 10 horas fora de casa, vamos com calma! Também ainda estou digerindo todo este contato presencial com as pessoas!

– Chegando em casa, já era bem de noite, contou para a mãe e irmão todos os pontos das partidas; ligou para uns avós, outros avós, depois para os tios e a madrinha; a conversa nunca terminava, só ele falava e respondia.

Já era mais de meia noite e fomos nós quatro dormir!

Todos os protocolos de segurança foram cumpridos! Tã bom, sei!

Minutos antes de cair no sono, fiquei pensando no medo de só fazer a dupla falta e nem conseguir jogar, mas, na verdade, o medo era mais meu, e talvez não dele. Se foi medo, rapidamente foi superado e

deixado para trás. Se, na terça-feira, o objetivo era acertar o saque, ao fim do sábado, o objetivo não era apenas colocar a bola em jogo, mas ganhar o ponto, o game, o set, o jogo e o próximo campeonato.

O medo de dupla falta na vida, mesmo que muitas vezes realizada, deve ser apenas o trampolim para uma grande partida!

O que vou contar

*Gláucia Alves da Costa
Sócia da LBS Advogados.*

É fato que, no futuro, quando a ampulheta da vida já estiver com a base mais pesada, de tudo que vivi, o que terei de mais importante para contar para os mais novos será o que presenciei; o que senti e o que aprendi durante a pandemia.

Contarei que tive medo de morrer; que tive medo de perder amigos, de perder familiares? Acho que não. Isso é muito óbvio e não vai acrescentar nada na vida de quem tiver a generosidade de me ouvir. Melhor, vou contar como sobrevivemos e o que não deixamos morrer.

Vou contar que, antes de 2020, eu tinha encontrado a minha turma. Uma turma com alguns costumes que incomodavam bastante gente. Na verdade, incomodavam muito!

Uma turma que achava que nenhum ser humano deveria passar fome; que nada justificava atos de discriminação; que, acima de tudo, era necessário preservar a vida e a dignidade das pessoas, e outras coisas que nos classificavam como pessoas de esquerda, como progressistas.

Era bem complicado ser dessa turma; confrontávamos com um outro grupo que pensava completamente o oposto. Gente que, resumindo, era capaz de achar que a Terra era plana.

Essa gente sempre dominou o Brasil. Cercados de privilégios, lutavam com todas as armas para não os perder e, mesmo que não os perdessem, não toleravam qualquer tipo de ascensão social ou de conforto para os mais pobres.

O que mais nos dava força para resistir era a união; os encontros nos davam energia. Tínhamos acabado de passar por momentos difíceis nos quais havíamos estabelecido que ninguém soltaria a mão de ninguém.

Em março de 2020, chega a pandemia. Literalmente, de um dia para o outro, ninguém mais sai de casa; ninguém mais se encontra; ninguém mais tem segurança de como será sobreviver, ter trabalho e ter dinheiro para se manter e, muito menos, se estaria vivo por muito tempo. O vírus era uma presença sombria; estava lá fora e qualquer descuido viria para dentro de casa e aí já era.

Era o ambiente perfeito para aflorar os pensamentos e as atitudes cada vez mais egoístas, como exigir que as pessoas mais humildes continuassem trabalhando, mesmo correndo risco de vida, ou, se não fosse mesmo possível colocá-las para trabalhar, demitir e deixar passar fome. Os pobres morreriam de fome, melhor que morressem trabalhando.

Ah, e para piorar, essas atitudes eram incentivadas e potencializadas pelo discurso diário do inominável que aquela gente da Terra plana tinha colocado na Presidência da República. O inominável esparramou morte e ódio; tentou nos roubar a esperança e a democracia.

Perdemos muitas e muitas vidas e vimos muita gente sendo jogada na valeta da fome, do desamparo e da falta de dignidade. Muito do que construimos foi destruído.

Parecia tudo perdido, mas não se perdeu.

Foi aí que entrou toda a força da nossa resistência. Aqueles princípios da turma progressista, aqueles valores se mostraram ainda mais fortes. Nossos encontros eram virtuais; não tínhamos a força do abraço, mas tínhamos o consolo do olhar, ainda que mediado por uma tela de computador.

Não nos dispersamos, nos unimos ainda mais. Nós nos apoiamos e nos amparamos. Conversamos ainda mais sobre temas que sempre defendemos; nos posicionamos; preenchemos espaços de fala; nos dispusemos e tivemos o privilégio de ouvir pessoas que sempre foram símbolo dessa luta, gente com conteúdo e com capacidade de motivar.

Também era necessário aliviar o *stress* das notícias diárias, de falecimentos de pessoas próximas, de gente que fazia a diferença e que passou a fazer muita falta. O *stress* e o abalo emocional que nos trazia a falta da presença física do outro eram enormes. Buscamos alívio na cultura, sempre juntos e sempre de forma virtual cantamos, cozinhamos, escutamos poesias, tomamos vinho, cerveja e café.

Resumindo: vou contar que perdemos muito, muito mesmo! Mas também vou contar que não perdemos a esperança e a coragem de lutar pela reconstrução; de lutar por nossos ideais de uma sociedade justa e igualitária; não perdemos a capacidade de amar. O que mais quero é poder dizer que foi assim que os que estarão me escutando terão encontrado um país melhor.

Eu, sujeito! Nós, coletivos.

José Eymard Loguercio

Advogado sindical, sócio fundador da LBS Advogados e Presidente do Instituto Trabalho. Mestre em Direito e Doutorando em Direitos Humanos e pela Universidade de Brasília. Especialista pela Universidade Castilha-La Mancha (UCLM).

Março de 1964! Ouvi, desde sempre, sobre os rumores daquele mês. O discurso de 13 de março e o desfecho do 31! Pai comerciante, mãe professora do estado de Minas. Uma pequena cidade, católica, que dista 35 km da cidade paulista mais próxima, Mococa. Estrada de terra. O que liga Minas a São Paulo. Estrada de terra e uma ponte. A ponte rodou. Não passa. Encravou. Vai chover. A estrada está que é um buraco só. Cuidado. A cidade tinha 3 escolas públicas: Coronel Lucas Magalhães, a escola de lata. Escola estadual Doutor Wenceslau Braz. Ensino primário até a 4ª série. Colégio Américo de Paiva. Ensino Fundamental e Médio. Wenceslau Braz até a 3ª. Série. Convivi com os colegas de todos os lugares. O recreio. O pátio de chão batido, as brincadeiras com todas as crianças. Crianças com lancheira e lanche ao lado de outras sem lanche e nem lancheira. Um embornal. Os cuidados da horta. A sopa do intervalo, nos dias mais frios. O café com leite, pão e carne moída, nos outros dias. Sopa de fubá com chicória. Achocolatado. A fila. O burburinho. Mudei para o colégio Américo de Paiva na 4ª. Série. Os rostos ficaram mais brancos. Mas, ainda assim, no ciclo até a 5ª série, se viam os colegas da área rural. As séries iam passando. Os rostos cada vez mais brancos e os colegas da área rural... sumiram! O progresso parece que ia chegar. O asfalto ligaria o sul de Minas a São Paulo. Ligou. Ainda nos anos 70, os desfiles cívicos. A fanfarra. As quermesses, as procissões. As festas juninas. Os bailinhos nas casas. O Minas clube. A praça de esporte. Sidney Magal, Gretchen, Jerry Adriany. O festival de música no cinema. O cinema. A sirene do cinema. Kung-fu, Mazzaropi, Dona Flor e seus dois maridos, Adele de Fátima. A rivalidade do carnaval - é Braz ou Belém? O bloco do Braguinha: os excluídos da festa de momo. Os monstros a aterrorizar a molecada. A maioria pretas, pretos e bichas. A rivalidade dos dois times de futebol - é Rádio ou América? A Rádio Progresso. A política local e nacional, o coronel, os coronéis. As personagens populares: quase todas elas negras a pedir esmolas; os amigados, os falidos, os poderosos. O preço do café. A Congada em Itamogi, a Folia de Reis em Monte Santo. As separações de casais. O silêncio perto das crianças. O circo, o globo da morte, o palhaço carequinha. A filha de boa família

fugiu com o palhaço. A professora aposentada, que vivia sozinha, ia às missas todas as tardes, sumiu. Desapareceu para sempre. A alfaiataria, onde tudo se fica sabendo. A sorveteria, a cadeia, o vampiro. O vampiro. Os meninos gêmeos mortos na beira do trilho do trem; o trem. A professora de História que levava a turma, de trem, até São Sebastião do Paraíso. O prazer da prosa no ir e vir. A feira de ciências. Belo horizonte, escola mata-borrão. O mineirinho. Padre Donizete. Pagar promessa em Aparecida do Norte. A perua kombi, a lotação. Sai às 5 horas para São Paulo. São Paulo. Ah, São Paulo. Meu avô, sentado no alpendre fumando o seu cigarro no auge de seus 90 anos. Lia e repetia: Me-di-cci (pronunciado assim) é mau: - esse é mau! Eu não entendia bem o motivo. E a vida seguia. Esse é um país que vai pra frente, ô, ô, ô, ô, Ô. Eu te amo meu Brasil, eu te amo....me coração é verde, amarelo, branco azul anil. Meu pai tinha um homônimo. Diziam: um comunista. É o que se dizia! Não se sabia bem quem era. Sabia-se ser um jovem do sul. Sem parentesco. Pelo sim, pelo não, um salvo conduto. O documento guardo até hoje. A copa de 70. Mário Américo é da cidade. A copa e as copas, que festança. A partir do primeiro colegial, a divisão aumentava. Ou...os iguais iam ficando mais iguais. Estudar em Ribeirão Preto, em Campinas, em São Paulo. Belo Horizonte era mais longe. Iguais ou acima, na escala social, iam “para fora”. Educação em primeiro lugar. Campinas. A primeira escola particular. Campineiras e campineiros filhos de campineiras e de campineiros. Alguns, de boas famílias do interior. Bafejos democráticos rondavam o país. Aula de história. A professora meio hippie. Aula de história. O professor meio comunista. Aula de Geografia. A professora escorrega no preconceito. A sogra abrigava um jovem negro no porão. Uma alma caridosa. Cala a boca, Barbará. Cala a boca, Barbará. A prima, “sempre metida em política”: faz ciências sociais na Unicamp. O pau vai comer. Joga fora os panfletos. Dá descarga. Empresta o vaso sanitário do teu apartamento. A vizinha do 7º andar convida para jantar. Um professor vai estar presente. Paulo Freire. Não sei bem quem é. Já ouvi esse nome. Fico na dúvida. Venha. Estaremos só nós. O padre da pastoral Operária também. Pastoral Operária? Vou. Fui. A sinfônica de Campinas toca na praça. Benito Juarez. Um maestro. Projeto Pixinguinha. Tanta gente boa. Música da melhor qualidade. Boca livre. Cursinho. Severino, professor de literatura. Clarice Lispector. Lori e Ulisses. Clarice é definitiva. Direito? Será? Não era jornalismo? Não dá! O pai faliu. Acolhimento na casa da tia do melhor amigo e tudo vira uma nova família. Uma nova família! O banco. O café torrado e moído. As freguesas de sempre. O sorvete. Também vendo La Basque. O banco vende mais barato para os funcionários. Quem vai querer?

Direito é muito chato. Prefiro as palestras da Professora Marilena Chaui na Unicamp. Lotado. Auditório lotado. Vamos para espaço maior: o refeitório enorme. Lotado. Marilena encanta. Voto útil. Votar. Democracia. O discurso competente. A SBPC. O campus. O burburinho. Um sebo. Uma livraria. Uma loja de disco. Um livrinho: O que é Direito. Professor de Brasília. Coleção primeiros passos. Dedicado a....Marilena Chaui. Compro. Leio. Me coloca em outro lugar. ENED. Roberto Lyra Filho vai estar lá. Vou. Niterói. Meu chefe foi camarada. Alguns dias de folga. Nem precisa contar ou anotar. Ajudei, no fim de semana, ele fazer a mudança da família para uma casa maior. Gente boa. Compensação bancária. Pega cheque. Conta cheque. Separa cheque. Soma cheque. Ônibus. Câmara de troca. Não bate. Deu erro. Soma de novo. Cuidado com a multa. Achou. Bateu. Volta. Separa. Soma. Coloca no escaninho. Carimbador maluco toca na rádio. Pluft plaft zoom, não vai a lugar nenhum. Meu colega de trabalho, boa gente. Estudante de economia na Unicamp. Dica. Trabalha mais devagar. Alguém pode desconfiar de que não precisam de dois. O pátio dos Leões. Os encontros. Os desencontros. ENED. Foi o máximo. A filha do Desembargador enrolada na bandeira na entrada do prédio (gótico?) deixa pra lá. Consegui uns livros. Direito e Averso. Procuo mais nas livrarias, não. Surgiu um estágio no sindicato dos metalúrgicos. Vai lá. Vamos lá. Entrevista. Nada de resposta. Toda noite. Edna não tem resposta. Não tem. A Dra. Mayla não decidiu. Volta. Volta e volta...estão contratados. Pedido de demissão. Início de outra vida. Diretas já. Emenda Dante de Oliveira. Frustração. Passeata. Do Pátio dos Leões até o Centro de Convivência. O vice-reitor à frente. Dia seguinte, abertura de procedimento disciplinar. O Diretor não gostou. Arquivado. Pátio dos Leões. Um convite. Um encontro. O encontro. A vida vai mudar de novo. Eu ainda não sabia. Diretas já. Anhangabaú. Nunca vi tanta gente na vida. Sobe a brigadeiro. Brigadeiro. Vai passar? Vai passar. Mas antes, uma coqueteleira nos leva à Lyra Filho. Mudou-se para São Paulo. Um convite. Encontros dominicais. A aula. Os papos. O pernil assado. Os croissants. Os filmes. Os livros e livros e livros de um apartamento biblioteca. A palestra na PUC-SP. A gafe. Um curso sendo gestado. A eleição do Suplicy. Não? Ganhou o Jânio. O livro sendo gestado. Desordem e Processo. Comemorar os 60 anos “do velho”. Velho? A aula magna no salão da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Um retorno. Novos tempos. O telefone na véspera. Tatuí. O velho morreu. O velho? A morte. Na véspera. São Paulo. Começa a avisar as pessoas. Marilena chega na madrugada. Abro a porta. Não sei se choro ou se sorrio. Abraço. Forte. Como se fôssemos amigos de longa data. Professor José

Eduardo Faria chega. Senta solene. Sentamos todos. Conta suas histórias com Lyra Filho. Outros são avisados, mas o enterro será em Curitiba. Melhor ir direto, Professor José Geraldo! A mãe chega para a despedida. O filho chega. O corpo sai. Saímos todos. Fim de um ciclo. Começo de outro. A preparação para lançar o livro....na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. A aula que não houve. A homenagem é póstuma. Segue. Tudo segue. O encontro com Paulo Freire no Nobrinho. Um encontro marcado somente com a turma do Direito e Avesso. Ensino jurídico. A direção não queria saber de Paulo Freire. Nós, queríamos. Voz serena. Eles, meus jovens, fazem a parte deles. Nós, vocês, a nossa. Sociedade de classes. Já ouviram falar? É assim quando se defendem interesses e direitos de minorias, espoliados e oprimidos. E é assim. Direito é luta. Reclamamos do positivismo. Da alienação. Em que ano da Faculdade estão? Dizemos. Ele diz: e vocês estão aqui! Nem tudo está perdido. Nem tudo estava perdido. Professor José Eduardo Faria. Debate. Nobrinho. Duelo de titãs. Um telefonema. Foi cancelado. Como foi cancelado? Ligaram de São Paulo. Como ligaram de São Paulo? O professor Faria está na estrada. Tarde demais. O diretor da faculdade liberou o Nobrinho para outra atividade. Cancelado. Como assim? Não tem debate. Tem debate. Corre. Arruma sala. O vice-reitor aceita participar. Alguns professores aceitam participar. O vice-diretor, um pouco contrariado, aceita participar. Sala lotada. Dia seguinte: novo procedimento administrativo? Não vai rolar. Não precisa. Deixa como está. Vai passar. Vai passar. Alao Caffé Alves no Nobrinho. Quem convidou? Não pode. Pode. Procedimento administrativo. Quem convidou? Nós. Arquiva. Paulo Freire. Direito é luta. As greves. O camburão. Demissão de 200 trabalhadores por justa causa. Participaram da greve. O telefone toca. É o TRT marcando audiência da greve para as 14. São Paulo. Mas são 10 horas! Se vira. Greve ilegal por pressuposto. Substabelecimento. Substabelecimento. Os trabalhadores gritam no salão. Querem resolver suas vidas. A Justiça do Trabalho não lhes dá resposta. Acordo. Acordo para seguir a vida. Segue. Rodoviários. CCTC. Empresa de transporte urbano. Demite por justa causa. Vai pra justiça pedir seus direitos! Faz acordo para não passar fome. O processo demora, doutor? A juíza marca a primeira audiência. Não dá acordo. Marca a segunda só para ouvir as partes. Excelência a empresa sempre dispensa. Vamos ao que interessa. Audiência. A empresa dispensa. Outra audiência. Doutor, o processo demora? Sentença daqui um ano. Recorre. E recorre. E volta. E calcula. E intima. E discorda. E, doutor, o processo demora? A greve. As escolas pararam. Vitória. Demissão. As professoras demitidas. A greve. Os servidores municipais. Arapuá. Audiência no Ministério Público do

Trabalho. O Presidente do Sindicato. Não veio. A Federal a postos. Prontos para levar desobediência. Frustrada. A negociação. O fim. A vitória. A vida segue. O escritório. A rodoviária. O prédio. A máquina elétrica usada. O padre vendeu. O Tribunal. Novos tempos. Planos econômicos. Inflação. Greves. Constituição nova. Novo sindicalismo. Um novo tempo apesar dos perigos. Acreditamos que o mundo será melhor. Vai começar uma nova vida. Viver e não ter a vergonha de ser feliz. É bonita. É bonita e é bonita. E será e será. Viver e não ter a vergonha de ser feliz. Cantar e cantar e cantar é bonita é bonita é bonita. Vai passar. Vai passar. E seguiu e seguiu e segue e segue. Sujeitos da história. Somos todos sujeitos da história. Queiramos ou não. É melhor querer!!!!

Construindo Futuros

Luciana Lucena Baptista Barretto
Sócia da LBS Advogados.

Nessa manhã, recebi a ligação da minha neta. Nossa relação é boa, apesar da distância oceânica que nos separa nesse momento. Não pude atender o recado que ela deixou; tinha urgência de criança, ser celestial central em seu universo: “Vó, me liga logo; preciso de ajuda com um trabalho da escola valendo nota; é sobre aquele período que você sempre conta, da época da pandemia.”

Liguei imediatamente, assim que cheguei em casa:

- Oi, querida, você quer falar comigo?
- Então vó, preciso entrevistar alguém que conte sobre a época da pandemia da Covid, e meu pai não lembra muita coisa; só que foi uma maravilha ficar jogando videogame e não ter que ir na escola.
- Hum, ele era pequeno, tinha de 6 para 7 anos. Bom saber que, na memória dele, ficaram as coisas boas de moleque. Mas, na época, reclamava bastante de não ter os amigos por perto para brincar, para jogar bola e para fazer as traquinagens da idade. Foi um período muito duro para as crianças. Mesmo crianças privilegiadas como seu pai passaram a conviver com a ideia da morte com a simples aproximação física das outras pessoas. Lembro quando pegávamos o elevador, o quanto ele ficava assustado e com medo; se algum outro morador do prédio também entrava; se alguém espirrasse ou tossisse por perto, era um gatilho para uma crise nervosa.
- Vó, por que você disse que meu pai era uma criança privilegiada?
- Um grande número de crianças não tinha acesso à internet e ficaram um longo período sem qualquer contato com a escola. Muitos trabalhadores ficaram desempregados e tiveram que se submeter a trabalhos precários, na época chamávamos de uberizados. Dos empregos que foram mantidos, a maior parte exigia a presença física em ambientes de trabalho inseguros quanto à contaminação pelo coronavírus, colocando em risco a vida dos trabalhadores e de seus familiares.

Com um rostinho cheio de dúvidas, a menina me perguntou: – Mas e o tal isolamento que você tanto conta?

– Foram poucas as famílias que conseguiram se manter isoladas trabalhando em suas residências, um pouco mais protegidas da contaminação, o que elevou drasticamente o número de mortes no Brasil, chegando a mais de 4 mil em um único dia. Além disso, o governo negava a gravidade da pandemia, incentivando a população a consumir remédios ineficazes para a Covid-19, como prevenção e cura para a doença. A população ludibriada por um governo “curandeirista”, que inclusive colocava em dúvida a eficácia das vacinas, obrigou a população a trabalhar presencialmente, lotando o transporte público nas grandes cidades. Por causa do grande número de pessoas contaminadas, hospitais e UTIs ficaram sem vagas para atender toda a população e muitas pessoas doentes morreram sem atendimento. Foi um momento de muita tristeza, de perdas de familiares e de amigos.

Ao narrar esse momento catastrófico da história do Brasil, senti o ar mais pesado; a emoção já estava na minha fala; a lembrança dos telejornais a que assistíamos, anunciando diariamente o número de infectados e de mortos; a CPI instaurada pelo Senado, a qual acompanhávamos ao vivo, indignados com a desfaçatez dos membros do governo e de “empresários” das farmacêuticas intermediárias de vacinas fantasmas; a prescrição do Kit-Covid por meio das redes sociais do presidente da república e de seguidores acéfalos. Todos esses fatos nefastos reafirmavam que a história poderia ter sido diferente com uma administração apoiada na ciência, na transparência nas informações para a população dos reais riscos da doença e no apoio financeiro para que a população realmente pudesse se recolher em suas casas, baixando a disseminação do vírus.

Minha neta sacando que o assunto me entristeceu, tentou mudar o rumo da conversa:

– Até agora você contou sobre as pessoas que não puderam fazer o isolamento. Mas o que mudou na vida de quem pôde trabalhar de casa?

Ela tinha razão, senti que estava fugindo em falar dos que puderam, como minha família, trabalhar de casa mais protegidos da contaminação do vírus, com tantas pessoas tendo que arriscar a vida para trabalhar, com perdas familiares. Parecia irrelevante falar de uma parcela que teve condições tecnológicas para enfrentar a pandemia com menos risco de contaminação. Por outro lado, foi um momento disruptivo, para uma parcela das empresas e um novo formato na conexão das pessoas passou a ser usual:

– Uma parte da população pôde trabalhar das suas casas em sistema de *home office* e crianças puderam fazer aulas *on-line* por um período. A tecnologia para que pudéssemos trabalhar de nossas casas já existia. Mesmo antes da pandemia era comum falarmos com nossos familiares por videochamada. A pandemia trouxe uma urgência e uma necessidade para o uso diário de videoconferências e assim passamos a nos conectarmos com os colegas de trabalho e com clientes pela tela do computador; não importava o local físico; todos estavam na mesma “sala” em conversas diárias. O isolamento era uma das principais recomendações da Organização Mundial da Saúde, como também o uso das máscaras em locais compartilhados, respeitando um distanciamento mínimo de um metro entre as pessoas. Ainda assim, acontecia de essas pessoas se infectarem indo ao supermercado, ao médico, visitando um familiar, ou descumprindo categoricamente a recomendação por cansaço do longo tempo sem interações físicas. Na época, os médicos chamaram de “fadiga do Zoom”.

Uma lembrança nostálgica me veio à mente nesse momento: como era bom dirigir; pegar a estrada ouvindo música pensando na vida; era um momento de relaxamento. Existia sim um sentimento de amor e de ódio com o carro; o trânsito caótico de São Paulo era um exemplo de desgaste emocional e físico, mas, passado tanto tempo, a lembrança que restava era só de saudade em estar no controle do meu veículo.

– Tá certo vó, já tenho bastante informação para colocar no meu trabalho sobre o Brasil, mas preciso de algum fato pessoal vivenciado pela minha família, o que coloco?

– Lembrei-me de algo que eu, seu avô e seu pai fazíamos praticamente todos os domingos de manhã nesse período da pandemia: caminhávamos no *campus* da Unicamp. Um espaço enorme, sempre muito vazio, o que dava um ar triste, mas seguro. Em nossa imaginação, éramos exploradores de um lugar desabitado e ficávamos encantados com a diversidade de sementes caídas no chão, o colorido das flores, com as árvores de todos os tamanhos, o canto dos pássaros, com o ciclo das cigarras na primavera com os casulos deixados nas árvores e as semanas do ritual musical de acasalamento, com os lagartos tomando sol no inverno e até um Teiú que nos lembrava um dinossauro...

Interrompendo minha fala, a menina cheia de alegria me pergunta:

– É nesse lugar que está a “floresta das árvores cantantes”? Meu pai me contou sobre esse lugar em Campinas.

A pergunta me trouxe o sorriso no rosto e na memória um menino birrento que pedia para não sair de casa para ficar jogando videogame. Valeu insistir em vivenciarmos momentos de fantasia, esquecendo um pouco a dureza das tragédias e os distanciamentos da pandemia.

– Isso mesmo, em nosso brincar, batizamos como “floresta das árvores cantantes” um espaço na Unicamp cheio de árvores altas que o tocar do vento em suas folhas produzia um som maravilhoso e tranquilo. Era um ritual passar nesse local e demorarmos um pouco mais para curtir aquela paz, ouvindo o “cantar” das árvores. Fechando meus olhos agora mesmo, posso sentir o vento e ouvir o som dessas árvores. De todas as lembranças do período da pandemia, essa é a melhor que carrego comigo.

A pequena estava claramente entusiasmada com o material gravado em sua máquina digital e, com pressa, encerrou a nossa conversa:

– Está ótimo, vó. Agora preciso editar tudo isso para a apresentação; também vou entrevistar a família da minha mãe que vivenciou a pandemia em outros países. Mando o vídeo pronto depois.

Trocas de carinho em nossa despedida.

Fiquei imersa nessas lembranças por um bom tempo, um tanto angustiada pelas tensões e pelas dúvidas daquele período. De alguma forma, o interesse juvenil em entender aquele período me trouxe certo alívio. É a vez dela, que a juventude não despreze a história, a ciência e as diversidades e que, de forma consciente, lute por decisões que valorizem a dignidade do Ser Humano, vivente coletivo. O Futuro deve ser construído, jamais esperado.

Cotidiano

Nilo Beiro

Sócio fundador da LBS Advogados, diretor do Instituto Trabalho e Colorado.

Viver na pandemia não é fácil

Ter um teto sobre a cabeça
e poder
trabalhar sob ele
é um enorme privilégio

Pandemia
Isolamento
Distanciamento

A perda
As quedas
As doenças
A ansiedade

A internet caiu
O microfone está mudo
Tem que apertar o botão
Mandeí WhatsApp
Aqui não chegou
O microfone ...
Ah,
Manda de novo
Ivermectina, imagina
Cloroquina, deusdocéu
Vacina, eu quero vacina
Segunda dose
Terceira dose
Qualquer dose

Coitado
Era jovem
Quantos anos, mesmo?
Não estou ouvindo

Olha o microfone
Caiu?

Tá me ouvindo?

Abriu aí?
A internet tá ruim de novo
O Paulo. Lembra dele?
Pois é.
Foi no aniversário da tia
A mãe pegou,
A irmã também
A irmã tá bem

Pizza
Álcool gel
Pão caseiro
Louça
Muita louça
Gorjeta
Democracia

Fake News
Malucos
Terraplanistas
Ancaps,
vergonha alheia
Genocida

Olha o microfone
Você me ouviu?
Clica em compartilhar
O outro
O outro botão
Mais pro lado

Tá frio
Esse inverno foi forte
Droga
A internet caiu
De novo

Mas eu tô bem
Já vimos dias melhores
Mas estamos bem

Mais de 600 mil
Nunca esqueceremos

Empatia
Tratamento
Terapia
Respeito
Dignidade
Diversidade
Cotas, muitas cotas
Mais um pouquinho de empatia

Vai ficar tudo bem
2020 ainda acaba
Vai ficar tudo bem

Posfácio

Posfácio: futuro

Antonio Fernando Megale Lopes
Sócio da LBS Advogados e membro do Instituto Trabalho.
Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade de Coimbra e Especialista em
Direitos Humanos do Trabalho e Direito Transnacional do Trabalho
pela Universidad de Castilla-La Mancha.

(pos.fã.ci:o)

sm.

Texto de teor explicativo que, acrescentado no final de livro (depois de sua finalização), adverte ou explica o que for conveniente mencionar.

(fu.tu.ro)

sm.

1. O tempo que ainda virá: “O homem, filho do tempo, reparte com o mesmo tempo ou o seu saber ou a sua ignorância; do presente sabe pouco, do passado menos e do futuro nada.” (Antônio Vieira, *História do futuro*)¹

Coube a mim a tarefa de escrever o posfácio desta obra coletiva. Ele servirá não para finalizar as histórias de *Cuidadania*, mas para recuperar algumas outras; mirar o futuro e fazer um convite.

Durante todo o ano de 2017, muitos de nós da LBS participamos da chamada *Casa LBS do Conhecimento*. Aos sábados pela manhã, nos reuníamos para discutir temas ligados aos Direitos Humanos, à dicotomia capital *versus* trabalho e às relações interpessoais, de

¹ *Dicionário Aulete*. Disponível em: <<https://aulete.com.br/>>. Acesso em 20/09/21.

forma lúdica e interdisciplinar, com bastante arte: música, cinema, artes plásticas. Da tela da televisão, via satélite, interagíamos: Brasília, Campinas e São Paulo. Ao fim dos encontros, em cada cidade, todas e todos almoçávamos juntos.

Houve cuidado com nossa formação. Talvez, até, um pequeno treino para 2020. Mais do que pensar o Direito, os nossos encontros objetivavam mostrar que ele está dentro da arte, que tem papel especial em nossa criatividade e, conseqüentemente, em nossa vida. Sem arte, fazem o Direito buscar uma neutralidade inexistente, a qual, aparentemente, não tem cor e representa o impedimento de sua verdadeira existência para todos, e não para poucos e privilegiados.

No primeiro semestre de 2019, o escritório e o Instituto Lavoro, em parceria com a Casa do Saber, realizaram uma série de debates presenciais em São Paulo, com transmissão ao vivo pela internet: *O futuro do trabalho e o trabalho do futuro*. Uma viagem sobre a rebeldia do precariado, com o professor Ruy Braga; sobre o totalitarismo neoliberal, com a professora Marilena Chaui; sobre o indivíduo e a coletividade, com a professora Esther Solano e também sobre indústria 4.0, com o professor Denis Maracci Gimenez.

Em novembro de 2019, norteados ainda pelo tema *O futuro do trabalho e o trabalho do futuro*, realizamos o IV Seminário Internacional do Instituto Lavoro, buscando responder o que foi feito do Estado e dos direitos sociais e como buscar soluções coletivas. O evento reuniu presencialmente mais de 300 pessoas em São Paulo e foi emocionante: tivemos abertura musical, com o *Samba do Professor*, e mesa final com professoras e com advogadas feministas.

E aí, em março de 2020, começou a pandemia.

Em poucos dias, foi necessário garantir que todas e todos trabalhassem de forma segura e confortável em suas casas e que o trabalho continuasse a ser prestado da melhor maneira aos clientes. Conseguimos e assim seguimos até hoje!

Ao mesmo tempo, nos fins de semana, passamos a nos reunir pela tela do computador para, juntos, cozinhar, beber, ouvir música e ler poesia. Depois, vieram os Encontros LBS semanais; os encontros do projeto Cuidadania; as aulas matinais de Português e os encontros sobre competências relacionais. Novamente, cuidado, conhecimento e arte.

E depois da pandemia, como será quando formos voltar? Vamos mudar? O que vamos fazer?

Já em setembro de 2020, iniciamos mudanças na forma de trabalho e de atendimento, com a reforma de nossa unidade em Campinas e com a mudança da unidade em Brasília. Escritórios sem salas individuais, privilegiando nossa convivência e o aprendizado coletivo.

O mundo mudou. O Brasil mudou.

Precisaremos, agora ainda mais, cuidar de um Brasil desfigurado. Das famílias e dos órfãos que perderam entes queridos, entre os mais de 600 mil mortos, sem vacina, durante a pandemia. Das trabalhadoras e dos trabalhadores que ficaram desempregados, sem ao menos receber o que tinham direito. Das trabalhadoras e dos trabalhadores precarizados, que mal conseguem trabalhar como motoristas de aplicativos, dado o preço da gasolina. Das entidades sindicais, que, a cada dia, sofrem com a inviabilização de suas atividades. Das negras, dos negros e dos LGBTIA+, vítimas de violência, racismo e discriminações, que engrossam a cada dia os altíssimos índices de desemprego e de assassinatos. Das mulheres, violentadas em suas casas e assediadas no trabalho. Precisaremos, definitivamente, nos (re)civilizar. Sobretudo, será preciso nos (re)humanizar.

Precisaremos também transformar. Fortalecer os coletivos de mulheres, de negros, de LGBTI+, de pessoas com deficiência e de indígenas. Estimular a economia solidária e a educação em economia. Pensar o fenômeno do bolsonarismo, discutir e participar da política. Acessar a Justiça de forma mais criativa. Defender o meio ambiente. Usar a linguagem para transformá-la em ação coletiva. Ter a certeza de que o mundo do individualismo como norte oprime, limita e, cada vez mais, impede que o Direito seja Direito, pois despreza a arte, odeia a liberdade e o criativo. Pensar que o trabalho não pode ser entendido como simples ocupação: ele produz dignidade, satisfação e prazer para quem trabalha.

Essas foram algumas das trilhas apontadas neste livro, por tantas pessoas que caminharam juntas durante esses anos e que seguirão unidas porque o caminho, embora particular e subjetivo, compensa quando é percorrido sem individualismo.

E nós, aqui, já estamos trilhando por elas. Com coragem e humildade, nos orgulhamos, porque sabemos que somos sujeitos da história e arquitetos do futuro. Mais do que isso, nossa luta tem lado e ele nos define.

Convidamos você a também seguir conosco, usando o que temos na caixinha de *Cidadania*. Por inteiro, íntegras e íntegros: cuidando um dos outros; nos qualificando e voltando o nosso esforço para, sempre, construir coletivamente o igual no diferente.

Brasília, 20 de setembro de 2021.

Esta obra foi composta em papel miolo offset 90 gr. e a capa em cartão supremo 300g/m². Impresso pela Um Livro, em novembro de 2021.



Agora, rumo a 2022.
Ano do bicentenário da
independência e do centenário
da Semana de Arte Moderna.
Dois marcos importantes, cada
um a seu tempo, tentativas de
rompimento com o velho.
Velho que tem presença forte,
hoje, entre nós. Tanto em
termos de cidadania quanto em
termos de cultura.
É necessário novo rompimento
com o velho; acreditamos que
nosso 2022 poderá ser mais
um centenário a comemorar
no futuro.
Vamos construí-lo.

ISBN: 978-65-996236-0-8



9 786599 623608